

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**O Porto Negro: trabalho, cultura e associativismo dos
trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX
para o XX.**

Erika Bastos Arantes

Orientador: Marcelo Badaró Mattos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do título de Doutor em História.

NITERÓI - RJ
2010

A662 Arantes, trabalho Erika Bastos.

O Porto Negro:, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX / Erika Bastos Arantes. – 2010.

223 f. ; il.

Orientador: Marcelo Badaró Mattos.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

Bibliografia: f. 215-222.

1. Trabalho – Rio de Janeiro (RJ). 2. Negro. 3. Cultura operária. 4. Organização. I. Mattos, Marcelo Badaró. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 331.098153

Ao Antônio, meu filho, meu amor, minha vida

O Rio Corre Para O Mar

(Arlindo Cruz, Maurição, Carlos Sena, Elmo Caetano)

Amor vem ver o mar
Vem contemplar o meu Rio
Agô, Mãe Iemanjá, só de pensar dá arrepio
Meu Rio tem tanta beleza
E a natureza sempre nos abençoou
Sou carioca da gema, sou Resistência
Sou Império, sim "sinhô"
Abriu o porto ioiô, é porta aberta iaiá
É o comércio, é o progresso da cidade
E a cidade cresceu, o mundo então conheceu
O berço da felicidade
Toda ladeira cantou, a freguesia sorriu
A velha praça inteira aplaudiu
E assim nasceu a estiva
O primeiro sindicato do Brasil (bis)
Entre revolta de dor
E um canto negro de fé
O nosso povo exportou samba no pé (bis)
Axé, minha Guanabara,
Recanto mais doce do mar
Tão doce que trouxe a indústria
E fez o turista se apaixonar (na Praça Mauá)
Hoje a "noite" é bem mais quente, não é mais
Um inocente arranha-céu, oi
Torre de Babel que vive em paz
Já ancorou mais um navio
E eu sou confidente desse cais
Orgulho e tradição do Rio

Avisa aos navegantes que o Império vem aí
Olha, o bicho vai pegar, a poeira vai subir
É arte, é cultura, é talento original
Hoje tem festa no planeta carnaval

RESUMO

Os negros, desde os tempos da escravidão, encontraram no porto um ambiente propício ao trabalho. O serviço, por ser dinamizado principalmente através da mão de obra avulsa, fazia do porto um local privilegiado onde escravos de ganho poderiam conseguir o jornal do senhor. Mesmo depois da abolição os negros continuaram dominando o cenário do cais, apesar das constantes levas de imigrantes que chegavam na cidade. Essa tese analisa o cotidiano dos trabalhadores negros do porto do Rio de Janeiro em fins do século XIX e primeiros anos do século XX, articulando os trabalhadores do porto com a região em que estavam inseridos – a Zona Portuária, local que ficou conhecida posteriormente pela bibliografia por *Pequena África*. O trabalho aborda, para além do ambiente de trabalho, outros espaços de sociabilidade, como as habitações, as associações de lazer, as praças e as ruas.

ABSTRACT

The port of Rio de Janeiro have been a good place for black people to work since slavery days. These were privileged places for them because wage slaves could make enough money for the daily pay owed to their lords. A freelance labour system is the key to understand black workers' accomplishments there. Even after slave abolition, black people continued hegemonic in the wharf, despite a constant flow of newly arrived immigrants in Rio. This thesis goal is to explore Rio de Janeiro ports black workers' daily living by connecting them to the region where they worked - a spot named in many books as the Little Africa. Also, this work approaches more than their labour environment. Leisure associations, houses, squares, streets and other public spaces are approached as well.

AGRADECIMENTOS

Essa tese foi feita com muito sufoco!

Não recebi bolsa de nenhuma instituição, por isso, não agradeço a nenhuma delas.

Trabalhei durante todo o processo de construção dessa tese dando aula em escolas públicas do Estado e do Município do Rio de Janeiro.

Também durante a construção da tese engravidei e tive meu primeiro filho, Antônio, a quem dedico essa tese. Ele é o maior responsável por eu ter conseguido concluí-la. Se, por um lado, seu nascimento, me fez ter ainda menos tempo de escrever, por outro, toda vez que eu olhava para ele eu pensava que queria para ele o melhor. Daí, pensei: Vou terminar! Meu filho vai ter mãe doutora (rsrsrsr!)

Brincadeiras à parte, apesar de todas as dificuldades, fiz o que pude para terminar essa tese pensando nele, no meu Antônio.

Quase não saiu! Mas saiu...

E se saiu, eu devo também ao meu amigo e orientador Marcelo Badaró. Acho que se não fosse ele me orientando essa tese não saía. Ele segurou minha onda em momentos de desespero, me deu força quando tudo parecia impossível e me impediu de desistir. E olha que eu pensei muito em desistir. Só posso agradecer e dizer uma coisa: O Badaró é o Cara!

Aliás, eu dou muita sorte com orientadores, por isso agradeço às minhas orientadoras de graduação e de mestrado – Martha Abreu e Maria Clementina Pereira da Cunha, respectivamente – por toda força que sempre me deram e por me ajudarem a crescer esse trabalho.

Agradeço ainda ao Alexandre Fortes e Paulo Fontes pelas críticas e sugestões no momento da qualificação e também à Juliana Barreto Farias pelas nossas trocas e eternas conversas sobre Antônio Mina e outros personagens de nossas histórias.

Meus pais e meu irmão Junior também me deram a maior força, como sempre. Meu irmão então, me cobrava tanto eu terminar essa tese que quase briguei com ele. Quando terminei, ele fez questão de “bancar” a impressão e cópias. Ele também é o cara!

Seu Gladstone e dona Valquíria agora podem se orgulhar: “temos dois filhos doutores!”, eles dirão aos amigos. Para eles isso é uma conquista. Fico feliz de trazer a eles essa felicidade.

Por fim, agradeço aos amigos de sempre, que fazem parte da minha vida e sempre farão, por mais que a vida às vezes nos leve por outros caminhos: meus ex-companheiros de Morro da Conceição: Marcelo Abreu e Mário Miranda e também às “agregadas” Luisa e Flávia. Às eternas amigas irmãs: Moniquinha, Kelly, Andréa, Carol, Júlia, Rachelzinha, Isabela, Alinnie e Alessandrinha. E também aos eternos amigos irmãos: Trog, Paulo Inácio e Hugo. Penso em todo esse pessoal como parte de minha grande família.

E, por falar em família, agradeço ao André, que fez comigo a coisa mais importante da minha vida: meu filho Antônio.

ÍNDICE

Introdução	8.
Capítulo 1: Pretos, Brancos, Amarelos e Vermelhos: conflitos e solidariedades entre os portuários do Rio de Janeiro	25.
1.1) Um Conflito étnico?	25.
1.2) Negros e Brancos na formação da classe trabalhadora carioca.....	35.
1.3) Os “avulsos” na “parede”: a contratação da mão-de-obra.....	39.
1.4) Conflitos e solidariedades.....	42.
Capítulo 2: Do conflito, nascem a União e a Resistência.	50.
2.1) A União dos Operários Estivadores.....	53.
2.2) A União e o controle do mercado de trabalho	60.
2.3) A Sociedade dos Trabalhadores em Trapiche e Café ou Cia. dos Pretos.....	69.
2.4) Amarelos e Vermelhos: uma verdadeira classe operária?.....	83.
Capítulo 3: A vida fora do cais: cotidiano e repressão policial no porto carioca.....	89.
3.1) De bar em bar	93.
3.2) O porto negro e seus trabalhadores “avulsos”.....	106.
3.3) Negros, vadios.....	115.
3.4) Os “perseguidos” pelos agentes policiais.....	120.
3.5) Vadios ou trabalhadores?	129.
Capítulo 4: Um Mina no Porto: identidade e religiosidade no porto carioca.....	147.
4.1) Um feiticeiro conhecido?.....	155.
4.2) Antônio, Assumano, Cipriano e os candomblés do Rio.....	155.
Capítulo 5: Folias Portuárias: cultura associativa dos trabalhadores do porto carioca.....	175.
5.1) Folias suspeitas.....	182.
5.2) Os ranchos e o carnaval civilizado.....	199.
Conclusão.....	204.
Fontes.....	209.
Bibliografia.....	213.

INTRODUÇÃO

No dia 23 de junho de 2009, o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, lançou o “Projeto Porto Maravilha”, de revitalização da Zona Portuária do Rio de Janeiro. O projeto prevê intervenções em toda região do porto e promete mudanças que irão mexer não apenas em aspectos físicos, mas também culturais daquele espaço da cidade.

Os investimentos no projeto serão de R\$ 374 milhões, em recursos da União, Prefeitura do Rio e empresas privadas e, num primeiro momento, se constitui em obras para abertura de um novo acesso à área do Porto, a partir da Avenida Brasil, na altura do Canal do Cunha, passando pelo bairro do Caju. Mas o projeto inclui ainda a reurbanização completa da Praça Mauá, das principais vias do entorno (seguindo até o Armazém 6) na Rodrigues Alves e Sacadura Cabral, e do Morro da Conceição; a construção de uma garagem subterrânea na Praça Mauá, com capacidade para mil veículos; a demolição da alça de subida do viaduto da Perimetral; além de calçamento, iluminação pública, drenagem e arborização das ruas Barão de Tefé, Venezuela e Rodrigues Alves e das ruas transversais que cortam essas vias principais.

E não para por aí. O lazer e o entretenimento também estão na mira do Porto Maravilha, com a transformação do Píer Mauá em um grande ponto turístico, com uma área de lazer com anfiteatro, restaurantes e bares. Além disso, a região sofrerá uma “revitalização cultural”. Através de convênio com a Fundação Roberto Marinho será criada a Pinacoteca do Rio e o Museu do Amanhã, projetado por um arquiteto espanhol.

Pensado e projetado de cima para baixo, sem diálogo com a população local, o projeto “Porto Maravilha” não me parece ter levado em conta a riquíssima história dessa

região conhecida como Zona Portuária. Ele não prevê nenhum projeto que faça menção aos antigos escravos e aos negros de uma maneira geral, o que era de se esperar já que a história daquela região está intimamente ligada à história do negro no Brasil, já que ali, na atual Rua Camerino, se encontrava o Mercado do Valongo, local onde os africanos eram expostos, vendidos e transformados em escravos desde o século XVIII.

Estranhamente, o projeto parece ignorar a história da região, mas também o presente. Ignora, por exemplo, o fato de haver ali uma comunidade que pleiteia junto ao INCRA o título de Comunidade Quilombola (o Quilombo da Pedra do Sal, já reconhecido pela Fundação Palmares). Também ignora a presença, logo ali, na Rua Pedro Ernesto, na Gamboa, do Cemitério dos Pretos Novos, onde se descobriu um verdadeiro sítio arqueológico onde estavam enterradas as ossadas de negros africanos que morriam antes de serem vendidos e transformados em escravos.

Na mesma rua do antigo mercado de escravos do Valongo, está a sede do Afoxé Filhos de Gandhi, grupo afro fundado por negros estivadores do porto do Rio de Janeiro em 1951, apenas dois anos depois da criação do grupo baiano mais conhecido.

Talvez por não serem considerados importantes para a “identidade” da zona portuária e nem tampouco carioca, o Quilombo da Pedra do Sal, o Afoxé Filhos de Gandhi e o Cemitério dos Pretos Novos não receberão nenhum incentivo, verba ou apoio do projeto Porto Maravilha, assim como nenhuma outra referência mais atenta ao negro, muito menos aos escravos.

Na ocasião do lançamento do projeto, o governador do Estado, Sérgio Cabral, comentou: “Estamos vivendo uma realização de sonhos. Um sonho de muitos anos.

Revitalização do Porto significa mudanças do ponto de vista econômico, cultural, comercial, habitacional, turístico e de entretenimento.”

Na solenidade, o prefeito fez a seguinte consideração: “recuperar o centro de uma cidade é fundamental para que esta recupere sua identidade”.¹

Mas será que o sonho do governador Sérgio Cabral é o mesmo sonho de todos os cariocas e, mais especificamente, dos moradores da zona portuária? E que identidade é essa que o prefeito Eduardo Paes pretende recuperar lançando um projeto como esse?

Para se falar de identidade de determinada cidade ou, mais especificamente, de uma região tão importante da cidade do Rio de Janeiro como a Zona Portuária é preciso, antes, conhecer a história desse lugar. E mais, conhecer as pessoas que fizeram a história dessa região. Pessoas que, através de suas histórias pessoais e coletivas – de trabalho, de luta, de organização, de lazer, etc. – construíram suas identidades.

Esse trabalho pretende investigar parte das histórias de algumas pessoas que viveram naquela região em fins do século XIX e início do século XX, mais especificamente dos trabalhadores do porto, tendo como foco principal os trabalhadores negros.

A idéia de estudar os trabalhadores negros do porto carioca surgiu a partir de questionamentos relacionados aos estudos sobre a escravidão e à história da classe operária brasileira. A principal questão que se colocou foi perceber que, durante muito tempo, os negros foram excluídos da história do trabalho no Brasil. Apesar dos muitos estudos sobre o

¹ “Prefeito Eduardo Paes anuncia início das obras de revitalização da Zona Portuária”. Tirado do site: http://noticiasrio.rio.rj.gov.br/index.cfm?sqnel_publicacao=18889.

período anterior a 1888, pouco se escreveu para um período posterior, ou seja, sempre que a historiografia tratou dos negros, referiu-se a escravos.

Feita a abolição, os brancos, principalmente imigrantes, teriam “substituído” os libertos e seus descendentes nas análises históricas como se estes tivessem deixado de existir. Mas os negros não deixaram de existir. Ao contrário, continuaram muito vivos, enfrentando os inconvenientes que lhes eram impostos por ter na cor da pele as lembranças da escravidão.

Em 15 de abril de 1905, na cidade do Rio de Janeiro, foi fundada a “Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café”, sindicato formado pelos trabalhadores que atuavam dentro dos armazéns do porto e no carregamento de café. A “Resistência”, bem como outra associação, a União dos Operários Estivadores, fundada dois anos antes, teve participação fundamental em uma importante greve que eclodiu no porto em agosto de 1906. Por ocasião do fim da greve, vitoriosa para os trabalhadores, o jornal *Correio da Manhã* publicou um artigo enaltecendo a rápida organização do sindicato e a sua força no cais. O jornal publicou também uma foto de cinco membros da diretoria do “Resistência” junto à seu famoso advogado, Evaristo de Moraes. Na foto, além do jurista, que era mulato, estão mais três homens negros.²

Um deles, provavelmente, é Candido Manoel Rodrigues, fundador e membro da primeira diretoria daquele sindicato.³ Não sabemos muito sobre a vida de “seu Cândido” antes da fundação do “Resistência”, mas sabemos que ele era um homem negro nascido em

² *Correio da Manhã*. 14/10/1906. A foto está publicada em Maran, Sheldon. *Anarquistas, Imigrantes e Movimento Operário no Brasil, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 e em Moura, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

³ Arquivo Nacional - 1º Ofício de Títulos e Documentos. Sociedades Cívicas. Livro 1-A.

Macaé em 1869. Não podemos afirmar que ele foi escravo, mas o fato de ter nascido antes mesmo da Lei do Ventre Livre, de 1871, aumenta as chances de ele ter vivido, sim, a experiência da escravidão. O mesmo é possível perceber sobre os estivadores que fundaram a União Operária dos Estivadores: Joaquim Januário Nunes, por exemplo, sócio fundador daquele sindicato⁴ era preto e nasceu provavelmente em 1871.⁵

O fato é que, mesmo se nasceram livres, homens como Cândido Manoel Rodrigues e Joaquim Januário Nunes, bem como muitos outros negros trabalhadores do cais, viveram partes de suas vidas em uma sociedade escravista e compartilharam, no próprio cotidiano de trabalho ou de lazer, situações e experiências com homens escravizados.

O Livro de Matrícula dos sócios da “Sociedade de Resistência”⁶ traz algumas informações sobre os seus sócios, tais como nome, filiação, local e data de nascimento, etc. Basta uma rápida olhada por esses registros para vermos que muitos dos primeiros sindicalizados haviam nascido em tempos de escravidão⁷. Por si só, esse dado pode não representar nada além de uma obviedade matemática, afinal, estamos falando das primeiras décadas após a abolição. Mas se comparado com a composição étnica dos sócios, o resultado é bastante significativo: pretos e pardos representavam quase 80% do total de

⁴ AN - Registro da União dos Operários Estivadores. 1º Ofício de Títulos e Documentos. Livro. A-1

⁵ Informação tirada de um processo por agressão em que este foi réu em 1905, onde consta ter 34 anos. AN – 3ª Pretoria Criminal. Maço 775, N. 1424.

⁶ Agradeço ao “seu” Mesquita, que me recebeu no atual Sindicato dos Arrumadores do Rio de Janeiro, da qual é sócio e me ajudou a encontrar, no meio da poeira, esse livro de matrícula.

⁷ Cerca de 65% dos sócios que constam do Livro de Matrícula de Sócios da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, de 1906 até 1915, nasceram antes de 1888.

sócios entre os anos de 1910-1920.⁸ Não é por acaso que o sindicato ficou também conhecido na época pelo intrigante apelido de “Companhia dos Pretos”.⁹

Contrariando uma linha historiográfica que pensou os negros como apáticos, incapazes de pensamento autônomo e despreparados para a vida em liberdade¹⁰, a fundação de sindicatos como a União dos Estivadores e a “Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café” é no mínimo emblemática, principalmente quando acreditamos que sindicatos fortes e organizados como estes não nascem de um dia para o outro e, sim, através de anos de luta dos trabalhadores por interesses comuns.

No entanto, os “interesses comuns” dos trabalhadores não são resultados apenas das experiências compartilhadas durante o processo produtivo. Tratar das relações construídas no trabalho e em torno de sindicatos ainda é pouco para entender a experiência daqueles operários. Assim, em minha dissertação de mestrado busquei pela primeira vez encontrar os traços gerais também daquelas experiências cotidianas e das relações construídas entre os negros do porto, mas também entre estes e os trabalhadores de outras cores e nacionalidades.¹¹ Entender essas relações foi muito importante, pois a partir das últimas décadas do século XIX, o porto passou a incorporar muitos imigrantes, particularmente portugueses. Ali, operários de origens diversas estabeleceram relações marcadas pelo conflito, mas também pela solidariedade e trocas culturais.

⁸ Dados levantados por Maria Cecília Velasco e Cruz através de fichas com foto dos sócios. Cf.: Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Virando o Jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. Tese de Doutorado, FFLCH, USP, São Paulo, 1998.

⁹ Moura, Roberto. *Op. Cit.* pg. 71. O autor não menciona a origem do apelido e nem a fonte usada por ele para concluir a existência do mesmo.

¹⁰ Pensamento desenvolvido principalmente entre os sociólogos da chamada Escola Paulista. Ver: Fernandes, Florestan. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*; Cardoso, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*; Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. É importante ressaltar que esses trabalhos foram de fundamental importância, principalmente por denunciarem a existência de preconceitos raciais no Brasil, numa época em que a idéia dominante era a da Democracia Racial. Ver: Freyre, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

¹¹ Arantes, Erika Bastos. “Negros do Porto: cultura e trabalho no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX”. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2005.

Esses laços emergem do convívio daqueles trabalhadores durante o processo de trabalho, mas também nas moradias coletivas, nas ruas, praças, e outros lugares de encontro como bares, e associações de cunho recreativo. Esses espaços, assim como os locais de trabalho, tiveram um importante papel na troca cultural entre negros e brancos, brasileiros e estrangeiros. Entre os portuários, o convívio tendia a ser ainda mais intenso do que para outros setores da classe trabalhadora, pois a forma peculiar de contratar a mão de obra estimulava a circulação para além do cais do porto. Característica comum dos portos de todo o mundo¹², a forma de contratação do serviço moldava a experiência daqueles operários em vários níveis: do acesso à moradia ao confronto diário com a polícia republicana. De uma maior liberdade de movimentação nos espaços públicos, à organização dos sindicatos.

Em minha dissertação de mestrado concentrei meus esforços de pesquisa nos primeiros anos do século XX e na experiência dos trabalhadores já no período pós-abolição. Esse novo trabalho buscou ampliar a pesquisa em termos cronológicos. Assim, o trabalho avança no século XX, ainda que restrito à primeira década, e recua para o fim do século XIX, onde busco resgatar aspectos importantes do negro portuário em tempos de escravidão. Em relação ao recuo, meu objetivo foi resgatar parte da experiência dos trabalhadores escravos e relacioná-la com as ações dos trabalhadores negros já livres.

Algumas análises que ficaram pendentes na dissertação aparecem nessa tese. Aqui buscamos, já no primeiro capítulo, refletir sobre relação estabelecida pela historiografia entre conflitos étnicos e desmobilização da classe operária. Essa tese não pretende encerrar essa questão, mas contribuir com a reflexão do tema.

¹² Hobsbawn, Eric. “Sindicatos Nacionais Portuários”. In: *Os Trabalhadores: estudos sobre a História do Operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

Também, aqui, busquei explorar a atuação dos sindicatos portuários (mais especificamente a União Operária dos Estivadores e a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café) e sua importância no contexto mais amplo do movimento operário carioca. Mas outras associações que não as de cunho sindical, mais especificamente as de cunho recreativo, também mereceram especial atenção, com a análise mais profunda de endereços, estatutos, etc.

Como referência para este trabalho, foram fundamentais as discussões que, no entrecruzamento entre História Social e História da Cultura, enfatizaram o estudo da classe trabalhadora. Por isso foram essenciais as reflexões do historiador E. P. Thompson em seus estudos sobre a formação da classe operária inglesa.

A influência de Thompson na historiografia brasileira deu-se em duas direções principais. A partir dos anos 70, os estudiosos da história social no Brasil passam a questionar os marcos da história política e econômica e a problematizar a identificação direta entre a história do movimento operário e as ações ligadas à militância política. Perceber a cultura como parte integrante da formação dos trabalhadores passou a fazer parte dos métodos e interesses dos historiadores da classe operária no Brasil, que passaram a ir além das experiências relativas à ação política direta, trazendo à tona outras situações vividas no cotidiano e fora do local de trabalho.¹³ Minha pesquisa se aproximou das idéias thompsonianas ao indagar sobre os outros espaços de sociabilização e construção de identidades entre os trabalhadores portuários.

Ao sugerir que os fatores político-culturais são instituintes da realidade social e não simples “derivações”, o autor coloca a importância de se incluir as tradições culturais dos

¹³ Decca, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A Vida fora das Fábricas. Cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*, São Paulo: Paz e Terra. 1987.

trabalhadores nos estudos sobre a classe operária. Segundo Thompson, “a classe se delinea segundo o modo como os homens e mulheres *vivem* suas relações de produção e segundo a *experiência* de suas situações determinadas, no interior do “conjunto de suas relações sociais”, com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural.”¹⁴

As discussões levantadas pela obra de Thompson permitiram aos historiadores explorarem novos domínios históricos da classe operária, para além “do quadro estreito da história política e ideológica onde tinha sido confinada.”¹⁵ Thompson enfatiza o papel das experiências comuns compartilhadas pelos operários ingleses na definição de sua cultura, em contraposição às idealizações formuladas por alguns historiadores marxistas contemporâneos, especialmente a determinação “em última instância” do político e do social pelo econômico, evidenciando, assim a necessidade de se abandonar formulações teóricas concebidas à priori, e lançar olhares para as evidências empíricas. Essas evidências, além de permitirem perceber com maior propriedade as formas de pensar dos agentes históricos, mostram o quanto as pessoas, individual ou coletivamente, foram capazes de participar ativamente das transformações verificadas na sociedade em que estavam inseridas.

Uma das principais contribuições desse autor incorporada em minhas análises é o tratamento que ele dá ao conceito de experiência. Trabalhando com essa categoria, esse estudo propõe trazer à cena, a vivência dos atores históricos, no caso, os trabalhadores do

¹⁴Thompson, Edward. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*; organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp. 2001 p 277

¹⁵ Haupt, Georges “Porque a História do Movimento Operário?” In: *Revista Brasileira de História* N °10. 1986.

porto do Rio de Janeiro. Trata-se de perceber a classe trabalhadora como uma formação social e cultural, em sua peculiaridade e inserida em seu contexto histórico.

As crenças e os valores dos trabalhadores passaram a ser considerados orientadores de seu comportamento político. Com isso, ações antes desconsideradas, passam a ser vistas por um viés político, tais como as práticas cotidianas. Assim, alinhamentos automáticos entre dominados contra dominantes e vice-versa são relativizados, e uma dinâmica política de alianças e oposições muito mais complexa e sofisticada emerge para a análise historiográfica.

Redimensionando a tradicional compreensão da relação entre dominantes e dominados, as perspectivas teóricas thompsonianas tiveram ecos também na história da escravidão no Brasil. A partir da década de 80 alguns historiadores começaram a perceber a necessidade de incluir a experiência escrava na história da escravidão no Brasil, buscando abordar as relações escravistas como fruto das ações de senhores, mas também de escravos, entendidos enquanto sujeitos históricos.¹⁶

Até bem pouco tempo estes dois universos historiográficos não tiveram muito diálogo. Apesar do alargamento temático e cronológico dos estudos, a historiografia sobre a classe operária continuou pensado no operário como branco, normalmente estrangeiro. Os negros, egressos do mundo escravista, como já foi comentado, continuaram ausentes.

¹⁶Eisenberg, Peter *Homens esquecidos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989; Reis, João José *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986; Azevedo, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; Reis, João José e Silva, Eduardo *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; Lara, Sílvia Hunold *Campos da violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; Machado, Maria Helena Pereira Toledo *O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da Abolição*. São Paulo: Ed.UFRJ/EDUSP, 1994; Gomes, Flávio dos Santos *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; Reis, J. J. e Gomes, Flávio (orgs.), *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; Mattos, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista - Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996; Slenes, Robert. *Na Senzala, uma Flor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Apenas nas últimas décadas começam a surgir estudos que fogem aos paradigmas interpretativos dominantes, e que - em alguns casos - chegam a abordar as questões raciais ou a presença negra na análise de situações específicas. No entanto, nos últimos anos, a historiografia vem tentando promover um intercâmbio entre essas perspectivas, abrindo novas possibilidades para a abordagem histórica da experiência dos trabalhadores, onde escravos e livres “contracenam” como atores históricos.¹⁷

Já no Prefácio de “*Formação da Classe Operária Inglesa*”, Thompson afirmou que “a classe operária não surgiu tal como um sol numa hora determinada. Ela estava presente no seu próprio fazer-se”.¹⁸ Encarando a classe “como processo e relação”, essa perspectiva teórica perpassa esse estudo, que pretende pensar o processo de formação da classe questionando a fixação rígida do ano de 1888 como marco inicial desse processo, buscando a relação entre experiência escrava e trabalho livre na cidade do Rio de Janeiro, sem, no entanto, perder a dimensão das discontinuidades históricas. Não se trata de traçar uma linha de continuidade direta entre escravidão urbana e formação da classe e sim de levar em conta nesse processo as relações entre escravos, libertos e livres, buscando dissensos e consensos.

¹⁷Sobre o resgate da experiência dos egressos da escravidão e das relações entre escravos, libertos e livres, podem ser enumerados os seguintes trabalhos, entre outros: Loner, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas, Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001, capítulo 5; Wissenbach, Maria Cristina C. “Da escravidão à liberdade: dimensões da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”, in: Sevcenko, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998; Xavier, Regina Célia Lima. *Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas, Editora da Unicamp, 1996; Vitorino, Artur José Renda. *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. São Paulo-Rio de Janeiro, Annablume/FAPESP, 2000; Gitahy, Maria Lucía C.. *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo-Editora da Unesp/Santos-Prefeitura Municipal de Santos, 1992. Mattos, Marcelo Badaró. *Escravidãos e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro, Bom Texto, 2008.

¹⁸Thompson, Edward. *A Formação da Classe Operária Inglesa. A Arvore da Liberdade*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 pg. 9.

* * *

A tese será dividida em cinco capítulos, além de introdução e conclusão. No primeiro capítulo desenvolvo uma análise do perfil da classe trabalhadora carioca no período, com ênfase no setor portuário e suas características. Também procuro analisar as experiências de trabalho e de vida cotidiana dos trabalhadores do porto. A discussão é introduzida através do debate com a historiografia, a partir de fontes policiais, sobre um conflito ocorrido em 1908 na Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiches e Café e que ficou conhecido pela historiografia com exemplo de conflito étnico dentro da classe trabalhadora carioca, em análise que enfatizaram o quanto essas diferenças limitavam a atuação da classe trabalhadora carioca. Tentarei aqui fazer uma outra leitura daquele episódio, discutindo os conflitos, mas também as solidariedades entre os portuários.

Para tratar dessas questões, além do diálogo com a bibliografia, foram utilizadas notícias de jornais e processos e inquéritos policiais, de onde foi possível perceber os conflitos ocorridos entre trabalhadores do porto, mas também as solidariedades que emergiam entre eles.

No segundo capítulo daremos atenção especial à associação sindical e luta coletiva dos trabalhadores do porto. Aqui, trato mais especificamente de dois sindicatos portuários: A União Operária dos Estivadores e a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. Abordei não somente o momento da fundação desses dois sindicatos, mas também busquei tratar da importância deles na luta dos trabalhadores do porto – e do movimento operário carioca de uma maneira geral – especialmente no que diz respeito ao controle do mercado de trabalho. Importante também, nesse capítulo, é verificar a superioridade numérica de negros nesses sindicatos e a importância das experiências de

negros egressos da escravidão na formação de associações de trabalhadores agora livres. Por fim, nesse capítulo, voltamos à discussão já iniciada anteriormente, sobre como os trabalhadores do porto – e do Rio de Janeiro de forma mais geral – por sua maioria negra, foram sempre associados pela historiografia à desmobilização de classe e ao reformismo.

Aqui, a bibliografia e notícias de jornais foram bastante utilizadas, mas também demos atenção ao material sindical, como Livro de Matrícula de sócios e aos estatutos de sindicatos portuários, registrados em cartório e hoje recolhidos ao Arquivo Nacional.

O terceiro capítulo é dedicado à vida dos portuários fora do porto, quando estes não estavam trabalhando. Neste capítulo pretendo buscar o cotidiano desses homens: quem eram eles, como viviam, onde (e como) moravam, tentando sempre perceber, através de elementos disponíveis nas fontes, estratégias de sobrevivência cotidianas. Dessa forma será importante focalizar a relação dos negros do porto com a polícia republicana no início do século XX, tendo como preocupação principal os crimes de contravenção (mais especificamente a vadiagem, mas também embriagues e capoeiragem). A intensa repressão sofrida pelos portuários está intimamente ligada ao sistema de contratação da mão-de-obra portuária, que fazia com que os trabalhadores “vagassem” pelas ruas (e bares) da zona portuária a espera de trabalho. Aqui será possível analisar como a criminalização dessas práticas no início do século fazia parte de uma política de controle que teve como alvo principal os negros libertos, estendendo-se a todos aqueles que não se encaixavam nos ideais de civilização e do bom trabalhador.¹⁹ Nesse sentido, os negros portuários, particularmente os trabalhadores avulsos (estivadores, arrumadores, carregadores, e outras

¹⁹ Cf.: Chalhoub, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986; Menezes, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, Crime e Expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1996; Matos, Marcelo Badaró de. *Vadios, jogadores, mendigos e bêbados no Rio de Janeiro do início do século XX*. Niterói: UFF, 1991 (Dissertação de mestrado em História); Fausto, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

categorias) eram alvos privilegiados da repressão, pois, somada à peculiaridade do sistema de contratação da mão de obra do porto, estava o estigma de sua cor.

As principais fontes utilizadas neste capítulo foram as fontes policiais: Processos-crime, Livros de Ocorrência e Registros da Casa de Detenção. Algum material de imprensa também foi utilizado.

Iniciei o capítulo com a trajetória do africano Antônio Mina, trabalhador do cais do porto, preso inúmeras vezes, quase sempre por vadiagem e embriagues. Suas histórias inauguram uma série de outras histórias de portuários presos pelos crimes de contravenção, especialmente a vadiagem. Os relatos daqueles indivíduos quando da prisão, cruzados com outras fontes (como o livro de entradas na Casa de Detenção) pode contar um pouco de como era a rotina de grande parte dos portuários.

O Livro de Registros da Casa de Detenção foi usado numa perspectiva quantitativa, relacionando os crimes por cor e por endereço, enfim. Qualitativamente, os processos envolvendo portuários presos por vadiagem e embriagues foram o foco principal. Ainda seguindo a idéia de trabalhar com personagens, alguns podem servir de fio condutor da narrativa, como o já mencionado Antônio Mina. Mas outros nomes também se mostram interessantes, por serem trabalhadores portuários presos mais de uma vez pelas contravenções.

Esses processos contêm elementos importantes para a análise. Podemos ver que em alguns casos, o sujeito preso estava, na verdade, esperando ser chamado para o trabalho. Em outros, o indivíduo estava apenas passando pela rua e era preso sem maiores justificativas.

Através dos processos é possível perceber não só como o ideal do “bom trabalhador” estava presente no discurso das autoridades, mas também como as vítimas

dessa política repressiva (apoiadas na “suspeição generalizada”²⁰) poderiam se apropriar desse discurso, usando-o a seu favor. Quando lhes eram dada a palavra, os presos sempre tentavam provar que eram trabalhadores morigerados, que tinham endereço certo, que não eram “ébrios habituais”, enfim, nunca aceitando a acusação. Além disso, na maior parte das vezes, tinham consciência de que estava havendo na cidade um “surto” repressivo, com a polícia prendendo pessoas sem maiores motivos, e se defendiam dizendo-se vítimas de perseguições policiais, muitas vezes por motivos pessoais.

Artigos de jornais terão papel relevante nesta parte da tese, principalmente os referentes à atuação da polícia na repressão aos vadios (como aquele de Evaristo de Moraes, que denuncia a corrupção policial e critica a sua atuação repressiva), e aqueles em que apontam a zona portuária como local por excelência das “classes perigosas”²¹.

No quarto capítulo privilegio aspectos culturais desse universo portuário, especialmente as manifestações culturais de cunho religioso. A participação dos trabalhadores do porto nos primeiros candomblés da cidade e a importância desses na manutenção dos rituais ligados à religiosidade negra serão discutidas aqui – mas sempre em relação com outros segmentos da sociedade. Para tanto, continuamos “perseguido” Antônio Mina em sua trajetória pela zona portuária. Em um dos processos que sofreu, o africano é acusado de “feiticeiro conhecido” e cruzando as fontes policiais com fontes literárias (como as de João do Rio) e da imprensa é possível chegar a algumas conclusões interessantes. A partir dessa “perseguição”, “esbarramos” em outros personagens, vizinhos e colegas de profissão de Antônio Mina que também se dedicavam ao candomblé, às práticas de “feitiçaria” e outras manifestações religiosas ligadas ao negro.

²⁰ Chalhoub, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²¹ Idem.

O quinto e último capítulo será dedicado às associações de cunho recreativo de que faziam parte os trabalhadores portuários. Essa parte se dedica a investigar como os trabalhadores do porto carioca estavam se articulando fora dos sindicatos e se organizando também para o seu lazer.

As principais fontes utilizadas foram, novamente, os processos-crime e inquéritos; além de jornais de época, fontes literárias, pedidos de licença para associações (armazenados na coleção do GIFI, no Arquivo Nacional) e os dados do Banco de Dados Clubes e Sociedades (organizado pelo Cecult/Unicamp, com informações sobre diversas associações de trabalhadores).

Para tratar da participação dos trabalhadores portuários nas associações de lazer, uma primeira pesquisa foi feita comparando os nomes dos sócios da “Resistência” (e alguns da União dos Estivadores), com os nomes do Banco de Dados Clubes e Sociedades. Essa pesquisa já mostrou que muitos sindicalizados (incluindo nomes da diretoria) se organizavam também em associações de lazer. Incluí, mais tarde, outras sociedades na pesquisa. A partir desses cruzamentos pretendo mostrar como essas sociedades faziam parte do universo cultural dos trabalhadores do porto e como nesses espaços compartilhavam experiências diversas. Outro ponto a ser explorado é a diferença entre a percepção que estes trabalhadores tinham de suas próprias práticas e a visão das autoridades.

Bibliografia, artigos de jornais, entrevistas com sambistas e relatos de memorialistas foram úteis para levantar a questão de como aquele pedaço da cidade ficou reconhecido como espaço “festeiro”, local de referência das manifestações culturais negras e que foi eternizado pela história como berço do samba.

Conflitos, amizades, associações, fé, brincadeiras no carnaval, luta por melhores condições de trabalho, enfim, histórias de vida dos trabalhadores do porto que viveram em fins do século XX e início do XX me guiaram ao longo desse trabalho. Agradeço a todos esses trabalhadores que me “emprestaram” um pouco de suas histórias para que essa tese ganhasse contornos. Começamos com a história de um conflito no qual tomaram parte vários portuários, sócios da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café em 1908. Esse conflito nos apresenta aos primeiros personagens dessa história e, posteriormente, nos leva a muitos outros personagens do cais do porto.

Mas apesar desse trabalho começar com o relato de um infeliz conflito, isso não quer dizer que só de conflito, briga e desavenças viviam o cais e seus trabalhadores. Ao longo do caminho, ficará claro que, apesar de existir o conflito, também havia espaço para outras relações e os trabalhadores do porto brigavam, sim, mas também dividiam o mesmo teto, as mesas de bar, as mesmas idéias, as mesmas lutas, freqüentavam os mesmos candomblés e organizavam, juntos, as festas e os bailes de carnaval.

Capítulo 1

Pretos, Brancos, Amarelos e Vermelhos: conflitos e solidariedades entre os portuários do Rio de Janeiro

Um conflito étnico?

Em 13 de maio de 1908 um violento conflito explodiu entre os trabalhadores do porto do Rio de Janeiro que estavam reunidos na sede da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche em Café, no centro da cidade. Após uma eleição que decidira os novos membros da diretoria daquela sociedade, uma assembléia foi convocada às pressas. Logo no início da sessão, tomaram a palavra alguns oradores que teceram comentários que questionavam a legalidade daquela eleição, sendo constantemente interrompidos por outros sócios que queriam garantir a validade do pleito. Após muita confusão, apartes, protestos e insultos, a sede daquela sociedade transformou-se em uma verdadeira praça de guerra, ficando completamente destruída pelos próprios sócios. O conflito resultou em um morto, vários feridos e um processo de 109 páginas. A partir dos depoimentos das testemunhas, consta do processo o resumo dos fatos. O trecho é longo, mas vale a pena ser transcrito, pois pode oferecer elementos importantes para nossa análise:

“No dia 13 do mês corrente, cerca de 1 hora da tarde, produziu-se um conflito entre os sócios da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, na sede social, à rua Marechal Floriano Peixoto n. 20. Foram disparados diversos tiros de revólver, de que saíram feridos os sócios Antônio Henrique, Manoel Rodrigues, Cândido Francisco Pinto de Almeida e Antônio Pereira; o primeiro faleceu no dia 15 na Santa Casa de Misericórdia (...), e os demais receberam ferimentos reputados leves.

Referem as testemunhas que depuseram no inquérito, e os ofendidos que, sancionando a lei n.1637 de 5 de janeiro de 1907, que criou os sindicatos profissionais e sociedades corporativas, a Sociedade de Resistência resolveu alterar a sua denominação e organizar-se de acordo com as prescrições do referido decreto, cujo art. 2º , & 2º estabelece que só podem fazer parte das administrações dos sindicatos, brasileiros natos, ou naturalizados com mais de cinco anos e residência no País e no gozo de todos os seus direitos civis.

Havendo na diretoria vagos os lugares de Presidente e Tesoureiro, fez-se uma eleição no dia 10 do mês corrente, saindo vitoriosos os nomes de Fernandes Ribeiro e Manoel Dias, ambos de nacionalidade portuguesa. A sessão de posse foi marcada para o dia 13.

Aberta a sessão, tomou a palavra o sócio brasileiro Rozendo Alfredo dos Santos, e protestou contra a validade daquelas eleições, que no seu conceito era írrita e nula, não só pela nacionalidade dos eleitos como ainda porque a eleição não foi anunciada com a devida antecedência, sendo publicado o anúncio da convocação apenas em um só jornal, no próprio dia da sessão. Esse discurso, a proporção que se desenvolvia era cortado por violentos apartes, dados por um grupo composto de Henrique Roseira, Antônio Henrique, Raphael Munhões e Gumercindo Terra, todos estrangeiros, a exceção do primeiro que, embora brasileiro, é filho de português.

Em seguida tomou a palavra o sócio Rufino Ferreira da Luz, que desenvolveu o mesmo tema do orador presente, mas então os apartes já se mostraram mais violentos e organizados, e em um dado momento, um dos do grupo, Antônio Henrique, bradou: - “o que se tem de fazer, faz-se já” – e juntando à palavra a ação, sacou de um revólver, e detonou-o em mira ao orador Rufino Ferreira da Luz. Acompanhando a decisão de Antônio Henrique, Henrique Roseira, de revólver em punho, abriu um vácuo na multidão dos sócios, e pôs-se a dar tiros, secundando nessa tarefa pelos seus consócios Raphael Munhões e Gumercindo Ferro. Antes que a polícia pudesse intervir, Roseira, Munhões e Gumercindo evadiram-se, sendo Antônio Henrique encontrado gravemente ferido(...).²²

²² AN – Proc. n. 720, maço 883. 1908. pg.52

O episódio acima transformou-se em “exemplo” ao ser constantemente mencionado por muitos historiadores como representativo do quanto os conflitos étnicos e as diferenças de nacionalidade tenderam a dificultar a solidariedade de classe e limitar a ação operária no porto carioca e no Rio de Janeiro de uma maneira geral.

Boris Fausto foi um dos autores que defendeu a tese de que as diferenças étnicas e de nacionalidade não apenas limitaram a ação operária no Rio de Janeiro, como também teriam praticamente definido a predominância do sindicalismo reformista, de caráter não-revolucionário, que ele chama de “trabalhismo carioca”. Para o autor, o setor de serviços, que abrange os ferroviários, marítimos e doqueiros, formava um grupo de trabalhadores intocados pela ideologia anarquista em fins do século XIX, principalmente devido à superioridade numérica de trabalhadores nacionais, especialmente negros. O mesmo não teria acontecido em São Paulo, sempre considerada como palco dos movimentos revolucionários justamente pela predominância dos imigrantes com tendências libertárias²³.

Sheldon Maram segue a mesma linha de Fausto ao afirmar que os conflitos internos, por vezes abortaram tentativas de organização entre os portuários, acarretando o declínio de vários sindicatos, como a “Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café”, que ele cita como exemplo. Segundo ele, após a disputa entre nacionais e portugueses, o sindicato declinou vertiginosamente, vendo o número de associados cair de 4.000 para apenas 200 em um só ano. E ainda aponta que alguns anos depois o “Resistência” se reergueu sob nova liderança.²⁴

Em uma posição diferente deste autor, Marli Albuquerque, que tratou especialmente dos trabalhadores do porto, rejeita a tese de que conflitos étnicos teriam limitado a

²³ Fausto, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. Rio de Janeiro. DIFEL: 1979.

²⁴ Maram, Sheldon. *Op. Cit.* 1979. pg. 31.

organização daqueles trabalhadores, afirmando que a ação política das categorias portuárias era intensa e marcada pela solidariedade de classe, não tendo qualquer conteúdo racial:

“Na pesquisa realizada não foi constatada a ocorrência de disputa entre trabalhadores motivados pelas diferenças étnicas. A idéia de apatia política dos trabalhadores negros, motivada pela sua condição de ex-escravo, foi rejeitada, visto que as fontes, sobretudo as primárias, demonstram que a ação política das categorias, compostas principalmente de negros (carregadores e estivadores) era intensa e destituída de qualquer conteúdo racial, ao contrário, propunha a manutenção de laços de solidariedade entre as categorias atuantes do porto do Rio de Janeiro numa luta essencialmente dirigida aos empregadores”.²⁵

No entanto, há que se considerar que o trabalho de Marli Albuquerque tende a exagerar na ênfase à harmonia e solidariedade entre os portuários, descartando os conflitos que certamente ocorriam.

Sidney Chalhoub, em seu livro sobre o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro dos primeiros anos do século XX, define a situação dos portuários naqueles tempos afirmando que as diferenças internas à classe limitaram em algum grau a organização daqueles operários, mas reconhece que o grupo era forte, e bastante consciente de sua situação de classe. Segundo ele, a enorme competição pelo trabalho traduzia-se em ações contraditórias, revestindo-se não só de um conteúdo de luta e desagregação, mas também de solidariedade e de espírito comunitário. Mas, baseando-se em Maram, o autor também cita o conflito no “Resistência” como o motivo do vertiginoso declínio do sindicato e que sua revitalização se deu sob uma liderança diferente daquela anterior. O autor argumenta

²⁵ Albuquerque, Marli B. M. *Trabalho e Conflito no Porto do Rio de Janeiro, 1904-1920*. Tese de Mestrado, Rio de Janeiro, UFRJ, 1983.

ainda que o fato de alguns sócios estrangeiros gritarem “abaixo à plebe” durante a falação de Rozendo Alfredo dos Santos demonstra o “inequívoco caráter racial da disputa”²⁶.

Maria Cecília Velasco e Cruz, em sua tese sobre estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da primeira república, esclarece que a crise que resultou na desorganização do “Resistência” não pode ser atribuída àquele conflito. Segundo Cruz, a verdadeira causa da crise institucional do sindicato fora a perda dos fundos sindicais causada pela falência do Banco União do Comércio, e o *lock-out* feito pelo Centro de Comércio de Café contra o “Resistência”, na mesma época. E diz ainda que antigos sócios foram elementos estratégicos e até mesmo essenciais à reorganização da sociedade após a crise, contrariando a afirmação de que ela teria se reerguido com novos líderes.²⁷ Nesse trabalho, a autora fala pouco sobre esse assunto, não se perguntando se a questão étnica teria gerado o conflito ou não. No entanto, a autora retoma a questão em artigo publicado pela Revista Usp, onde se detém mais especificamente sobre o episódio. Ela continua sustentando a tese que a desorganização da Resistência não foi consequência do conflito de 1908 e, ao analisar o processo criminal que apurou os fatos daquele dia, critica “a hipótese da centralidade dos limites colocados pelos enfrentamentos étnicos ou raciais ao sindicalismo portuária carioca”. No entanto, a autora reconhece que, apesar de ser preciso relativizar tais idéias, não se pode afirmar que tais conflitos não trouxeram dificuldades ao desenvolvimento dos movimentos operário e sindical carioca.²⁸

²⁶ O autor também menciona o conflito na Resistência. Chalhoub, Sidney. *Op. Cit.*, 1986 pg. 107-109.

²⁷ Cruz, Maria Cecília Velasco e, “Tradições Negras na formação de um sindicato”. In: *Afro-Ásia*, 24 (2000). pg. 280-281. Sobre os motivos da crise, a autora baseia-se em fontes manuscritas localizadas nos arquivos mortos da Sociedade de Resistência e do Centro do Comércio de Café.

²⁸ Cruz, Maria Cecília Velasco e. “Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908”. In: *Revista Usp*, São Paulo, n.68, pg. 188-209, dezembro-fevereiro 2005-2006.

Apesar de não haver consenso, a tendência da historiografia foi associar diretamente o conflito ao “problema” da diversidade étnica. Da mesma forma, muitas das interpretações sobre a história mais ampla do movimento operário carioca, e especialmente no porto, tiveram base nesses pressupostos e enxergaram não só desmobilização da classe como também associaram tendências políticas dos sindicatos portuários à composição étnica de seus trabalhadores. Aqui, pretendo apontar algumas questões e trazer alguns elementos que possam contribuir com a discussão, buscando desnaturalizar certas associações diretas que, a meu ver, simplifica demasiadamente uma história que é muito mais complexa.

Apesar de alguns autores citarem o episódio ocorrido na sede da “Resistência”, e de até usarem o processo como fonte para legitimar suas teses, nenhum deles, à exceção de Maria Cecília Velasco Cruz, parece ter se detido mais detalhadamente nele. Alguns dados que constam das 109 páginas do processo trazem elementos que, apesar de não “solucionar” a questão, podem nos fazer pensar sobre o assunto em outros termos. Voltemos, então, ao processo.

Em depoimentos dos nacionais que ficaram contra a eleição, aparecem alguns elementos em comum: oito deles²⁹ citam o Decreto n. 1637, de 5 de janeiro de 1907, crucial para a compreensão dos fatos. Tal decreto regulou a criação dos sindicatos profissionais e associações corporativas, estabelecendo regras para seu reconhecimento legal. Segundo essas testemunhas, os sócios daquela sociedade – brasileiros e estrangeiros – haviam decidido em assembléia que a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em

²⁹ Os dados que se seguem foram tirados dos depoimentos semelhantes dos seguintes sócios brasileiros: Rozendo Alfredo dos Santos, Rufino Ferreira da Luz, Philomeno Antônio de Araújo, Manoel Matheus dos Santos, Cândido Ferreira Pinto de Almeida, Ramiro José da Silva, José Hermes de Oliveira Costa e Antônio Pereira.

Trapiche e Café iria seguir-se por tal decreto e converter-se em sindicato. De acordo com o parágrafo 2º do artigo 2º do decreto só podem ser admitidos para a administração dos sindicatos os brasileiros natos ou naturalizados com residência no país há mais de 5 anos e no gozo de seus direitos civis. Não era o caso daqueles estrangeiros: o presidente eleito José Fernandes Ribeiro e o tesoureiro Manoel Dias eram portugueses. Mas esse não parecia ser o problema em si: acontece que os estrangeiros não só não eram naturalizados como também o presidente estava em dívida com a sociedade, devendo dois meses de mensalidade aos cofres da associação, o que fazia dele uma pessoa sem as qualidades que se espera de um presidente ao não honrar os compromissos com a associação que iria presidir.

Mas não era só isso. Os depoimentos chamam atenção para irregularidades na eleição: Rozendo Alfredo dos Santos, brasileiro, negro, contou que a convocação da eleição “não foi feita com a devida antecedência, o que só foi feito no dia em que se realizou a eleição e assim mesmo em um só jornal”. Outros sete depoentes confirmaram essa versão. Manoel Matheus dos Santos, brasileiro, negro, diz em seu depoimento que, por conta disso, muitos sócios não puderam votar porque simplesmente não sabiam que haveria pleito. O sócio Etelvino José da Silva, brasileiro, negro, chega a dizer que nem mesmo sabia qual era o motivo da assembléia, quanto mais que havia tido eleição.

Por mais que os depoimentos desses sócios devam ser relativizados por ser este grupo contrário aos eleitos, deve ser considerado o fato de todos insistirem em alguns fatos: a ilegalidade da eleição, a não divulgação da mesma e rejeitarem um presidente que não paga suas mensalidades. O jornal *Correio da Manhã*, por exemplo, ao noticiar o conflito comentou que “não era um problema fixado pela associação, lá estava a lei, clara e precisa, devidamente discutida pelos poderes públicos”. Mas, ao que parece, alguns sócios

descontentes com tal lei teriam alegado que “não se moldavam por leis do governo”.³⁰ O *Jornal do Brasil*, também informou que os estatutos proibiam a eleição de diretores estrangeiros e que os imigrantes não aceitaram essa determinação e decidiram desacatá-la³¹. Segundo Evaristo de Moraes, em sua coluna no *Correio da Manhã*, há muito os trabalhadores lutavam para que suas associações sindicais fossem regulamentadas pelos poderes públicos³². Ora, se o problema daquela eleição era uma questão legal, o problema da rivalidade étnica já merece ser relativizado, ainda que não desqualificado.

Maria Cecília Velasco e Cruz em artigo já mencionado, sinaliza para a importância dessa lei para a compreensão, e desmistificação, do conflito. Segundo a autora, o que mais chama a atenção nos relatos, tanto de jornais como dos depoentes do processo, é a recorrente referência dos fatos à lei, em detrimento às menções à dimensão étnica ou racial. E conclui que a eleição dos portugueses é discutida na assembléia à luz da lei. Para uns ela é ilegal, portanto, ilegítima. Para outros, no entanto, ela deveria ser seguida e respeitada: aí estaria o centro da discórdia geradora do conflito.³³

Voltando ao processo é possível perceber outros elementos que relativizam as questões étnica e racial como centrais na análise do conflito, ainda que importantes. A análise das nacionalidades dos sócios arrolados no processo nos fornece um desses elementos: nem todos os brasileiros se mostraram contrários aos estrangeiros. Henrique Roseira e Raphael Serrato Munhões, que defenderam os portugueses eleitos eram

³⁰ *Correio da Manhã*, 14/05/1908. pg. 2

³¹ *Jornal do Brasil*, 14/05/1908 e 15/05/1908.

³² *Correio da Manhã*. 007/01/1907. Evaristo de Moraes: “Coluna Operária”. pg. 3. Não discutirei aqui os ganhos e as perdas de tal lei para o trabalhador.

³³ Cruz, Maria Cecília Velasco e. “Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908”, *Op. Cit.*

brasileiros.³⁴ José Cardoso de Moraes Rego, que presidiu a eleição, também era brasileiro. Em seu depoimento, ele diz que a insatisfação dos contrários àquele pleito não tinha razão de ser. Diz que houve, sim, a convocação dos sócios com a devida antecedência. Mas foi o único que fez essa afirmação. No entanto, ele não faz menção ao decreto de 1907. Vale mencionar ainda que Gumercindo Ferro Louzada, também defensor dos portugueses, era, na verdade, espanhol.

Podemos perceber desses detalhes que constam do processo, que as identificações e associações internas ao grupo são mais complexas e que a disputa pelo controle do sindicato não opunha simplesmente brasileiros e portugueses, ou negros e brancos, mas essencialmente grupos com interesses antagônicos. No mais, mesmo quando os brasileiros se colocaram prontamente contrários à eleição dos estrangeiros, suas justificativas para tal oposição se baseavam em questões que iam além da rivalidade étnica.

Não estou querendo reafirmar a tese de Marli Albuquerque de que a harmonia e a solidariedade de classe reinavam absolutas sobre aqueles trabalhadores e que as rivalidades étnicas, raciais ou de qualquer outro tipo nunca tiveram vez entre os portuários. Não é isso. Claro que houve tensões e que em alguns momentos elas se tornavam mais claras, como é o caso das situações limites como o episódio narrado. Nessas situações, diferenças de toda ordem emergem e são percebidas mais facilmente. No entanto, para além das discórdias que colocavam os indivíduos em lados opostos em situações específicas, a Sociedade dos Trabalhadores em Trapiche e Café como entidade de classe, discursava em favor da igualdade, inclusive racial, como é possível perceber em um dos pontos dos estatutos

³⁴ No resumo do processo, transcrito aqui, consta que apenas um do grupo era brasileiro e, mesmo assim, filho de português. No entanto, de acordo com o auto de qualificação e com os depoimentos verifica-se que tanto Henrique Roseira quanto Raphael Serrato Munhões eram brasileiros. Não sabemos qual deles era filho de português.

aprovados em 1905, onde consta que entre os fins da sociedade estava buscar “a união de todos os trabalhadores” sem “distinção de nacionalidade, cor e religião”.³⁵

Tal discurso também estava presente nas palavras de indivíduos, como a do militante José Ayres de Castro, que, ao comentar a greve de 1906 para o *Na Barricada* afirmou que naqueles “abnegados trabalhadores não havia raças, nacionalidades ou credos religiosos ou políticos que os fizessem discordar; por cima de tudo isso queriam mais consideração, menos horas de trabalho, maiores salários, e mais liberdade.”³⁶

Kirk Neville em seu artigo do livro *Culturas de Classe* nega que a diversidade automaticamente interdita a solidariedade de classe. Para o autor “nem a classe trabalhadora nem qualquer outra classe social será jamais um ente completamente unido e indiferenciado, fixo e congelado no tempo”. Para ele, “elementos tanto de diversidade e semelhança quanto de divisão e unidade coexistem entre os trabalhadores”.³⁷

A experiência dos trabalhadores do porto do Rio de Janeiro deve ser pensada não à partir do velho contraponto integração/desintegração. É preciso nos ater para a heterogeneidade dessas experiências e para as contradições presentes no *fazer-se da classe*³⁸, sem relacioná-las diretamente com desmobilização.

Negros e Brancos na formação da classe trabalhadora carioca.

³⁵ *Diário Oficial*, anno XLIV, n. 140, 17 de junho de 1905. pg. 2.789

³⁶ *Na Barricada*, 4/11/1915.

³⁷ Kirk, Neville. “Cultura: Costume, Comercialização e Classe”. In: Batalha, Cláudio H. M.; Fortes, Alexandre e Silva, Fernando Teixeira da. (orgs.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2004. pg. 52-3

³⁸ Cf. Thompson, E. P. *Op. Cit.* 1987.

Em 1849 a população da cidade do Rio de Janeiro era de 266.466 habitantes, sendo 110.602 escravizados e 155.864 livres³⁹. Já em 1870, ano em que acaba a Guerra do Paraguai, a população é de 235.381 pessoas, sendo que 50.092 eram escravos, e 185. 289 eram livres ou libertos.

Finda a Guerra do Paraguai, os soldados, entre eles muitos ex-escravos, retornam para suas casas, aumentando o fluxo na cidade do Rio de Janeiro. Em 1872 a população se é de cerca de 274.972 habitantes, sendo 226.033 livre. Mesmo com o aumento populacional, o número de escravizados continua a decrescer, somando então 48.939 pessoas.

Na década de 1870 a cidade vai sofrer um enorme aumento da população, conseqüência não somente do fim da guerra, mas também, e principalmente, das constantes levadas imigrantes que desembarcavam no porto carioca e de pessoas que vinham de outras regiões do país.

Em 1890 a Corte assistiu a sua população dobrar em relação às duas décadas anteriores, alcançando 518.292 habitantes.⁴⁰ Neste mesmo ano a população negra da cidade (pretos e pardos) alcançava 37,2% da população total, enquanto em 1872 este percentual era de 44,79%.⁴¹

³⁹ Mattos, Marcelo Badaró. Mattos, Marcelo Badaró. *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008. pg. 40.

⁴⁰ Lobo, Eulália M. L., Carvalho, Lia A., e Stanley, Myriam *Questão habitacional e o movimento operário*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1989. pg.151.

⁴¹ Silva, Eduardo *Dom Oba d'África, o príncipe do povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pg.77.

Segundo Eulália Lobo e Eduardo Stotz, a guerra do Paraguai “exigiu a mobilização de recursos humanos e econômicos de grande monta. Perto de 200 mil homens foram recrutados. Diversos ramos produtivos como a metalurgia, a construção naval e o de tecidos participaram do esforço bélico”.⁴² Isso se refletiu em uma escassez de mão-de-obra, principalmente escrava, na cidade do Rio de Janeiro⁴³. Sidney Chalhoub aponta para estas transformações em relação ao peso da mão de obra escrava no artesanato e na indústria em 1852 e 1872, quando afirma que:

“Em 1852, 64,5% dos trabalhadores empregados nos 1013 estabelecimentos artesanais e industriais do Rio eram escravos; outros 35,5% eram trabalhadores livres brasileiros e estrangeiros. Já o censo de 1872 registrou apenas 10,2% de cativos entre os artesãos e operários da Corte; os brasileiros livres e os estrangeiros representavam então 49,0% e 40,6% destes trabalhadores, respectivamente. A maior parte da população escrava do município estava empregada no serviço doméstico (41,5%) e nas atividades agrícolas (11,6%) em 1872.”⁴⁴

A diminuição da mão-de-obra escrava nas fábricas pode ser explicada em parte pelo fato de que após a proibição do tráfico negreiro, em 1850, esses braços foram atender a demanda dos setores ligados ao café, especialmente as fazendas do Vale do Paraíba. Nas áreas urbanas, a mão-de-obra livre passa a ser utilizada e até mesmo incentivada. Como bem nos aponta Beauclair:

⁴² Lobo, Eulália M. L. & Stotz, Eduardo N. *Formação do operariado e movimento operário no Rio de Janeiro, 1870-1894*. In: Estudos Econômicos, 15 (nº especial), São Paulo, 1985. pg. 52.

⁴³ Idem pg. 57.

⁴⁴ Chalhoub, Sidney *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas de escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

“Existia uma espécie de ‘consenso’ (...) entre as autoridades provinciais e centrais e os organizadores e administradores das fábricas no sentido de não utilizar mais escravos (...).Uma exceção surpreendente foi a Cia. de Luz Stearica, que comprou escravos após 1850.”⁴⁵

Certamente, em 1872, a relação entre trabalho escravo e livre já se encontra bastante alterada, em relação à décadas anteriores, transformação que provavelmente se intensifica com o aumento populacional que ocorre até o final da década de 1880.

Escravos vão sendo deslocados de postos de trabalho nas indústrias, no comércio e nos transportes, e assim sendo postos “ao ganho”. Em seus lugares vão sendo contratados trabalhadores assalariados, entre estes mulheres e crianças, que eram fundamentais para manter os salários em patamares reduzidíssimos. Isto não significa que escravos e trabalhadores assalariados não fossem utilizados conjuntamente nas manufaturas e indústrias.

Em relação ao trabalho escravo, até 1850 nas ruas dominava o trabalho escravo. Mary Karash destacou, entre as profissões de escravos, os carregadores, almocreves, estivadores, aguadeiros, marinheiros, barqueiros, carregadores de dejetos, barbeiros-cirurgiões, vendedores ambulantes, acendedores de lampião, etc.⁴⁶ Luis Carlos Soares, em trabalho sobre os escravos de ganho na cidade do Rio de Janeiro também percebeu grande presença de escravos, especialmente os postos ao ganho nas seguintes profissões: estivadores, carregadores, cocheiros, barbeiros, sangradores, quitandeiros, músicos,

⁴⁵ A referida companhia compraria escravos ainda em 1868. Beauclair, Geraldo *Raízes da Indústria no Brasil*. Rio de Janeiro: Studio F&S, 1992. pg.156.

⁴⁶ Cf: Karash, Mary. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pg. 259.

tocadores de realejo, barqueiros, pescadores, caçadores e “tigres” (aqueles que carregavam dejetos em tonéis para despejo fora das casas)⁴⁷.

Segundo Soares, após 1850, os escravos teriam se concentrado no serviço de transportes de carga, nos levando a pensar que as outras atividades antes desempenhadas por estes tenham sido gradativamente ocupadas pelos trabalhadores livres, especialmente imigrantes. Para ele:

“Se realmente a maior parte desses escravos foi empregada no transporte de carga, pode-se imaginar que já nos anos 1850 tenha se manifestado mais intensamente no comércio ambulante a tendência de substituição dos cativos pelos trabalhadores livres imigrantes. É possível que estes trabalhadores brancos rejeitassem com muita frequência assumir as atividades do transporte de carga, onde eles seriam mais facilmente nivelados aos trabalhadores escravos. Isto talvez explique a presença ainda maciça de cativos entre os carregadores na segunda metade do século passado”⁴⁸.

Como bem apontou Mattos, a experiência do trabalhador escravizado nas ruas, muitas vezes “vivendo sobre si”, bem como a convivência com os trabalhadores livres, muitas vezes compartilhando as mesmas ocupações e buscando os mesmos “clientes” levou ao surgimento de rivalidades e disputas. No entanto, também levou ao surgimento de várias formas de solidariedade.⁴⁹ Um exemplo dessas solidariedades constituídas são as tropas de carregadores de café que, segundo Karash “se organizavam em grupos para comprar a liberdade. Depois de fazer um sorteio para determinar quem seria libertado primeiro,

⁴⁷ Soares, Luis Carlos. “Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX”. In: *Revsta Brasileira de História*. n.16, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1988. pg.110.

⁴⁸ Idem, pg. 116.

⁴⁹ Mattos, Marcelo Badaró. *Op. Cit.* 2008. pg. 49

trabalhavam pela liberdade de todos, permanecendo juntos até que todos fossem alforriados”⁵⁰.

Após 1888, com a abolição, o trabalho nas ruas continua como opção de sobrevivência para boa parte dos trabalhadores da cidade do Rio de Janeiro. Segundo Mattos, “em 1906, a classificação ocupacional do censo revela um predomínio do subemprego, num quadro em que a distância entre mercado formal e informal de trabalho era pouco perceptível. Assim, 51,8% da população economicamente ativa eram incluídos nas vagas denominações de “serviço doméstico, jornaleiros e outros”. Porém nas ruas, que antes eram terreno predominantemente dos escravos, agora se constituíam em disputado leque de sobrevivência por aqueles que não encontravam espaço no mercado formal de trabalho, ou não se conformavam às suas regras”.⁵¹

Nesse sentido, o porto continuou sendo uma alternativa de trabalho a esses trabalhadores.

Os “avulsos” na “parede”: a contratação da mão-de-obra

O setor portuário era composto, em sua maioria, de operários privados contratados por inúmeras firmas. Essas firmas não tinham como prever o volume de trabalho diário, pois isso dependia do número de navios que atracariam no cais. Seria muito desvantajoso para os donos de tais firmas manterem trabalhadores fixos, pois teriam que, assim, pagar também salários fixos independentemente da quantidade de trabalho. Assim, as firmas costumavam manter um pequeno número de trabalhadores contratados e contratavam os demais por tempo determinado, de acordo com a quantidade de carga a ser embarcada ou

⁵⁰ Karash, Mary. *Op. Cit.* pg. 265.

⁵¹ Mattos, Marcelo Badaró. *Op. Cit.* 2008. pg. 49.

desembarcada. Esses trabalhadores eram chamados de “avulsos” e ficavam sujeitos às flutuações do mercado.

Todo trabalho de movimentação e arrumação de mercadorias no porto era realizado por grupos de trabalhadores cujo tamanho e processo de trabalho variam pouco de um porto para outro. No caso do Rio de Janeiro, os estivadores denominam esses grupos de “ternos”, e os carregadores e arrumadores de “tropa” ou “turmas”. A contratação dos avulsos geralmente acontecia da seguinte forma: todos os dias, em diversos horários, vários homens se reuniam na “parede”, local onde os interessados se apresentavam para disputar uma vaga nas turmas que fariam o serviço. O número de braços contratados para determinado serviço variava de acordo com a carga, e a escolha dos homens era feita através da “chamada livre”, sem obedecer nenhum critério pré-definido. Quem queria trabalhar levantava a mão e “rezava” para ser apontado pelos capatazes ou encarregados das firmas agenciadoras da mão-de-obra, responsáveis pela contratação, que eram firmas intermediárias, contratadas pelos donos do navio ou pelas firmas de importação/exportação.⁵²

Esse sistema floresceu entre a segunda metade do XIX e início do XX na maioria dos portos do mundo (free-call, na Inglaterra e Shape-up, nos Estados Unidos) e aparece, historicamente, como resposta dos empregadores às constantes flutuações da carga e descarga de mercadorias nos portos. A contratação por “chamada livre” na “parede” levou à criação e manutenção de um exército permanente de reserva na área do porto, ao qual os

⁵² Sobre a organização do trabalho e o processo de contratação da mão-de-obra portuária, ver: Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* 1998; Maria Lúcia. Caira. *Ventos do Mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos, 1889-1914*. São Paulo: Ed. da Unesp; Santos: Prefeitura Municipal de Santos, 1992.

empregadores recorriam nos momentos de pico do movimento portuário, o que levava à depreciação dos salários.

Como não havia um critério lógico para a escolha dos operários, a escolha dos braços que faziam determinado trabalho ficava nas mãos dos encarregados das firmas empregadoras, que também eram chamados de capatazes ou feitores. Era comum que esses encarregados favorecem uns em detrimento de outros, de acordo com sua vontade, afinidade ou interesse. Isso fazia com que os trabalhadores buscassem relações pessoais com os responsáveis pela contratação, que exerciam grande poder sobre os avulsos.

João do Rio em uma de suas passagens pelo cais do porto carioca descreveu uma cena onde aparece a figura do encarregado, o feitor:

“De madrugada, escuro ainda, ouviu-se o sinal de acordar. Raros ergueram-se. Tinha havido serão até meia-noite. Então, o feitor, um homem magro, corcovado, de tamancos e beijos finos, o feitor, que ganha menos de duzentos mil réis e acha a vida um paraíso, o Sr. Correia entrou pelo barracão onde a manada de homens dormia com a roupa suja e empapada de suor da noite passada.

- Eh! Lá! Rapazes, acorda! Quem não quiser, roda. Eh! Lá! Fora!”⁵³

E mais:

“ (...) O trabalho recomeçou. O Correia, cozido ao sol, bombeava a perna, feliz. Como a vida é banal. Esse Correia é um tipo que existe desde que na sociedade organizada há o intermediário entre o patrão e o servo. Existirá eternamente, vivendo de migalhas de autoridade contra a vida e independência dos companheiros de classe”.⁵⁴

⁵³ Do Rio, João. *A Alma encantadora das ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pg. 113.

⁵⁴ Idem, pg. 116.

Esse processo de contratação causava extrema insegurança entre os trabalhadores que se arriscavam na parede, gerando também uma disputa acirrada entre os trabalhadores por uma vaga nas turmas de trabalho.

Conflitos e solidariedades

As colunas dos jornais no início do século XX costumavam trazer relatos das brigas entre trabalhadores no porto. Em janeiro de 1906, o *Correio da Manhã* narrou um conflito ocorrido na Estação Marítima da Gamboa:

“ (...) Logo pela manhã, apresentaram-se na porta daquela Estação, cerca de 300 trabalhadores.

Como de praxe, o feitor José Duarte disse precisar de 70 homens, que escolheu entre os presentes.

Isso provocou entre os não escolhidos para o serviço, murmúrios que dentro de poucos minutos se transformaram em protestos.

De repente, do grupo dos que não tinham sido escolhidos partiu um tiro, cujo projétil foi se alojar nas costas do feitor José Duarte (...)”⁵⁵

Já no final do século XIX, o *Jornal do Brasil* denunciava o modo

“desorganizado, criminoso e reprovado pelas instituições do país, desprezado até do cumprimento do dever que têm as autoridades no policiamento sobre os ajuntamentos de trezentos ou quatrocentos trabalhadores que ali vão mendigar e implorar das entidades absolutas, os contramestres, na escolha de trabalhadores que devem embarcar para o trabalho da estiva”.⁵⁶

Cenas como as narradas pelos jornais de época acima não eram incomuns. As freqüentes brigas entre os portuários eram provocadas principalmente pela competição

⁵⁵ *Correio da Manhã*, 17/01/1906.

⁵⁶ *Jornal do Brasil*, 20/07/1895.

cotidiana por trabalho, consequência da maneira como os trabalhadores “avulsos” do porto eram contratados. A falta de estabilidade era responsável pela insegurança que o processo arbitrário de contratação causava nos trabalhadores, fazendo com que a competição desenfreada pelo serviço fosse uma das principais características dos portos de uma maneira geral. Entre os cariocas, ela estava presente no próprio jargão dos operários, que costumavam chamar o ato de levantar a mão na “parede” de “fazer fé”, numa referência clara às apostas no jogo do bicho ou outros jogos de azar, muito comuns já naquela época. O linguajar refletia a incerteza vivida diariamente pelos trabalhadores avulsos, que muitas vezes causava raiva, frustração e brigas entre os que disputavam uma vaga no serviço ou entre esses e o responsável pela escolha.⁵⁷

Brigas causadas pelas incertezas acerca do mercado de trabalho muitas vezes somavam-se à disputa pelo trabalho também as divergências no interior da classe. No porto de Nova Iorque, por exemplo, as rivalidades entre irlandeses, negros e italianos fizeram com que os grupos constituíssem comunidades separadas, cada um em seu quarteirão, além dos trabalhadores terem se organizado em diferentes sindicatos. No porto de Londres, o elevado grau de compartimentação habitacional também era fruto das fissuras profissionais e étnicas. Em algumas cidades, os armadores buscaram tirar proveito da situação de conflito, como aconteceu na cidade de Saint John, no Canadá, onde as hostilidades entre protestantes e católicos eram exploradas pelos empregadores. O mesmo aconteceu com as rivalidades entre brancos e negros em New Orleans, cidade onde formaram-se sindicatos distintos e em situações de crise, as disputas por emprego tornavam-se extremamente violentas.⁵⁸

⁵⁷ Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* 1998. pg.228-229.

⁵⁸ Idem, pg. 207.

No Rio de Janeiro, não houve compartimentação da população portuária em bairros diferentes ou em sindicatos diferenciados por nacionalidade ou etnia. No entanto, como já foi comentado, a enorme disputa pelo mercado de trabalho entre nacionais (a maioria negros) e imigrantes (principalmente portugueses) foi quase sempre referida como elemento desagregador da classe e desencadeador de cenas de violência entre trabalhadores.

Assim, em 9 de Janeiro de 1902, na Estação Marítima, o português Justino Joaquim da Silva, de 40 anos, morador do Engenho de Dentro acusou João Morgado de o ter agredido na Estação Marítima “por causa de serviço”. Todas as testemunhas ouvidas na delegacia da 2ª Circunscrição Urbana, afirmaram que João Morgado atingira Justino com uma martelada na cabeça e que fora necessária a intervenção dos outros companheiros de trabalho para evitar que o agressor o espancasse mais. Após o acontecido, Morgado fugiu e não foi mais encontrado e o caso foi arquivado por falta de testemunhas que, mais uma vez, não apareceram para o julgamento por não terem sido encontradas nos endereços declarados na delegacia.⁵⁹

Outro caso ocorreu na manhã de 9 de dezembro de 1909, quando um estivador pernambucano chamado Caetano Damásio, de 19 anos, morador do Morro da Favela, foi parar na delegacia do 3º Distrito Policial, acusado de ter disparado um tiro no português Manoel Gomes, vulgo “Cabo Verde”, de 25 anos. A cena ocorrera no Cais das Docas Nacionais, em frente ao Trapiche Silvino e todas as testemunhas arroladas no processo afirmaram mais ou menos a mesma coisa: que em uma embarcação encostada à ponte do Trapiche Silvino, um grupo de homens trabalhava na descarga de farinha e feijão quando, dentro da tal embarcação travou-se luta corporal entre o brasileiro Caetano Damásio e o

⁵⁹ AN – 10ª Vara Criminal. Cx. 320, Proc. 679. 1902.

português Manoel Gomes, tendo aquele disparado um tiro contra este, que caiu por terra e foi levado por uma ambulância. Na enfermaria da Santa Casa de Misericórdia, o ofendido prestou seu depoimento:

“que às 8 horas mais ou menos desembarcou do navio de guerra “Deodoro”, onde trabalhava como foguista, passando a trabalhar no serviço de descarga de mercadorias na Saúde; que lá pelas 7 para as 8 horas da manhã (sic) trabalhava na descarga de uma embarcação encostada em frente do Trapiche Silvino quando foi provocado por um indivíduo que ali chegou armado de revólver; esse indivíduo empurrou uma (...) sobre o declarante que o advertiu que (parasse com essa) liberdade e brincadeira, visto não conhecê-lo. Não se conformando com a advertência, o tal indivíduo atirou contra o depoente vários pontapés, tendo ele declarante dado-lhe um soco. Para evitar nova agressão, o indivíduo retirou-se do trapiche onde o mesmo indivíduo em sua perseguição feriu-lhe pelas costas (...)”⁶⁰

Esse caso pode ser entendido como mais um conflito que tem um fundo étnico, afinal coloca em lados opostos um brasileiro e um português. No entanto, se dermos uma olhada nas testemunhas arroladas no processo, vemos que, apesar de brasileiros, os depoentes não se colocam em defesa de Caetano Damásio e contrários ao português Manoel. O carioca Acácio José de Oliveira, que também trabalhava nas descargas de sacas no tal trapiche, por exemplo, diz em seu depoimento que a briga se deu “pelo fato de Caetano Damásio arrebatou um saco para conduzir, tirando-o das mãos do declarante que ia entregar a Manoel Gomes”. Ou seja, o brasileiro parece culpar o conterrâneo Damásio de provocar a briga e absolver o português Manoel. O depoimento das outras 3 testemunhas, todos brasileiros vai na mesma linha.

⁶⁰ AN – 2ª Pretoria do Rio de Janeiro; m.890, Cx. 5156. 1909.

Mas assim como as brigas “por questões de serviço” ocorriam opondo brasileiros e imigrantes, também acontecia do conflito opor trabalhadores de mesma nacionalidade. Foi o que aconteceu no dia 13 de março de 1902 quando os estivadores brasileiros Benedito José da Silva e José Teixeira tiveram “uma questão” à bordo do navio onde ambos trabalhavam e acabaram se ferindo mutuamente após trocarem socos e pontapés.⁶¹

E há também casos como o que aconteceu em 24 de outubro de 1903, quando o estivador brasileiro Vicente Rodrigues, vulgo “Bexiga”, agrediu fisicamente, com uma faca, um português e um brasileiro no Trapiche da Cia do Gás.⁶²

Que havia competição acirrada pelo mercado de trabalho portuário e que essas competição cotidiana causava descontentamentos que desencadeavam muitos daqueles conflitos parece incontestável. Já a partir do final do século XIX levas e mais levas de imigrantes vieram somar-se aos inúmeros brasileiros – especialmente os negros – que disputavam trabalho na estiva e no carregamento de mercadorias. A forma da contratação transformava o porto em um local de concorrência diária, o que aumentava a disputa e fazia com que as brigas fossem mais constantes e, por isso, “visíveis”, daí a fama de “valentões” e “briguentos”. Essa competição colocava em lados opostos não apenas nacionais e imigrantes, mas trabalhadores diversos que brigavam por uma vaga nas turmas de trabalho.

Contudo, como apontou Fernando T. da Silva, essas ações violentas podem ser encaradas também como expressão de um “universo masculino” baseado em um sistema de valores que tendia a legitimar o papel do homem valente, corajoso e agressivo. Um mundo governado por regras informais, onde imperava a lei do mais forte, e as demonstrações de

⁶¹ AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro; OR. 2411. 1902

⁶² AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro; OR. 2675. 1903

valentia eram respeitadas dentro e fora do porto⁶³. No conflito ocorrido na sede da “Resistência”, essa ostentação da valentia estava presente o tempo todo. Segundo depoimentos, palavras de baixo calão eram ouvidas durante a fala dos oradores e o sócio Antônio Henrique, por exemplo, teria dito “eu sou homem e brigo”, ao que responderam “pois então, briga-se já”.⁶⁴

Os trabalhadores do porto carregavam, desde muito cedo, estigmas de desordeiros e valentões. Segundo um antigo estivador do porto de Santos, a categoria “era mal vista, tinha má fama”.⁶⁵ Vários deles eram conhecidos das autoridades como criminosos famosos e que aterrorizavam a região contígua ao cais, a chamada zona portuária, formada pelos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo. São inúmeros os casos em que portuários eram identificados pela polícia como “desordeiro perigoso”, “famoso vagabundo e desordeiro da Saúde e Gamboa”, etc. Alguns desses homens, conhecidos no cais, nas docas e suas vizinhanças, tinham presença constante não só nas páginas dos registros policiais, mas também na imprensa, como o “célebre” Papa-Rancho, como era chamado o “desordeiro conhecido” Martinho de Souza Oliveira, estivador.⁶⁶ E também homens como José Gomes Cardoso, o Cardosinho, que, a julgar pelo número de prisões e de vezes que seu nome apareceu nas colunas policiais dos jornais cariocas, parece ter sido o mais famoso de todos os valentões do porto. Para João do Rio, “homens da espécie de Cardosinho fazem o sinal da cruz ao levantar da cama para matar um homem horas depois”⁶⁷. A *Gazeta de Notícias*

⁶³ Silva, Fernando Teixeira da. *Operários sem Patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. pg.150. Ver também o artigo do mesmo autor: “Valentia e cultura do trabalho na estiva de Santos”. In: Batalha, Cláudio H. M.. (et. al.). *Op. Cit.* 2004.

⁶⁴ Depoimento de Arthur Vitor Ribeiro Pereira. AN – Proc. 720, maço 883.

⁶⁵ Depoimento de Francisco Rodrigues Garcez à Fernando Teixeira da Silva. Cf. Silva, Fernando Teixeira. *Op. Cit.* 2003, pg. 151.

⁶⁶ *Correio da Manhã*. 27/01/1904. Coluna “Na Polícia e nas Ruas”.

⁶⁷ do Rio, João. *Op. Cit.* 1997. pg.359

tentou traçar um perfil do “célebre Cardosinho” e de seus feitos, assim se referindo às origens criminosas do temível estivador:

“O CARDOSINHO

Este é um personagem importante na sua roda. Não admira que tenha uma biografia extensa.

O nome do tão conhecido Cardosinho é José Gomes Cardoso. Nasceu em Pernambuco, e a sua primeira profissão foi de caldeireiro. Depois, matriculou-se como marinheiro e tomou parte na revolta de 1893, tendo estado no combate da Armação.

Finda a revolta, teve baixa e foi residir no Retiro Saudoso. Ali, como um cidadão pacato, entregou-se à pesca. Mas, um belo dia, cansado de apanhar peixes, mudou de vida, fez-se estivador e entrou para Detenção várias vezes”.⁶⁸

Nesse caso, o jornalista faz uma associação direta entre a entrada de Cardosinho para estiva e sua entrada no mundo do crime.⁶⁹ Cardosinho trabalhou como contramestre da estiva, cargo que exigia força no trato com os outros estivadores, tanto aqui como em outras partes do mundo. Silva transcreveu a opinião de um contratante de estivadores de Nova York, afirmando que

“se me derem a possibilidade de escolher entre um ex-presidiário rude, e alguém que não tenha antecedentes criminais estarei mais inclinado a dar preferência ao primeiro. Sabe por quê? Porque como boss, um ex-presidiário vai inspirar medo aos trabalhadores, que se manterão disciplinados, e trabalharão o máximo”⁷⁰

⁶⁸ *Gazeta de Notícias*. 06/03/1906. “Galeria do Crime: os criminosos”

⁶⁹ Assim como Antoninho Navalhada, o “valentão” mais conhecido do porto de Santos. Sobre Antoninho Navalhada, ver: Silva, Fernando Teixeira. *Op. Cit.* 2003. pg. 151.

⁷⁰ *Idem*, pg. 152

A fama de valentão e as passagens pela prisão conferiam autoridade dentro daquele universo marcado por ritos de masculinidade e valorização da valentia e da força física, numa oscilação entre a identificação do herói pelos próprios portuários e do marginal, como eram vistos pelas autoridades.

Mas apesar de todos os conflitos que realmente aconteceram nos portos, a experiência daqueles homens não pode ser resumida às brigas. Segundo Fernando T. da Silva, esses são aspectos inerentes à cultura portuária, não significando, no entanto, que sejam responsáveis pela despolitização e ausência de uma cultura classista entre aqueles trabalhadores. Se, como outros aspectos da vida dos portuários, a valentia andava de mãos dadas com a natureza ocasional do trabalho avulso no cais, junto a esse fenômeno estava também a luta dos operários para “eliminar os patrões” e controlarem eles mesmos a mão-de-obra. Dessa forma, se por um lado, a contratação funcionava como elemento desagregador, gerador de conflitos internos, por outro, foi justamente em torno dessa questão que os portuários de diversas cidades do mundo se uniram, fazendo frente ao poder dos contratadores e reivindicando o controle do mercado de trabalho. No Rio de Janeiro não foi diferente. Desde muito cedo, já nos primeiros anos do século XX, os trabalhadores portuários se uniram, lutaram e conseguiram impor a *closed shop* ao patronato mesmo com toda diversidade no interior da classe. Vital nessa luta, sem dúvida, foi a atuação da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. Fundada em março de 1905, “sob os auspícios da União dos Estivadores”⁷¹ – outro sindicato de grande expressão no porto carioca, fundado há 2 anos antes – a “Resistência” já nasceu forte, arregimentando os trabalhadores e impondo sua presença ao patronato. É sobre ela e a União dos Operários Estivadores que falaremos no capítulo seguinte.

⁷¹ Conforme noticiava o jornal *Correio da Manhã*, 14/10/1906. pg.3

Capítulo 2:

Do conflito, nascem a União e a Resistência

Era manhã do dia 31 de julho de 1905. Como acontecia todos os dias, grupos de homens se reuniam no porto do Rio de Janeiro em busca de trabalho no serviço de carga e descarga de mercadorias nos diversos navios que ali ancoravam. Entre eles estavam os estivadores Joaquim da Silva Fino, brasileiro de 23 anos, morador na Rua do Monte n. 2 e Izidoro Pereira da Silva, português de 29 anos, morador do Beco de João Ignácio, n.8, ambos endereços da zona portuária carioca. Junto com outros cinco companheiros, Joaquim e Izidoro se apresentavam para o trabalho de descarga no Navio Campeiro, que estava atracado no Trapiche Reis, quando houve um conflito que deixou os dois feridos a balas de revólver.

Na Delegacia da 3^a Circunscrição Urbana, vários estivadores que ali se encontravam foram ouvidos pelo delegado. O primeiro deles, o português José Joaquim Alves, disse que tinha sido convidado por outros companheiros para trabalhar a bordo do vapor Campeiro e que chegando no Trapiche Reis, onde estava atracado o dito vapor, ali se achava outro grupo de homens, entre eles José Gomes Cardoso, o “Cardosinho”, que recebeu o grupo a tiros de revólver. Segundo a mesma testemunha, a agressão se deu pelo fato de Cardosinho e seus amigos serem sócios da Sociedade Regeneradora dos Estivadores⁷², enquanto seu grupo era composto de sócios da União Operária dos Estivadores. Disse ainda que Cardosinho fora o autor dos disparos, pois só trabalhava com sócios da Sociedade

⁷² A Sociedade Regeneradora dos Estivadores foi um outro sindicato, fundado no mesmo ano da União Operária dos Estivadores e sobre o qual trataremos mais adiante.

Regeneradora dos Estivadores e que, durante o conflito, gritava para os membros da União Operária: “o que vocês querem aqui seus canalhas?”.

Os depoimentos das outras quatro testemunhas, como os dos dois ofendidos, confirmaram a versão de José Joaquim Alves. No entanto, ao ser ouvido na delegacia, Cardosinho, que era contramestre de estiva, contou uma outra história. Disse que ele teria sido contratado pelo comandante do vapor Campeiro para levar dois ternos de estivadores para fazer um serviço de carregamento e que estando já com “seu pessoal” a bordo, viu entrar pelo Trapiche Reis um grupo de estivadores da União Operária, que o agrediu e a seus companheiros. Disse ainda que realmente houve tiros “de parte a parte”, da qual saíram feridos Joaquim e Izidoro, não sabendo, no entanto, quem era o autor dos disparos. Afirmava, no entanto, que os tiros não saíram da arma que trazia consigo.

O caso foi levado a Juízo, mas a sociedade de Cardosinho pagou sua fiança e ele respondeu em liberdade, mesmo tendo sido preso anteriormente por 12 vezes pelos mais variados motivos, conforme atesta a sua folha de antecedentes, anexa ao processo. Como as testemunhas não foram encontradas nos endereços declarados, não comparecendo para depor, nada ficou provado e Cardosinho foi absolvido pelo Juiz da 2ª Pretoria em 26 de janeiro de 1907.⁷³

Caso semelhante aconteceu em 22 de janeiro de 1907. Eram 11 horas da manhã quando o delegado da 3ª Circunscrição Urbana foi avisado que um indivíduo estava impedindo, sob ameaça de um revólver, a descarga de uma embarcação na Estação Marítima, no bairro da Gamboa. A força policial se encaminhou para o local e deu voz de prisão ao tal indivíduo, que se chamava Raphael Munhões, um brasileiro de 25 anos e fiscal da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. Esse Raphael

⁷³ AN – 2a Pretoria. Proc. 4989, maço 880, Gal. A. 1906.

Munhões era o mesmo que tomou parte no conflito que analisamos logo no capítulo anterior.

Na delegacia, as testemunhas foram ouvidas. Uma delas, o italiano Salvador Magdalena, prestou o seguinte depoimento:

“que hoje, às 11 horas da manhã, na ocasião em que ele depoente e mais empregados faziam no Cais da Estação Marítima uma descarga de fardos de trapos, aproximou-se dele depoente o acusado presente à frente de um grupo de trabalhadores; que o acusado dirigindo-se a ele depoente de revólver em punho e com ameaças o intimou a cessar a descarga, dizendo-lhe que aquele serviço só poderia ser feito pelos sócios da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores (*grifado no original*); que ele depoente amedrontado com o que se passava, mandou participar à Polícia e esta chegando prendeu em flagrante o acusado (...)”.⁷⁴

Como no outro caso, este também foi a Juízo e a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, da qual Raphel Munhões fazia parte, pagou igualmente sua fiança para que pudesse responder em liberdade. Passados quase quatro anos, o processo ainda se arrastava pelas gavetas da 8ª Pretoria e em 27 de janeiro de 1911 foi julgada extinta a ação penal.

Ao contrário dos demais conflitos narrados, estes apresentam uma novidade: não eram apenas estivadores que brigavam pelo serviço e sim estivadores que reivindicavam a exclusividade de seus sindicatos naquele trabalho. Para sabermos porque isso aconteceu é preciso entender como foram organizados os sindicatos portuários no Rio de Janeiro.

⁷⁴ AN – 8ª Pretoria. OR. 5353. 1907.

A União dos Operários Estivadores

Em 11 de agosto de 1903, os trabalhadores em fábricas de tecido da cidade do Rio de Janeiro iniciaram uma greve. Durante os 26 dias de paralisação, outras categorias profissionais foram aderindo à greve (sapateiros, chapeleiros, alfaiates, charuteiros, pedreiros, carpinteiros, entre outros), ganhando, assim, status de “greve geral”. Apesar de não terem apresentado formalmente aos patrões uma pauta única, ao longo de seu desenvolvimento, cada categoria apresentou pretensões comuns: redução da jornada de trabalho às 8 horas e 40% de aumento, além de outras questões particulares a cada ofício.

Em 25 de agosto os estivadores aderem à greve, quando os têxteis, que a haviam iniciado, já começavam a se retirar. Reuniram-se no cais dos Mineiros, onde usualmente embarcavam, e nomearam uma comissão para organizar as bases de suas reivindicações. Esta comissão ficou reunida na sede da Federação dos Operários e Operárias em Fábricas de Tecidos.⁷⁵

Neste dia, nove navios estavam ancorados esperando o carregamento de café e as lanchas com os contramestres de estiva atracaram no Cais dos Mineiros para buscar o pessoal que fazia o serviço. No entanto, não havia ninguém na “parede”, pois uma assembléia ocorrida no dia anterior decidira pela greve e uma comissão convidara os estivadores a aderir ao movimento. Os estivadores fizeram, então, um memorial com suas reivindicações, que foi entregue ao patronato. Os agentes das companhias de navegação julgaram inaceitáveis as condições impostas pelos estivadores e pediram ao Chefe de Polícia, Dr. Cardoso de Castro, garantias à manutenção da ordem e à segurança daqueles

⁷⁵Goldmacher, Marcela. “A Greve Geral de 1903 - O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910”. Tese de Doutorado. UFF: Niterói, 2009.

que quisessem trabalhar. No entanto, não foi necessário tanto esforço, pois nenhum conflito ocorreu e os estivadores continuaram a greve nos dias que se seguiram.⁷⁶

Diante da manutenção por mais de uma semana da greve dos trabalhadores da estiva, Cardoso de Castro, pediu aos trabalhadores que voltassem ao serviço, afirmando que seria o intermediário nas negociações por melhores condições de trabalho. Nota-se que a mediação do próprio chefe de polícia indica que os estivadores tinham uma posição de negociação extremamente forte. Como afirmou Hobsbawn, “as greves das docas podem causar perdas maciças ou rupturas de um grande setor da economia”.⁷⁷ No Brasil da virada do século, essa afirmação é especialmente verdade, já que se trata de um país agro-exportador, em que a maior parte da economia dependia da exportação de café. Parado o porto, para também o principal setor da economia nacional.

Os trabalhadores faziam vigília permanente no cais e nas proximidades para evitar o embarque de estivadores fura-greves. As casas empreiteiras resolveram, então, recrutar pessoal de fora da cidade ou em outros pontos fora das vistas dos grevistas. No dia 31 de agosto, a imprensa publicou que a greve estaria enfraquecendo, visto que muitos estivadores estariam embarcando em locais afastados e que estariam mesmo pensando em se apresentar aos patrões abertamente. Os estivadores decidiram, então, propor um acordo, reduzindo a jornada para 9 horas de trabalho (das 7 da manhã às 5 da tarde, com 1 hora de descanso e iguais condições para o trabalho à noite). Dias depois, a imprensa informou que, no dia 2 de setembro, dezoito estivadores haviam embarcado no Cais dos Mineiros sem que ocorresse conflitos em virtude da quebra de solidariedade. O que aconteceu, de fato, foi

⁷⁶ Para mais detalhes sobre as greves no porto carioca no início do século XX, ver: Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* 1998.

⁷⁷ Hobsbawn, Eric. *Os Trabalhadores: estudos sobre a história do operariado.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. pg. 242.

que os estivadores se apresentaram e trabalharam no dia 2 de setembro segundo o horário antigo, mas no dia seguinte, se recusaram a começar o trabalho antes das sete da manhã, ou seja, em horário determinado por eles próprios. A tática adotada pelos trabalhadores em virtude da recusa dos empreiteiros em diminuir as horas de trabalho foi a da luta diária, modificando o ritmo de trabalho conforme com seus interesses. Nos dias que se seguiram, os jornais se calaram sobre o assunto, não ficando evidente até quando durou a luta cotidiana pela jornada de nove horas. No entanto, a vitória dos estivadores foi inegável, pois, quando em 1905 explodiu uma nova greve pelas oito horas de trabalho, os estivadores estavam trabalhando das 7 da manhã às 5 da tarde, exatamente como haviam reivindicado no acordo proposto.⁷⁸

Como apontou Maria Cecília Velasco Cruz, o que chama atenção na greve de 1903 não é tanto o ganho obtido pelos estivadores, mas a surpreendente organização daqueles trabalhadores que seriam, teoricamente, “desorganizados”, já que não havia nenhuma estrutura sindical por trás do movimento. O que informava a luta daqueles homens, e os agregava em torno de interesses e objetivos comuns, eram redes informais de comunicação e saberes compartilhados. Nas palavras da autora, “os estivadores comportaram-se como um batalhão disciplinado, deliberaram, formaram comissões, e depois de 8 dias de greve, em confronto aberto com os patrões, foram capazes de mudar de tática, resolvendo trabalhar, mas se apresentando na “parede” apenas nas horas em que eles próprios haviam determinado. Com essa forma de luta velada e calcada em um desafio permanente às regras patronais conquistaram, então, passo a passo a redução da jornada de trabalho, ao tempo que iniciaram também a construção do sindicato”.⁷⁹

⁷⁸ Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* 1998.pg. 241-244

⁷⁹ Idem. pg. 245.

A União dos Operários Estivadores foi fundada em 13 de setembro de 1903 na cidade do Rio de Janeiro, poucos dias após o fim da “greve geral” de 1903. Apesar de ainda não estarem organizados em torno de uma associação, isto não os impediu de atuar de forma unificada como categoria, identificando-se como pertencentes à classe operária do Rio de Janeiro, que naquele momento apresentava reivindicações comuns.

O surgimento dessa associação é fundamental para o movimento operário do porto carioca de inícios do século XX. Com a fundação da União dos Estivadores, nasce também a luta pela gestão coletiva da mão-de-obra, principal aspiração dos estivadores, como fica bem claro no Registro da associação:

“A Associação tem por fim defender e proteger seus associados, (...); resolver as questões entre operários e patrões, (...); regulamentar as condições de trabalho; (...) organizar um sindicato a fim de contratar diretamente o serviço de carga e descarga dos navios (...)”.⁸⁰

A União, que aceitava sócios de qualquer nacionalidade, foi fundada com a finalidade de defender os associados e “trabalhar pelo levantamento moral, intelectual e material da classe”.⁸¹ Para tal, a União atuaria em duas frentes, na resistência e no auxílio aos trabalhadores associados.

Nos estatutos reformados em julho de 1905, assumindo uma explícita função de resistência, a União dos Operários Estivadores se compromete a defender gratuita e obrigatoriamente os associados em caso de prisão injusta, perseguição ou abusos, atuar como mediadora nos conflitos entre patrões e empregados, regulamentar as condições de trabalho e tentar fazer com que seus associados tenham preferência nas contratações. Além

⁸⁰ AN - 1º Ofício de Títulos e Documentos. Sociedade Civil. Livro A-1. Registro da União dos Operários Estivadores, 05 de agosto de 1904.

⁸¹ Idem, Art. 2º.

destas funções, a União pretendia organizar “um sindicato para o fim de contratar diretamente o serviço de carga e descarga dos navios”⁸², “estreitar os laços de solidariedade operária com todas as associações congêneres dentro e fora do país”⁸³ e criar um fundo de defesa para a categoria dos estivadores para por meio dele manter a “resistência ordeira e pacífica”⁸⁴.

Além desta função de resistência, a União também possuía a função de auxílio mútuo. A União se propunha a criar aulas de instrução, um jornal de propaganda e uma biblioteca, além de fornecer auxílio pecuniário aos sócios quando enfermos e para seu funeral⁸⁵.

Dos estatutos da União Operária dos Estivadores percebe-se que essa associação inseria-se na tradição do associativismo operário da época, com artigos sobre auxílio mútuo variado, educação dos associados, etc. No entanto, desses mesmos estatutos destaca-se uma freqüente preocupação com a organização e, principalmente, controle da mão-de-obra. A União não garantia trabalho aos associados, mas assegurava que “empregará todos os meios ao alcance a fim de que os associados tenham preferência nos embarques”.⁸⁶

Em 1910, o estatuto da União passa por nova reforma e alguns pontos importantes foram adicionados. Torna-se mais claro quem seriam os possíveis associados. Seriam admitidos os trabalhadores da estiva com bom comportamento, maiores de 18 anos e menores de 50 e não seriam admitidos aqueles que tivessem “sido condenados por crimes

⁸² Estatuto da União dos Operários Estivadores. In: *Diário Oficial*, 06 de agosto de 1906.

⁸³ *Idem*.

⁸⁴ *Idem*.

⁸⁵ Para uma análise mais detalhada sobre os estatutos da União dos Operários Estivadores, ver: Goldmacher, Marcela. *Op. Cit.* 2009.

⁸⁶ AN - 1º Ofício de Títulos e Documentos. Sociedade Civil. Livro A-1. Registro da União dos Operários Estivadores, 05 de agosto de 1904. Art. 11.

contra a propriedade ou por embriaguez habitual”⁸⁷ e os contra-mestres, apesar de terem a liberdade de se associar, não poderiam exercer nenhum cargo na sociedade, conseqüentemente, não poderiam tomar decisões relativas aos operários estivadores, o que é mais uma forma de não aceitação da participação de não-operários na luta operária.

Em se tratando da participação no interior da sociedade, a União possuía uma organização que poderíamos chamar de democrática, uma vez que qualquer associado poderia pedir a palavra e propor qualquer assunto para discussão e votação, votar e ser votado, desde que, para ser votado, não fosse analfabeto ou contra-mestre, como já comentado acima. Esta forma de organização se difere de algumas outras associações, em que a participação era mais restrita e algumas vezes, mais burocrática, uma vez que o associado, para ter um assunto de seu interesse discutido deveria propor o mesmo para ser avaliado e somente posteriormente ser discutido em momento estabelecido pelos dirigentes da associação.

Ainda com relação à complementação do estatuto anterior, a reforma de 1910 incluiu como parte da caixa de resistência a criação de uma cooperativa de consumo e proibiu discussões políticas e a representação da associação em manifestações políticas.

Além das já definidas funções de resistência e auxílio, o estatuto traz outras novidades. Vejamos o 8º artigo desse novo estatuto:

“São deveres dos sócios relativamente ao serviço:

§ 1º Embarcar com contra-mestres associados, devendo respeitar as ordens dos mesmos, quer nos embarques, quer durante o trabalho, fazendo o serviço com escrúpulo e honestidade, não cometendo

⁸⁷ AN – Estatuto da União dos Operários Estivadores, 1910. 1º ofício de registro de títulos e documentos, Estatutos de sociedades civis, código 66, seção de guarda SDJ, vol 27, documento nº 498. Art. 6º.

abusos de que resultem discórdias ou descrédito da sociedade, não podendo abandonar nem recusar trabalho, desde que este não seja superior às suas forças.

§ 2º Repartir o serviço sem designação de proa ou popa, nem este ou aquele lado, trabalhando todos de acordo afim de não haver sacrifício nem prejuízo no andamento do serviço, bem como cambiar desta para aquela escotilha, de um para outro vapor, dentro das horas determinadas; excetuando para couro salgado, carvão, mineral, que para tais cargas deverão ser avisados com antecedência.

§ 3º Prosseguir no trabalho, já começado, mesmo que fique algum dos companheiros enfermo ou seja vítima de algum desastre, salvo se o acidente se tiver dado por motivo de imprestabilidade, defeito ou ruína dos aparelhos de bordo⁸⁸.

Como fica claro nesse artigo, em 1910 a União passa a regulamentar o serviço da estiva, tratando da forma como o estivador deve embarcar e fazer o seu serviço, inclusive prevendo multas e suspensões caso o trabalho não fosse efetuado da forma estabelecida. Esta regulamentação visava também defender a União, garantindo a sua presença no trabalho da estiva.

Esta regulamentação do trabalho é ainda reforçada pelo Art. 16, que prevê multas e suspensões caso o trabalho não seja efetuado da forma estabelecida. Outras questões passíveis de punição eram a difamação da sociedade, a realização de acordo com os patrões contra os interesses, a traição da sociedade ou de algum companheiro durante greves (denunciando-os às autoridades ou aos patrões) e, ainda, a prática de delitos contra a propriedade, estando ou não em serviço. Essas infrações eram consideradas ainda mais graves e previa-se a expulsão dos associados que cometessem tais faltas.

Em nova reforma do estatuto da União dos Operários Estivadores, realizada em 1915, além dos pontos presentes nos estatutos anteriores, percebe-se o objetivo de

⁸⁸ Idem. Art. 8º.

ampliação espacial da atuação da União “com a organização da classe da estiva em todos os portos do Brasil”.⁸⁹

Dois outros pontos diferem do estatuto anterior. Um deles diz respeito ao objetivo de conquista das 8 horas de trabalho diárias, enquanto nos estatutos anteriores se tratava apenas da redução de horas sem maior especificação. O outro ponto diz respeito às condições para que um trabalhador se associasse à União. De 1910 para 1915 foi reduzida em 10 anos a idade máxima para a associação, e ampliada em quatro anos a idade mínima. Neste novo estatuto “para ser admitido como sócio é necessário bom comportamento, perfeita saúde, que seja maior de 21 anos e menor de 40. Trabalhador de preferência marítimo e que não apresente defeitos físicos que o impossibilite de trabalhar”.⁹⁰ Segundo Marcela Goldmacher, tais modificações parecem corresponder a um momento em que a União já controla plenamente as contratações e preocupa-se em restringir o acesso ao “seu” mercado de trabalho.⁹¹

A União e o controle do mercado de trabalho

Comparando os primeiros estatutos da União Operária dos Estivadores e os últimos, uma diferença parece ficar clara: enquanto, nos primeiros, existe a intenção declarada de “contratar diretamente o serviço de carga e descarga”, nos novos estatutos esse anseio não aparece. Isso se deve ao fato de, já na primeira década do século XX, a União ter conseguido implantar o controle do processo de trabalho e a gestão operária da mão-de-obra, regulamentando o serviço de estiva. Essa era a principal pauta de luta dos estivadores.

⁸⁹ Estatuto da União dos Operários Estivadores. Rio de Janeiro, 14/03/1915. In: *Diário Oficial*, 1915.. Art. 2º, item “c”.

⁹⁰ Idem. Art. 3º.

⁹¹ Goldmacher, Marcela. *Op. Cit.* pg.66.

O fechamento do mercado de trabalho em torno de sindicatos tinha base na maneira descontrolada e arbitrária pela qual se dava a contratação dos braços. Como a oferta de trabalho nos portos era bastante irregular, visto ser irregular a entrada e saída de navios, não era lá muito vantajoso para os armadores empregarem diretamente os trabalhadores. Para isso, seria necessário que utilizassem a própria tripulação do navio, o que não seria muito viável, ou que mantivessem, em cada porto onde seus navios atracassem, um grupo permanente de homens contratados. Isso significaria a perda de rios de dinheiro em cada porto onde não houvesse nenhum navio ancorado, pois os patrões estariam pagando regularmente operários que trabalhariam apenas ocasionalmente. Então, por ser mais viável economicamente, na maioria dos casos a estiva era contratada por empreiteiros que agiam como contratantes da mão-de-obra.⁹²

O problema era que qualquer um podia ser contratado, desde que fosse escolhido pelo encarregado da contratação. Essa situação acabava por deitar poderes demais nas mãos dos contratadores. Eram eles que escolhiam quem trabalhava e, por consequência, quem não trabalhava, causando inúmeras insatisfações, protestos e, não raro, conflitos, como ficou claro.

Na organização portuária, o mais comum era que os donos das companhias de navegação e das firmas de importação/exportação deixassem a resolução de todas as questões relativas à força de trabalho necessária à movimentação e arrumação da carga nas mãos dos seus capatazes ou de firmas intermediárias. Eram esses intermediários os responsáveis por coordenar o trabalho, pagar os trabalhadores e escolher quem empregar. No entanto, não havia um critério que guiasse a escolha dos braços, podendo o indivíduo ser escolhido num dia e rejeitado no outro. Essas regras arbitrárias e a liberdade que os

⁹² Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* 1998. pg.170.

capatazes ou encarregados tinham na escolha dos homens davam margem a que as relações pessoais influenciassem a opção por um ou por outro trabalhador, reforçando o poder daquele que os elege e abrindo caminhos para práticas abusivas. Isso tudo, na prática, significava que se o encarregado não simpatizasse ou tivesse alguma questão com o candidato, este veria cair por terra as suas chances de trabalho, ao menos naquele serviço. Assim, era comum – e pode-se dizer que era mesmo necessário! – que o operário buscasse ligações de nível pessoal com os responsáveis pela escolha. As relações pessoais acabavam por se tornar um dos principais filtros nas escolhas dos encarregados.

Esse caráter personalizado das relações de trabalho é uma das principais características dos portos, não só no que diz respeito ao processo de escolha dos braços, mas também na organização das turmas. Nos “ternos”, os homens se juntavam em pares para fazer o serviço, sendo a escolha dos parceiros baseada em critérios pessoais de afinidade, tais como amizade, parentesco, religião e até etnia.⁹³ É essa rede de relações pessoais que estrutura grande parte da organização do trabalho portuário. Os indivíduos interagiam no plano pessoal em diferentes momentos, na “chamada livre” ou no processo de trabalho em si.

Na “parede”, os operários ficam “nas mãos” dos encarregados, e sua possibilidade de trabalho depende da decisão de outro indivíduo. Essa situação, associada ao fato de não haver barreiras à entrada de quem quer que seja na competição, define o comportamento dos portuários avulsos em um ambiente onde a competição faz parte de suas vidas. O comportamento daqueles homens se ligava à possibilidade de obter vantagens, de colocar um indivíduo ou grupo em posição de privilégio em relação aos demais, seja pela violência

⁹³ Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* 1998. A autora tira essas conclusões principalmente a partir de depoimentos de estivadores e arrumadores por ela entrevistados.

ou pelos mecanismos informais que pudessem diminuir a insegurança do processo de escolha na “parede”. Essa situação gerava a maior parte dos conflitos que surgem no cais do porto, que opunham não só indivíduos, mas também grupos de indivíduos ou categorias profissionais.

Por outro lado, diferentemente do que acontecia na “parede”, o trabalho dentro do navio ou nos armazéns era caracterizado pela cooperação entre os trabalhadores dos ternos. Durante o serviço, os homens interagiam diretamente e de forma personalizada. Feita a escolha dos braços, abandonava-se a lógica da competição e imperava a lógica do trabalho coletivo, salvo os casos de brigas que poderiam surgir entre os homens pelos mais diversos motivos.

Como a lucratividade dos armadores dependia muito do tempo em que era feito o serviço (quanto mais rápido melhor, pois o navio ficaria menos tempo ancorado) as principais armas reivindicatórias que os estivadores tinham eram breves paralisações ou diminuição do ritmo de trabalho. Como apontou Fernando Teixeira, essas táticas podiam forçar os empregadores a negociar imediatamente com os operários, para diminuir ao máximo a permanência do navio no porto. Segundo o autor, essas pequenas lutas, que na maioria das vezes não ganhavam as páginas dos jornais, podiam ser mais eficazes do que grandes greves, que corriam os riscos de fracassarem ante a violência policial e às retaliações dos empregadores.⁹⁴

Cientes de sua própria força, mas também de suas fraquezas, os avulsos chegaram à conclusão que o que os impedia de obter o controle total do trabalho no porto era justamente o processo de contratação da mão-de-obra. Os grupos que tivessem o controle da contratação teriam o domínio de grande parte do poder no porto, decidindo quem

⁹⁴ Silva, Fernando Teixeira da. *Op. Cit.* 2003 pg. 171.

trabalhava e em que condições. A solução possível encontrada pelos operários para tentar resolver essa questão tornou-se uma bandeira de luta entre os portuários de várias cidades: a *Closed Shop*. Esse sistema garantiria o controle da contratação do pessoal aos próprios trabalhadores, através de sindicatos fechados. E no mais, de acordo com a *Closed Shop*, o trabalhador sindicalizado tinha a total preferência na escolha de quem faria o serviço, ficando muito difícil aos não-sindicalizados garantir um lugar ao sol. Dessa maneira, além do controle de todo o processo de trabalho, os operários também podiam ver diminuir consideravelmente a oferta de mão-de-obra pelas barreiras estabelecidas à entrada de novos competidores. Essa tendência possibilitou a esses grupos controlarem a presença de um enorme exército industrial de reserva – os chamados “bagrinhos” – que eram responsabilizados pela depressão dos salários.⁹⁵

Mas não foi tão fácil para os sindicatos do porto carioca a imposição da *Closed Shop*. A “parede” não desapareceu da cena portuária como num passe de mágica. Antes de sua consolidação e legitimação pelo patronato e pelos próprios trabalhadores, muitas barreiras foram encontradas pelo caminho. Algumas de ordem interna, já que o estatuto era rigoroso com os sindicalizados, prevendo punições para aqueles que o contrariavam. Muitas vezes o trabalhador não aceitava algumas regras e alguns conflitos acabavam surgindo entre eles próprios. E muitos ficaram de fora, pois não era “qualquer um” que poderia ter seu nome nos quadros do sindicato. Para garantir a organização e a preferência do trabalho aos associados, o sindicato teve que “disciplinar” os operários e diminuir a multidão de homens da “parede”. Assim, numa tentativa moralizadora da classe, criaram

⁹⁵ Os “bagrinhos” eram, no linguajar do porto, os trabalhadores não sindicalizados, comparando esses com o peixe que se alimenta dos restos do tubarão. O “tubarão”, no caso, seriam os sindicalizados. Ingrid Sarti apontou como discriminação o privilégio concedido aos sindicalizados. Cf. Sarti, Ingrid. *O Porto Vermelho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

um regulamento que deveria ser obedecido pelos sócios e excluíram aqueles que julgavam não ter bons antecedentes. Em um ofício ao empreiteiro Charles Wallace, em 10 de dezembro de 1903, a União dos Operários Estivadores, por exemplo, declarava ter “*por norma, moralizar o trabalho e abolir o emprego das violências*”.⁹⁶

Para se filiar àquela sociedade era preciso o indivíduo ser proposto por um outro sócio e ser aceito em sessão do Conselho, ouvida a comissão de sindicância. Segundo Ingrid Sarti, o sindicato estivador era uma “grande família” que controlava seu mercado de trabalho⁹⁷. Os laços de parentesco funcionavam como elemento importante quanto ao acesso a esta ocupação e, no Rio de Janeiro, teve papel importante na manutenção dos negros naquele espaço de trabalho.⁹⁸

Essa direção afetava a própria vida cotidiana dos trabalhadores, gerando muitos descontentamentos, principalmente entre os que não eram aceitos pelas organizações e viam diminuir suas chances de trabalho, revelando um certo caráter excludente dos sindicatos portuários. Sobre essa exclusão, Sarti comentou que o privilégio concedido aos membros do sindicato provoca uma discriminação aos não sindicalizados, legitimando, assim, a coexistência de dois setores de uma mesma categoria da classe operária, setores que, segundo ela, são hierarquizados exclusivamente em função de pertencerem ou não ao sindicato.⁹⁹ Cruz rejeita completamente a qualificação de excludentes atribuída aos sindicatos portuários, considerando a *Closed Shop* uma luta legítima – e mesmo necessária – dos trabalhadores¹⁰⁰. A meu ver, as duas autoras podem ter alguma razão. Se, por um

⁹⁶ Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* 1998. pg.264

⁹⁷ Sarti, Ingrid. *Op. Cit.* 1981.pg. 24.

⁹⁸ O Livro de Matrículas dos sócios informa o nome do proponente. Não é difícil encontrar nesses livros, sócio e proponente com sobrenome comuns, indicando a possibilidade de haver grau de parentesco entre eles.

⁹⁹ Sarti, Ingrid. *Op. Cit.* 1981. pg. 28.

¹⁰⁰ Sarti coloca que essa situação é fruto da legislação corporativista de Vargas. No entanto, essa é uma conquista dos trabalhadores do porto do Rio de Janeiro, obtidas já nas primeiras décadas do XX, através de

lado, o monopólio da mão-de-obra pelos sindicatos foi uma conquista extremamente importante para os trabalhadores, inclusive para o fortalecimento da classe frente aos empregadores, por outro, não é equivocado afirmar que muita gente ficou de fora e que esses não tiveram acesso aos benefícios dos que ficaram “dentro”. Nem todo mundo fazia parte da “grande família portuária” e muitos não estavam dispostos a obedecer certas regras impostas pelos sindicatos.

Como a possibilidade de trabalho para os sindicalizados era muito maior do que para os não sindicalizados, estes passaram a ter que se contentar com as tarefas dispensadas pelos sócios do sindicato, que via de regra eram mal remuneradas¹⁰¹.

Mas além dos conflitos internos, outra barreira enfrentada pelo sindicato foi a resistência dos empreiteiros, que não viam com bons olhos a interferência dos trabalhadores na gestão da mão-de-obra. A existência da “parede” para eles era bastante conveniente, pois quanto maior a quantidade de pessoas disputando aquele trabalho, maior o poder dos contratadores, que poderiam pagar salários ínfimos, além de contar com a oferta de novos braços em qualquer situação adversa, como nos casos de greve. Em dezembro de 1903, os jornais passam a noticiar o que podemos chamar de uma verdadeira guerra entre a União dos Operários Estivadores e o empresário da estiva Levi Andrews e seu sócio Charles Wallace. No dia 17 daquele mês, o jornal comenta que os estivadores estavam sendo perseguidos e explorados pelo Sr. L. Andrews que, além de pagar salários

luta É a chamada “questão dos bagrinhos”, mencionada páginas atrás, e que nos anos 60 opôs sindicalizados e não sindicalizados em grande conflito político.

¹⁰¹ João do Rio descreve imigrantes portugueses que trabalhavam na carga de carvão e manganês na Ilha da Conceição e que sujeitavam-se a trabalhar horas a fio em troca de salários de miséria. Cf.: do Rio, João. *Op. Cit.* 1997.

incompatíveis com o horário de trabalho estipulado, para maior desgosto dos trabalhadores da estiva “impõe-lhes para companheiros indivíduos como Cardosinho, ainda há pouco pela polícia preso no próprio trabalho, e lá mantém ainda (...) o preto João, já passado na 1ª e 3ª delegacias policiais, e um tal Benjamim, vulgo Cabo Verde, que acaba de cumprir sentença”. O jornal continua afirmando que, aproveitando-se do fato da União excluir de seus quadros esses “maus elementos”, o Sr. Andrews “aliciou um grupo de sujeitos que sob as ordens desses famigerados pretendem não só, talvez, agredir os (...) trabalhadores, como substituí-los em caso de se declararem em greve”.¹⁰²

O que estava acontecendo fica muito claro nas páginas da imprensa e foi relatado por Cruz: a firma empreiteira L. S. Andrews, reagindo contra os ganhos conquistados pelos estivadores na última greve e contra a própria União dos Operários Estivadores, passou a boicotar os sócios deste sindicato, impondo a presença de outros não muito queridos. No dia 18 de dezembro, o jornal *A Nação* publica uma notícia que afirma textualmente que o Sr. Wallace, guardado por capangas, estava diariamente tentando impedir que “homens que têm na estiva dez, doze, quatorze anos de trabalho, continuem a ganhar honestamente a vida.” Dizia ainda que o mesmo Sr. Wallace resolvera “organizar, sob intuitos de beneficência, uma outra (organização), com conhecidos ladrões como o célebre Cardosinho e outros desordeiros, afim de vencê-los pela fome!”¹⁰³

Aproveitando os ressentimentos surgidos em virtude da política disciplinadora e da exclusão de alguns elementos da formação da União, alguns empreiteiros fomentaram o surgimento de uma outra associação, que teria o papel de se contrapor e mesmo ameaçar aquela associação, dividindo a estiva em dois blocos inimigos. Foi assim que, em 27 de

¹⁰² *Correio da Manhã*, 17/12/1903. pg. 2.

¹⁰³ *A Nação*, 18/12/1903. pg. 1.

dezembro de 1903 – dia em que a União Operária dos Estivadores foi instalada na Rua Senhor dos Passos – foi fundada, na Rua da Saúde, a Sociedade Regeneradora e Beneficente dos Estivadores.

As tensões entre as duas sociedades eram permanentes. Menos de um mês depois da fundação da Sociedade Regeneradora, dois líderes da União dos Estivadores escrevem para o jornal operário *A Nação*, criticando a ação daquela sociedade:

“(...) Essa associação (Sociedade Regeneradora), segundo verificamos, é composta de indivíduos estranhos à classe, que não podem, portanto, intervir em nosso trabalho. A prova disso está no Sr. Capitão Tibúrcio José de Lemos, que nunca se dedicou a nossa profissão, como provaremos, se preciso for. Esse Sr. e outros, patrocinados pelo Sr. Carlos Wallace, (...) querem conculcar (**sic**) o direito de uma classe inteira em que existem mais ou menos 700 homens, talvez ignorantes das modernas normas de civilização, mas dispostos a defender o seu direito que positivamente não é o de se curvarem servilmente à vontade e caprichos dos exploradores de seu trabalho honrado.”¹⁰⁴

Mas é no ano de 1905 que os conflitos explodem e ganham as ruas. Em 27 de abril, ocorre o primeiro conflito grave entre a União dos Operários Estivadores e a Sociedade Regeneradora e Beneficente dos Estivadores em torno de um trabalho de descarga de sacas de arroz, trazidos pelo vapor Inglês “Arroyo”. Substituídos naquele serviço pelos sócios da sociedade inimiga¹⁰⁵, alguns membros da União partiram abertamente para a luta,

¹⁰⁴ União dos Operários Estivadores. Coluna “Mundo Operário”. *A Nação*. 22/01/04.

¹⁰⁵ Como relatou Cruz, o agente Herm Stoltz & Cia confiara a descarga das sacas ao empreiteiro David E. Brow, que contratara os serviços com a União dos Estivadores na base de dez sacos a lingada. Dias depois, com o trabalho já em andamento, o Sr. Brow procurou o fiscal do sindicato para dizer que agora queria que o terno fizesse o serviço a doze sacos a lingada. Não tendo sucesso, o tal Sr. Brow apelou para a Sociedade Regeneradora, que aceitou as condições, contrariando o “Regulamento sobre Lingadas”, aprovado em dezembro de 1903 pela União. Os sócios da União foram pagos pelo tempo trabalhado e em seguida substituídos pelos da sociedade inimiga, gerando o conflito. Cf.: Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* pg. 271.

invadindo o navio em que se realizava o descarregamento de arroz pelos membros da Sociedade Regeneradora. A luta se generalizou no convés do “Arroyo” e ao final, quando a polícia chegou no local, efetuando algumas prisões, sobraram no navio alguns feridos e um morto. No dia do enterro de Achilles Bello, sócio da União Operária dos Estivadores, havia muitos boatos de que o temido Cardosinho chefiaria um grupo de sócios da Sociedade Regeneradora para atacar a sede da União, mas nada aconteceu. No entanto, um sócio da União foi agredido por dois membros da sociedade inimiga em um botequim da Rua da Saúde. O enterro foi acompanhado por mais de 500 estivadores, comparecendo também representantes de diversas outras associações, como da Federação das Associações de Classe, da União Auxiliadora dos Artistas Sapateiros, Centro Internacional dos Pintores, Associação de Resistência dos Marinheiros e Remadores, Associação de Resistência dos Trabalhadores em Carvão e Mineral, entre outras, dando provas da legitimidade da União dos Operários Estivadores frente às outras organizações do movimento sindical do Rio de Janeiro.

A Sociedade dos Trabalhadores em Trapiche e Café ou Cia. dos Pretos

Em Maio de 1905, uma onda de protestos sacudiu a cidade do Rio de Janeiro, envolvendo várias categorias de trabalhadores. No dia 29, explode a greve dos canteiros pelas oito horas de trabalho e uma semana depois, a 6 de junho, aderiram os alfaiates. Em 11 de junho, marinheiros e remadores, que dividiam a sede com os estivadores, fizeram um comício onde lançam a idéia de organizar uma Federação Geral de Transportes Marítimos e Terrestres. No dia 16 entram em greve juntamente com os trabalhadores de carvão e conclamam à greve geral todas as classes anexas. Os estivadores da União Operária dos Estivadores decidem, neste mesmo dia, aderir à greve em solidariedade aos trabalhadores

do carvão e aos estivadores do porto de Santos, lutando principalmente pelas oito horas de trabalho. A greve acirrou os ânimos entre a União Operária e a Sociedade Regeneradora Beneficente dos Estivadores, que se colocou à disposição dos empregadores para furar a greve e desempenhar os trabalhos da estiva, aumentando as tensões entre as duas sociedades.

Nos meses de agosto e outubro, novos conflitos ocorrem, muitos liderados pelo Cardosinho. No entanto, após todos os conflitos, a Sociedade Regeneradora desaparece da cena portuária nos anos que se seguiram à greve de 1905, enquanto a União dos Operários Estivadores continua a luta no cais. E desta luta surgiu a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, fundada “sob os auspícios da União dos Operários Estivadores”.

Como a mão-de-obra portuária era organizada em diversos setores e ofícios, conviviam, naquele espaço, estivadores, arrumadores, trabalhadores do carvão mineral, trabalhadores em trapiche e café, foguistas, guindasteiros, conferentes, feitores, enfim, um sem números de categorias. Dada às especificidades de cada um deles, foi muito difícil a organização em sindicatos únicos, havendo, portanto, uma diferença na organização do trabalho de cada categoria portuária. Contudo, existia uma tendência de aproximação entre as categorias que exerciam serviços afins, como é caso dos estivadores e os arrumadores trabalhadores em trapiche e café. A solidariedade se dava pela semelhança nas reivindicações, norteadas pelas características semelhantes dos trabalhos, pois, como já foi dito, as duas categorias atuavam na carga e descarga das mercadorias, diferindo somente o

local de trabalho: estivadores se ocupavam do interior dos navios enquanto os arrumadores estavam no interior dos armazéns.¹⁰⁶

As lutas da União Operária dos Estivadores faziam parte de um trabalho mais amplo, que envolvia não apenas a sua própria organização, mas também de outras categorias portuárias. Assim, em 9 de novembro de 1904 foi fundada, em uma reunião na sede da União dos Estivadores, a “Sociedade União dos Trabalhadores de Café”, cuja diretoria era constituída por três portugueses (Secretário Geral, Segundo Secretário e Tesoureiro) e dois procuradores de nacionalidade desconhecida. No entanto, de acordo com informações dos jornais, ao contrário da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Carvão Mineral, também fundada na sede dos estivadores, a sociedade dos trabalhadores do café não vingou dessa vez.

Meses depois, no entanto, surgiu aquela que talvez tenha sido o maior fruto dessa ação organizativa da União dos Estivadores: a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. Fundada por iniciativa de Cândido Manuel Rodrigues em 15 de abril de 1905, também na sede dos estivadores, essa sociedade congregava não só os trabalhadores de tropa empregados nos armazéns de café, mas também os trabalhadores dos trapiches e, tal qual a União dos Estivadores, funcionava no sistema de *closed shop*.

O primeiro estatuto da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café dizia que a finalidade da Sociedade era “procurar a união de todos os trabalhadores e organizar sociedade de classe que tenha os mesmos fins” além de “organizar o trabalho de

¹⁰⁶ Albuquerque, Marli Brito de. *Op. Cit.* 1983. pg.78.

trapiche e café”. Também deixava clara a intenção de lutar pela diminuição das horas de trabalho e pelo aumento dos salários, reivindicação da classe trabalhadora como um todo.¹⁰⁷

Assim como a União Operária dos Estivadores, a Resistência também possuía função de auxílio mútuo e pretendia “criar uma biblioteca para instrução de seus associados”¹⁰⁸, além de “fundar uma caixa de resistência para auxiliar e defender seus associados em caso de greve ou quando se virem coagidos em sua liberdade em defesa da classe”.¹⁰⁹

No estatuto de 1906 a Resistência reitera a finalidade de “organizar o trabalho de trapiche e café”, mantendo a luta pela diminuição das horas de trabalho e pelo aumento dos salários, tanto no trapiche, como no café¹¹⁰.

O novo estatuto mantém as funções de auxílio mútuo – prevendo a criação de “aulas de instrução, jornal de propaganda, uma biblioteca” e o fornecimento de “auxílios pecuniários aos sócios enfermos, e funeral para os que falecerem dentro da capital ou em Niterói”, propondo “fundar uma Caixa de resistência para auxiliar e defender os seus associados em caso de greve ou quando se virem coagidos em sua liberdade, em defesa da classe” e “prestar defesa gratuita e obrigatória, no caso de prisão, perseguição injusta e abusos de que seus associados possam ser vítimas”.¹¹¹

¹⁰⁷ AN - 1º Ofício de Títulos e Documentos. Livro A-1. Registro da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. Junho de 1905.

¹⁰⁸ Idem, item “F”.

¹⁰⁹ Idem, item “e”.

¹¹⁰ AN - 1º Ofício de Títulos e Documentos. Livro A-1. Registro da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. 06/07/1906.

¹¹¹ Idem.

Além de pontos presentes no primeiro estatuto, outros são incluídos. Aqui, fica clara a intenção da sociedade de ultrapassar as diferenças, afirmando que tinha por fim “procurar a união de todos os trabalhadores, sem distinção de nacionalidade, cor e religião”.¹¹²

Outro ponto que passa a fazer parte do novo estatuto trata de “firmar pacto de solidariedade com todas as associações congêneres, tanto no Brasil como no estrangeiro, dando livre admissão a seus associados”.¹¹³ Em agosto de 1906, quando uma nova greve pelo aumento na tabela de preços explodiu no porto do Rio de Janeiro, a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café passou a fazer parte dos noticiários e das colunas operárias.

Após meses de luta, que incluiu confrontos com as autoridades policiais, os grevistas (carregadores, trabalhadores do setor cafeeiro e estivadores) saíram vitoriosos. A Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, fundada havia pouco mais de um ano, encabeçara essa vitória, conquistando definitivamente seu espaço no cais. Não é de se estranhar que em janeiro de 1907, poucos meses depois do fim definitivo da greve¹¹⁴, ainda no calor dos acontecimentos, Raphael Munhões, fiscal da “Resistência”, tenha entrado em conflito com alguns homens que estavam fazendo um trabalho de descarga no Cais da Estação Marítima, alegando que “aquele trabalho só poderia ser feito pelos sócios da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café”. Essa cena só mostra como os homens da “Resistência” buscaram assegurar seu lugar no cais como sindicato fechado, onde a escolha dos sócios deveria ser garantida. No entanto, para alcançarem esse espaço era preciso que a sociedade se impusesse não só ao patronato, mas também aos

¹¹² Idem.

¹¹³ Idem.

¹¹⁴ Em setembro, a greve some das páginas da imprensa. Não é possível saber, com certeza, a data do fim da greve, mas possivelmente foi na segunda metade do outubro mês de outubro, já que o *Correio da Manhã* de 14 de outubro fala da greve como “ainda não terminada de todo”.

trabalhadores que não faziam parte de seus quadros. Para tanto, foi preciso muita luta que, por vezes, acabava se traduzindo no dia-a-dia em formas violentas de ação, que seguiam de perto os códigos de conduta e os valores daquele universo masculino.

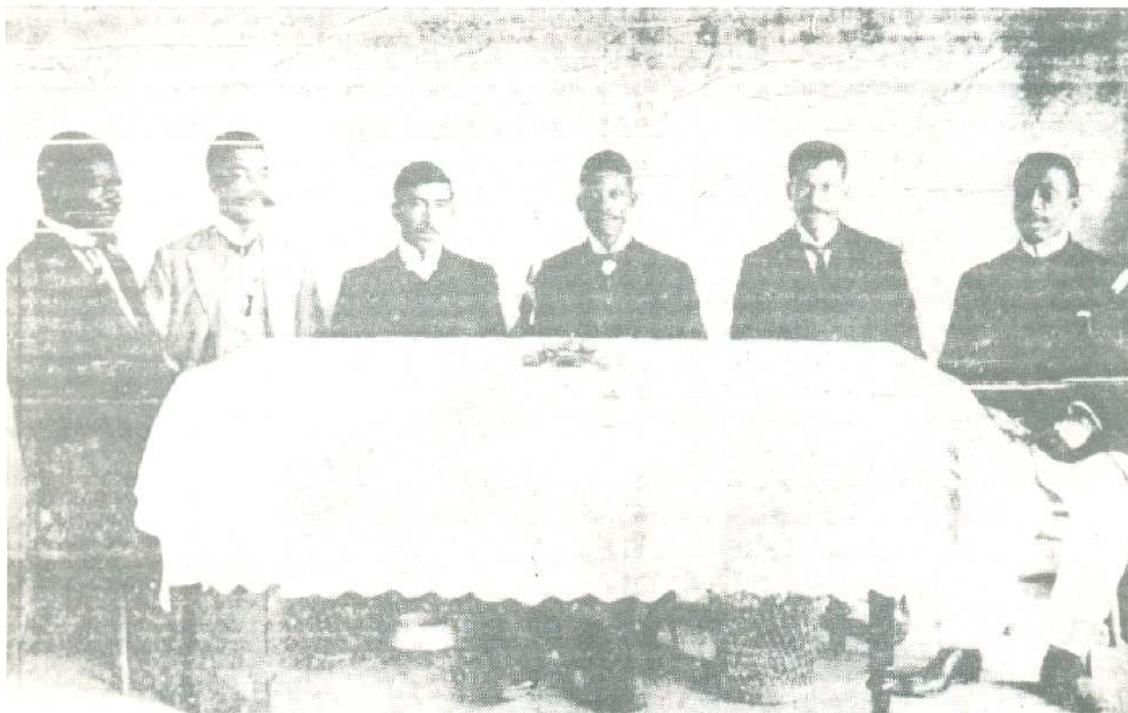
A “Resistência”, assim como a “União dos Estivadores”, se estruturou e se afirmou no cais do porto de maneira rápida e eficiente, impondo sua presença em um mercado de trabalho saturado, onde a oferta de mão-de-obra não especializada era farta. Prova dessa legitimidade foi uma matéria que o jornal *Correio da Manhã* publicou, no dia 14 de outubro de 1906, contendo fotos da festa de inauguração e do estandarte do Resistência. Assim dizia o jornal:

“fundada a 15 de abril de 1905, sob os auspícios da União dos Estivadores, ganhou bem cedo vida própria e autônoma (...) Aumentou seu prestígio e valimento decretando a greve geral nos trapiches e nas casas de café, em 13/08/1906. Neste trabalho foi eficazmente auxiliado pelo advogado Evaristo de Moraes, a quem uma assembléia concedeu o título de sócio comum, por não querer o mesmo profissional honras nem distinções no seio da sociedade operária. Presentemente, e em razão da greve (ainda não terminada de todo) obtêm os carregadores – quase todos sócios da “Resistência”(como eles lhes chamam) – salários relativamente elevados (...) De acordo com um pacto de solidariedade firmado entre as respectivas diretorias por deliberações de assembléias gerais, são material e moralmente solidários com a “Associação”, as co-irmãs dos foguistas, estivadores, carvoeiros, marinheiros e remadores, dos carroceiros e cocheiros. (...)”¹¹⁵

Esse pequeno artigo indica o prestígio da Sociedade perante aquele jornal e os entre os próprios trabalhadores. Acompanhando o artigo está uma foto de cinco membros da diretoria do Resistência ao lado de Evaristo de Moraes. Na foto, além do advogado, que era

¹¹⁵ *Correio da Manhã*, 14/10/1906. pg.3.

mulato, estão mais três homens negros, os diretores do sindicato. Essa foto é representativa da cor dos sócios daquele sindicato como um todo.



Diretoria da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café junto à Evaristo de Moraes

Analisando as fichas dos sindicalizados, onde estavam anexadas fotos de cada um, Cruz comprovou que os brancos representavam apenas 23,5 % do total dos registrados até o ano de 1929.¹¹⁶ Os pretos compunham 62,3% do total e os pardos 14,2%. Não é por acaso que, nos primeiros anos do século XX, a “Resistência” tenha ficado conhecido como “Companhia dos Pretos”.¹¹⁷

A presença dos negros também se faz sentir com ênfase entre os Estivadores. Ao contrário do caso do “Resistência”, não temos dados sobre a origem étnica dos sócios da

¹¹⁶ A autora trabalha com amostras. Assim, essa análise é feita a partir de um conjunto de 353 fichas.

¹¹⁷ Apelido atribuído ao sindicato por Roberto Moura. Infelizmente, o autor não indica a sua fonte. Cf.: Moura, Roberto. *Op. Cit.* pg. 71.

União dos Estivadores. No entanto, por funcionar como sindicato fechado (e a julgar pelo pouco tempo que a sociedade concorrente atuou no porto) os registros de presos na Casa de Detenção novamente nos foi útil para visualizar a cor de seus sócios.¹¹⁸

Verificando as entradas na Detenção entre os anos de 1901 e 1910, apenas 29% dos estivadores presos são brancos, enquanto 32,6% são pretos e 28,5% pardos, como indicados na Tabela abaixo.

Estivadores Presos na Casa de Detenção, por cor (1901-1910)

Cor	Números	Percentagens
Branco	56	29%
Pretos	63	32,6%
Pardos	55	28,5%
Morenos	16	8,3%
Fulos e Caboclos	3	1,6%

Fonte : Livro de Registro de Entrada de Presos na Casa de Detenção do Rio de Janeiro - APERJ

É preciso lembrar que, mais do que representar a realidade da composição étnica daqueles trabalhadores, esses números podem apenas indicar que a repressão foi mais forte quando se tratava de pretos e pardos. No entanto, eles são condizentes com o perfil dos trabalhadores que formaram a maior parte da mão-de-obra estivadora no século XIX : os marítimos que atuavam na cabotagem e no tráfego interno dos portos nacionais no século XIX.

¹¹⁸ No entanto, é preciso levar em conta que os números serão apenas uma estimativa, não representando uma realidade incontestável.

Segundo os mapas estatísticos da Capitania dos Portos da cidade, em 1865, 52,5% da tripulação das embarcações de cabotagem da então província era formada por pretos e pardos, dentre os quais, 80% eram escravos. Dos 47,5% de brancos, 72% eram estrangeiros. Já no que diz respeito ao tráfego interno do porto, os homens de cor somavam 74%, sendo que nada menos do que 90,2% destes eram escravos. Dos poucos brancos (26%) que atuavam nesses setores, apenas 11,2% eram brasileiros.¹¹⁹ Essas informações são extremamente relevantes se levarmos em conta que esses mesmos homens, mais tarde, com as mudanças provocadas pela chegada do vapor, farão parte da mão-de-obra estivadora. Isso porque os marinheiros, amplamente utilizados nos navios à vela, por muitas vezes desciam aos porões para trabalhar nos volumes que estavam sendo arrumados pelos grupos de estivadores. Quando, em fins do século XIX, os navios a vapor passaram a fazer parte do cotidiano portuário, esses embarcações ficaram praticamente sem função. Ao mesmo tempo, a demanda da mão-de-obra estivadora cresceu, empurrada pelos altos custos dos vapores e sua regularidade no mar, exigindo que o trabalho fosse feito rapidamente. Com isso, grande parte daqueles marinheiros sem trabalho, na maioria negros, foram fazer parte da comunidade estivadora.¹²⁰

Esses dados podem ajudar a esclarecer os motivos da União dos Estivadores terem “vingado” no porto, ao contrário da Sociedade Regeneradora. Maria Cecília Velasco Cruz, usando de metáfora, afirmou que isso acontece porque a União “estava plantada em um solo mais firme”.¹²¹ Para a autora, o "solo" em que estavam plantadas as raízes dos estivadores que faziam parte da União Operária era o da experiência dos trabalhadores

¹¹⁹ Dados levantados por Maria Cecília Velasco e Cruz. “Tradições Negras na formação de um sindicato”. 2000. pg. 271.

¹²⁰ Idem, pg.273-274.

¹²¹ Idem, pg. 275.

escravos que faziam aquele serviço e a força daquele sindicato se explica justamente pelas redes informais de comunicação e saberes compartilhados há muito tempo. Se buscarmos conhecer mais de perto os fundadores da União, veremos que Joaquim Januário Nunes¹²² era um preto nascido provavelmente em 1871, ou seja, viveu parte de sua vida em uma sociedade escravista.¹²³ Veremos também que um dos sócios fundadores, o preto João Evangelista Lapier, nascera em 1819! Segundo o estivador Luiz Gustavo de Almeida, Lapier tinha 84 anos quando participou da fundação da União, em 1903 e morreu com 115 anos, ainda trabalhando...¹²⁴

A Sociedade Regeneradora, ao contrário, por ter sido fundada pelo patronato para fazer frente à União e composta de pessoas “estranhas à classe”, para usar uma expressão da época, não se sustentou no cais do porto.

Esses dados talvez possam explicar também porque uma primeira tentativa de organização dos trabalhadores em trapiche e café não deu certo e a segunda sim. Vimos poucas páginas atrás que na primeira tentativa, a diretoria era composta de uma maioria de estrangeiros e a segunda foi por iniciativa de Cândido Manoel Rodrigues, que fundou a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café. Assim como Joaquim Januário Nunes, “seu Cândido” também era um homem negro, este nascido em Macaé, Estado do Rio de Janeiro, no ano de 1869, antes mesmo da Lei do Ventre Livre. Uma rápida olhada no Livro de Matrícula onde estão os primeiros sócios daquela sociedade mostra que ele não era o único nacional a nascer em tempos de escravidão¹²⁵. Isso indica

¹²² Nome que consta do Registro da União dos Operários Estivadores. 1º Ofício de Títulos e Documentos. Livro A-1

¹²³ Informação tirada de um processo por agressão que este sofreu em 1905, onde consta ter 34 anos.

¹²⁴ Almeida, Luiz Gustavo Nascimento de. *Estivadores do Rio de Janeiro: um século de presença na história do movimento operário brasileiro*. RJ: Topbooks, 2003. (caderno de fotos, s/p.)

¹²⁵ Livro de Matrícula dos sócios da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café

que a primeira tentativa partiu de um grupo de indivíduos que não estavam completamente inseridos no processo de organização do trabalho, visto que a maioria deles eram portugueses. Provavelmente, os homens que fundaram a primeira sociedade não estavam completamente inseridos na rede de relações construídas pelos negros já nos tempos de escravidão e, por isso, não tenham conseguido se sustentar na organização da mão-de-obra.¹²⁶

Não temos informações sobre a idade de outros fundadores de sindicatos portuários, mas esses indícios são importantes não somente para constatar o quanto os negros conseguiram se manter naquele setor, mesmo com a acirrada competição pelo mercado de trabalho. Eles são importantes também para pensarmos que aqueles homens, que por muito tempo foram associados à escravidão – e conseqüentemente ao despreparo para o trabalho livre – souberam se organizar e lutar pelos seus interesses de classe. Não se pode mais desconsiderar o valor da experiência escrava na organização dos trabalhadores livres, até porque já não é de hoje que a figura do escravo apático e submisso está cedendo lugar ao escravo que resistiu à escravidão de várias formas. E se entre essas formas de luta escrava estavam grandes rebeliões, houve também os pequenos embates cotidianos, não menos eficazes, válidos ou importantes para explicar os significados da experiência de homens e mulheres que vivenciaram o cativeiro e sonharam com a liberdade.

Se dermos uma olhada em alguns relatos de viajantes, veremos que desde a primeira metade do XIX, os escravos de ganho que trabalhavam no porto carioca não só dominaram o mercado de carregamento de café, como também impuseram uma maneira própria de organização do trabalho, estando longe de representar a figura dos negros apáticos e submissos que dominou a literatura da escravidão durante muito tempo. Henry

¹²⁶ Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* 1998.

Chamberlain, por exemplo, referiu-se dessa maneira aos negros carregadores que faziam ponto na Rua Direita, perto da Alfândega:

“(...) Esses homens são geralmente escravos que trabalham para seus senhores (...) Quando o peso é muito grande para um único homem o volume é suspenso a um desses paus e carregado por dois indivíduos; com fardos ainda mais pesados, quatro, seis ou até mais pessoas são chamadas. Um deles, geralmente negocia pelo grupo e age como seu líder ou, como é chamado, capataz”.¹²⁷

Baseando-se nas histórias dos viajantes, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha comentou sobre a possibilidade de compra de alforria e das solidariedades que por vezes se formavam entre grupos de escravos de ganho, especialmente os carregadores. Em suas palavras,

“além da possibilidade de fazer trabalhos extras, de esconder seus ganhos reais, podiam construir solidariedades eficazes com membros de seu “canto”. Ora, o canto tinha funções de consórcio, de associação de auxílio mútuo para alforria de seus membros. Os carregadores de café minas, no Rio de Janeiro, que tinham o monopólio desse ramo, por exemplo, adiantavam dinheiro para a alforria uns dos outros (...)”¹²⁸

Além de indicarem a forte presença dos ganhadores no sistema portuário, os relatos sugerem que a organização do serviço era feita de uma forma muito particular, com os escravos formando grupos que seguiam um líder ao som de músicas africanas. O trabalho coletivo era estruturado pelos próprios negros. Eram eles que negociavam as tarefas,

¹²⁷Chamberlain, Sir Henry. *Views and Costumes of the City and Neighbourhood of Rio de Janeiro*. Londres: Howlett and Brimmer Columbian Press, 1822. Apud Cruz, Maria Cecília Velasco e. “Tradições Negras na Formação de um sindicato”. 2000. pg. 257.

¹²⁸ Cunha, Manuela Carneiro da. *Negros, Estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985. pg. 34.

decidiam o tamanho das turmas de acordo com o tamanho do volume a ser carregado, enfim, eram “sujeitos plenos da ação”¹²⁹. Ao se organizarem coletivamente, ao som de músicas africanas, estabelecendo um ritmo ao trabalho nas ruas da cidade, os africanos imbuíam o trabalho urbano com elementos de sua cultura, como também acontecia de forma semelhante na cidade de Salvador, como apontou Reis.¹³⁰

Os relatos informam também que aqueles homens se organizavam na busca pela liberdade. Parte fundamental nessa luta eram os fortes laços de solidariedade que os uniam. No entanto, já na segunda metade do século XIX é possível encontrar vestígios da organização de escravos ganhadores do porto carioca com outros fins. No dia 3 de maio de 1872, por exemplo, o *Diário do Rio de Janeiro* trazia a seguinte notícia:

“Os pretos carregadores também fizeram a sua “parede”, mas à moda da Costa da Mina, isto é, ao som dos cacetes e de gritarias quase selvagens. A causa foi terem exigido mais 20 réis pelo carro de carne-seca aos negociantes do gênero, e terem este deliberado substituí-los por homens livres. Hontem, depois de 1 hora da tarde, reunira-se mais de 50 na Praça das Marinhas, quando os trabalhadores brancos estavam fazendo descarga e opuseram-se a que efetuassem. Travou-se luta (...) os agressores eram sete escravos e um preto liberto(...)”¹³¹

O que esse episódio indica é que, aqui, os escravos estavam reunidos e organizados em torno de uma reivindicação típica de trabalhadores livres: o aumento no valor de seus serviços. Para isso, lançavam mão de uma forma de luta também típica de operários: a

¹²⁹ Cruz, Maria Cecília Velasco e. “Tradições Negras na Formação de um sindicato”. 2000. pg. 260.

¹³⁰ Reis, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês(1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. pg. 358.

¹³¹ “Ataque de Bárbaros”. *Diário do Rio de Janeiro*, 03/05/1872; A notícia também sai no *Jornal do Commercio*, *Jornal da Tarde* e *Diário de Notícias*.

greve.¹³² Difícil não pensar que durante muito tempo, os negros foram excluídos da história do trabalho no Brasil, como se eles não tivessem uma história também como trabalhadores.

Esse caso, assim como o conflito ocorrido no sindicato, já serviu a alguns estudos como exemplo de conflitos étnicos no porto carioca¹³³. Afinal, os pretos querem impedir os brancos de trabalharem. No entanto, talvez seja possível fazer uma outra leitura: mais do que um conflito baseado em questões étnicas, que opõe pretos e brancos, não estariam os pretos ganhadores se opondo principalmente à contratação de “fura-greves”?

Histórias de organização dos escravos em torno de questões relativas às condições de vida e de trabalho, como a descrita acima, sempre foram vistas como levantes ou rebeliões e nunca entendidas como reivindicações legítimas de trabalhadores¹³⁴. No entanto, elas colocam a questão de se é possível dissociar essas manifestações de luta e a experiência cotidiana dos escravos do processo mais amplo de formação da classe trabalhadora¹³⁵, especialmente em uma cidade como o Rio de Janeiro, onde as trajetórias de escravos, libertos e livres se cruzavam constantemente no trabalho e fora dele.

Esse convívio intenso pode ser percebido já no século XIX. Sidney Chalhoub, em *Visões da Liberdade*, mostrou como a “cidade negra” misturava os escravos com o restante

¹³² João José Reis já havia tratado de uma greve de escravos ganhadores, na Bahia do século XIX. Reis, João José “A greve negra de 1857 na Bahia”, *Revista USP*, 18 (1993).

¹³³ Cruz, Maria Cecília Velasco e “Tradições Negras na formação de um sindicato”. 2000. pg. 268; Ver também: Líbano, Carlos Eugênio. *A Negregada Instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

¹³⁴ Como na paralisação, ocorrida em 26/11/1857, dos escravos da Ponta da Areia (estabelecimento de propriedade do Barão de Mauá, composto de fundição e estaleiro). Segundo o jornal *A Pátria*, os escravos recusaram-se a trabalhar sem que fossem soltos três de seus companheiros que haviam sido presos por desobediência às ordens do mesmo estabelecimento. Cf.: Mattos, Marcelo Badaró. *Op. Cit.* 2008.

¹³⁵ Sobre o resgate da experiência dos egressos da escravidão e das relações entre escravos, libertos e livres, ver: Loner, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas, Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Uniraballo, 2001, capítulo 5; Vitorino, Artur José Renda. *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. São Paulo-Rio de Janeiro, Annablume/FAPESP, 2000; Wissenbach, Maria Cristina C. “Da escravidão à liberdade: dimensões da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”, in: Sevckenko, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998; Xavier, Regina Célia Lima. *Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

da população – onde estavam brasileiros brancos e imigrantes – nos muitos cortiços da “cidade esconderijo”.¹³⁶ E em lugares como esse, como observou Carlos Eugênio L. Soares, “o compartilhar das agruras da miséria urbana criava laços difíceis de romper.”¹³⁷

No início do século XX esses mesmos espaços continuaram a misturar negros e brancos, nacionais e estrangeiros, que aí compartilhavam das “agruras” da vida ao dividirem o mesmo cortiço, o mesmo espaço de trabalho ou enfrentarem a ação da truculenta polícia republicana, e estabeleciam laços de solidariedade¹³⁸. Mas era também nesses espaços que emergiam relações conflituosas que, não raro, terminava nas dependências das delegacias da cidade perante o delegado.

Dessa forma, mais do que tentar mostrar uma homogeneidade na experiência dos trabalhadores do porto (ou qualquer outra categoria), é preciso, ao contrário, estarmos atentos às contradições que marcaram essas experiências, dentro e fora do cais.

Amarelos e Vermelhos: uma verdadeira classe operária?

Se as disputas entre nacionais e estrangeiros são muitas vezes traduzidas como principal motivo de desmobilização operária no Rio de Janeiro, a composição étnica da classe foi constantemente associada à linha reformista de seus sindicatos, que teve no porto um dos maiores exemplos.

Boris Fausto foi um dos autores que defendeu a tese de que as diferenças étnicas e de nacionalidade não apenas limitaram a ação operária no Rio de Janeiro, como também teriam praticamente definido a predominância do sindicalismo reformista, de caráter não-

¹³⁶ Chalhoub, Sidney. *Op. Cit.* 1990.

¹³⁷ O autor narra um episódio em que um imigrante se opôs à prisão de um negro. Soares, Carlos Eugênio Líbano. *Op. Cit.* 1998. pg. 107-8.

¹³⁸ Tratei desses assuntos mais detidamente na minha já citada dissertação de mestrado.

revolucionário, que ele chama de “trabalhismo carioca”. Para o autor, o setor de serviços, que abrange os ferroviários, marítimos e doqueiros, formaram um grupo de trabalhadores intocados pela ideologia anarquista em fins do século XX, o que não teria acontecido em São Paulo, sempre considerada como palco dos movimentos revolucionários justamente pela superioridade numérica dos imigrantes:

“Do ângulo da classe operária, a existência no Rio de Janeiro dos germes de uma corrente limitada à defesa de reivindicações mínimas, pela via da colaboração de classes e da proteção do Estado, explica-se em grande medida (...) pela maior presença de nacionais na composição da classe, mais receptivos a um tipo de política que se coadunava com as velhas relações tradicionais e paternalistas (...)”¹³⁹

Fausto afirma que mesmo quando o anarquismo começa a encontrar campo entre os trabalhadores cariocas, principalmente a partir da década de 1920, isso não acontece entre os portuários, que, segundo ele, teriam mantido uma tradição de sindicalismo limitado a reivindicações corporativas. Comparando as ações operárias no Rio de Janeiro e na cidade portuária de Santos, o autor afirma que os perfis sindicais das cidades podem ser claramente distinguidos:

“As razões da diferença devem ser buscadas no contexto geral das duas cidades e na composição étnica da classe trabalhadora. Santos se define como centro de lutas frontais, sob inspiração libertária, abrangendo tanto portuários como outros ramos (...). Uma classe operária relativamente homogênea, composta em grande parte de estrangeiros (espanhóis e portugueses), constitui o núcleo básico dos trabalhadores quando a cidade começa a se desenvolver. No Rio de Janeiro, estrangeiros

¹³⁹ Fausto, Boris. *Op. Cit.* 1979. pg.52.

– em menor número – vem concorrer no porto com elementos nacionais aí já instalados. A rivalidade étnica potencia a disputa e favorece a divisão interna da classe. Por sua vez, as posições tendentes ao paternalismo ou à conciliação encontram campo na maior incidência do Estado e nas expectativas dos trabalhadores nacionais. Entre estes, há muitos antigos escravos ou integrantes de uma geração para a qual a escravidão tem ainda culturalmente um peso considerável”.¹⁴⁰

Assim, para Boris Fausto a diferença básica entre a ação operária dos portuários das duas cidades se dá pela diferença na composição da classe trabalhadora, que em Santos era formada por uma maioria de imigrantes com tendências libertárias e no Rio por nacionais, especialmente negros. Para alguns autores era isso que diferenciava Santos – a “Barcelona Brasileira”¹⁴¹ – dos “amarelos”.¹⁴²

Essas idéias se relacionam intimamente ao fato da historiografia não pensar o escravo como “ser político”, daí uma menor “consciência de classe” quando estes se fizeram trabalhadores livres, e uma forte tendência a aceitar o paternalismo estatal mais facilmente. No entanto, afirmar que essas diferenças estão diretamente relacionadas ao predomínio dos sindicatos reformistas no porto é simplificar a análise. Cláudio Batalha critica essa visão e diz que tanto no caso do Rio como no de outras cidades em que as correntes reformistas podem ser constatadas, as evidências desmentem esses pressupostos :

¹⁴⁰ Idem, pg.126-127.

¹⁴¹ Segundo Fernando Teixeira da Silva, a designação se refere ao predomínio anarquista em Santos nas primeiras décadas do XX; A cidade também é chamada de “Moscou Brasileira”, em referência ao peso dos comunistas nos sindicatos do pós Segunda Guerra Mundial. Ambas fazem parte da memória construída da cidade e visam apresentá-la como politicamente radical. Cf. Silva, Fernando Teixeira da. *Op. Cit.* 2003.

¹⁴² É importante lembrar não apenas os sindicatos portuários foram chamados de “amarelos”. O apelido foi atribuído ao movimento operário de caráter reformista da cidade como um todo. Cf. Maram, Sheldom. *Op. Cit.* 1979; Gitahy, Maria Lúcia Caira. *Op. Cit.* 1992.

“não há qualquer relação que possa ser estabelecida entre origem étnica e opções sindicais na Primeira República (...) Tampouco podem ser estabelecidas correlações automáticas entre a orientação ideológica dos operários e o setor da produção onde estão empregados.”¹⁴³

Segundo Cláudio Batalha, os estudos sobre o movimento operário no Brasil apresentam grandes dificuldades em analisar fenômenos como o reformismo operário na Primeira República. Isso se explica em grande parte pelo fato de a maior parte da historiografia trabalhar com antigos pressupostos de que só há uma única forma verdadeira de consciência de classe: a revolucionária. Dessa forma, rejeita-se qualquer outra forma de luta como legítima e desqualifica-se a ação dos operários quando estas não são motivadas pela ideologia revolucionária.

A imagem de uma classe operária homogênea, revolucionária e estrangeira que a literatura clássica quis passar como a “verdadeira” classe operária, generalizando modelos e criando paradigmas, idealiza um movimento operário e sindical que não condiz com a realidade de muitas organizações de luta operária. A maioria dos trabalhos tendeu a desqualificar e diminuir a importância dos sindicatos reformistas, encarados como frutos de mera manipulação patronal ou estatal e desprovidos de qualquer projeto próprio. Assim, preocupada em desqualificar o reformismo como expressão operária, a historiografia recusou-se também a estudá-lo e compreendê-lo historicamente como uma manifestação legítima de consciência de classe.

Entre os poucos estudiosos dos sindicatos do porto carioca, Maria Cecília Velasco Cruz merece destaque. A pesquisa de Cruz se mostra bastante bem-sucedida, na medida em que investiga à fundo a composição étnica da categoria, buscando perceber a influência das

¹⁴³ Batalha, Cláudio Henrique de Moraes. “Uma outra consciência de classe? O sindicalismo Reformista na Primeira República” In: *Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, 1990.

“tradições” oriundas da experiência dos escravos de ganho na organização do trabalho e na formação dos sindicatos portuários no período pós-abolição.

A autora faz uma crítica à afirmação de Boris Fausto de que entre os estrangeiros, a identidade de classe tendeu a superar a identidade nacional, questionando se esse processo não poderia ter ocorrido entre os nacionais, mesmo se ex-escravos.¹⁴⁴ Ela também rejeita o velho paradigma e, sem perder a dimensão do conflito, aponta para a solidariedade de classe entre os portuários. Ainda segundo ela, a atuação dos portuários em diversos momentos cruciais de reivindicação operária não apresentara a cor “amarelada” que lhe quiseram atribuir. Ao traçar a história da “Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café” e da “União Operária dos Estivadores”, a autora ressalta a importância destes sindicatos no movimento operário carioca, principalmente na conquista de uma das mais importantes reivindicações dos trabalhadores do porto: a *Close Shop*, – sistema de sindicatos fechados, onde os sindicalizados teriam ampla preferência na disputa pelo trabalho.

Embora o desejo de autonomia e fechamento do mercado de trabalho em torno dos sindicatos tenha sido uma luta comum entre os portuários do mundo inteiro, diversas tentativas nesse sentido não resultaram em sindicatos *closed shop* consolidados (exemplos de Londres, Liverpool, Seattle e Portland). Como apontou Cruz, seria então surpreendente que esse sistema tenha se estruturado tão fortemente e sobrevivido no Rio de Janeiro¹⁴⁵. Ao contrário do que afirmou Ingrid Sarti, o Sindicato dos Estivadores de Santos não foi o “primeiro sindicato que se impunha independente da Companhia Empregadora, e que se

¹⁴⁴ Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* 1998. pg. 22

¹⁴⁵ Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* 2000. pg. 254.

propunha a agenciar a mão-de-obra”.¹⁴⁶ No Rio, os ventos parecem ter soprado à favor dos sindicatos mais rápido do que na “Barcelona Brasileira” e, apesar dos altos e baixos constantes¹⁴⁷, os “amarelos” conseguiram se impor ao patronato já nos primeiros anos do século XX. Em Santos, apesar da luta se iniciar já na primeira década do século, somente nos anos 20 ela começa a ter resultados, se consolidando na década seguinte.¹⁴⁸

Dessa forma, apesar dos conflitos que existiram no porto e apesar daqueles sindicatos não terem seguido a ideologia “revolucionária”, eles conseguiram se impor no porto entre operários e patrões, conseguindo no início do século XX grandes conquistas para os trabalhadores.

Assim, me parece que associações imediatas entre a superioridade numérica de negros e a limitação da luta operária é, não somente simplista, mas também não leva em conta a trajetória anterior de muitos daqueles homens negros durante a escravidão e as experiências que informaram suas lutas no pós-abolição.

¹⁴⁶ Sarti, Ingrid. *Op. Cit.* 1981. pg. 92.

¹⁴⁷ A exemplo de alguns *lock-outs* feitos pelas companhias no início do século, que desestruturavam os sindicatos, como ocorreu com a “Resistência” em 1908.

¹⁴⁸ Silva, Fernando Teixeira da. *Op. Cit.* 2003 pg. 31.

Capítulo 3

A vida fora do cais: cotidiano e repressão policial no porto carioca

Era dia 7 de abril de 1905 quando, às duas horas da tarde, um inspetor da força policial que fazia a costumeira ronda pela freguesia de Santana da cidade do Rio de Janeiro, prendeu um indivíduo na rua Senador Pompeu. Na delegacia da 2ª Circunscrição Urbana, o mesmo inspetor declarou que

“(…) prendeu na Rua Senador Pompeu por estar em completo estado de embriagues o acusado presente Antônio Mina. Que o acusado vive todos os dias embriagando-se e que não é a primeira vez que tem sido preso por ser ébrio habitual.”¹⁴⁹

Interrogado pelo delegado o acusado disse chamar-se Antônio Mina, ter 54 anos de idade, ser trabalhador e casado. Disse que ignorava o nome de seus pais e que era natural da Costa da África. Ouvida a primeira testemunha, o empregado público Augusto Rodrigues Ramos confirmou a acusação do inspetor, dizendo que

“(…) viu quando o Inspetor Mota prendeu o acusado presente que agora sabe chamar-se Antônio Mina em completo estado de embriagues. Que o acusado deixa de trabalhar para viver embriagado, isto é, todos os dias. Que o acusado vive somente metido nos botequins e vendas de baixa esfera (...)”¹⁵⁰

Chamado à palavra logo depois, o acusado se defendeu das acusações dizendo:

“(…) que nunca foi encontrado caído por se achar em estado de embriagues. Que ele é trabalhador como pode provar. Que ontem foi preso por achar-se embriagado foi devido a ele ter ido em uma

¹⁴⁹ AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 4056. 1905.

¹⁵⁰ Idem

casa de seus patrícios e estes forçaram a ele beber, e que ele tendo cabeça fraca ficou um bocado embriagado como foi encontrado(...)”.¹⁵¹

Antônio Mina foi processado por embriagues (art. 396 do Código Penal de 1890). Durante o processo foram ouvidas também duas testemunhas de defesa. A primeira delas foi Francisco Gonçalves Dias, um português morador da Rua Barão de São Félix, que afirmou conhecer o acusado “como um homem sério e morigerado trabalhador, tendo residência certa e casado”. Depoimento parecido foi dado pela outra testemunha de defesa, o também português Bento da Silva Neves, morador da Rua Camerino, que disse que conhecia o acusado “e nunca soube de causa alguma que desabone sua conduta, sabendo que o mesmo é casado e tem residência fixa”. Por sua vez, o advogado Dr. Silvestre Santos alegou, na defesa, que o acusado era “um pobre africano, **trabalhador braçal em descargas de café**, de onde tira honrosamente os meios de subsistência”. O Juiz da 8ª Pretoria levou em conta os testemunhos de defesa e absolveu Antônio Mina em 23 de agosto de 1905.

Se, como afirmou o policial que efetuou a prisão, aquela não era a primeira vez que Antônio visitava as dependências das delegacias cariocas, tampouco foi a última. Menos de dois meses depois, em 2 de junho de 1905, lá estava ele sendo preso novamente por embriagues, desta vez na Rua Barão de São Félix. As testemunhas que depuseram na delegacia – um português e um brasileiro – afirmaram que o africano tinha o hábito de aparecer embriagado em público, sendo preso por isso várias vezes. No entanto, no dia seguinte, na mesma delegacia foram ouvidas novas testemunhas que contaram outra história. O brasileiro empregado no comércio, Conrado Manoel de Lima, disse “que

¹⁵¹ Idem

conhece Antônio Mina há muitos anos e sabe que é este homem morigerado, não se dá ao vício da embriagues; trabalha como furador de café e reside na Travessa das Partilhas”, o que foi confirmado pelo também brasileiro e empregado no comércio, Horácio Antônio Pestana.¹⁵²

Antônio Mina era também conhecido pelos nomes Antônio Africano e Antônio Adici. Ora foi identificado como carregador de café, ora como trabalhador da estiva ou como vendedor ambulante, profissão que exercia sua mulher, a também africana Maria Emine. Se durante um depoimento dizia desconhecer o nome de seus pais, em outro lhe vinha um rompante de memória e declarava se chamarem Maria Adici e Ojhô Adici, para em outra ocasião informar que se chamavam Bacohy e Fathuman Maria. Em alguns momentos diz ser natural de Lagos, em outro de Eco, mas também afirmou na delegacia ter nascido na “África Inglesa”. Algumas das informações contidas no conjunto de processos resultantes das prisões de Antônio às vezes são um pouco confusas, mas podem ser perfeitamente justificadas por naturais falhas de memória de um velho africano ou pela sua esperteza em tentar dificultar um pouco mais o trabalho da polícia.

É impossível, com base apenas na documentação disponível, saber em que circunstâncias ele chegou no Brasil. Nascido provavelmente em 1854, não sabemos que idade tinha quando desembarcou no Rio de Janeiro, se chegou livre ou veio como escravo através do tráfico ilegal. Não seria arriscado supor que ele estava entre os últimos dos

¹⁵² AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR 4077. 1905. Entre 1905 e 1915, Antônio foi preso por pelo menos nove vezes, ora por estar se embriagando nos botequins das freguesias de Santana e Santa Rita[□], ora por estar metido em confusões nos mesmos bares em que costumava tomar umas doses ou mesmo dentro de um bonde. Mas também foi preso por agredir seu companheiro de moradia e por estar “vadiando” pelas ruas da cidade. Juliana Barreto Farias, em trabalho sobre os Minas no Rio de Janeiro, também segue as pistas de Antônio Mina. Cf.: Farias, Juliana Barreto. *Entre Identidades e Diásporas: Negros Minas no Rio de Janeiro (1870-1930)*. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2004. Conferir também, da mesma autora, “Descobrimos mapas dos Minas: alforrias, trabalho urbano e identidades, 1800-1915”. In: Gomes, Flávio dos Santos, Farias, Juliana Barreto e Soares, Carlos Eugênio Líbano. *No Labirinto das Nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

muitos africanos que trabalharam no porto ainda em tempos de escravidão. Nascido em meados do século XIX, Antônio viveu um período de mudanças na história da cidade do Rio de Janeiro. Quase podemos vê-las em suas peripécias pela região portuária e seu permanente conflito com as autoridades responsáveis pela manutenção da ordem naquela parte da capital do país. Nos processos que sofreu, foi acusado por uns de “desordeiro”, “vadio incorrigível”, “ébrio habitual” e “feiticeiro conhecido”. Mas houve também quem o defendesse e, perante as autoridades, se referisse a ele como “chefe de família”, “morigerado trabalhador”, “pobre africano” e “perseguido das autoridades policiais”. Conhecer as pessoas que foram em sua defesa – brasileiros e portugueses, operários e negociantes – ajuda a identificar o quanto a rede de relações que Antônio forjou era ampla e envolvia mais gente do que os “patrícios” com quem bebeu naquela tarde de abril.

Falar das relações construídas no trabalho e na organização sindical é pouco para entender o universo dos trabalhadores do porto, já que o mundo do cais era muito maior e mais complexo, envolvendo redes de relações que vão além daquelas construídas no processo produtivo. Através dos malfadados encontros de Antônio Mina e outros companheiros de trabalho com a polícia republicana pretendo, neste capítulo, tratar do cotidiano dos trabalhadores do porto em diversos espaços e de como os negros do porto vivenciaram no dia a dia as políticas repressivas que objetivavam a integração compulsória dos negros na “sociedade civilizada”, o que pressupunha não somente a adequação desses homens ao trabalho livre, mas também o dismantelamento de práticas culturais associadas aos negros – e à África – que, no olhar das elites, contrariavam o projeto de sociedade que tentavam implementar de cima para baixo.

De bar em bar

Em 25 de setembro de 1909, na Delegacia de Polícia do 14^o Distrito, o delegado tomou o depoimento do português Virgílio Moura, morador da Rua João Caetano n. 5, trabalhador de um armazém de secos e molhados que funcionava no n. 175 da mesma rua. Virgílio estava lá como vítima e prestou o seguinte depoimento:

“que hoje cerca de 7 horas da noite, o declarante estava servindo a freguesia (...) quando entrou ali o preto Antônio de tal, conhecido por Antônio Mina, morador à rua João Caetano n. 169, um tanto alcoolizado (...) pedindo parati; que como o dito Antônio estivesse embriagado, não quis o declarante vender-lhe parati, o que foi quanto bastou para o mesmo Antônio avançar para o declarante e dar-lhe uma forte dentada no braço direito e socos pelo rosto.”¹⁵³

Como testemunhas, confirmaram a versão do depoente outros quatro portugueses, todos empregados do comércio e moradores na vizinhança do tal armazém¹⁵⁴, que funcionava também como “casa de pasto”, servindo comida, café e parati para os trabalhadores da região. Na mesma delegacia, o acusado disse ser casado, analfabeto, “furador de sacos de café” e morador da rua João Caetano número 169, bem próximo ao tal armazém. Desta vez afirmava ser natural de Lagos e filho de Hoyô e de Maria. Naturalmente, a versão do africano sobre o acontecido foi outra. Em seu depoimento, disse que tinha ido àquele estabelecimento para “comprar gêneros” e que, ao dirigir-se ao caixeiro Virgílio, este começou a discutir com ele, assim como os outros empregados da

¹⁵³ AN – 8^a Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 7044. 1909.

¹⁵⁴ Dois deles moravam na própria João Caetano, um na General Pedra e um na Senador Eusébio, todas em Santana.

venda, “indo todos para cima do acusado, que foi agredido pelo tal Virgílio e pelos demais empregados”.

Em sua defesa, se pronunciou José Rocha, um brasileiro natural do Rio de Janeiro, morador da Rua do Senado e também empregado do comércio. José Martins da Silva, um Guarda Civil que conversou com a freguesia após o acontecido, declarou ao delegado que ouviu de algumas pessoas que o dono da casa e seu irmão foram de fato os agressores.

Esse pode ser apenas um exemplo dos muitos conflitos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro que tinha um fundo de rivalidade étnica. Não sabemos o que realmente aconteceu naquele dia e nunca saberemos, mas o fato é que os portugueses se uniram contra o africano, que teve ao seu lado um brasileiro, que talvez fosse preto como Antônio.

Aquela também não foi a primeira nem a última vez que Antônio se metia em confusões nos estabelecimentos comerciais de Santana. No dia 05 de abril de 1912, às oito da noite, um policial que estava em sua casa na rua General Pedra ouviu gritos de “*palavras obscenas*” vindos da rua. Ao chegar na janela viu que um preto que morava naquela mesma rua promovia desordens “armado de uma bengala”, com a qual atacava os transeuntes. Ao notar a presença do policial, o tal preto refugiou-se em uma venda da rua João Caetano, n. 18, onde foi preso e levado novamente ao 14^o Distrito Policial.

Dessa vez Antônio foi parar atrás das grades por agredir com a tal bengala três indivíduos: o brasileiro Salvador Seda, o português Antônio Viena da Silva, ambos moradores da rua João Caetano, e o português Antônio Moura da Silva, morador de uma rua próxima, a Pinto Azevedo. Perguntado pelo delegado, Antônio Moura deu o seguinte depoimento:

“(…) que cerca de oito e meia da noite estando na porta da sua casa viu um indivíduo de nome Antônio, conhecido por Antônio Mina e Antônio Africano, agredir um rapaz, dando-lhe uma bengalada; que correu em auxílio do rapaz agredido com outro e ambos, por sua vez, foram agredidos por Africano; que lhe deu dentadas nas mãos, e pontapés, ferindo-o; que esse indivíduo é turbulento e desordeiro, costumando se embriagar, e nesse estado, promove desordens, espanca as pessoas que caem no seu desagrado, e insulta a todos com palavras obscenas; que esse indivíduo é conhecido como feiticeiro, sendo já preso muitas vezes nessa delegacia”.¹⁵⁵

Dada a palavra ao africano, este disse que era natural da Inglaterra, filho de pais ignorados, que morava na rua São Diogo (antigo nome da General Pedra), n. 373 e que era vendedor de sabão¹⁵⁶. Ele se defendeu dizendo que, na verdade, era a vítima e não o agressor na ocorrência:

“(…) que hoje foi preso em uma venda da rua General Pedra e juntaram-se na ocasião muitas pessoas que o espancaram ferindo-o na cabeça; (...) que naquela rua, porque o declarante não se dê com diversas pessoas, tem muitos inimigos que o perseguem e lhe querem mal (...)”.¹⁵⁷

¹⁵⁵ Depoimento de Antônio Moura da Silva. AN – 3ª Pretoria do Rio de Janeiro, 6Z.0411. 1912

¹⁵⁶ Aqui, Antônio não se apresenta como trabalhador do porto e sim como “vendedor de sabão”. Já vimos que era comum que trabalhadores avulsos se lançassem em tarefas diversas, visando ganhar um dinheirinho extra. Antônio Mina mesmo parece ter sido um dos que tinham mais de uma profissão, sempre autônoma. Em 1907, por exemplo, quando foi preso por estar embriagado na rua Barão de São Félix, ele se declarou apenas “trabalhador”, mas em sua defesa ele aparece como “estivador”. No entanto, no meio dos autos, em sua ficha datiloscópica, anexada à folha de antecedentes, consta que era “vendedor ambulante”. Assim, ele poderia vender sabão, mas ainda assim trabalhar no porto. Mas ainda há uma segunda hipótese: em 1912 o nosso amigo africano já contava pelo menos 58 anos, idade bastante avançada para um trabalho que exigia tanto esforço físico quanto o portuário. Portanto, é possível que, nesse ano, Antônio já não mais agüentasse o tranco de carregar sacas de café e tivesse buscado outro trabalho, o de vendedor de sabão, na qual, provavelmente também atuava autonomamente. Assim, o mais provável é que ele não estivesse mais atuando no duro trabalho das docas. No entanto, isso não impede que continuemos na sua espreita, seguindo seus passos para sabermos um pouco mais sobre como viviam os homens do cais, de onde o africano tirou seu sustento durante anos.

¹⁵⁷ AN – 3ª Pretoria do Rio de Janeiro, 6Z.0411. 1912. Depoimento de Antônio Africano.

Não sabemos até que ponto é real o depoimento do acusado; mas se, por um lado, na rua onde o africano morava muitas pessoas não lhe queriam bem, havia também umas outras tantas que o estimavam ou ao menos nada tinha contra ele. O caso é que, para defender-se da acusação de agressão, Antônio Africano contou com a ajuda de dois advogados, os Drs. Alfredo de Oliveira Flores e Manoel Rodrigues da Fonseca. Chamados para depor em juízo três testemunhas confirmaram a versão do africano de que ele era a vítima da agressão. O brasileiro Miguel Cardoso, morador da João Caetano n. 8, disse que os rapazes eram “provocadores habituais” e teriam se aproveitado do estado de embriagues em que se encontrava o velho africano para lhe atirarem pedras e outros objetos. Francisco Guimarães, também brasileiro, se declarou “negociante a Rua do Ouvidor”, e disse que o africano “fora provocado pelos indivíduos que figuram como ofendidos e em seguida por estes esbordoado a cacetadas a ponto de ficar com a cabeça partida”. Quem também afirmou que o acusado era na verdade o ofendido da história foi o negociante Antônio Martins, um português morador da rua General Pedra n. 380. A defesa constatou inúmeras irregularidades no processo e, em outubro de 1912, o Juiz julgou a acusação improcedente e mais uma vez Antônio foi absolvido das acusações.

Diferentemente do outro processo, aqui, foram em defesa do africano pessoas de diferentes nacionalidades: dois brasileiros e um português, sendo o último morador da mesma rua de Antônio e, a julgar pela numeração, talvez na casa em frente à dele. Essa não foi a primeira vez que um português ia em defesa do africano. Para refrescar a memória do leitor, lembremos que em nosso primeiro encontro com Antônio, na tarde de 7 de abril de 1905, dois portugueses testemunharam a seu favor na acusação de

vadiagem, enaltecendo suas qualidades de homem trabalhador e honesto.¹⁵⁸ Esses são indícios de que as relações construídas naquela região eram múltiplas e contraditórias. No dia a dia de Santana e Santa Rita, freguesias marcadas pela diversidade étnica, se esbarravam trabalhadores de diferentes cores e nacionalidades, que dividiam o espaço das ruas, dos cortiços e dos bares e vendas.

Exemplo dessa diversidade é o malfadado encontro que Antônio teve em um bar da Praça Onze em 03 de janeiro de 1914, último ano em que cruzamos com o africano. Antônio foi novamente preso por promover desordens e agredir os fregueses do no “Botequim do Vidal” com seu guarda-chuva. Três indivíduos que ali tomavam “café” (ou será que tomavam parati?), testemunharam na delegacia contra o preto: os russos Arthur Gurgenhel e Sinai Faingold e o norte-americano Luiz Fermon. Todos se declaram “negociantes” e eram moradores de ruas próximas ao boteco onde ocorreu o conflito, respectivamente a Praça da República, Rua de Santana e Benedito Hipólito. Para responder ao processo por agressão, Antônio teve que desembolsar a enorme quantia de 300 mil réis para a fiança e mais 6 mil réis do prêmio do depósito. O Dr. Alfredo de Oliveira Flores novamente o defendeu e, um ano depois, o Juiz da 3ª Pretoria do Rio de Janeiro julgou improcedente a acusação e absolveu o africano¹⁵⁹.

Note-se que os três casos citados tiveram como palco as vendas e botequins. Assim como Antônio Mina, outros portuários se envolveram em conflitos diversos nos estabelecimentos comerciais da região portuária e da Cidade Nova, especialmente os que vendiam aguardente. As vendas, botequins, quiosques e as chamadas casas de pasto –

¹⁵⁸ AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 4056.

¹⁵⁹ AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. 6Z. 2312. 1915.

onde era servida comida barata – eram os principais locais de lazer e de encontro dos trabalhadores pobres da cidade e misturavam homens (e também mulheres) de diversas origens e profissões, como indicam os processos consultados.

Os portuários, bem como outros profissionais autônomos, circulavam por eles com a frequência que a liberdade habitual dos horários menos rígidos lhes permitiam. Esses espaços, ao mesmo tempo em que promoviam o encontro, a conversa e a sociabilização, eram palco de freqüentes episódios de brigas, demonstrações de força e conflitos em geral. Era ali que os homens resolviam suas “questões”, quase sempre incentivados pelo consumo de parati além da conta. Dessa forma, esses pontos de encontro também eram alvos constantes da mira policial no início do século. A excelência do botequim, onde se reúnem desordeiros, vadios e prostitutas, como um lugar de conflitos, justificava e legitimava a ação repressiva das autoridades naqueles lugares.¹⁶⁰

Em 1907, donos de botequins localizados na Praça das Marinhas penaram para conseguir uma licença, junto à polícia, para que seus estabelecimentos ficassem abertos durante a noite. O delegado escreve ao Chefe de Polícia aconselhando que a licença só seja liberada caso o requerente, Antônio Gouveia da Fonseca, dono do “hotel e botequim” na dita praça, assinasse um termo na Polícia Central responsabilizando-se pela ordem no lugar “com o fim de evitar, como já se deu, o agrupamento em seu estabelecimento, de prostitutas, desordeiros, bêbados habituais e toda sorte de indivíduos

¹⁶⁰ Para uma análise mais apurada sobre os conflitos em botequins e quiosques (inclusive as diferenças entre os dois estabelecimentos), ver: Chalhoub, Sidney. *Op. Cit.* 1986.

de má nota”¹⁶¹. A mesma recomendação ocorre para outros pedidos de licença de funcionamento de botequins durante a noite. Segundo o delegado, em todos os estabelecimentos daquela área “tem se dado conflitos que constam do livro de ocorrências diárias.”¹⁶²

Assim, a polícia de vez em quando cassava a licença de funcionamento noturno de alguns desses estabelecimentos, justificando serem locais de “reunião de desordeiros, suspeitos e rameiras”, como aconteceu, por exemplo, com um botequim na rua Visconde do Rio Branco em 1901¹⁶³ e com vários botequins das ruas São Jorge, Senhor dos Passos, Alfândega e Hospício (atual Buenos Aires) em 1906.¹⁶⁴

Mas não era só o “desordeiro conhecido” Antônio Mina que tinha suas desavenças enquanto tomava uma branquinha nos botecos da cidade, aparecendo constantemente nas tais “ocorrências diárias” das delegacias. A documentação policial está repleta de casos semelhantes envolvendo trabalhadores do porto: em novembro de 1901 Vicente Rodrigues Pereira, o Bexiga, teve “uma questão” com um indivíduo desconhecido de cor parda em um botequim na Praia Formosa 287, aparentemente porque este não queria lhe pagar uma dose de Paraty. Intervindo na discussão, um português que morava na estalagem contígua ao botequim, disse a Bexiga para “tomar juízo” e que não se metesse mais em brigas. Ao virar as costas, o português recebeu uma navalhada profunda de Bexiga, que fugiu e só foi encontrado para depor um mês depois. Prestaram depoimento na delegacia, além do ofendido, cinco testemunhas, que confirmaram a história: três portugueses – o dono do estabelecimento onde se deu o

¹⁶¹ AN – GIFL. 6C. 210. Ofício n. 23. 1907.

¹⁶² Botequins ns. 291 e 292 da mesma Praça das Marinhas. AN – GIFL. 6c. 210. Ofício n. 24. 1907

¹⁶³ AN – GIFL. 6C – 69; ofício n. 5. 1901

¹⁶⁴ AN – GIFL. 6C – 210; ofício n. 25. 1906. Essas ruas faziam parte da freguesia de Sacramento, fronteira a Santana e próxima à Praça da República.

conflito, o “caixeiro do botequim” e um vendedor de doces; e três brasileiros – dois trabalhadores braçais, provavelmente portuários como Bexiga, e um “operário”. Excetuando o vendedor de doces e um “trabalhador braçal”, os outros eram moradores da tal estalagem contígua ao boteco.

Ao ser finalmente encontrado, o réu negou tudo, dizendo que há tempos não ia naquele botequim e que ignorava os fatos. O processo se arrastou durante anos por conta das testemunhas não comparecerem em Juízo para depor. Diante da impossibilidade de provar a culpa, o Bexiga foi absolvido.¹⁶⁵

Alguns elementos desse processo revelam aspectos da rotina de muitos daqueles trabalhadores. Todas as testemunhas afirmam que o botequim da Praia da Formosa era freqüentado diariamente por Bexiga, que sempre ia ali beber paraty. Ao lado do mesmo botequim ficava uma estalagem, onde moravam o agredido e a maior parte das testemunhas, marcando a diversidade dos espaços coletivos da região freqüentada pelos trabalhadores do porto. Nos inúmeros bares e cortiços da zona portuária os homens do cais se encontravam mesmo que morassem em lugares mais distantes. Nesse processo, Bexiga disse morar na Rua Barão de Ubá, que ficava em uma região mais afastada do centro e da Zona Portuária (lá para os lados da Tijuca). No entanto, segundo testemunhas, freqüentava quase todos os dias o tal boteco da Praia Formosa, nos arredores do cais. Por mais que seja necessário relativizar (ou desconfiar) dos depoimentos – afinal, Bexiga poderia ter dado falso endereço para despistar as autoridades – já vimos que essa situação era perfeitamente factível, e que mesmos os portuários que moravam em bairros distantes costumavam perambular pelos arredores do cais do porto.

¹⁶⁵ AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 1783. 1901.

Esse processo apresenta ainda uma situação recorrente no conjunto de casos analisados: o não comparecimento das testemunhas para depor em Juízo. Vejamos outros casos: em 16 de julho de 1901, o preto Joaquim Januário Nunes foi preso por promover desordem e agredir em um quiosque da rua Camerino, Augusto Eusébio, um brasileiro que se declara “trabalhador” e morador na Rua Barão de São Félix, 118. O ofendido, em depoimento na delegacia, afirma que o acusado, conhecido por “Pernambuco” (apesar de ter nascido no Rio Grande do Norte) era um “desordeiro conhecido” e lhe esbordoara a troco de nada, tendo se evadido em seguida. O depoimento foi confirmado pelas quatro testemunhas que estavam reunidos com o ofendido no dito quiosque, todos brasileiros e moradores das redondezas do porto – Praia Formosa, Largo do Depósito, Barão de São Félix e Morro da Providência: três deles se declaram apenas “trabalhador” como profissão e um declara “marítimo”, sendo que o mais provável é que todos eles tenham profissão ligada ao porto¹⁶⁶. Dez dias depois, levado à delegacia, Joaquim Januário Nunes defendeu-se alegando que não conhecia o ofendido nem as testemunhas, que não era conhecido por Pernambuco e que nem ao menos estava no tal quiosque naquele dia. O processo se arrastou por quase um ano e, apesar das intimações para depoimento em Juízo, a maior parte das testemunhas não foram encontradas nos endereços dados na delegacia, não comparecendo para depor, incluindo o acusado.¹⁶⁷

Em 08 de julho de 1905 “Pernambuco” se metia novamente em confusões. Ele foi preso às 12 horas da noite, junto com outro estivador, o pardo Marcolino Ferreira de Souza, acusados de ofenderem fisicamente o português José Fernandes dos Santos, dono

¹⁶⁶ Era comum os portuários declararem apenas “trabalhador” quando perguntados a profissão, como prova o cruzamento de dados entre os processos e o Livro de Matrículas da Casa de Detenção. Algumas vezes no próprio processo consta “trabalhador” no depoimento da delegacia e “estivador”, etc. na qualificação ou ficha datiloscópica.

¹⁶⁷ AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 1831. 1901.

de um botequim na Rua da Alfândega n. 237. Os acusados, moradores da Rua General Câmara e Rua da Saúde, respectivamente, se defendem dizendo que estavam no bar em que se deu o conflito, mas que não tomaram parte dele e não sabiam quem havia ferido o dono do botequim. Além das partes, também prestaram depoimento na delegacia duas testemunhas que estavam no botequim: o italiano Paulino Rosa, sapateiro, residente na Rua do Hospício n. 336 (atual Buenos Aires) e o brasileiro Felipe Pimentel, empregado do comércio, morador na Praça do Russel n.2. Ambos afirmaram terem visto os acusados serem presos, mas não a cena do crime em si. Nessa época, Joaquim Januário Nunes já figurava como um dos fundadores da União Operária dos Estivadores e, talvez por isso, contou com a ajuda de um advogado, o Dr. Gregório Garcia, para defendê-lo e a seu companheiro. Também aqui, as testemunhas arroladas deram falsos endereços e não compareceram em juízo. Devido aos depoimentos inconsistentes, de policiais e pessoas que não presenciaram o crime, o Juiz julgou improcedente a denúncia e absolveu os réus da acusação.¹⁶⁸

A debandada das testemunhas é freqüente nos processos que envolvem portuários e que o mais comum era que as testemunhas declarassem falsos endereços nas delegacias, impossibilitando a intimação. Esse procedimento indica uma estratégia daqueles homens para evitar ou burlar a ação das autoridades e, segundo Sidney Chalhoub, era especialmente freqüente entre os estivadores, que tinham o costume de resolver seus problemas entre si, quase sempre recusando autoridades policiais e judiciárias como mediadores.¹⁶⁹

¹⁶⁸ AN – 3ª Pretoria do Rio de Janeiro. Proc. 14424; Maço 775. 1905.

¹⁶⁹ Chalhoub, Sidney. *Op. Cit.*, 1986. pg. 106.

Foi o que aconteceu em 13 de março de 1902, quando o inspetor seccional da 2ª Circunscrição Urbana prendeu, às 8 horas da noite, dois estivadores que se agrediam mutuamente em um quiosque no Largo do Depósito. O preto Matheus Teixeira, morador da Rua Camerino, 46, disse que a briga acontecera porque “tendo uma questão a bordo com o outro acusado presente por causa do trabalho, o mesmo prometeu vingar-se”. O outro acusado, o pardo Benedicto José da Silva, morador da Rua do Costa, 8, também disse na delegacia que a briga ocorreu por “questões de trabalho”.¹⁷⁰ Já em 9 de março de 1910, às 6 horas da tarde, um policial que se dirigia para o Largo da Prainha ouviu um estampido de um tiro vindo da Ladeira Felipe Nery. Lá chegando, viu grande aglomeração em frente a uma casa de pasto da dita ladeira, onde o estivador Oscar Antônio da Costa teria atirado em Eurico Inácio da Silva. Algumas testemunhas afirmaram que o conflito se deu “por motivo de trabalho.”¹⁷¹ Sidney Chalhoub cita outros conflitos envolvendo trabalhadores que, no início do século, resolviam suas “questões de trabalho” nos bares e botequins da cidade, como o caso de um grupo de empregados do carvão que vai a um botequim num dos intervalos da jornada de trabalho, ocasião em que dois deles se estranham e brigam em razão da “divergência (...) do modo de pensar acerca do serviço deles”.¹⁷²

Também foi em um botequim da Rua da Gamboa que se deu um conflito entre os sócios da União dos Operários Estivadores e do sindicato inimigo, a Sociedade Regeneradora dos Estivadores¹⁷³, que contou com a participação dos já conhecidos Joaquim Januário Nunes, o “Pernambuco” e José Gomes Cardoso, o famoso

¹⁷⁰ AN – 8a Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 2411. 1902.

¹⁷¹ AN – 3ª Pretoria do Rio de Janeiro. Proc. 1043, maço 893, gal. A. 1910.

¹⁷² Chalhoub, Sidney. *Op. Cit.* 1986. pg. 213.

¹⁷³ Sobre os conflitos envolvendo os dois sindicatos, ver: Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* 1998.

“Cardosinho”, além vários outros estivadores que ali estavam reunidos na noite de 17 de agosto de 1905. Segundo o jornal, eram 7 horas da noite quando um dos sócios da União dos Estivadores, o pardo Mathias dos Santos Meireles, vulgo “Vermelho” dirigiu-se para o balcão e pediu um cálice de parati. Nessa ocasião o Cardosinho entrou no tal bar e começou logo a esbravejar, gerando violenta discussão entre os inimigos de sindicato. A discussão teria tomado grandes proporções e foram dados tiros e navalhadas *a torto e à direita*. O resultado da contenda, de acordo com o *Correio da Manhã*, foi terem saído gravemente feridos o próprio Cardosinho, além de seu inimigo Vicente Fernandes de Araújo, o “Cara Cortada”, e preso Clarimundo Francisco de Siqueira, vulgo “Veado”. O conflito resultou ainda na morte de “Vermelho”, que teve seu enterro pago pela União dos Estivadores, de que era sócio.¹⁷⁴

Espaços de lazer como os botequins, vendas, quiosques e casas de pasto se misturavam na rotina daqueles trabalhadores com o cotidiano do trabalho, tornando-se quase uma extensão do cais para grande parte dos portuários. Assim, esses espaços não eram palcos apenas para conflitos, mas também lugares de encontro, socialização e construção de solidariedades múltiplas entre aqueles trabalhadores. Nesses locais poderiam “comemorar” o pagamento, como costumavam fazer os escravos carregadores de café¹⁷⁵; ali poderiam se reunir os que não eram escolhidos na “parede” para esperar uma próxima chamada; conversavam tomando café antes do trabalho e uma branquinha depois, ou vice-versa; e também era um espaço para se discutir os rumos do sindicato e da greve. Em agosto de 1906, no auge de uma importante greve das categorias portuárias, o *Correio da Manhã* publicou que no dia 28 daquele mês uma patrulha de cavalaria

¹⁷⁴ *Correio da Manhã*, 18/08/1905. pg.2

¹⁷⁵ Cruz, Maria Cecília Velasco. Op. Cit. 2000. pg. 260.

cercou e retirou à força das diversas casas de pasto e botequins da região portuária, os trabalhadores que nesses lugares se reuniam, na tentativa de obrigá-los a trabalhar no Trapiche Damião.¹⁷⁶

Os bares próximos ao porto, sempre temidos como focos de alcoolismo e divergências, também despertavam suspeitas por serem o espaço de permanente reunião dos trabalhadores do cais. Em qualquer dos muitos estabelecimentos que lhes servissem café, comida, ou simplesmente cachaça, os trabalhadores do porto de cores e nacionalidades diversas se encontravam, e construía suas identidades, ao mesmo tempo em que resolviam suas contendas pessoais, seus conflitos de trabalho, suas rivalidades amorosas e outras tensões do cotidiano.

¹⁷⁶ *Correio da Manhã*. 29/08/1906. pg. 2.

O porto negro e seus trabalhadores “avulsos”.

Na primeira metade século XIX, eram muitos os africanos que, assim como Antônio Mina, labutavam no porto da cidade do Rio de Janeiro, mas não como livres, e sim como escravos. Os ganhadores, muito comuns na cidade naqueles tempos, encontraram aí um lugar bastante propício para conseguirem o jornal de seus senhores. Muitos foram os viajantes que apontaram a presença dos braços negros como uma característica do trabalho portuário no Rio de Janeiro.¹⁷⁷

Mas não é difícil concluir que o número relativo de negros tenha diminuído a partir da segunda metade do século XIX, principalmente com a enxurrada de imigrantes, especialmente portugueses, que desde a primeira metade do século XIX, e com maior peso após 1850, começaram a desembarcar na cidade todos os dias¹⁷⁸. Seria fácil imaginar que os brancos tivessem substituído os negros nos diversos ramos do mercado de trabalho carioca. Se por um lado isto é verdade – afinal a composição social dos trabalhadores foi efetivamente modificada – no porto isso não ocorreu de forma tão intensa¹⁷⁹.

Para tentar estabelecer, ainda que indiretamente, a cor dos trabalhadores das categorias portuárias no início do século XX, é útil recorrer aos arquivos da Casa de Detenção da cidade do Rio de Janeiro, pois, em seus registros, este dado físico era anotado

¹⁷⁷ Cf.: Ebel, Ernest. O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824. Tradução e edição de Joaquim de Sousa Leão Filho, São Paulo, 1972. pg. 45-46; Colton, Walter. Deck and Port or Incidents of a Cruise in the United States Frigate Congress to California. Nova Iorque, A. S. Barnes & o., 1850; Ribeyrolles, Charles. Brasil Pitoresco, vol.I. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, USP, 1980. pg. 208-209, entre outros.

¹⁷⁸ Cf.:Ribeiro, Gladys Sabina. *Cabras e pés-de-chumbo": os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio Janeiro (1890-190)*. Dissertação de Mestrado, UFF: 1987.

¹⁷⁹Deve-se assinalar que, na primeira metade do século XIX, quando ainda havia tráfico negreiro legal, a população de negros chegou mesmo a igualar numericamente aos brancos e a presença africana era muito forte. A partir de 1850, com a proibição do tráfico, muita coisa mudou na “cor” da cidade. A demanda por braços para trabalhar nas fazendas de café sugou boa parte da mão-de-obra escrava da cidade do Rio de Janeiro para as regiões agrícolas, alterando a relação numérica entre grupos raciais. Em 1872, os pretos e pardos (escravos ou não) ainda representavam 44, 79% da população total da cidade. Em 1890, esse percentual cai para 37,2%. Para os próximos períodos, no entanto, fica difícil informar o percentual étnico da população “não branca”, pois a categoria “cor” foi suprimida do censo posterior, realizado em 1906.

como forma de facilitar a identificação¹⁸⁰. Dos registros de entrada de presos na Detenção, que nos forneceram uma amostragem significativa da categoria, constam a profissão e a cor do preso, além do nome, filiação, data e local de nascimento e o crime cometido. Assim, analisando o conjunto de portuários presos na Detenção entre os anos de 1901 e 1910¹⁸¹, chegamos à conclusão que os brancos eram efetivamente minoria no porto na primeira década do século XX, representando 43,2% do total de portuários, enquanto os pretos e pardos correspondem a 50,4%, contando ainda com 4,9% de “morenos”. Outras identificações, como fulos, caboclos e “acabocladados” representam 1,5%. Apesar da diferença numérica entre os dois grupos não ser tão grande assim, é preciso levar em conta que a população branca no Rio de Janeiro já representava a maior parte da população nesse período e aumentava a cada dia com a entrada dos imigrantes. Por outro lado, do total de brancos presos, 70,6% eram estrangeiros e entre estes, os portugueses se destacam. Os brasileiros brancos somavam apenas 29,4% do total, ou seja, a grande maioria dos brasileiros presos eram pretos ou pardos.

A conclusão que pode ser tirada destes dados é que no trabalho portuário conviviam uma massa bastante heterogênea de trabalhadores, de diversas identidades raciais e nacionalidades. No entanto, os negros continuam sendo uma forte presença, mesmo em uma cidade de maioria branca.¹⁸² Entre esses negros, com um potencial de suspeição

¹⁸⁰ Essa fonte é significativa para representar o conjunto de trabalhadores da estiva, pois era uma instituição “de passagem”, onde eram levados os presos que aguardavam julgamento pelos mais diversos crimes, mas principalmente aqueles que eram presos por vadiagem, desordens e outras contravenções. Acontece que os trabalhadores do porto, como veremos adiante, eram constantemente presos por esse motivo, o que faz da detenção uma boa janela para espiar aqueles trabalhadores.

¹⁸¹ Aqui, foram contabilizados os portuários de categorias diversas, tais como estivadores, fogueiros, carregadores, etc. Os Livros com os registros de entrada de presos na Casa de Detenção estão no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ). Não foi possível consultar todos os livros de cada ano, pois parte deles estão bastante deteriorados. Dessa forma, trabalhamos com uma amostragem de 871 presos.

¹⁸² É preciso ressaltar que esses dados podem apenas indicar a cor daqueles homens, significando antes que a atuação da polícia foi mais dura quando se tratava de pretos e pardos.

acima da média, estava o africano Antônio Mina. Por causa de homens como ele, João do Rio referiu-se à Saúde, principal bairro da região portuária, como o “*bairro rubro*, onde era criada a *rede tenebrosa*, o *encadeamento lúgubre da miséria e do crime*”. Ao narrar um crime ocorrido no local, o nosso elegante *flanêur* diz não estranhar o ocorrido, pois o crime seria um “exemplo comum da influência do bairro cuja história sombria passa através dos anos encharcada de sangue”.¹⁸³ Passeando pela região ele descreve suas ruas e a sensação que causava nas pessoas que, como ele, não faziam parte daquele mundo:

“O bairro onde o assassinato é natural abraça a Rua da Saúde, com todos os becos, vielas e pequenos cais que dela partem (...) Toda essa parte da cidade, uma das mais antigas, ainda cheia de recordações coloniais, tem, a cada passo, um traço de história lúgubre. A Rua da Gamboa é escura, cheia de pó, com um cemitério entre a casaria; a da Harmonia já se chamou do Cemitério, por ter aí existido a necrópole dos escravos vindo da Costa d’África; a da Saúde, cheia de trapiches, irradiando ruelas e becos, trepando morro acima os seus tentáculos, é o caminho do desespero; a Prainha causa, à noite, uma impressão de susto”.¹⁸⁴

Também em suas andanças pela Casa de Detenção, João do Rio referiu-se ao “punhado de desordeiros” ou “malandros” da Saúde como assíduos freqüentadores da prisão. As colunas policiais dos jornais também faziam constantes referências à Saúde como antro de criminosos.¹⁸⁵ Principal reduto de uma das mais célebres e temidas maltas de capoeiras do século XIX, os Guaiamus, a má fama da região e o medo que ela despertava vinham de muito tempo e estavam associados, especialmente, à forte presença

¹⁸³ Rio, João do. “As crianças que matam”. In: *Histórias da Gente Alegre: contos, crônicas e reportagens da Belle-Époque carioca*. Org. João Carlos Rodrigues. Rio de Janeiro: José Olympio, 1891. pg. 40.

¹⁸⁴ Idem. pg. 39-40

¹⁸⁵ Ver, por exemplo, o *Correio da Manhã*, 30/01/1904. Coluna: “Na Polícia e nas Ruas”. pg.2: “Ainda é o bairro da Saúde que fornece à avidez do leitor um destes fatos que numa simples notícia não pode justificar, mas de que muito lucraria o estudo paciente de gabinete de um criminalista”.

negra¹⁸⁶. Desde o século XVIII era ali que estava, entre os morros da Conceição e Livramento, o mercado de escravos do Valongo; também era no pé daquele morro, na esquina com a Prainha, que ficava a Cadeia do Aljube, para onde iam presos os escravos que cometiam algum crime e os quilombolas. No século XX esta memória e a imagem negativa da região associada à figura do negro ainda eram muito fortes.

Ponto de encontro preferencial dos homens do cais do porto, a zona portuária foi palco de muitas histórias de vida daqueles trabalhadores. Mesmo os que não moravam nas redondezas tinham ali um espaço de sociabilidade privilegiado, seja no trabalho ou nos tantos botequins e quiosques do lugar, onde se vendia café e parati; no sindicato ou em alguma associação de lazer como a Sociedade União das Flores, agremiação Carnavalesca formada pelos portuários; nas rodas de samba e partido alto costumeiras ou nos circos e nas festas de santo que tinham como palco o Campo de Santana.¹⁸⁷

Além de *pessoas* tidas como suspeitas (os negros e pobres de uma maneira geral), a região abrigou *lugares* simbolicamente eleitos como perigosos, como o célebre cortiço Cabeça de Porco, destruído a golpe de picaretas por Barata Ribeiro logo nos primeiros anos do novo regime, e o Morro da Favela.¹⁸⁸ Não muito longe dali, nas ruas vizinhas à Praça da República, estava a zona do “baixo meretrício” e dos teatros cariocas, por onde também circulavam os homens do cais, num ir e vir constante. Por isso, os olhares da repressão se voltaram para lá e a presença da polícia marcou profundamente a experiência cotidiana dos portuários, especialmente depois de 1890, quando entra em vigor o Código Penal

¹⁸⁶ Lfano, Carlos Eugênio. *Op. Cit.* 1998.

¹⁸⁷ Sobre festas e carnavais na região, ver: Cunha, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia: uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000; Abreu, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

¹⁸⁸ Uma boa descrição da demolição do Cabeça de Porco está em: Chalhoub, Sidney. *Op. Cit.*, 1996.

republicano que iria levar à cadeia inúmeros trabalhadores e pessoas que não se enquadravam nas duras regras que o novo regime defendia.

Antônio Mina era freqüentador assíduo da região, tendo morado em vários endereços de Santa Rita e de Santana, onde foi preso inúmeras vezes. Em 20 de dezembro de 1908 foi detido às 7 horas da noite na Praça República e levado à Delegacia do 14º Distrito. Segundo o policial que o prendeu em flagrante, o acusado “seguia sem destino”, por isso o prendeu por vadiagem. Diante do Delegado, Antônio, que dessa vez se apresentou como Antônio Africano, disse que era “natural D’África, de 54 anos, casado, trabalhador, analfabeto, filho de pais incógnitos e residente na Rua João Caetano n. 50”. As duas testemunhas que depuseram no inquérito, ambos comissários de polícia, disseram exatamente a mesma coisa:

“que hoje às 7 horas da noite viu ser preso em flagrante na Praça da República o acusado presente que seguia sem destino, que ele depoente conhece e sabe de ciência própria que o acusado presente não tem profissão, ofício ou meio de subsistência qualquer nem ter em que ganhe a vida ou domicílio.”¹⁸⁹

Dada a palavra ao acusado, este declarou que não era verdade o que diziam as testemunhas, pois ele tinha domicílio e era trabalhador, não vagabundo. Em Juízo, o advogado, Dr. Henrique Pereira de Mello, pedia a anulação do julgamento por conta das irregularidades, a começar pelo fato das duas testemunhas serem comissários de polícia. O advogado ainda disse que o acusado poderia provar facilmente que era empregado na estiva, “onde era trabalhador assíduo, tendo meios honestos de subsistência e domicílio”. O

¹⁸⁹ AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 6917. 1908.

Juiz parece ter achado o mesmo: Antônio foi absolvido das acusações, mas não sem antes passar outra vez algum tempo na Casa de Detenção aguardando o julgamento.

A documentação policial está repleta de um imenso volume de casos semelhantes ao de Antônio Mina. Em 4 de setembro de 1909, por exemplo, um policial que fazia a costumeira ronda pelas ruas da cidade recolheu à Delegacia do 2º Distrito Policial nove homens que estavam no Cais dos Mineiros. A carta do Delegado Rodrigo de Araújo ao Chefe de Polícia, pedia providências:

Faço apresentar a V. Excia. Afim de terem o conveniente destino internados em estabelecimentos de correção e assistência, os indivíduos encontrados em estado de grande **miséria n'uma indigência e vagabundagem mórbida** no Cais dos Mineiros, onde estão habituados a permanecer com **grande escândalo e ofensas ao decoro público**. Não dispensando esta Delegacia de espaço para conter estes **maltrapilhos, fétidos e imundos** em número de nove, rogo a V. Excia. Ordenar que lhes seja dado o destino compatível com as circunstâncias excepcionais em que se acham. Saudações, O Delegado Rodrigo de Araújo.¹⁹⁰ (grifo meu)

O documento apresentava, ainda, em anexo, uma pequena ficha dos nove "maltrapilhos, fétidos e imundos" presos na ocasião, tendo oito deles alegado trabalhar em alguma tarefa ligada ao porto. Entre eles, dois tinham a pele bem clara : Manoel Costa Paula, português, tinha 53 anos e disse trabalhar nas embarcações do Cais dos Mineiros. Segundo ele, descansava na ocasião em que foi preso e trabalhava com José Monteiro Ferreira, dono de uma catraia, onde costumava dormir. Disse que José não era seu patrão efetivo, mas este lhe dava trabalho continuamente; José Engenheiro, português, de 55 anos, também alegou trabalhar nas diversas embarcações daquele cais e disse descansar quando foi preso, pois “não tinha modo de pagar uma hospedaria onde pudesse pernoitar”.

¹⁹⁰ Arquivo Nacional (AN) - GIFL, 6C. 316, ofício 558. 1909.

Todos os demais eram homens negros ou pardos – como Minervino Joaquim dos Santos, preto, brasileiro, 26 anos, disse ser carregador e que por apresentar um defeito em uma perna, não conseguia emprego efetivo e, por isso, não tinha domicílio certo; João Valentin, pardo, brasileiro, disse ser marítimo e ter por hábito fazer carretos para o mar. Alegou morar na Rua do Livramento, nº 4; o pardo brasileiro Manoel Eugênio Rodrigues Batista, de 26 anos, apresentou-se como trabalhador de uma das companhias marítimas do porto carioca. Segundo seu depoimento, era morador da Rua dos Arcos, 26 e saía do trabalho quando foi preso; Mariano Bochita, pardo brasileiro, disse ser trabalhador da estiva e que na ocasião em que foi preso tomava conta de um bote; João Cesário da Silva, pardo, também trabalhava, segundo seu depoimento, em uma das embarcações do cais. Alegou trabalhar com José Roza, dono da embarcação e que como “naquela ocasião tinha-se feito ao mar”, foi obrigado a dormir ali, em um dos botes. Em sua defesa, declarou que o tal José Roza poderia comprovar que era um homem trabalhador; e o último de nossos personagens é o preto Prudêncio Pimenta, de 50 anos. Declarou ser morador no Curato de Santa Cruz e que estava deitado em um dos botes do Cais dos Mineiros, descansando, tendo vindo de seu trabalho.¹⁹¹

A cena, ocorrida na Zona Portuária carioca, pode revelar vários aspectos da vida dos trabalhadores do porto, tanto na rotina de trabalho, como na vida cotidiana. Para começar, constatamos que, dos oito presos, apenas dois eram brancos – e, não por acaso, imigrantes. Os outros eram brasileiros, sendo quatro pardos e dois pretos. Essa proporção é compatível com os dados apresentados acima sobre a presença majoritária de negros e pardos no porto carioca mesmo após a abolição. Dos oito trabalhadores presos, um afirma ser estivador e os

¹⁹¹ Todas as informações retiradas do AN - GIFI, 6C. 316, ofício 558, exceto o quesito “cor”, presente somente nos livros de matrícula dos presos na Casa de Detenção, encontrados Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

outros declaram algum tipo de serviço ligado ao porto sem especificar a função. Mas certamente todos trabalhavam no cais em serviços ocasionais. O caráter ocasional do trabalho era uma das principais características da mão de obra portuária. Essa forma de contratação moldava a experiência dos trabalhadores do porto em diversos níveis: na organização do trabalho, nas lutas sindicais, mas também nas horas de folga e lazer.

Os escolhidos na "parede" ganhavam por período trabalhado (que podia ser por hora, dia ou noite de trabalho) ou por volume de mercadoria. Se o sujeito fosse escolhido, haveria pagamento. Caso contrário, os rejeitados tinham a opção de voltar para seus lares resignados ou ficar perambulando pelos bairros próximos ao cais na esperança de uma nova chamada, que poderia acontecer a qualquer hora do dia, ou não acontecer. Era bastante comum que aguardassem por uma nova chamada reunidos em alguma praça, jogando “vermelhinha” ou contribuindo para o próspero comércio de aguardente nos inúmeros botequins da zona portuária, ponto de encontro por excelência daqueles e de outros trabalhadores.¹⁹² Mas poderiam também fazer como fizeram alguns daqueles homens do Cais dos Mineiros e aproveitarem o tempo livre para descansar em algum bote.

Nas disputas diárias na parede, o desafortunado que não conseguisse trabalho em determinado dia poderia ficar de bolso vazio à noite. Muitas vezes ter ou não onde dormir dependia do sujeito ter sido escolhido pelo contratador. Se tinha trabalho, poderia pagar uma hospedaria no fim do dia, caso contrário enfrentava-se a noite num banco de praça ou em alguma embarcação do cais. Essa última opção podia até ser mais vantajosa, pois assim o operário já acordaria no local de trabalho e bem cedo se lançaria de novo a uma nova batalha na “parede”. Algo semelhante pode ter acontecido ao português José Engenheiro,

¹⁹² Para uma análise sobre a importância do botequim como espaço de sociabilização dos trabalhadores em geral, ver: Chalhoub, Sidney. *Op. Cit.* 1986.

que ao ser preso disse que “*não tinha modo de pagar uma hospedaria onde pudesse pernoitar*”.

A documentação policial é cheia de exemplos de portuários que não tinham endereço certo. Muitos moravam em hospedarias da zona portuária, que eram uma opção razoavelmente barata para os pobres em geral, especialmente os solteiros, que “se arranjavam” em qualquer canto com mais facilidade¹⁹³. Mesmo os que tinham residência fixa, geralmente longe das redondezas do cais, também poderiam, em certas ocasiões, optar pelas hospedarias ou estalagens próxima ao cais, entre outras coisas porque a forma de contratação estimulava os homens a se apresentarem bem cedo na “parede” ou a permanecerem nos arredores do porto, onde a qualquer momento, mesmo durante à noite, poderiam desembarcar navios para descarga. Além disso, em alguns casos, o próprio serviço pedia a permanência no local de trabalho, como pode ter acontecido naquele dia com o pardo João Cezário da Silva, que se disse obrigado a dormir no bote por motivo de, naquele dia, “*ter-se feito ao mar*”. No mais, alguns moradores de bairros mais afastados podiam escolher os bancos de praça ou os botes do cais por motivo de economia: poupar o dinheiro da hospedagem e da condução até o local.

Outra vantagem de permanecer próximo ao cais era a possibilidade de fazer “um ganho extra” com outras tarefas eventuais, como fez o pardo Mariano Bochita, que, sendo estivador, aproveitou que não havia trabalho naquele dia para ganhar uns trocados tomando conta de um dos botes daquele cais. O porto era um bom lugar para os trabalhadores pobres conseguirem serviços provisórios que pudessem aumentar as despesas, não sendo difícil

¹⁹³ Dos trabalhadores portuários contabilizados na Casa de Detenção, 77% se declararam solteiros e apenas 14,3% se declararam casados. Os outros 8,7% eram viúvos (o que, teoricamente é o mesmo que solteiro) ou não declaram estado civil. Vale lembrar que, entre os que se disseram solteiros, poderiam existir muitos que, apesar de não oficialmente casados, eram “amasiados”. Em contrapartida, muitos “amasiados” poderiam se declarar casados. De qualquer forma, na análise, o número esmagador de declarados “solteiros” supera essa possível diferença numérica.

ver homens que realizavam ali diversas tarefas.¹⁹⁴ Mas a “estadia” nos bancos e botes por aqueles que moravam longe também poderia ser fruto da impossibilidade de voltar para casa, por falta de dinheiro para o bonde ou por culpa do excesso de álcool: afinal, ia de vento em popa a venda de Parati nos inúmeros botequins e quiosques da região.

O que fica claro é que a forma de contratação estimulava a permanência daqueles homens nas ruas por muito tempo – na espera por trabalho, ou na impossibilidade de alguns pagarem um lugar para dormir ou morar. O problema é que, nas ruas, a qualquer momento o sujeito poderia ver seu sono interrompido pela voz de prisão. Afinal, não ter onde morar naqueles tempos dava cadeia e dormir ao relento, ou simplesmente estar na via pública sem fazer nada, era contravenção prevista no código penal. Foi exatamente isso que aconteceu com os homens que descansavam no Cais dos Mineiros naquela noite de 1909. E também aconteceu com Antônio Mina naquela noite de dezembro 1908 e muitos outros portuários que, quando não estavam trabalhando, vagavam pelos arredores do porto, cujos becos e vielas conheciam como ninguém e onde viveram grande parte de suas vidas.

Negros, vadios.

Os Livros de Registros de Ocorrência, onde eram anotadas as prisões efetuadas diariamente pelas delegacias estão recheados de casos de prisões de portuários por vadiagem e embriagues¹⁹⁵. Para uma idéia quantitativa, novamente lanço mão da Casa de Detenção. Entre 1901 e 1910, 60% das prisões eram motivadas por contravenções

¹⁹⁴ Outro exemplo é Manoel Bastos Castilhos, que era catraieiro, mas exercia a profissão de estivador nas horas vagas. *Gazeta de Notícias*, 06/02/1906, Coluna “Na Polícia e Nas Ruas”: Notícia sobre agressão que sofreu no Cais dos Mineiros.

¹⁹⁵ Alguns jornais também costumavam noticiar diariamente as prisões efetuadas pelas delegacias, onde se nota que grande parte delas era por vadiagem e embriagues Coluna “Na Polícia e nas Ruas” do *Correio da Manhã*; Coluna “Ocorrências” da *Gazeta de Notícias*.

(vadiagem, embriagues, desordens, jogo e capoeiragem). Destes, a vadiagem é o que apresenta o maior percentual de prisões (42,2% do total, sendo que em 14,2 % dos casos, combinado com outros artigos, especialmente desordens e embriagues, sempre associados a comportamentos de vadios). Mas os registros da detenção também mostram outro fator importante: 56,3% das prisões por contravenção recaíram sobre pretos (24,5%) e pardos (28,8%).¹⁹⁶

Na capital da recém-fundada república, as multidões anônimas que ocupam as ruas são vistas como sinônimo de barbárie e atraso. Assim, o modelo de civilização adotado de cima para baixo representou também, através do aparato repressivo legitimado por teorias científicas, a imposição da vigilância, do controle e da disciplina para toda a população. Neste conjunto, os negros pareceram merecer atenção redobrada.

Já no século XIX, o medo das revoltas escravas, ou de outras manifestações de luta pela liberdade, estava presente no Código de Posturas Municipais de 1830, que atestava a preocupação no controle do trabalho, circulação e comportamento dos escravos urbanos. Nos anos que cercam a abolição e na década de 1890 eles são claramente identificados como o principal perigo para o futuro da nação.¹⁹⁷ O problema era que, na visão dos ex-senhores, todo e qualquer liberto era ocioso e, portanto, marginal em potencial. Por isso, a repressão foi a outra face da pedagogia.¹⁹⁸

¹⁹⁶ Vale lembrar que nessa época os brancos já superavam numericamente os negros na cidade do Rio de Janeiro, especialmente por conta dos imigrantes, que, aliás, eram a maioria dos brancos presos por contravenção (63%), especialmente os portugueses (62% do total de imigrantes presos). Cf.: Arantes, Erika Bastos. *Op. Cit.* 2005. pg. 42

¹⁹⁷ Em 1888 foi elaborado um projeto de repressão à ociosidade, considerado pelos deputados de suma importância, já que pairava sobre o Brasil o temor de que a abolição traria junto consigo o fantasma da desordem. Para garantir a ordem era necessário que, além de reprimidos, os libertos fossem educados, através de uma verdadeira ofensiva pedagógica, para viver em uma sociedade livre com trabalhadores disciplinados.

¹⁹⁸ Cf.: Chalhoub, Sidney. *Op. Cit.* 1990. pg. 42.

De acordo com o projeto, os ociosos deveriam ser recolhidos a Colônias Agrícolas para cumprir pena de trabalhos forçados, numa união de castigo e “regeneração” através do aprendizado moral imposto pelo hábito do trabalho. O conceito de vadiagem, incorporado ao novo código penal na categoria das “contravenções”, estava sendo (re)construído em contraposição à positividade do trabalho. Assim, “enquanto o trabalho é a lei suprema da sociedade, a ociosidade é uma ameaça à ordem”.¹⁹⁹

Tal ponto de vista pressupunha integração a uma nova ordem produtiva onde os escravos não faziam mais parte da cena. O mundo do trabalho com sua nova lógica de controle deveria absorver a grande massa de libertos, transformando-os em trabalhadores livres. Era então preciso dar positividade ao conceito de trabalho – que até então era entendido como coisa de escravo e, por isso, aviltante – conferindo-lhe um sentido enobecedor, vinculá-lo à honra, à virtude e à liberdade. Neste novo mundo, o bom cidadão era o bom trabalhador. Além disso, ganharam força nas últimas décadas do XIX as premissas do racismo científico, que atribuíam uma inferioridade do elemento negro em termos biológicos. Para alguns, o potencial perigo dos negros, com seus vícios e defeitos, não era somente fruto da experiência como escravos, mas um fator “natural”.²⁰⁰ Assim, os negros foram as principais vítimas da “suspeição generalizada”, que os colocava, por sua própria condição, como suspeitos *a priori*.²⁰¹ Mas ser um bom trabalhador implicava também obediência ao patrão. Segundo Sidney Chalhoub, “a autoridade do patrão é enfatizada e considerada essencial para que o trabalhador se veja obrigado a desempenhar

¹⁹⁹ *Anais da Câmara dos Deputados*, 1888, vol.3, pg.240. Apud. Chalhoub, Sidney. *Op. Cit.* 1986. pg. 46.

²⁰⁰ Sobre racismo científico, ver: Schwarcz, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. Companhia das Letras, 1993.

²⁰¹ Chalhoub, Sidney. *Op. Cit.* 1996. pg. 25.

suas tarefas com a eficiência exigida”, e cita um discurso proferido pelo deputado Rodrigues Peixoto durante as discussões do projeto contra ociosidade que vale reproduzir:

“O patrão, depois de celebrado o contrato, se constitui uma espécie de Juiz doméstico e tem ação incontestável sobre o trabalhador, para guiá-lo e aconselhá-lo. Se alguma vez o indivíduo sai das órbitas legais e pratica alguma falta ou delito ligeiro, que não precisa ser punido pela lei, o próprio patrão, em virtude do regulamento que ali existe, e que estabelece direitos e deveres entre locatário e locador, lhe inflige castigos moderados como aqueles que infligem os pais aos filhos.”²⁰²

O discurso do deputado deixa claro que, na falta do senhor, a dominação pessoal, julgada necessária para a manutenção da ordem, estaria agora representada na figura do patrão, novo responsável pela “educação” do seu empregado com a prerrogativa paternalista de aplicar-lhe a punição necessária. Se a figura do patrão era tão importante na construção do ideal do bom trabalhador, o que dizer dos “operários sem patrões”?²⁰³ Os trabalhadores avulsos do porto, bem como todos aqueles que se entregavam ao trabalho ocasional, não se encaixavam nesse ideal e constantemente eram confundidos com vadios e facilmente associados aos mais diversos tipos de crime, pois já de saída se distanciavam do modelo binário que opunha vadios e trabalhadores, disciplinados e desordeiros e assim por diante. Foram por isso um dos grupos sobre o qual a suspeição caiu com mais força.

O conceito cunhado na lei para a vadiagem dava margem para a inclusão de várias outras contravenções, permitindo que de uma tacada só fossem englobados ébrios, mendigos, desordeiros, capoeiras, jogadores, cáftens. Essa abrangência se torna extremamente funcional para os propósitos da polícia, já que a prisão por vadiagem poderia ser realizada a qualquer momento, bastando a autoridade policial suspeitar do sujeito.

²⁰² Chalhoub, Sidney. *Op. Cit.* 1986. pg.45.

²⁰³ Expressão que dá nome ao livro de Fernando Teixeira da Silva sobre o porto de Santos. Cf.: Silva, Fernando Teixeira da. *Op. Cit.* 2003.

Poucos anos após a promulgação do Código Penal, o Chefe de Polícia do Distrito Federal fez considerações sobre o delito da vadiagem:

“A repressão da vagabundagem tem antes de tudo, caráter preventivo; presume-se, com razão, que o indivíduo vivendo assim será levado por suas necessidades e sua ociosidade a cometer crimes e delitos, ou, pelo menos, a viver como parasita, à custa da sociedade, repelindo a lei do trabalho que se impõe a todos”²⁰⁴

Hoje em dia pode soar estranho que alguém possa ser preso por *não estar fazendo nada* e que *vadiagem* leve alguém a ter de se explicar com o delegado, como aconteceu com Antônio Mina e os portuários do Cais dos Mineiros. Mas na virada do século XIX para o século XX, cenas como aquelas eram bastante comuns, especialmente nos bairros mais pobres e suspeitos da cidade, como a zona portuária e arredores. O artigo 399, que tratava da vadiagem, definia o vadio e prescrevia formas de reincorporá-lo aos padrões de comportamento social tidos como regulares através do trabalho. Segundo a lei, vadiagem era cometida por aquele que “deixar de exercitar profissão, ofício ou qualquer mister que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistência e domicílio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes”.²⁰⁵ Daí a fórmula adotada pelos agentes da polícia na elaboração dos seus autos de prisão e outras peças dos processos, quase sempre sustentados por testemunhos dos próprios membros da corporação e seus aliados. Note-se que foi exatamente esse o discurso que o delegado usou quando apresentou ao Chefe de Polícia os nove presos do Cais dos Mineiros. Ao vê-los naquele cais, o delegado só enxergou

²⁰⁴ Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal. Brasil. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Relatório apresentado pelo Ministro Alexandre Cassiano do Nascimento em 1893. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

²⁰⁵ Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Cap. XIII, art. 399. *Collecção de Atos do Governo Provisório*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

“maltrapilhos, fétidos e imundos”, representando “grande escândalo e ofensa ao decoro público” – razão pela qual, segundo ele, mereciam “um destino compatível” a ser dado pelas autoridades.²⁰⁶

No entanto, por mais que novas técnicas de controle e repressão²⁰⁷ pudessem comprovar a reincidência do preso, ainda era difusa a própria diferenciação entre os vadios “profissionais” e os “ocasionais”, até porque raramente levava-se em conta um problema bastante grave naquele momento: o enorme desemprego que assolava a cidade. Se por um lado o aumento no número de reincidentes poderia atestar uma constante recusa de se adequar aos novos padrões de comportamento impostos, por outro podia significar também uma impossibilidade prática. No caso dos trabalhadores do porto, era muito difícil separar o vadio do trabalhador e acertar o foco das políticas repressivas. Vítimas de uma suspeita ainda mais carregada, os negros do porto – pelas particularidades de seu trabalho e pela cor da pele que os tornava suspeitos referenciais – foram, mais que outros grupos, remetidos para o tal “destino compatível” e povoaram as cadeias da capital federal.

Os “perseguidos” pelos agentes policiais

Em 26 de novembro de 1907, encontramos novamente o velho africano Antônio sendo preso, às 4 horas da tarde na Rua Barão de São Felix “por estar em completo estado de embriagues”. Perguntado na delegacia, respondeu se chamar Antônio Africano, ser

²⁰⁶ No caso, uma temporada na Casa de Detenção e outra na Colônia Correccional Dois Rios, criada fora do espaço urbano, para onde seriam enviados os “perigosíssimos” reincidentes, que representavam o maior dos problemas para a sociedade e para quem a legislação previa penas mais rígidas. A criação em todo território nacional destas instituições correccionais justificava-se pela tese da “recuperação pelo trabalho”, unindo em uma só medida as ações curativa e preventiva. Arrancando os “parasitas” do convívio social e forçando-o à um cotidiano forçado de trabalho, buscava-se ao mesmo tempo castigá-lo e regenerá-lo.

²⁰⁷ Nessa época, no Brasil e outras partes do mundo, substituiu-se o método *antropométrico* de identificação, baseado na descrição e medidas do indivíduo, e começa-se a adotar o *datiloscópico*, que usa as impressões digitais.

trabalhador, morador da rua Barão de São Felix, 54. As duas testemunhas presentes se declararam empregados do comércio – o espanhol Eloy e o paraibano Antônio Firmino de Brito – e prestaram o mesmo depoimento na delegacia: que viram ser preso o acusado na Barão de São Félix “em manifesto estado de embriagues; que o acusado presente é ébrio habitual pelo que tem sido preso inúmeras vezes”. Dada a palavra a Antonio, este responde que só falaria alguma coisa em seu favor na Pretoria.

Meses depois, em 20 de fevereiro do ano seguinte, o Juiz da 8ª Pretoria iria proferir a sentença. Mas antes, vejamos os argumentos do Dr. Henrique Pereira de Mello, que defendeu o africano:

“O presente processo representa uma negação completa do Direito e Justiça que devia presidir em todo o seu feito e não de maneira criminosa (...) como foi organizado pela autoridade processante.

(...) no processo não existe o exame feito pelos médicos legistas como de direito para provar ser o acusado ébrio habitual (ou por outra que se entregue ao vício da embriagues); sim, porque o indivíduo que, acidentalmente em certo dia se exceda bebendo, se embriagando numa festa ou em companhia de amigos, não é um contraventor, não é passível de pena(...)

Para completar a edificância deste processo, vê-se depondo como condutor do acusado um comissário e logo em seguida outro como testemunha e como se não bastasse tanta irregularidade para conferir essa série de nulidades, aparece depondo como segunda testemunha Antonio Firmino de Brito, empregado no comércio!!! (é falso, afirmo e repito se necessário for) Sr. Meritíssimo.

Veja-se e avalie-se do critério e exemplo de quem se diz investido de autoridade: qualificando para depor e fazer prova contra um infeliz chefe de família a sua própria ordenança Cabo Antônio Firmino de Brito como empregado no comércio!!!!

(...) assim ficando cabalmente provada a falsidade de todo este processo onde se acumulam tantas irregularidades. O acusado, Sr. Juiz, é trabalhador da estiva e chefe de família e não é ébrio, porque

o homem que mantém família e trabalha em tão afanoso serviço já merecendo cargo de chefe não pode ser ébrio (...)²⁰⁸

Os argumentos da defesa são claros: positiva a figura do réu dando-lhe uma imagem de trabalhador morigerado (tanto que conseguiu cargos de chefia!). Colocando-o como bom trabalhador e chefe de família, ele não poderia ser enquadrado por contraventor, afinal, ser “ébrio habitual” era coisa de vadio na concepção de quem fazia e de quem aplicava a lei. Além disso, o advogado usa um outro argumento recorrente nas defesas, a de que as testemunhas eram falsas. Essa situação era comum nos processos por contravenção e só foi possível em virtude da maneira como os processos eram produzidos e conduzidos no início do século XX.²⁰⁹

Nos poucos processos em que foram anexadas aos autos as defesas dos réus, é possível conhecermos algumas das muitas irregularidades ocorridas, como aconteceu no processo de Antonio Africano. Aliás, apesar de “perseguido”, o africano podia se considerar um privilegiado se comparado a seus companheiros de prisão. Entre os portuários presos por vadiagem, embriagues ou outra contravenção, ele foi o único que mereceu testemunhas de defesa, que declararam em seus depoimentos que ele era um bom trabalhador e com domicílio certo²¹⁰. Na maior parte dos casos, os processos não

²⁰⁸ AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR.6923. 1908.

²⁰⁹ Em outubro de 1899 foi aprovada uma lei, conhecida como Lei Alfredo Pinto, que versava sobre os procedimentos utilizados na prisão, no processo e no julgamento das contravenções. O objetivo desta lei era dar mais agilidade ao julgamento e punição desses crimes, revelando a fúria republicana na caça aos contraventores. Para isso, os delegados de polícia passaram a ter o poder de produzir, dentro das próprias delegacias, os processos por contravenção. Do auto do flagrante à conclusão, todos os passos do processo poderiam ser feitos dentro da esfera policial. O judiciário apenas proferiria as sentenças ou poderia requisitar novas investigações e depoimentos se julgasse necessário. Os processos iam prontos para as pretorias de modo que o Juiz quase sempre ficava alheio ao que ocorria na fase de instrução e raramente ouvia os acusados se defendendo.

²¹⁰ Como em 1905, quando Antônio foi preso por embriagues na Rua Barão de São Félix. 8ª Pretoria do Rio de Janeiro – OR. 4077

apresentavam nem ao menos a defesa do próprio réu, provavelmente porque a origem social dos acusados não lhes permitia acionar advogados, que custavam caro. No mais, a polícia produzia processos que obedeciam a certos padrões que praticamente não davam margem para os acusados se defenderem das acusações que lhes eram impostas.

Em 09 de novembro de 1909, por exemplo, a polícia prendeu por vadiagem, às 8 da manhã, na Rua da Gamboa, próximo à Estação Marítima, três indivíduos: Manoel Antônio Drumond, vulgo Bexiga Naval, empalhador pernambucano de 23 anos, morador na Rua da Paz, 23; Antonio Alves, português de 22 anos, trabalhador do carvão, morador da Rua da Gamboa, 115 e Emygdio de Souza, paraibano, 22 anos, marítimo, morador na Travessa do Sereno, 15.

Segundo o policial que os prendeu, esses indivíduos estavam “vagando na referida rua, sendo certo que os mesmos não têm ocupação e nem tampouco domicílio certo e por isso deu-lhes voz de prisão”. As duas testemunhas, Francisco Fernandes de Oliveira e Francisco Guerra, ambos “agentes de segurança pública”, disseram que estavam com o condutor quando este prendeu os três indivíduos e que sabiam “de ciência própria serem gatunos, vagabundos, sem domicílio certo e nem ocupação”

Dada a palavra aos acusados, estes disseram que não contestariam as testemunhas, pois fariam isso em Juízo competente e provariam que não eram vagabundos. O marítimo Emygdio chega mesmo a dizer “que nada adiantava contestar o depoimento da testemunha”, que já não era a primeira vez que consigo assim procediam e que ao ser chamado na Pretoria saberia se defender. E todos alegaram serem “perseguidos pelos

agentes policiais”.²¹¹ À padronização das autuações e outras peças acusatórias corresponde uma pasteurização das defesas, quase sempre centradas em vícios processuais (aliás, evidentes) quando os acusados tinham acesso a um advogado, procurador ou simplesmente a capacidade de fazer a própria defesa por escrito. Não à toa, os juízes costumavam acatar tais argumentos, quando eles chegavam a ser formulados nos sumaríssimos processos relativos a vadiagem e outras contravenções.

Mais do que acirrar a repressão, a produção dos processos nas delegacias acabou por facilitar as prisões justificadas apenas na suspeita ou que, no fundo, se baseavam em questões pessoais entre a autoridade policial e o acusado. Os meganhas – ao menos os de baixa patente, como os praças que faziam a ronda pelas ruas – também eram trabalhadores pobres, muitos deles negros e moradores dos mesmos bairros populares e até dos mesmos cortiços que aqueles que prendiam. Muitos poderiam freqüentar os mesmos botequins e bailes que as suas potenciais vítimas. O próprio *Regulamento para o Serviço Policial do Distrito Federal*, de 1903, estimulava que os inspetores seccionais, responsáveis por dar parte ao delegado das ocorrências na seção de sua responsabilidade, tivessem familiaridade com a região compreendida por sua seção, de forma a “mostrar-se conhecedor das pessoas residentes em sua seção”.²¹² Essa proximidade e convivência podiam gerar conflitos pessoais que eram resolvidos na demonstração de poder do policial sobre as vítimas. Muitos indivíduos poderiam ser enquadrados simplesmente por estar andando nas ruas em horários considerados impróprios ou por alguma “picuinha” do meganha. A suspeição estava cada vez mais generalizada e se o policial cismasse com alguém, era prisão na certa.

²¹¹ AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 3650. 1909. No entanto, só Emygdio apresentou sua defesa ao Juiz, onde alegou ter sofrido inúmeras arbitrariedades por parte da polícia. Mas de nada adiantou, pois foram os três condenados a 22 dias e meio de prisão.

²¹² Matos, Marcelo Badaró de. *Contravenções e Contraventores no Rio de Janeiro da virada do século*. Mestrado, UFF, 1991. (versão modificada). pg.53

O preto estivador Sabino Carlos Montezuma foi preso por vadiagem junto com a cozinheira Maria Rosária das Dores em 29 de agosto de 1904, às 9 horas da noite, na Rua da América. Montezuma, assim como Maria, foi acusado de não ter profissão nem domicílio certo. As testemunhas foram dois negociantes portugueses, moradores em ruas vizinhas de Santana – Antônio Rocha, da Rua General Pedra; e Albino Machado, da Comandante Maurity – que disseram que os réus eram “vadios conhecidos”. Montezuma contestou o depoimento das testemunhas por serem falsos. Ao que parece, não era a primeira vez e nem a última que o preto era levado por vadiagem. Alguns dias depois, encaminhou a defesa que ele mesmo escreveu ao Juiz, onde alegou ser trabalhador²¹³ e ter, sim, domicílio certo. Disse que na ocasião em que foi preso fazia sua mudança do Morro da Providência para a Rua Senador Pompeu, 144. Disse também que acreditava “*ser vítima de uma perseguição por parte das autoridades da 9ª Circunscrição Urbana*” e que já havia sido preso duas vezes no mesmo dia pelas autoridades da mesma Circunscrição, por puro acinte. Mesmo tendo alegado ser trabalhador e ter residência fixa no Morro da Favela há mais de dois anos, Sabino Montezuma não escapou dos 22 dias e meio de prisão dados pelo Juiz.²¹⁴

O famoso advogado Evaristo de Moraes se pronunciou sobre os procedimentos arbitrários na condução dos processos dentro das delegacias. Em artigo oportunamente intitulado “Justiça aos Pobres”, ele comparou as práticas judiciais na França e no Brasil e diz que, aqui, as leis do código penal se cumpriam

²¹³ Nesse processo Sabino alega apenas ser “trabalhador”, sem especificação. Mas em outras referências de prisões, tiradas dos Livros da Casa de Detenção, consta “estivador” (várias entradas entre 1902 e 1903)

²¹⁴ AN - 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 3313. 1904. Sabino Carlos Montezuma também havia sido preso em 27/07/1904 por capoeiragem.

“(…) ao bel prazer de uns funcionários sem responsabilidade, praças, agentes e “encostados”, que se arrebanham em certas ocasiões, montes de criaturas humanas e atiram nas prisões sem maior exame.

O processo dos vagabundos é, em geral, uma coisa tristíssima e lamentável.

Basta dizer que, executados, num só dia ou numa só noite, trinta ou quarenta prisões depõem A RESPEITO DE TODOS OS ACUSADOS uns dois ou três agentes policiais, que, muitas vezes NÃO SÃO OS MESMOS QUE REALIZARAM A DILIGÊNCIA! A defesa ainda é mais ilusória do que as dos tribunais franceses: lá o julgamento faz-se em audiência, aqui é o Juiz singular quem decide, sem ter visto, na maioria dos casos, a pessoa do acusado. A situação verdadeira de uma pobre criatura presa por vagabundagem é deplorabilíssima, embora a lei fale em defesa, em testemunhas, em prazos, etc.

Quem escreve estas linhas já viu (e pode provar o fato) autos inteiros escritos e prontos, faltando apenas nomes de acusados e datas. À proporção que se iam realizando prisões, iam sendo cheios os “claros” e remetidos da polícia os processos para as pretorias.

Quando se anunciou a idéia da “polícia processante”, dissemos as nossas dúvidas a respeito da “qualidade” do seu trabalho. Parece que apenas se cuidava da “quantidade” do serviço. Sob esse ponto de vista, os resultados também não têm sido satisfatórios. Alguns juizes pretores, cheios de nobre escrúpulo, tem nulificado dezenas de processos e absolvido muitos e muitos supostos vagabundos, por insuficiência de provas oferecidas (...)”²¹⁵ (grifos do autor)

Evaristo de Moraes estava certo: o número de absolvições era muito maior do que o de condenados nos processos por vadiagem. Mais do que condenar ou absolver os acusados, os juizes julgavam os processos e a condução destes pelos policiais. Por isso, muito mais do que “absolvições” no mérito, ocorriam “anulações” dos processos. Na verdade, era comum a discordância entre polícia e judiciário na condução dos processos. Quando das discussões da Lei Alfredo Pinto, juristas e magistrados se mostraram contra a delegação de funções antes exclusivas do judiciário às autoridades policiais. Tendo sido

²¹⁵ *Correio da Manhã*. 29/02/1904.

aprovada a lei, os magistrados demonstravam a ineficiência policial na condução dos processos no próprio julgamento desses. No mais, os próprios “contraventores” não estavam completamente alheios a esta tensão e muitas vezes sabiam usá-la em seu proveito, especialmente os mais instruídos.

Apesar disto, do ponto de vista policial a lei era bastante eficaz. Prendendo sumariamente os suspeitos, as autoridades policiais cumpriam o seu papel de reprimir e controlar os ditos contraventores pois, mesmo que estes fossem absolvidos no final, já teriam passado por uma série de incômodos, constrangimentos ou violência e “aprendido a lição”. No que diz respeito ao tempo de prisão, ser absolvido ou não muitas vezes não fazia tanta diferença, pois a pena média era de 22 dias e meio de reclusão, em um processo que durava cerca de 15 dias para ser concluído. Mas havia casos extremos em que o acusado passava bem mais tempo do que isso aguardando o processo.

Foi o que aconteceu com o preto Olympio Batista Ribeiro, de 22 anos. Preso por vadiagem na Rua General Caldwell, à uma hora da manhã do dia 12 de maio de 1903, Olympio alegou morar no número 117 da mesma rua e que dirigia-se para sua residência quando recebeu voz de prisão. Diante da autoridade policial sustentou que era trabalhador braçal e não vagabundo, dado confirmado por sua ficha na Casa de Detenção onde está anotado “estivador” no campo referente à profissão do detento – mas o processo seguiu em frente. De acordo com o processo criminal, Olympio só recebeu a sentença do Juiz quase três meses depois, em 28 de julho do mesmo ano. Como era normal acontecer, o Juiz da 8ª Pretoria anulou o processo por irregularidades – as testemunhas eram policiais –, mas de

que adiantou? Olympio ficou mais tempo preso do que deveria ter ficado caso fosse condenado²¹⁶.

Olympio foi um dos portuários que, como tantos outros, fora preso inúmeras vezes pelos crimes de contravenção, de acordo com os registros da Casa de Detenção. Em 15 de janeiro de 1907, por exemplo, novamente estava ele na delegacia respondendo por “vadiagem”. Desta vez, fora preso na rua Senador Eusébio e acusado de “vagabundo incorrigível” pelo policial que o prendeu. Diante do delegado, disse que morava na rua Barão de São Félix, não muito longe do endereço anterior e que era carroceiro²¹⁷. As testemunhas do processo eram negociantes moradores da rua Visconde de Sapucaí, vizinha ao local onde Olympio foi preso: o português Manoel Gomes e o brasileiro Francisco Oliveira. Ambos afirmaram que Olympio não tinha residência fixa nem profissão, mas foram contestados pelo réu, que disse que eram falsos os testemunhos²¹⁸.

Em grande parte dos processos, as testemunhas eram registradas como negociantes ou empregados do comércio, e quase sempre moradores de ruas próximas ao local da prisão, o que reforça a idéia de que, não só por parte dos policiais, mas também das testemunhas, muitas acusações eram baseadas em questões pessoais. Talvez Olympio, bem como Montezuma e muitos outros, tivessem alguma “questão” com os tais negociantes. Quem sabe não tinham pago a conta na padaria ou no botequim, despertando a raiva do comerciante. Ou talvez aqueles negociantes simplesmente concordassem que homens como Olympio, Montezuma, Antônio Mina e outros eram mesmo vagabundos e mereciam ser

²¹⁶ AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 5816. 1902.

²¹⁷ No século XIX, os carroceiros eram os principais responsáveis pelo transporte das mercadorias que chegavam ou saíam do porto. No início do XX, com a constante utilização de sistemas mais modernos de transporte, essa categoria diminui de importância no sistemas portuário, mas não some completamente. De qualquer forma, o “carroceiro” pode também trabalhar em serviços que não seja necessariamente ligado ao porto. No caso de Olympio, como ele se declarou “estivador” em outra ocasião, o mais provável é que seu serviço de carroceiro seja ligado sim ao porto, e que ele atuasse nos dois trabalhos.

²¹⁸ AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 5816. 1907.

punidos por isso. Mas há, ainda, a possibilidade de que as testemunhas fossem, na verdade, policiais buscando agilizar os processos às custas de falcatruas. Nunca saberemos as verdades de cada processo, mas essas são hipóteses possíveis dentro da realidade da cidade naquele início de século XX.

Vadios ou trabalhadores?

Vicente Rodrigues Pereira era um pardo carregador conhecido na zona portuária pelo apelido de Bexiga. A julgar pela sua ficha de antecedentes, tal como Antônio Mina, Bexiga foi um dos “alvos certos” da mira policial. Entre 1901 e 1908 foi preso pelo menos 17 vezes, quase sempre por contravenção²¹⁹. Vale a pena nos determos um pouco mais nos processos nos quais esteve envolvido, verdadeira coleção de arbitrariedades policiais. Em 12 de julho de 1902 foi preso, às 10 horas da noite, por vadiagem na rua General Pedra. Na delegacia, foi acusado pelo praça de polícia que o prendeu por “vagabundo e desordeiro conhecido”, o que foi confirmado pelas duas testemunhas, uma das quais o Inspetor Secional João Rogério Carvalho. Dada a palavra ao acusado, este se defendeu dizendo que eram falsas as acusações, que era morador da Rua Santo Cristo, n.50 e estava indo para casa quando recebeu voz de prisão sem ter feito mal algum. No seu interrogatório, Vicente alegou que era trabalhador e que o Inspetor Carvalho o odiava. Não tendo apresentado provas de sua inocência – nestes processos sumários cabia ao acusado o ônus da prova – foi condenado pelo Juiz da 8ª Pretoria à 22 dias e meio de prisão.²²⁰

Em 1905 ele foi preso novamente na Rua Santo Cristo, às 7 horas da manhã do dia 18 de julho, por “ébrio habitual e desordeiro conhecido”. Apesar de, no processo, nada

²¹⁹ Sua ficha de Antecedentes anexada ao processo OR. 5585 (AN – 8ª Pretoria Criminal) consta 16 prisões. Mas foi encontrado um outro processo de 1908.

²²⁰ AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR.2283. 1902

indicar que estivesse “em exercício de destreza e agilidade corporal”, que caracteriza a “capoeiragem”, ele respondeu por este artigo (art.402) e também por embriagues (art. 396). As duas testemunhas arroladas no inquérito, um negociante e um empregado no comércio, confirmaram a acusação e acrescentaram que Bexiga, além de ébrio habitual, era “um dos desordeiros mais perigosos de Santo Cristo e Praia Formosa”. Bexiga contestou os depoimentos e, durante o interrogatório tomado no dia seguinte na mesma delegacia, alegou que foi preso devido “a intrigas dos feitores do depósito de carvão em que trabalha”. Perguntado se tinha algo a dizer que justificasse sua inocência, respondeu que

“sim, pois há dois anos mora na Piedade e nunca foi preso lá, tendo somente tido nesta delegacia como homem turbulento, vagabundo e ébrio, porém em juízo há de demonstrar que é falsa a acusação que lhe fazem”.²²¹

Apresentando pessoalmente sua defesa, escrita de próprio punho numa letra sofrível, ele alega que os seus “feitores” e o inspetor que o prendeu eram seus inimigos e que este último havia lhe pedido certa quantia de dinheiro. Tendo se recusado, recebeu a voz de prisão do mesmo inspetor. Disse também que, na delegacia, lhe obrigaram a assinar um papel reconhecendo sua culpa, pois lhe disseram que só assim poderia ser solto.²²² Mesmo diante de todas as declarações apresentadas por Bexiga, o Juiz condenou-o a vinte e dois dias e meio de prisão, mas só considerou a acusação de embriagues. Que Bexiga não era exatamente aquilo que a polícia compreendia por “bom trabalhador” parece certo. Mas seus argumentos de defesa revelam a percepção de que, mesmo que nem sempre funcionasse, aquela era uma estratégia possível dado o volume de arbitrariedades

²²¹ Idem.

²²² AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR.4152. 1905

cometidas todos os dias pela polícia. Também podem revelar, por outro lado, que eles realmente se viam como vítimas da ação policial.

Exatamente um mês após a última prisão, em 18 de agosto de 1905, Bexiga volta a ser preso na Rua da Praia Formosa, “por se achar armado de uma faca e promovendo desordem naquela rua, assustando os transeuntes e moradores com gestos e ameaças”, tendo caído novamente no artigo 402 (capoeiragem). As duas testemunhas, ambos negociantes estabelecidos na zona portuária, confirmaram a acusação. No entanto, no interrogatório do dia seguinte, Bexiga defende-se alegando que “a faca que tinha na mão era para cortar fios dos sacos de carvão” e novamente afirma ser constantemente perseguido pelos policiais da 9ª Circunscrição Urbana, não sabendo o motivo de tal perseguição. Uma semana depois, escreve com muitos erros a sua defesa ao Juiz da 8ª Pretoria, na qual desabafa:

“(...) fui posto em liberdade no dia 13 de agosto do corrente ano e fui preso no dia 17 do mesmo mês, do qual que V. S. me deu 15 dias para eu procurar trabalho, mas depois de 3 dias que eu me achava em liberdade, fui preso pela 9ª Delegacia e removido para a Casa de Detenção.

Exmo. Sr. tem a participar-vos [sic], que eu sou trabalhador e homem honesto, pois há 5 anos que trabalho no carvão da Cia do Gás da Rua Santo Cristo n.68 (...)”²²³

Todas as súplicas e alegações da defesa não comoveram nem convenceram o Juiz, que o condenou a passar mais quatro meses na prisão. Nunca saberemos o grau de veracidade das histórias de Bexiga, mas isso não é o mais importante. O que importa é notar como usava das armas possíveis para se defender. Ao dizer que era “trabalhador e homem honesto”, ele podia estar se apropriando do discurso oficial ao seu favor. Essa

²²³ AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro – OR.4024. 1905.

apropriação era recorrente entre os réus mesmo que, na verdade, estes pudessem não compartilhar daqueles valores. Por outro lado, podia bem ser verdade: ainda, que Bexiga fosse capoeira, valentão e bebedor contumaz, nenhuma destas características era incompatível com o perfil destes trabalhadores. Seja como for, Bexiga foi bastante insistente em sua defesa. Não tendo ficado satisfeito com o resultado do julgamento, apelou da sentença e, em 11 de setembro, novamente apresentou seus argumentos. Desta vez, quem escreve é um representante de nome Agenor Duque Estrada e vale a pena transcrevê-lo:

“(...) Como residente na Estação Piedade, nada tem que desabone sua conduta, e bem assim diariamente é forçado a vir para a cidade a fim de trabalhar na Cia. do Gás. No dia 18 de agosto, cerca de 9 horas da manhã, não tendo trabalho na descarga de carvão, na citada Cia. referida acima, o paciente resolveu ir visitar uma família amiga residente na rua Santo Cristo. Ao passar na esquina da Rua Sara, foi inopinadamente agredido pelo inspetor Martins, o qual convidou-me [sic] a ir a sede da 9ª Delegacia, aí chegando foi apresentado ao Sr. Delegado como desordeiro e capoeira. O paciente alega que, tendo sido anteriormente morador, na 9ª Circunscrição é desafeto dos senhores inspetores Martins, Bayrão e Cydrônio por motivos particulares, de família, em vista destes predicados o paciente deliberou-se ir residir com a sua família no subúrbio, na Piedade.

O paciente alega ainda ser trabalhador, e bem assim a sua complexão [sic] muscular não permitem [sic] que faça exercícios de capoeiragem para exhibir-se em público, só apenas [sic] atribui um espírito de vingança dos dignos auxiliares do Dr. Virgulino de Alencar que procuram atirar infelizes nas jaulas dos xadrezes da citada delegacia, afim de serem tidos como verdadeiros cumpridores da lei, sacrificando por meio da vingança os infelizes que têm família para manter (...)”²²⁴

Talvez Bexiga achasse que teria mais sorte se um advogado falasse por ele. Um advogado que falava de “complexão” muscular e escrevia “só apenas” não devia pertencer

²²⁴ Apelação de Vicente Rodrigues Pereira ao Juiz da 3ª Vara Criminal.

à nata da profissão – provavelmente o tipo de profissional a que gente como ele podia ter acesso – mas ainda assim capaz de impor certo respeito. Mas não foi o que aconteceu: ele ficou preso até dezembro, amargando a vida dura da cadeia por quase meio ano.

Dois outros elementos interessantes estão presentes nas tentativas inúteis de Bexiga se livrar da prisão. Primeiro, ele havia sido preso porque, ao chegar no Cia do Gás não havia trabalho na descarga de carvão e por isso, como provavelmente muitos outros trabalhadores que não tiveram sorte na “parede” naquele dia, resolveu fazer outras coisas da vida – motivo pelo qual, segundo alegava, teria ido visitar uns conhecidos moradores da Rua Santo Cristo. Outro aspecto que vale mencionar é a alegação de que na Piedade, bairro suburbano em que diz morar, ele nunca tinha sido preso e que só na 9ª Delegacia ele tinha problemas. Nesse ano, a 9ª delegacia era responsável pelo policiamento de parte da região de Santana, onde a perseguição aos contraventores parece ter sido mais acirrada do que em outras freguesias. Assim, não seria estranho que Bexiga estivesse realmente dizendo a verdade e que ele tornava-se mais suspeito ainda quando estava por aquelas ruas onde os “meganhas” não deram trégua a moradores e freqüentadores.

Muitos “vadios” que “infestavam” o Rio de Janeiro e enchiam as cadeias eram, na realidade, trabalhadores desempregados ou subempregados em uma cidade que se mostrava incapaz de absorver toda a mão-de-obra disponível. Alguns jornais menos comprometidos com o governo denunciavam a diferença:

“Trata-se de um dos mais sérios problemas do nosso proletariado. Vão de manhã cedo aos logradouros públicos, corram o Passeio, a Praça 15 de Novembro, os diversos cais, o mercado velho e novo, a praia de Santa Luzia, e depois digam que dolorosa impressão trouxeram de lá. Nós vimos e contamos 180 operários que dormiam ao relento. Conversamos com muitos deles. Todos contam a

mesma história: a fábrica, o trabalho, esperança de arranjar serviço para o futuro. Não se trata, absolutamente, de vagabundagem, trata-se de operários! „²²⁵

O jornalista reconhece a confusão que costumeiramente se fazia na época, entre operários desempregados e vagabundos. Evaristo de Moraes, em seu *Ensaio de Patologia Social*, manifestou suas opiniões sobre a vadiagem e o desemprego na cidade²²⁶, classificando os desempregados como “vadios acidentais”, sendo “indivíduos válidos que não trabalham por motivos independentes da sua vontade, impossibilitados de trabalhar, vagabundos por força de circunstâncias acidentais”²²⁷ Segundo o jurista, a vagabundagem involuntária, causada pela falta de ocupação ou desemprego, atingia “os serviços inferiores, com ocupação incerta, vacilante e mal remunerada”. E criticou duramente os métodos arbitrários e a violência da repressão policial aos contraventores, bem como o sistema presidiário, onde conviviam “simples vadios acidentais” e criminosos reincidentes.

No já mencionado artigo “Justiça aos Pobres”, Evaristo de Moraes também condena os métodos policiais na “caça” aos mendigos e vadios, que não levavam em conta o contexto econômico-social da cidade naqueles tempos:

“(…) realmente, é ridícula a perseguição aos mendigos numa cidade que só dispõe de cem lugares no único asilo a eles destinados.

Quanto à perseguição a vagabundagem, torna-se, em certos casos, verdadeiramente iníqua, diante da pavorosa crise econômica que nos vitima, quando o Estado despede seus operários às centenas, e se

²²⁵ *A Noite*. 02/05/1914.

²²⁶ Sobre as idéias de Evaristo de Moraes sobre a vadiagem, ver: Karvat, Erivam Cassiano. *A Sociedade do Trabalho: discursos e práticas de controle sobre a mendicância e a vadiagem em Curitiba. (1890-1933)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998 e Menezes, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis. Desclassificados da Modernidade: protesto, crime e expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1996.

²²⁷ Moraes, Evaristo de. *Ensaio de Patologia Social: vagabundagem, alcoolismo, prostituição, lenocínio*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921, pg. 17.

anuncia que, em grandes obras públicas, serão aproveitados trabalhadores vindos da Europa especialmente para este fim...”²²⁸

O advogado qualifica como *iníqua*, a perseguição, mas só *em certos casos*, pois não negou a existência de vagabundos ditos profissionais e, aproximando-se do discurso policial, considerou que o grupo representava um “perigo social”. No entanto, ao contrário da polícia, ele não achava que esses eram a maioria dos vadios da cidade. Além do mais, a “causa” da vagabundagem, para ele, não estaria no “caráter preguiçoso” do trabalhador nacional e sim nos problemas de ordem econômico-social que atingiam a maior parte da população. Assim, desloca a solução do “problema” da mendicância e da vadiagem para outra direção, afirmando que não bastava a ação conjugada da assistência e da repressão. Era necessário, antes, prevenir, através de medidas concretas, tais como as propostas por ele: “a proteção da infância, os seguros operários, as mutualidades, as uniões operárias, as leis contra o alcoolismo”.²²⁹

Indo ainda mais fundo nas críticas à polícia, Evaristo apontava a própria repressão como um dos principais fatores da vagabundagem, especialmente no caso dos “involuntários”, por invalidez ou desemprego:

“Desclassificando o indivíduo condenado, ou antes classificando-o como criminoso, contribui a prisão, igualmente, para desenvolver a vagabundagem, tornando difícil, senão impossível, a obtenção do trabalho.

Ao sair, fica sob as vistas da Polícia. Embora a lei assegure a tal egresso da prisão o prazo irrisório de 15 dias para, sem o menor auxílio, encontrar emprego(...)

²²⁸ *Correio da Manhã*. 29/02/1904. pg. 3

²²⁹ Moraes, Evaristo de. *Op. Cit.* 1921. pg. 43.

Prendem de novo, o já desclassificado social que fica sendo (...) prisioneiro da polícia (...) um forçado vagabundo...”²³⁰

Por mais que se debatesse uma “tipologia” dos contraventores, na prática a polícia tinha seus próprios métodos para identificá-los e nem sempre esses métodos obedeciam à diferenciação legal entre os vadios “profissionais”, que deveriam ser reprimidos, e aqueles que necessitavam de assistência. Se repressão e assistência eram os dois “remédios” possíveis segundo a própria instituição repressiva, naquele contexto de início do século XX, a repressão superou em muito as políticas assistenciais, valendo-se na justificativa das autoridades de que os vadios “profissionais”, ou seja “homens válidos que não procuram trabalho e preferem viver nesta constante alternativa de cadeia e liberdade”²³¹, tinham na cidade um verdadeiro paraíso.

Mas a pergunta persiste: como distinguir quem era “profissional” e quem não era se os limites entre o mundo do trabalho e do ócio ainda não estavam muito claros? Segundo Marcos Bretas, a República viveu uma constante indefinição entre ação policial e arbitrariedade, “criando uma zona cinzenta mal regulada, onde se movem policiais e marginais em confrontos que se definem em si, de forma extra-legal”²³². Ou seja, era no cotidiano, no embate diário entre suspeitos e autoridades, que se “decidia” quem era vadio. Esse “poder de decisão” da polícia, frequentemente exercido de forma pouco criteriosa, incidiu sobre a vida de inúmeros habitantes da cidade, sobretudo os trabalhadores.

O início do século XX foi caracterizado pelo recrudescimento do esforço de identificação e quantificação dos indivíduos enquadrados nas práticas tidas como

²³⁰ Moraes, Evaristo de. *Op. Cit.* 1921, pg. 22-23.

²³¹ Relatório do Chefe de Polícia do Distrito Federal. 1906, pg.189

²³² Bretas, Marcos Luiz. *A guerra nas ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. pg. 36

contravencionais, em um processo de definição de “o que” e “a quem” controlar. Era necessário classificar os habitantes da cidade de forma a estabelecer as diferenças entre o trabalhador e o contraventor e ainda identificar os motivos que levaram o contraventor a transgredir as normas legais, para então lhe aplicar o tratamento adequado. Já em 1898, a Diretoria Geral de Interior e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal elaborou o “Esboço de Classificação das Profissões”, confirmando a idéia de que as pessoas deveriam ser enquadradas de acordo com a sua inserção no mercado de trabalho.

O que chama atenção nesse esforço classificatório é a disposição das profissões. Em um item chamado “Quadro Complementar” estão agrupadas diversas situações que não se enquadravam em especificações anteriores:

- serviço doméstico;
- classes provisoriamente improdutivas (estudantes, desempregados e enfermos);
- classes permanentemente improdutivas (indivíduos sem profissão, defeituosos e mendigos);
- outras profissões e profissões não declaradas.

Diante da diversidade e do imenso contingente populacional abrangido pelo quadro complementar do tal esboço, percebe-se mais claramente que os limites entre o mundo do trabalho e do não-trabalho não eram tão nítidas, indicando a complexidade desta tarefa classificatória em uma cidade onde os limites entre as profissões consideradas “produtivas” e “improdutivas” eram tênues e onde grande parte da população transitava constantemente de um lado a outro desta fronteira.²³³

²³³ Matos, Marcelo Badaró de. *Op. Cit.* 1991. pg. 64.

Poucos anos depois, o recenseamento de 1906 seguiu a mesma linha do “esboço” no que tange à classificação das profissões. No item “Diversas” foram agrupadas as seguintes profissões²³⁴:

- serviço doméstico;
- jornaleiros, trabalhadores braçais, etc.;
- profissões mal especificadas
- classes improdutivas;
- profissões desconhecidas;
- sem profissão declarada.

Nota-se que “serviços domésticos” e “jornaleiros, trabalhadores braçais”, onde está incluída boa parte da mão-de-obra portuária, inclui também as “classes improdutivas” e “sem profissão declarada”. Esses dados novamente evidenciam que os limites entre o trabalho e o não-trabalho não eram nítidos e que trabalho irregular poderia ser confundido com ócio no olhar dos classificadores, no caso, o poder público. Não precisamos ir muito além para deduzir que os trabalhadores avulsos, cujo cotidiano de trabalho não tinha uma rigidez disciplinar – em que horas de trabalho, descanso e lazer se misturavam – poderiam ser facilmente confundidos com “ociosos”.

Marcelo Pinto de Souza, preto de 25 anos, era um portuário trabalhador do carvão e foi preso em 30 de abril de 1904, às 11 horas da noite, dormindo ao relento na Ilha das Moças (entre a Gamboa e a Praia Formosa). Na ocasião estava acompanhado de mais dois indivíduos: Antônio Silveira Rosa e Manoel Antônio Drumond, ambos alegando profissões “suspeitas”, sendo o primeiro “vendedor de cama” e o segundo “empalhador”. Os três foram acusados de “vagabundos e gatunos conhecidos” e de não terem “emprego ou profissão nem domicílio certo”. Para se livrar da condenação, o acusado tinha que provar

²³⁴ Prefeitura do Distrito Federal. *Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal) realizado em 20/11/1906*. Rio de Janeiro, Oficina de Estatística, 1906, pg.4. Apud. Matos, Marcelo Badaró de. *Op. Cit.* 1991. pg. 65.

ser trabalhador e ter domicílio certo. Mas no caso dos trabalhos ocasionais, como vimos, nem sempre o sujeito tinha residência fixa e nem sempre era fácil provar que trabalhavam.

Marcelo escapou da condenação apresentando ao Juiz uma declaração de Jacinto Carvalho dizendo ser seu companheiro de casa no Morro da Favela e uma outra do administrador da Cia do Gaz, afirmando que Marcelo trabalhava no trapiche da Cia. Mas seus companheiros de prisão não tiveram a mesma sorte e foram condenados a 22 dias e meio de prisão. Um deles, o “vendedor de cama” Antônio Silveira Rosa, se mostrou inconformado. Não tentou provar que era trabalhador (talvez não tivesse como), mas em Juízo apresentou sua defesa onde dizia estar

“aborrecido de não haver cometido delito algum para ser preso; que o fato de haver sido encontrado dormindo às 23 horas na Ilha das Moças não representava uma intenção criminosa e ali estava por não ter dinheiro que pagasse um cômodo ou hospedaria como costuma fazer”.²³⁵

Assim como muitos outros, Antônio Silveira Rosa estava excluído dos projetos de civilização e de construção da sociedade do trabalho acalentados pelas elites. Ao contrário da polícia, na sua visão ele não estava cometendo crime algum ao dormir na rua. Fazia isto por estar sem dinheiro para se ajeitar em algum canto, como faziam muitos trabalhadores ocasionais, dos quais podemos lembrar o português José Engenheiro, que foi preso no Cais dos Mineiros por “não ter como pagar uma hospedaria”.

Não temos como saber ao certo os reais motivos pelos quais aqueles indivíduos não tinham emprego fixo e estavam “sem dinheiro para pagar uma hospedaria ou casa de cômodo”. Como vimos, o problema do desemprego na cidade era bastante grave e, por outro lado, muitos trabalhadores, às vezes com profissão definida, eram obrigados “por

²³⁵ AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR.3445. 1904

motivos de força maior” a utilizar expedientes, de maneira criativa, para garantir a sobrevivência, fazendo pequenos bicos, se lançando no mercado informal, em trabalhos ocasionais, o que também os deixava vulneráveis à sanha policial. Mas, por outro lado, muitos eram os que simplesmente escolhiam viver dessa maneira, preferindo trabalhar “por conta própria”: os bairros da zona portuária e arredores estavam cheios dessa gente que não se adequava aos padrões comuns. Gente que preferia viver sem horários pré-estabelecidos, sem patrão fixo a quem tivesse que prestar contas. Gente “improdutiva” que preferia viver “de samba” (como veremos no terceiro capítulo) e se prestava a trabalhar apenas quando a “corda apertasse no pescoço”. E também gente que preferia viver das contravenções, do jogo, da prostituição e de pequenos delitos, aproveitando toda chance que a vida na cidade oferecia.

A cidade era uma babel de “profissões exóticas”, em uma expressão utilizada por João do Rio. Eram pessoas ignoradas pelas estatísticas, tais como trapeiros, que catavam trapos para as fábricas de papéis e móveis; catadores de anéis de charuto, que os vendiam para falsificadores do cigarro; caçadores de ratos para a higiene pública e de gatos que eram vendidos como coelhos nos restaurantes, etc. Em um tom de crítica, o jornalista assim se referiu a essas profissões e à própria sociedade que as ignorava:

“O Rio pode conhecer muito bem a vida do burguês de Londres, as peças de Paris, a geografia da Manchúria e o patriotismo japonês. A apostar, porém, que não conhece nem a sua própria planta, nem a vida de toda essa sociedade, de todos esses meios estranhos e exóticos, de todas profissões que constituem o progresso a dor, a miséria da vasta babel que se transforma”.²³⁶

²³⁶ Rio, João do. *Op. Cit.* 1997. pg. 97

A liberdade das ruas, em face de uma vida regrada e acorrentada aos horários regulares de trabalho, era uma alternativa que muitos moradores da zona portuária escolheram por conta própria. Mas também era para muitos a única alternativa possível, dadas as condições de trabalho na Capital da República naqueles tempos. Condições ainda piores para pretos e pardos, que foram marginalizados do mercado de trabalho no pós-abolição, sobrando-lhes as profissões menos especializadas e de pior remuneração²³⁷, em grande parte das vezes sem vínculo empregatício, muitas daquelas ligadas ao sistema portuário.

Desafiando as novas rotinas de repartição do tempo e seu aproveitamento “útil”, os trabalhadores avulsos – entre os trabalhos na descarga dos navios ou nos trapiches, ou durante a espera por uma vaga nas turmas – passavam parte de seu tempo perambulando pelas ruas da má vista zona portuária, desfrutando aquele mundo da maneira que achassem melhor nos intervalos entre suas tarefas. A característica ocasional do trabalho portuário lhes permitia movimentar-se freqüentemente entre o porto, moradia e espaços públicos, alimentando aquilo que um autor descreveu como “seu característico sentimento de liberdade e independência”.²³⁸ Podiam descansar (como faziam alguns dos presos no Cais dos Mineiros), beber cachaça em algum dos muitos bares e quiosques da região, jogar vermelhinha como era de costume naquela época, conversar com os companheiros sobre as dificuldades da vida ou discutir os rumos do seu sindicato. Esses momentos se confundiam com a hora “sagrada” do trabalho, o que os deixavam bastante vulneráveis à ação

²³⁷ Para dados mais detalhados sobre a estrutura ocupacional na cidade do Rio de Janeiro no pós-abolição, ver Hasenbalg, Carlos A. *Discriminação e Desigualdade Raciais no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal, 1979.

²³⁸ Silva, Fernando Teixeira da. *Op. Cit.* 2003. pg.138.

repressiva baseada na suspeição generalizada e serviam para cristalizar, aos olhos das elites, a imagem da região portuária como um sítio perigoso e mal freqüentado.²³⁹

Vale lembrar que a região, além de misturar trabalhadores regulares com outros de profissões “duvidosas”, sem horários nem padrões fixos, também concentrava uma grande massa de homens “de cor”, suspeitos prediletos de todo aparato repressivo. Em 1890, o lugar concentrava o maior contingente de africanos da cidade do Rio de Janeiro (27% do total) e nesse mesmo ano, o percentual de negros (brasileiros ou africanos) na região era o maior do que o da cidade como um todo (34% dos homens em Santa Rita, enquanto o total da cidade era de 28,9%).

Em grande parte, esta foi uma das razões do pânico desencadeado pela revolta da Vacina, ocorrida em novembro de 1904 e que teve na Saúde o principal reduto rebelde. O Chefe de Polícia da época afirmou que “era preciso limpar a cidade”. Na concepção do Dr. Cardoso de Castro, a Revolta da Vacina teria sido provocada pela ação dos “vadios profissionais”, o que legitimaria a prisão e a deportação sumária de centenas de pessoas para o Acre. Segundo ele, o “povo” era ordeiro e não se envolvera nos distúrbios, que teriam sido

“obra de uns dois mil vagabundos recalcitrantes, presos e condenados várias vezes, que fingiam de povo (...) do facínora, do ladrão, do desordeiro de profissão, do ébrio habitual, da meretriz, do cáften, do jogador, do vagabundo e do vadio”²⁴⁰

²³⁹ As freguesias próximas ao porto pareciam ser um verdadeiro reduto de “gente suspeita”. Contabilizando as entradas na Detenção nos anos 1901 e 1902, conclui-se que a maioria esmagadora dos presos que informaram endereço era de moradores das ruas que cercavam o cais. Vale lembrar que, além de misturar trabalhadores regulares com outros de profissões “duvidosas”, sem horários nem padrões fixos, também concentrava uma grande massa de homens “de cor”, suspeitos prediletos de todo aparato repressivo. Em 1890, o lugar concentrava o maior contingente de africanos da cidade do Rio de Janeiro (27% do total) e nesse mesmo ano, o percentual de negros (brasileiros ou africanos) na região era o maior do que a da cidade como um todo (34% dos homens em Santa Rita, enquanto o total da cidade era de 28,9%).

²⁴⁰ Citado por Carvalho, José Murilo de. *Op. Cit.* 1987. pg. 115. Sobre a Revolta da Vacina, ver: Pereira, Leonardo Affonso de Miranda. *As Barricadas da Saúde: vacina e protesto popular no Rio de Janeiro da*

Mas houve quem pensasse diferente. Escrevendo sobre os mesmos “acontecimentos de novembro”, o escritor Lima Barreto observou com mais sensibilidade:

“Durante as mazorcas de novembro de 1904, eu vi a seguinte e curiosa cousa: um grupo de agentes fazia parar os cidadãos e os revistava.

O governo diz, com armas na mão, que os opositoristas à vacina são vagabundos, gatunos e assassinos, entretanto ele se esquece de que o fundo dos seus batalhões, dos seus secretas e inspetores, que mantêm a opinião dele, é da mesma gente ”.²⁴¹

Ao contrário do que a polícia e parte da imprensa alegavam, os participantes da Revolta da Vacina eram, em sua maioria, trabalhadores. Basta lembrar que os comícios organizados pela Liga Contra a Vacina Obrigatória, instaurada pelo Centro das Classes Operárias (CCO), presidido pelo militante socialista Vicente de Souza, serviram de estopim para a Revolta. José Murilo de Carvalho menciona várias listas contra a vacina, enviadas ao governo, que contava com um total de 15 mil assinaturas, dos quais 10 mil eram operários.²⁴²

Assim como diversas categorias de trabalhadores, muitos portuários certamente tomaram parte dos conflitos de 1904, bastando lembrar que a Saúde, bairro contíguo ao porto e largamente freqüentado pelos portuários, foi o grande reduto dos revoltosos.²⁴³ Provavelmente, muitos destes trabalhadores estavam nos navios que seguiram para o desterro no Acre.

Primeira República. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002; Chalhoub, Sidney. *Op. Cit.* 1996; Sevcenko, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

²⁴¹ Barreto, Lima. *Diário Íntimo*. São Paulo: Ed. Mérito, 1953.

²⁴² Carvalho, José Murilo de. *Op. Cit.* 1987. pg. 120.

²⁴³ Era na Saúde que ficava a barricada apelidada de Porto Arthur, liderada pelo mítico negro capoeirista conhecido por Prata Preta.

José Murilo de Carvalho comenta uma paralisação de trabalhadores do porto durante a revolta. Segundo ele, estivadores e foguistas teriam percorrido empresas de navegação intimando-as a suspender o serviço nos dias 15 e 16 de novembro.²⁴⁴

Marcela Goldmacher, em trabalho sobre a greve geral de 1903, coloca que os “operários”, que estariam envolvidos em greves, e “populares”, associados às revoltas, eram, em grande parte das vezes, as mesmas pessoas, apenas em locais e momentos distintos. E, segundo a autora, às vezes, nem tão distintos assim, afinal, durante a greve de 1903 ocorreram alguns episódios de revolta, representados pelos “tumultos” relatados nos jornais e pelo enfrentamento dos grevistas com a polícia. E, durante a Revolta da Vacina, houve episódios grevistas, como no Porto e na Gávea.²⁴⁵

Maria Cecília Velasco e Cruz conta que, em assembléia de 16 de março de 1905 na União dos Operários Estivadores, um clima emocional tomou conta dos operários que relataram “os sofrimentos que foram vítimas durante a Revolta da Vacina”.²⁴⁶

O jornal *O Paiz*, a respeito da revolta, fez comentários sobre a exploração da população ignorante e referiu-se ao “povo”, “populares”, “operários” e “gente pobre e explorada”, retirando dessa lista “o pessoal da Saúde”, que, segundo o jornal, “seria composto de facínoras disfarçados de marítimos”. O mesmo jornal confundia as imagens de “desordeiros”, “anarquistas” e “estivadores” ao caracterizar os participantes da revolta, afirmou que as trincheiras de Porto Arthur eram compostas por “indivíduos desclassificados, facínoras de última condição, acobertados com a capa de marítimos e da estiva”.²⁴⁷

²⁴⁴ Carvalho, José Murilo de. *Op. Cit.* 1987. pg. 109.

²⁴⁵ Goldmacher, Marcela. *Op. Cit.* 2008 pg. 7.

²⁴⁶ Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* 1998. pg.270.

²⁴⁷ *O Paiz*, 17/11/1904.

O *Jornal do Comércio* também faz referência ao “pessoal da Saúde”, onde haveria uma “mistura de desordeiros com marítimos, formando a multidão sinistra”.²⁴⁸

O estivador Luiz Gustavo Nascimento de Almeida conta que, na época, de todo modo tentou-se culpar a União dos Estivadores como um dos responsáveis pela organização do movimento de revolta, resultante das constantes desconfianças policiais contra aqueles trabalhadores.²⁴⁹

Desconfiança: essa era palavra que impulsionava a ênfase repressiva do aparato policial aos trabalhadores do porto. Evaristo de Moraes, que era o advogado da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e de outras associações portuárias²⁵⁰, disse certa vez sobre a ação policial à ação política dos trabalhadores:

“(…) inspetores havia e há que não distinguem entre um operário (ou seja um carregador, ou seja um estivador, ou seja um foguista) e um ladrão do mar ou vagabundo turbulento. Para eles, tudo era e é canalha e negrada (...)”²⁵¹

Como bem lembrou Maria Cecília Velasco e Cruz, muito pouco tempo antes de Evaristo formular essa idéia, “negrada” ou “negro” era o mesmo que escravo (ou ex-escravo) e, por extensão, uma forma de estigmatizar pessoas consideradas perigosas, criminosas e despreparadas para a liberdade. Finda a escravidão, a confusão das imagens continuava a existir para muitos.²⁵² Não é de se estranhar, então, que essa “confusão de imagens” atingisse de maneira especialmente intensa os portuários, que tinham uma

²⁴⁸Carvalho, José Murilo de. *Op. Cit* 1987. pg. 114-115.

²⁴⁹ Almeida, Luiz Gustavo Nascimento. *Op. Cit.* 2004.

²⁵⁰ Para uma excelente análise da trajetória de Evaristo de Moraes, especialmente como advogado de associações operárias como a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Ver: Mendonça, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes: Justiça e Política nas Arenas Republicanas (1887-1939)*. Tese de Doutorado, Unicamp, 2004. (especialmente o Cap. II: “Um advogado no sindicato”).

²⁵¹ *Correio da Manhã*. 18/02/1907. pg.2

²⁵² Cruz, Maria Cecília Velasco e. *Op. Cit.* 2000. pg.288.

história estreitamente associada ao trabalho escravo e, portanto, a um passado indigno que parte da sociedade queria esquecer.

Mas a desconfiança e a repressão, que atingiu especialmente os negros, tinha tentáculos ainda maiores. Se os libertos e seus descendentes foram os alvos privilegiados do controle policial, numa tentativa de adequá-los à nova dinâmica social do trabalho, as preocupações das elites lançaram olhares desconfiados e medrosos também para as manifestações culturais que remetessem às tradições africanas. Tidas como bárbaras e contrárias ao projeto civilizador, algumas práticas associadas aos negros foram duramente reprimidas no início do século XX.

De qualquer forma, muitos aspectos dessa cultura, por mais que tivessem sido modificados ou reformulados, não foram simplesmente enterrados pela fúria regeneradora. Os negros continuaram se organizando de várias maneiras, recriando suas tradições culturais e políticas em diferentes espaços: nos cortiços, nas vendas e botequins da cidade, nas casas de santo, no carnaval e também no trabalho no porto. Se continuarmos seguindo os passos de um desses homens, é possível vislumbrar como continua a história dos outros tantos negros na cidade do Rio de Janeiro.

Capítulo 4

Um Mina no Porto: identidade e religiosidade no porto carioca.

Nesse capítulo, conheceremos melhor algumas das histórias de um velho africano trabalhador do café, que viveu durante muito tempo nos arredores do porto. Seus constantes encontros com a polícia republicana, como vimos, podem simbolizar uma época em que a repressão baseada na suspeição fazia parte do cotidiano de muitos trabalhadores pobres da cidade, especialmente aqueles que não tinham horários regulares como os portuários. Se buscarmos mais a fundo a história de vida do africano Antônio, poderemos encontrar elementos que nos guiem por outros caminhos e, assim, tentar nos aprofundar ainda mais no cotidiano dos negros do porto. Algumas referências constantes dos processos envolvendo Antônio podem oferecer dados interessantes sobre esse misterioso personagem que fez parte do não menos misterioso mundo do cais.

Durante os depoimentos que constam dos processos, por mais que sua memória falhasse ou que ele despistasse os policiais com informações desconstruídas, foi possível constatar que Antônio nasceu poucos anos após o fim do tráfico negreiro no Brasil, provavelmente em Lagos, onde hoje é a Nigéria. Lagos fazia parte da chamada “Costa dos Escravos”, de onde saíram cerca de 80% dos cativos que chegaram à Bahia entre 1780 e 1860, nesta última década já ilegal²⁵³. Em fins de 1851 Lagos passou a ser controlada pela Inglaterra; talvez por isso em alguns depoimentos, Antônio fazia referência à sua terra natal como “África Inglesa”. Diante desse fato, fica ainda mais difícil saber se Antônio foi ou

²⁵³ Lovejoy, Paul. “Los origenes de los esclavos en las Americas. Perspectivas metodologicas”, In: *Revista de História*. Universidade Nacional de Costa Rica, Enero-Junio 1999, n. 39, pg.15-16; Araújo, Ubiratan Castro de. “1846: um ano na rota Bahia-Lagos – negócios, negociantes e parceiros”. *Afro-Ásia*, 21-22, (1998-1999) pg. 83-110.

não escravo, pois, estando Lagos sobre o rígido controle inglês, cessaria aí o tráfico de escravos em 1852. Mas a hipótese não pode ser descartada: afinal havia a possibilidade de ele ter vindo criança pelo tráfico ilegal. Nesse caso, poderíamos supor que Antônio Mina tivesse passado antes pela Bahia, pois os escravos importados da África Ocidental que se destinaram ao Rio de Janeiro representaram menos de 2 % do total, sendo nesta cidade os menos significativos numericamente. O fato de, em certo momento, o africano dividir sua casa na rua Visconde da Gávea n. 5 com um casal de baianos pode reforçar essa possibilidade, mas não comprová-la, pois a amizade poderia ter nascido no Rio de Janeiro.²⁵⁴

Muitos dos escravos provenientes da “Costa dos escravos” aportaram no Rio de Janeiro através do tráfico interprovincial, principalmente com a Bahia. Mas nunca poderemos ter certeza dos caminhos percorridos pelo velho africano. Seja como for, no Rio de Janeiro, todos os africanos oriundos da Costa Ocidental eram identificados genericamente como *minas*. No século XIX, os *minas* do Rio de Janeiro incluíam, entre outros grupos, os iorubás (ou nagôs), aussás e tapas. O termo *mina*, proveniente da expressão “Costa da Mina”, foi adotado pelos próprios como identidade que incluía a todos os oriundos da Costa Ocidental, mesmo que operassem também com as diferenças de subgrupos étnicos²⁵⁵. No caso de Antônio, o mais provável é que ele fosse de nação nagô, pois as confusas lembranças de seus pais indicam nesse sentido. Segundo Juliana Barreto Farias, para os africanos o nome pessoal tinha grande força simbólica e era um forte signo

²⁵⁴ A informações foram retiradas do Processo Crime instaurado contra Antônio e sua mulher, acusados de agredir o companheiro de moradia, o baiano Noberto Silva por questões de aluguel. Cf.: AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 3983. 1905

²⁵⁵ Para uma melhor classificação dos grupos e subgrupos étnicos dos africanos escravizados no Brasil, ver: Karash, Mary. *Op. Cit.* 2000.

de identificação social ou étnica.²⁵⁶ Quando chegavam ao Brasil, recebiam nomes cristãos, que, segundo João José Reis, simbolizariam a passagem da posição de africanos para a de cativos. No entanto, muitos buscaram conservar uma parte importante da sua memória pessoal preservando seus nomes étnicos. Se os nomes cristãos eram úteis apenas nas relações com os brancos, entre eles, mantinham seus nomes originais.²⁵⁷ Ojhô Adice, como lembrou chamar seu pai em um de seus depoimentos, é, segundo Juliana Farias, um nome claramente iorubá (como também eram chamados os nagôs). Assim como Antônio Adice e Antônio Mina, é um misto de nome *branco* com nome étnico iorubá.²⁵⁸

Apesar de minoria no Rio de Janeiro, onde imperavam numericamente os *bantos* da África Central, alguns autores sugerem que os *minas* exerceram influência importante sobre o restante da população africana na cidade. Segundo Mary Karash, na década de 1840 o termo *mina* adquire um significado adicional: “o de orgulhosos, indômitos e corajosos mulçumanos de língua árabe, inteligentes, capacitados e cheios de energia – e que trabalhavam duro para comprar sua liberdade”.²⁵⁹ Apesar de não haver comprovação da filiação dos *minas* ao islamismo, o resto da descrição certamente coincide com as atitudes dos membros do grupo, que teriam usado essa reputação em seu favor²⁶⁰.

Muitos desses escravos que foram trazidos para a cidade, diretamente da África ou através do tráfico interprovincial (especialmente Bahia), foram trabalhar no porto. O

²⁵⁶ Farias, Juliana Barreto. “Descobrimo os mapas dos minas: alforrias, trabalho urbano e identidades. (1800-1915). In: Farias, Juliana Barreto; Gomes, Flávio dos Santos e Soares, Carlos Eugênio. *No Labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Agradeço a autora pelas inúmeras conversas sobre nosso amigo africano em comum.

²⁵⁷ Reis, João José Reis. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. pg. 191.

²⁵⁸ Farias, Juliana Barreto. *Op. Cit.* 2004

²⁵⁹ Karash, Mary. *Op. Cit.* 2000. pg. 64.

²⁶⁰ Mamigonian, Beatriz Galloti. “Do que o “preto mina” é capaz: etnia e resistência entre africanos livres”. In: *Afro-Asia*, 24, (2000), pg.83. Juliana Barreto Farias, em sua dissertação de mestrado, estreita a relação entre os *minas* e a religião islâmica. Cf. Farias, Juliana Barreto. *Op. Cit.*, 2004.

francês Expilly ressaltou que os *minas* não davam bons escravos domésticos, mas tinham muitas habilidades mercantis e eram bons ganhadores, sugerindo que esses escravos tinham grande apreço pela certa liberdade de que gozavam os negros de ganho.²⁶¹

Charles Ribeyrolles, por sua vez, narrou alguns aspectos do Rio de Janeiro quando da sua estadia na cidade entre os anos de 1858 e 1861:

“(…) Mais além, encontramos a rua de São Bento. Grande entreposto de café. Dela, sobretudo, partem os negros minas, atléticos, mármores vivos, que fazem o transporte dos armazéns ao cais. Rebeldes de toda a sorte de escravatura doméstica, formam entre si uma corporação, sustentam uma caixa de resgates que a cada ano alforria e remete alguns às plagas africanas”²⁶²

Outros estrangeiros que aqui estiveram no século XIX notaram a presença dos negros chamados *minas* no trabalho de carregamento de café. O comerciante inglês, J. B. Moore, que viveu no Rio de Janeiro entre 1821 e 1835 também ressaltou que os *minas* controlavam o mercado de trabalho ligado ao comércio do café na cidade, afirmando ainda que esses escravos adiantavam dinheiro para a alforria uns dos outros, apontando como podiam ser fortes os laços de solidariedade que envolviam esses africanos²⁶³.

Tamanha solidariedade e uma certa organização fizeram com que a presença dos negros *minas* fosse sentida no Rio de Janeiro também como ameaça. Walter Colton, que chega à cidade em 1845 chega a mencionar que a sua presença no Brasil colocava em perigo a própria estabilidade do sistema. Segundo ele, de um total de 15 mil escravos que chegavam anualmente na cidade, o *mina* “traz consigo a maior força de caráter” e “nunca

²⁶¹ Expilly, Charles. *Le Brésil tel qu'il est*. Apud. Cruz, Maria Cecília Velasco. Op. Cit. 2000. pg.258.

²⁶² Ribeyrolles, Charles. *Brasil Pitoresco, vol.I*. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, USP, 1980. pg. 208-209.

²⁶³ Cunha, Manuela Carneiro da. *Negros, Estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985. pg. 34.

faz chacota de seu destino” e nem “se submete de modo indigno ao estado de escravidão”.²⁶⁴

Lembremos que em 1872, quando um grupo de negros ganhadores que trabalhavam no porto paralisou o serviço exigindo aumento, o *Diário do Rio de Janeiro* contou que os pretos carregadores tinham feito uma “parede”, mas “à moda da Costa da Mina, isto é, ao som do cacete e de gritarias quase selvagens”. A notícia sugere que os *minas* estavam presentes no trabalho do porto de maneira forte e atuante, pautando aquelas ações em seus valores e modos de ver e viver o mundo.

Muitos são os indicativos da força de sua presença na cidade do Rio de Janeiro e, mais especificamente, no trabalho com o café do século XIX, mas podemos parar por aqui. Por mais que seja preciso relativizar o seu monopólio em detrimento de outras nações – afinal, não há dados que comprovem a origem étnica dos africanos trabalhadores do porto – cabe considerar a importância desse grupo na cidade como um todo e, mais especificamente, no trabalho com o café. Os *Minas* formavam um grupo com identidade própria e adquiriram um enorme prestígio dentro da comunidade negra carioca, talvez pela solidariedade que os envolvia e os unia. Para Carlos Eugênio L. Soares o grupo se relacionava muito bem com as outras nações e etnias e teriam mesmo mudado a cultura política dos escravos, substituindo a tática de conflito direto com os agentes do Estado por estratégias de dissimulação e atuação nos “subterrâneos”, construindo “redes de cumplicidade e auto proteção, por entre os porões da cidade colonial e sob a vista dos guardiões da ordem pública”.²⁶⁵

²⁶⁴ Colton, Walter. *Deck and Port or Incidents of a Cruise in the United States Frigate Congress to California*. Nova Iorque, A. S. Barnes & o., 1850. Apud. Cruz, Maria Cecília Velasco e. Op. Cit. 2000. pg.258.

²⁶⁵ Soares, Carlos Eugênio L. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Cecult, 2001. pg.111.

No entanto, desde sempre essas manifestações culturais que remetiam às heranças africanas sofreram com a repressão que pretendia dismantelar os laços e instituições dos negros e não foi nada fácil vivenciar, no dia-a-dia, os laços que os uniam. Os ajuntamentos de pretos escravos foram motivo de desconfiança, medo e repressão por parte das autoridades. O século XIX assistiu a uma verdadeira guerra contra um desses pontos de encontro de negros: as *casas de angú* ou *zungús*, que existiam na época. Essas casas eram alugadas e freqüentadas por negros escravos ou libertos, que sofreram perseguições por serem reconhecidas como refúgio de escravos fugidos, locais de batuque, feitiçaria etc. Esses locais, segundo Carlos Eugênio L. Soares, foram importantes para a sobrevivência cultural e principalmente religiosa, pois ali se reproduziam práticas coletivas religiosas de origem africana com uma certa segurança, longe dos olhares das autoridades.²⁶⁶

Era comum que as autoridades associassem as práticas dos negros que pretendiam reprimir com os negros genericamente conhecidos como *minas*. Em 4 de dezembro de 1881, por exemplo, a polícia invadiu uma casa na rua do Príncipe, perto do Campo de Santana. Havia a informação de que esse endereço servia como “casa de pretos minas libertos”, o que parece ter acentuado a vontade policial em fechar a tal casa. Lá, foram encontrados Tito Augusto Dionísio dos Santos, de 60 anos, morador da tal casa invadida. Também estavam lá Serafim Henrique, 56 anos, ganhador e Querino Gonçalves Martins. Todos os presos declararam ser de nação *mina*.²⁶⁷

Com o avançar do século XIX, esses espaços começam a ver seus quadros modificados pela inserção cada vez maior de crioulos, já que a população africana diminuía

²⁶⁶ Soares, Carlos Eugênio L. *Zungú: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. pg.48. Sobre os *zungús*, ver também: Soares, Luis Carlos. *Op. Cit.* 1998.

²⁶⁷ Soares, Carlos Eugênio L. “Os últimos malungos: moradia, ocupação e criminalidade entre libertos africanos, 1860-1900”. In: Farias, Juliana Barreto; Gomes, Flávio dos Santos e Soares, Carlos Eugênio L. *Op. Cit.*, 2005.

a olhos vistos. A julgar pelos registros da Casa de Detenção, as últimas décadas do XIX testemunharam a intensa troca cultural entre os negros e os imigrantes, especialmente portugueses, que passaram a figurar nas prisões feitas dentro dos *zungús* junto com negros africanos e crioulos, escravos ou libertos. Essa presença retrata as transformações étnicas e culturais que se refletiam nesses espaços coletivos. No entanto, para Soares, independentemente da potencial numérico, os africanos ocuparam posições estratégicas dentro das hierarquias das comunidades, sendo muitas vezes os *mestres* das casas coletivas. E destaca, entre as diversas nações, os *minas* como a mais importante, sendo o elo fundamental com as raízes africanas dos *Zungús*.²⁶⁸

Não era difícil, especialmente na segunda metade do XIX, encontrar trabalhadores ligados ao porto fazendo parte das reuniões dos *zungús*. Soares conta que no ano de 1883 ocorreu a última prisão em massa de membros de *zungús*. A polícia deu uma batida no número 13 do Largo da Prainha, local conhecido como ponto de encontro de trabalhadores portuários, e lá prendeu 30 pessoas. Diferentemente dos outros, este era um espaço coletivo formado apenas por homens, todos com “profissões da estiva”. Um aspecto interessante deste *zungú* é que ele não era formado apenas por negros. Até mesmo estrangeiros faziam parte dele, anunciando o papel dos espaços coletivos na troca cultural característica das últimas décadas do XIX, principalmente entre imigrantes portugueses e a população negra. Para o autor, esse diálogo foi possível pela proximidade ocupacional e social entre lusos e negros.²⁶⁹ Com o fim da escravidão e com a entrada cada vez mais numerosa de imigrantes, se intensifica ainda mais a partilha de experiências entre negros e brancos, nacionais e

²⁶⁸ Analisando os arquivos da Casa de Detenção, Carlos Eugênio L. Soares constata que os *minas* eram a maioria entre os africanos presos em Zungús entre 1868 e 1886. Cf. Soares, Carlos Eugênio L. *Op. Cit.* 1998. pg.98.

²⁶⁹ Idem, pg. 91

estrangeiros, que irão conviver nas habitações coletivas, freqüentar os mesmos botequins e as mesmas festas, e trabalhar nos mesmos locais. No porto, onde, apesar da maioria negra, havia uma quantidade significativa de portugueses, esse diálogo poderia ser ainda mais intenso. Afinal, se por um lado, a “parede” era o palco das disputas pelo trabalho, por outro o serviço em si, realizado em turmas de trabalho, era caracterizado pelo sentido coletivo. A intensidade das relações entre aqueles homens aumenta se levarmos em conta que a fluidez entre as horas de trabalho e o tempo livre estimulava ainda mais o convívio entre eles fora dos navios, dos armazéns ou dos trapiches.

De volta ao século XX, diante da política regeneradora implementada pelas elites, os poucos africanos que restaram na cidade, bem como os negros em geral, passaram a simbolizar atraso e barbárie, vestígios de um tempo em que a escravidão imperava, impedindo os caminhos da civilização. As transformações por que passava a cidade do Rio de Janeiro varreriam os cenários da “cidade negra” e, com elas, desagregava-se toda uma rede de relações construídas na vivência diária e pautadas em manifestações culturais de herança africana. Para Sidney Chalhou, os republicanos, ao perseguir capoeiras, demolir cortiços e modificar o traçado urbano da cidade numa tentativa de mudar o sentido do seu desenvolvimento, estavam na verdade atacando a memória histórica da busca pela liberdade. Como postula o autor, “eles não simplesmente demoliam casas e removiam entulhos, mas procuravam também desmontar cenários, esvaziar significados penosamente construídos na longa luta da cidade negra contra a escravidão”.²⁷⁰

E diante da “fúria regeneradora” que tinha os negros como vítimas preferenciais, estavam os trabalhadores do porto que, por algumas características inerentes ao tipo de serviço que realizavam, foram atingidos em cheio.

²⁷⁰ Chalhou, Sidney. *Op. Cit.* 1996. pg. 186.

Um feiticeiro conhecido?

Em processo analisado no capítulo anterior, vimos que o africano Antônio foi acusado pelo também Antônio, este português, de ser “conhecido como feiticeiro”.

Diante disso, impossível não se perguntar: seria mesmo Antônio Mina um “feiticeiro” ou essa acusação era apenas mais uma que seus “inimigos” lhe incutiram para denegrir sua imagem perante a polícia? Ou seria tão somente preconceito da parte do português ao associar africanos ao mundo do “feitiço”? Voltemos mais um pouco mais no tempo para lembrar do primeiro encontro que tivemos com o africano, na tarde de 07 de abril de 1905, quando ele foi preso por embriagues na Rua Senador Pompeu: Antônio defendeu-se dizendo que não era ébrio habitual e que só bebeu naquela ocasião porque estava *em casa de uns patrícios* e que estes *o obrigaram a beber*.²⁷¹ Quem seriam esses *patrícios*? *Minas* ou africanos de outras nações? O que estariam eles fazendo na tal reunião banhada a cachaça? Os processos criminais não esclarecem esses pontos, mas podemos buscar histórias de outros africanos para imaginar respostas possíveis.

Antônio, Assumano, Cipriano e os candomblés do Rio

Referindo-se aos escravos e libertos da Bahia, João José Reis ressaltou as dificuldades para formar famílias no Brasil de acordo com as práticas tradicionais de seus lugares de origem. Diante disso, os escravos tinham que encontrar novas formas de identificação, redefinindo a noção de família e linhagem e inventando, aqui, o conceito de “parentes de nação”. Segundo o autor, na falta de uma rede familiar baseada nos laços sanguíneos, a identificação étnica ganharia feições de uma grande família simbólica, tornando-se, talvez, o principal canal de solidariedade e organização da vida da maioria dos

²⁷¹ AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro, OR. 4056.

africanos que aqui viviam. O termo “parente” teria sido escolhido do vocabulário branco, pelos escravos, para significar “patrício”. Os membros de um mesmo grupo étnico tornavam-se “parentes” entre si, sendo significativo que até os nossos dias os candomblés se dividam em “nações” e os seus membros pertençam a uma mesma “família-de-santo”.²⁷² Ainda citando o autor, a intensidade com que esses cativos produziam parentescos simbólicos sugere o quanto o cativo teve impacto na vida desses homens e mulheres que vieram de sociedades em que a estrutura familiar se baseava em redes complexas, nas quais o culto aos ancestrais tinha grande importância.²⁷³ Essa “família extensa”, usando as palavras de Maria Inês Oliveira, era formada por parentes de consideração, mas também por companheiros de trabalho.²⁷⁴

Diante dessas informações, podemos considerar a hipótese de que Antônio Mina tivesse ligações com outros africanos que ainda residiam na cidade, quem sabe os últimos que viveram os tempos do cativo. Tais ligações, para além da identificação étnica – afinal eram *patrícios* – poderiam perfeitamente se dar também por laços religiosos. Os africanos “vivendo no meio dos seus”²⁷⁵, podiam se sentir parte de uma família, de um grupo que tinha uma história em comum. Reunindo-se em casas particulares, em irmandades religiosas, nos locais de trabalho (como o porto, que concentrava uma maioria negra) ou entre as *famílias de santo* organizadas nos terreiros de candomblé, esses homens podiam fortalecer laços de união, criando e recriando suas identidades. Tendo sido afastado de seus parentes de sangue (e as poucas lembranças de seus pais indicam que este

²⁷² Reis, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Male, 1835*. São Paulo: Brasiliense, 1986. pg. 231.

²⁷³ Reis, João José. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

²⁷⁴ Cf. Oliveira, Maria Inês Cortes. *O Liberto: o seu mundo e os outros, 1790-1890*. Bahia: Corrupio, 1988.

²⁷⁵ Expressão adotada por Maria Inês Cortes Oliveira. Cf. “Viver e morrer no meio dos seus. Nações e comunidades africanas na Bahia do século XX”. In: *Revista USP*, São Paulo, n.28,dez. 1995/fev.1996.

afastamento se dera bem cedo), Antônio Mina, e outros africanos como ele, tivera que recriar seus laços familiares, relacionando-se com seus patrícios ou “parentes de nação”, não sendo então por acaso que ele tenha se casado com uma também africana de Lagos, a quitandeira Maria Emine.

Naquela tarde de abril de 1905, Antônio Mina podia estar bebendo umas doses com seus *patrícios* sem maiores motivos que não o do encontro, mas também poderia estar participando de alguma festa ou ritual religioso, especialmente se levamos em conta o fato de Antônio ter sido apontado como “conhecido feiticeiro”.²⁷⁶ Claro que essa poderia ser uma falsa acusação com o propósito de “manchar” a imagem do acusado frente às autoridades e incriminá-lo ainda mais – pois feitiçaria era crime na República – mas outros indícios nos levam a crer que ele podia ter efetivamente ligações com alguma das formas de culto afro-brasileiro que proliferavam naquela região.

Em 1904 João do Rio visitou diversos destes locais freqüentados pelos negros e deixou um relato crivado de imprecisões e preconceitos. Suas matérias, entre outros aspectos, faziam menção aos negros *minas* e sua importância na cidade:

“As casas dos minas conservam a sua aparência de outrora, mas estão cheias de negros baianos e de mulatos. São quase sempre rótulas lobregas, onde vivem com o personagem principal cinco, seis e mais pessoas. Nas salas, móveis quebrados e sujos, esteirinhas, bancos; por cima das mesas, terrinas, pucarinhos de água, chapéus de palha, ervas, pastas de oleado onde se guarda o opelé; nas paredes, atabaques, vestuários esquisitos, vidros; e no quintal, quase sempre jabotis, galinhas pretas, galos e cabritos. Há na atmosfera um cheiro carregado de azeite-de-dendê, pimenta-da-costa e catinga. Os

²⁷⁶ O uso do álcool não era incomum nos rituais. João do Rio, no conjunto de crônicas jornalísticas que escreveu para a *Gazeta de Notícias* em 1904, compiladas em *As Religiões do Rio*, comenta um ritual de iniciação de uma filha-de-santo que assistiu em uma de suas incursões pelos candomblés. Em um tom preconceituoso, descreve o ritual como “sinistra pantomima de álcool e mancebia”. *Gazeta de Notícias*. “No Mundo dos Feitiços”. 12/03/1904. pg. 2

pretos falam da falta de trabalho, fumando grossos cigarros de palha.”²⁷⁷

Em uma dessas “visitas jornalísticas”, João do Rio foi até a casa do africano conhecido por Sanin, um famoso *feiticeiro* que morava na Rua dos Andradas, onde era a “*casa do famoso Ojô, diretor social da feitiçaria*”. Durante a conversa com Sanin, este lhe contou, entre outras coisas, sobre a repressão que os feiticeiros sofriam naqueles duros tempos. É João do Rio que faz as perguntas:

“Mas por que você, um homem tão poderoso, não me queria receber?

- Por que andam a falar de nós, porque a polícia vem aí. Fizemos outro dia até um despacho no campo de Santana com os dentes, os olhos de um carneiro, jabotis, ervas e duas orações para quem fala de nós deixar de falar.

- Mas por que um carneiro?

- Porque o carneiro morre calado. Foi o Antônio Mina quem fez o despacho e todos nós rezamos de braços e todos nós demos para o despacho, que custou cento e oitenta e três mil reis.”²⁷⁸

Será que o Antônio Mina a que se refere o africano Sanin é o mesmo dos inúmeros processos que analisamos até aqui? Algumas informações sobre o local em que ele vivia e as ruas que morou também indicam que sim. Mas, se ele não era exatamente um “feiticeiro conhecido”, certamente conviveu de perto com muitos que eram assim chamados na cidade. Durante os anos em que Antônio apareceu nos autos policiais, ele declarou diferentes endereços. Em 1905 morava na Rua Visconde da Gávea n.5; Em 1907 já aparece morando na General Pedra, 154. No ano seguinte, morou nas ruas Barão de São Félix, 54 e na João Caetano, 52 e em 1912 voltou para o mesmo número da General Pedra, ficando nesta rua até pelo menos 1915, mas em algum momento mudou-se para o número 367.

²⁷⁷ do Rio, João do. *As Religiões do Rio*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1976.

²⁷⁸ Idem.

Todas essas ruas faziam parte das freguesias de Santana e Santa Rita e tinham uma certa proximidade umas com as outras. Nos arredores da Praça Onze, a Rua João Caetano foi endereço de um importante candomblé da cidade, a casa de Cipriano Abedé, pai-de-santo de figuras importantes e de sambistas conhecidos. A rua fazia esquina com a General Pedra, que, segundo Brasil Gerson era “uma típica rua de cortiços”²⁷⁹. Ambas eram vizinhas da Visconde de Itaúna, onde ficava a casa do não menos importante Assumano Mina do Brasil, um alufá africano que, assim como Antônio, era “da Costa da África”. Pai Assumano, Sanim ou qualquer outro destes famosos líderes religiosos da região bem poderiam ter participado da tal reunião de *patrícios*, onde Antonio Mina bebeu antes de ser pego pela polícia na noite de 07 de abril de 1905. Ainda segundo Brasil Gerson, quando as reformas urbanas de Pereira Passos modificaram as ruas do centro da cidade, ainda existiam nos quarteirões finais da rua General Pedra, vizinhos ao Campo de Santana, bem como no das ruas São Pedro e da Alfândega, várias “casas de vendas de ervas medicinais dos pretos minas” “muitos deles mandigueiros, e que tão numerosos e famosos haviam sido no Rio Antigo.”²⁸⁰

A rua Visconde de Itaúna ficou muito conhecida também por ser, na década de 10, o endereço da casa de Tia Ciata, conhecido reduto de “sambistas” negros, especialmente os baianos, ela própria uma destacada freqüentadora dos candomblés da região. Em uma rua próxima, a Marquês de Sapucaí, estava a casa de Benzinho Bamboxê, pai-de-santo afamado. Na época em que Antônio Mina morou na Barão de São Félix, lá funcionava o candomblé de João Alabá, também muito conhecido por ser o pai de santo de Tia Ciata e

²⁷⁹ Gerson, Brasil. *História das Ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2000. pg. 175.

²⁸⁰ Idem, pg. 60

de muitos “sambistas” que freqüentavam sua famosa e festeira casa.²⁸¹ Certamente esses espaços festeiros e religiosos fizeram parte da vida de muitos homens que trabalhavam no porto, mesmo porque essas ruas, com seus cortiços e outras moradias populares, eram os principais endereços dos trabalhadores portuários naqueles tempos. Essa referência é ainda mais forte se pensarmos nos portuários negros, que ainda guardavam em suas memórias – mas também na prática diária – os costumes e as tradições religiosas dos tempos da escravidão.

A freguesia de Santana era, sem dúvida, a região da cidade onde se concentrava a maior parte dos candomblés da cidade, especialmente porque a zona portuária e arredores da Cidade Nova e Praça Onze foram locais de grande concentração dos negros (africanos ou crioulos) oriundos da Bahia. Agenor Rocha sugere que foi o crescimento das atividades portuárias, junto à inauguração da Estrada de Ferro Central do Brasil, que transformou à região num pólo de atração da população pobre, especialmente os baianos, que poderiam se empregar nesses locais.²⁸² Nesse pedaço da cidade era possível encontrar abrigo e solidariedade baseados em laços de parentesco (de sangue ou “de nação”) e em afinidades religiosas. Como contou Carmem Teixeira Barbosa, a Tia Carmem, os negros reuniram-se em torno de casas de outros negros já instalados na cidade:

“Tinha na Pedra do Sal, na Saúde, ali que era uma casa de baianos e africanos, quando chegavam da África ou da Bahia. Da casa deles se via o navio, aí já tinha o sinal que vinha gente de lá (...) Era uma bandeira branca, sinal de Oxalá, avisando que vinha chegando gente. A casa era no morro, era

²⁸¹ Rocha, Agenor Miranda. *As Nações de Ketu: origens, ritos e crenças: os candomblés antigos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

²⁸² Idem.

de um africano, ela chamava Tia Dadá e ele Tio Ossum, eles davam agasalho, davam tudo até a pessoa se aprumar (...),”²⁸³

Percebe-se como a identificação étnica e a religião dos orixás exerciam forte eixo de ligação entre os negros que ali chegavam, mas também entre os que ali já estavam. A expressão cunhada mais tarde por um de seus moradores deu àquela região uma definição que ficou na memória – construída posteriormente – da cidade: “*Era a Pequena África no Rio de Janeiro*”, disse certa vez o sambista negro Heitor dos Prazeres referindo-se às primeiras décadas do século XX. Se por um lado o apelido não dá conta da diversidade étnica e cultural da região naqueles tempos, por outro ela pode ser interessante para expressar parte da vida cultural dos negros que ali viviam. O ambiente festeiro e religioso da “Pequena África” marcou a experiência dos homens do cais, que circulavam pela região freqüentemente. Mas as festas e os rituais que aconteciam ali não eram privilégio dos negros. Era comum ver brancos e negros participando das mesmas festas de samba e macumbas da região. Referindo-se às festas Tia Ciata dava constantemente em sua casa, João da Baiana dizia que “a festa era de preto, mas branco também ia lá divertir”.²⁸⁴

No entanto, desde sempre, os ajuntamentos de pretos e manifestações culturais que remetesse às heranças africanas eram mal vistos pelas autoridades. Mas se é certo que, com o endurecimento da repressão no regime republicano, homens como Antônio Mina se tornavam, especialmente por sua cor e profissão, suspeitos em potencial, sendo constantemente vítimas das manhas de uma polícia que suspeitava e reprimia vadios, ébrios, capoeiras, *feiticeiros* e “sambistas” (sempre associados à malandragem) é também certo que eles tinham suas próprias formas criativas de lidar com a repressão. Uma delas era

²⁸³ Moura, Roberto. *Op. Cit.* 1995.. pg.43.

²⁸⁴ Idem. pg. 83.

esconder tais práticas no âmbito privado. Como disse certa vez João da Baiana, referindo-se às festas nas casas das tias baianas, que, segundo ele, misturavam samba e candomblé²⁸⁵, “a festa era assim: baile na sala de visitas, samba de partido alto nos fundos e batucada no terreiro”.²⁸⁶

Mas esconder seus costumes no interior das casas não era a única maneira que os negros encontraram para enfrentar a fúria regeneradora. Podemos aqui mais uma vez relembrar Antônio Mina. Em alguns dos processos que ele respondeu, o africano teve sua fiança paga. Em 03 de janeiro de 1914, por exemplo, desembolsou 306 mil réis para responder um processo por agressão em liberdade.²⁸⁷ Em 16 de outubro de 1907, quando foi preso por estar embriagado e agredir um condutor de bonde na Rua Senador Eusébio, pagou 300 mil réis de fiança e mais seis mil réis de prêmio do depósito²⁸⁸. Menos de um mês depois, em 26 de novembro de 1907, quando foi detido por embriagues na rua Barão de São Félix, foram pagos cem mil réis de fiança e dois mil réis de prêmio do depósito²⁸⁹.

²⁸⁵ Depoimento de João da Baiana ao Museu da Imagem e do Som. MIS, *As Vozes Desassombradas do Museu*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado e Cultura, 1970. pg. 52.

²⁸⁶ Depoimento citado por Moura, Roberto. *Op. Cit.* 1995. pg. 83.

²⁸⁷ AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. 6Z. 2312. 1915.

²⁸⁸ AN – Tribunal do Júri do Rio de Janeiro. Proc. 5128; Maço 889; Gal. A. 1908.

²⁸⁹ AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 6923. 1908.

RECEBEDORIA DO



RIO DE JANEIRO

Exercicio de 1907

Rs. ~~300.000~~

Al fl. 9 da livro 1111 de entrada e saída fica debitada a
 Thesouraria do Caixa dos Depósitos Públicos pelo valor de trezentos mil
 réis que depositou Antonio Africano com fiança,
 para a compra de 1000 libras de café em nome do Sr. Africano
 S. D. S. Luiz Gonzaga, conforme a guia de 14.º Distrito
 Policial.

Fiança de 300 mil réis paga por Antônio Africano

Nota-se que o valor das tais fianças não era pequeno para um carregador de café. Em um dos episódios que o envolveu, ele contou com a ajuda de dois advogados, o que era no mínimo curioso para alguém que pegava no pesado e morava nos bairros populares, em ruas típicas de cortiços. Ou Antônio Mina sabia como ninguém fazer economia, ou alguém o ajudava quando se metia em apuros. Em maio de 1905, João do Rio foi convidado pelo africano Júlio Ganam a participar de uma comemoração pelo 13 de maio. Segundo o “orgulhoso *alufá*” Júlio Ganam, as comemorações seriam modestas, pois aquela data, segundo ele, nada significava para os africanos, pois, antes “da princesa assinar o decreto libertando todos os escravos”, os africanos já estavam livres. Segundo Ganam, “os

mulsumins fazem orações nesse dia pelos que partiram para o paraíso, mortos a vergalho, e a gente de santo organiza *candomblés* pela mesma razão, apenas”.²⁹⁰

Ao ser perguntado pelo jornalista como os africanos conseguiram se libertar antes da princesa Isabel, Ganan responde que em 1888 quase todos os africanos já haviam morrido e os poucos que restaram, já tinham comprado sua carta de alforria, juntando “vintém por vintém”. E, de vintém em vintém, muitos desses africanos teriam conseguido juntar verdadeiras fortunas, como conta Júlio Ganan, para espanto de João do Rio:

“Olhe aqui, no Rio, quantas fortunas! O tio João morreu deixando à Misericórdia todo o correr de casas do lado direito da rua do Hospício, entre Núncio e Campo da Aclamação. O Geminiano, que foi o fundador da Igreja do Senhor do Bonfim de Copacabana, deixou mil contos. Este até dizia: - “quando Deus ajuda a gente, a gente já foi escravo e hoje pode estar sentado sem fazer nada. Deus é grande! (...) Olhe o Pai Baltazar. Esse (é da) política, anda todo bonito, amigo de deputados, a quem sempre empresta dinheiro (...) Mas não é só Baltazar rico. Há também o *alikali* Miguel e *mama* Soledade que moram na rua Barão de São Félix. João Abace-jebu, que é dono de vários cortiços; a tia Cristina, uma das últimas negras minas do Mercado, que dirige empregados seus e tem muitos contos; Fortunato Machado, proprietário influente e tia Felicidade, a maior fortuna entre negros.”²⁹¹

Ainda espantado em saber que existiam negros ricos, João do Rio quis saber de onde os africanos conseguiram tirar toda essa fortuna e soube por Ganan que enquanto as mulheres vendiam acarajés, miçangas e “feitiços”, o café foi para os homens o “veio inesgotável”. Segundo o *alufá*:

²⁹⁰ João do Rio. “Negros Ricos”, *Gazeta de Notícias*. 13/05/1905. Agradeço à Juliana Barreto Farias pela referência. A autora faz uma análise mais extensa e interessantíssima sobre as incursões de João do Rio pelas casas dos africanos em sua já citada dissertação de mestrado sobre os *minas* no Rio de Janeiro.

²⁹¹ Idem.

“– (...) Africano tem resistência, menino, africano pagou seu corpo. Eu juntei, vintém a vintém, um conto e oitocentos para me comprar e houve escravas, como a mãe de Henriqueta, que juntaram dinheiro para comprar o próprio corpo e mais o das filhas.

– Mas como, homem de Deus?

– Ora, como! Trabalhando, nos aluguéis, **no café**, vendendo santos ou doces na rua e com auxílio do feitiço. Não ria! Africano sempre vendeu feitiços aos brancos, porque os brancos sempre acreditaram em feitiços. Hoje os africanos daquele tempo estão ricos.”²⁹² (grifo meu)

Vimos que Antônio Mina era trabalhador do café e sua mulher Maria Emine era uma vendedora ambulante e quitandeira. Seriam então o casal de negros ricos? Pelo que já vimos do casal até agora, é pouco provável que eles tivessem erguido fortuna. Mas é possível, sim, que, a julgar pela fiança que Antônio pagou para se livrar da prisão, eles tenham conseguido acumular algum dinheiro durante suas vidas. O fato de serem negros *minas* nos faz acreditar ainda mais nessa possibilidade.

Os *minas* traziam da África Ocidental uma forte tradição mercantil, pouco comum entre as outras “nações” africanas na cidade. Recorrendo aos relatos dos viajantes, é possível perceber que na primeira metade do século XIX, os *minas* eram os principais representantes nas turmas de trabalho ligado ao carregamento de café, parecendo monopolizar os empregos oferecidos pelas firmas comerciais envolvida com a exportação de café. Além disso, os *minas* conseguiam manter as associações com caixas de alforria, muito parecidas a uma instituição ioruba de crédito chamada *esusu*, que as diásporas redesenharam em várias regiões da América, inclusive no Brasil.²⁹³

²⁹² Idem.

²⁹³ Cf. Farias, Juliana Barreto, Op. Cit. 2004, pg. 105; Manuela Carneiro da Cunha. Op. Cit. 1985, pg. 35.

Em 1852, Candles e Burgess vieram ao Brasil como representantes da Religious Society of Friends. Durante a visita, os viajantes se impressionaram com um grupo de libertos “da tribo mina da Costa do Benin”. Segundo narraram, esses africanos desejosos de voltarem à África, trabalharam duramente e conseguiram juntar dinheiro suficiente para a viagem. Segundo contaram esses libertos aos viajantes, no ano anterior, um grupo de sessenta africanos já haviam retornado para Badagri.²⁹⁴

A narrativa dos viajantes ingleses deixa clara a solidariedade existente entre os negros minas, mas também a capacidade que tinham em acumular recursos. Talvez Antônio Mina tenha conseguido juntar seu quinhão durante os anos e pagar as fianças, sendo provável que sua mulher, a vendedora ambulante Maria Emine, também uma *mina*, o tenha ajudado a “comprar sua liberdade” e se livrar da polícia republicana com suas possíveis economias arrecadadas na venda mercadorias e, quem sabe, de *feitiços*...

No mais, as histórias contadas por Júlio Ganam a João do Rio podem nos ajudar a descobrir mais sobre a vida de Antônio Mina e, com ele, de outros africanos e seus descendentes no porto carioca. Segundo dissera o *alufá*, era no penoso trabalho com o café que os pretos conseguiam uns recursos *extras*. Primeiro começavam como carregadores das sacas, depois

“subiam a ajudante. Em seguida, passavam a capitão (...) e enfim chegavam a furadores. [Furador] era o chefe supremo do carregamento de café. Todo o grão que caía era deles. Como havia dias em que furavam umas mil sacas, juntavam à noite (...) duas e três sacas fora o que escondiam”.²⁹⁵

²⁹⁴ Burgess, Wilson e Candler, John. *Narrative of a recent visit to Brazil to present na address on the slave trade and slavery issued by the Religious Society Friends*. Londres, E. Newmann Printer, 1853, pg. 37-39.

²⁹⁵ Idem,

Os furadores de café se apropriariam de alguns grãos excedentes, ficando com o dinheiro de sua venda e conseguindo acumular alguns recursos. Talvez no século XX essa prática não fosse mais tão corrente, mas, a julgar pelo que contou Ganam ao cronista João do Rio, no século XIX muitos africanos conseguiram sua alforria, além de acumular algum dinheiro.²⁹⁶ É possível que Antônio Mina tenha participado desse esquema de apropriação do excedente do café, pois referências de que ele tenha trabalhado nesse serviço são constantes nos processos. Em um deles, quando respondeu por embriagues em junho de 1905, uma das testemunhas de defesa, Horácio Antônio Pestana, afirmou que Antônio era um “homem morigerado” que “trabalha como furador de café”, profissão que o próprio declara no mesmo processo.²⁹⁷

De qualquer forma, a possibilidade de alguém, além de sua mulher, ajudar o africano é bem plausível – afinal, tratando-se de trabalhadores autônomos, não há economia que agüente duas fianças em menos de um mês e mais as despesas de dois advogados. Assim, é bem possível que o africano tivesse, no seu quadro de relações, pessoas de uma outra camada social. Quem sabe sua fiança não foi paga por algum rico apreciador dos feitiços de Antônio Mina? Provavelmente nunca saberemos a resposta, mas podemos afirmar que essa é uma possibilidade real dentro da complexa rede de relações sociais que eram travadas na cidade do Rio de Janeiro da virada do século. Além disso, vimos que, no processo que sofreu em 1912, depuseram a seu favor dois negociantes,

²⁹⁶ Casos assim foram observados por Maria Helena Machado em sua análise sobre o trabalho escravo em lavouras paulistas, como Taubaté e Campinas, ao longo do XIX. Segundo a autora, durante à noite, alguns escravos de propriedades da região, muitas vezes ajudados por libertos, furtavam pequenas parcelas da produção agrícola. Os produtos furtados eram trocados por pinga, fumo de rolo, doces e sobretudo dinheiro, nas tavernas e vendas ao redor das fazendas. Além de contribuir para selar alianças entre escravos, libertos e brancos pobres, essas práticas alimentavam uma economia escrava autônoma. Machado, Maria Helena. *Crime e Escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas. 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pg.104. Mais uma vez, agradeço à Juliana Barreto Farias pela referência.

²⁹⁷ AN – 8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR 4077. 1905.

inclusive um da elegante Rua do Ouvidor²⁹⁸, indicando que suas relações podiam envolver pessoas de diferentes camadas sociais.

Os vizinhos de Antônio Mina, os *feiticeiros* João Alabá, Cipriano Abedé, Pai Assumano e Bamboxê, só para citar os que ficaram mais conhecidos, tinham pessoas ilustres em seus quadros de relações, certamente interessadas em seus “poderes sobrenaturais”. João do Rio tece seus comentários sobre os *feiticeiros* que tinham suas *casas de santo* na cidade do Rio de Janeiro:

“(…) Toda essa gente vive bem, à farta (…) Deixa dinheiro quando morre, às vezes fortunas superiores à 100 contos de réis, e achincalham o nome de pessoas eminentes da nossa sociedade, entre conselhos às meretrizes e goles de paraty. As pessoas eminentes não deixam, entretanto, de ir ouvi-los às batucas infectas, porque os feiticeiros que podem dar riquezas, palácios e eternidade do amor, que mudam à distância com uma simples mistura de ervas, moram em casinholas sórdidas, de onde emana um nauseabundo cheiro (…)”²⁹⁹

E conversando com um daqueles feiticeiros, um africano, este lhe contou sobre pessoas que tiveram ajuda de seus feitiços para subir na vida. Ele teria mesmo mencionado nomes de políticos, que João do Rio preferiu não publicar:

“Os nomes conhecidos surgiam, tumultuavam, empregos na polícia, na Câmara, relações no Senado, interferência em desaguizados de famílias notáveis (…) Eu vi senhoras de alta posição saltando às escondidas, de carros de praça, para correr, tapando a cara com véus espessos, a essas casas”³⁰⁰

Algumas dessas casas eram, de certa forma, protegidas, pois seus donos e freqüentadores buscaram alianças com pessoas influentes, como a própria Tia Ciata³⁰¹.

²⁹⁸ AN – 3ª Pretoria do Rio de Janeiro, 6Z.0411. 1912

²⁹⁹ Rio, João do. *Op. Cit.* 1976.

³⁰⁰ Idem.

Francisco Guimarães, o Vagalume, também mencionou em suas memórias as relações entre os “pais de santo” e “*muita gente boa*”. Segundo o cronista, entre os admiradores de Pai Assumano – o “*Príncipe dos Alufás*” – estava José do Patrocínio Filho, que o teria conhecido por intermédio do sambista Sinhô, que freqüentava o terreiro. Vagalume conta ainda que as festas na casa de Cypriano Abedé – “*o maior Babalaô do Brasil*” – também eram freqüentadas pela “*gente da alta roda*”, incluindo o Senador Irineu Machado, que teria desembolsado vinte mil réis para que os *trabalhos* de Abedé lhe garantissem as eleições. Diz ainda que em frente à casa de Cypriano Abedé, na rua João Caetano, n. 69, nos *dias de função*, paravam grandes fileiras de automóveis de luxo, de onde descia gente de Copacabana, Botafogo, Laranjeiras, entre outros bairros nobres³⁰². Ligações entre ditos *feiticeiros* e elementos da elite, revelam um intenso diálogo cultural também entre pessoas de diferentes origens sociais. Tais relações vinham de longe: Gabriela dos Reis Sampaio, através da história do famoso *feiticeiro* negro Juca Rosa, que, na segunda metade do século XIX mantinha relações com a “ *fina flor da nobreza imperial*”, contou um pouco sobre as redes que ligavam poderosos e subordinados, as trocas culturais constantes e os conflitos permanentes que envolviam senhores e dependentes. Segundo a autora havia um movimento de interpenetração, de mútuas influências, entre brancos e negros, entre elites e

³⁰¹ Cf. Cunha, Maria Clementina Pereira. *Op. Cit.* 2000. pg. 217; Moura, Roberto. *Op. Cit.* 1995. pg. 97. Ciata tinha boas relações até com o Presidente da República, Venceslau Brás, a quem curou uma ferida na perda que nenhum médico havia conseguido curar. Após esse feito, sua casa passa a ter uma espécie de “salvo-conduto” para organizar as festas. No mais, a pedido dela, seu marido, um negro letrado, conseguiu um emprego no gabinete do chefe de polícia, tendo sido nomeado pelo próprio Venceslau Brás. Ter um marido na polícia e um presidente da república como “cliente” era uma maneira de Ciata manter sua casa funcionando, com os bailes, sambas e candomblés.

³⁰² Entre a “*gente escolhida*” que estacionou seu automóvel em frente ao candomblé do pai de santo, já em 1930, foi o filho do próprio Presidente da República, o Sr. Washington Luiz.

subordinados, já que os escravos e outros dependentes viviam no mesmo mundo e até no mesmo teto que senhores, convivendo diariamente.³⁰³

Nosso amigo africano – e também seus *patrícios* e descendentes – viveu diariamente as contradições próprias da sua época. A repressão aos ditos *feiticeiros* vinha desde os tempos da Corte, agravando-se na conjuntura da Lei de 1871. Mas o Brasil, com a Proclamação da República, passou a ser um Estado laico, onde era garantida por lei a legitimidade de todas as religiões. Dessa forma, foi necessário agir nos meandros da lei para garantir a repressão aos ditos *feiticeiros*, contra os quais era aplicada a lei contra práticas de medicina ilegal ou curandeirismo. Os rituais de cura realizados pelos *feiticeiros* passam a ser considerados, tais como a vadiagem e embriagues, uma contravenção e reconhecidas como “práticas de magia e falsa medicina”. Dispositivos legais foram criados para definir as religiões de origem africana como *perigosas à saúde e contrárias à moral pública*, tornando freqüentes as investidas policiais que violavam os templos e terreiros, invadiam casas e prendiam líderes e fiéis.³⁰⁴

O recrudescimento da repressão, no entanto, equivaleu a um reconhecimento do quanto essas práticas ainda estavam vivas na República; mas, assim como outras que lembravam um passado escravista, deveriam ser reprimidas³⁰⁵. Talvez por isso, o *feiticeiro* Sanin estivesse preocupado a ponto de fazer, com a ajuda de Antônio Mina e outros *feiticeiros*, um despacho de 183 mil réis no Campo de Santana para que parassem de falar deles e a polícia não os incomodasse. Longe de quererem ficar eternamente se escondendo

³⁰³ Sampaio, Gabriela dos Reis. *A História do Feiticeiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro Imperial*. Tese de Doutorado, Cecult, Unicamp, 2000.

³⁰⁴ Maggie, Yvone. *Medo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

³⁰⁵ Sampaio, Gabriela dos Reis. *Op. Cit.* 2000. pg. 186.

em becos, morros e em “casinhas sórdidas com cheiro nauseabundo”, como descreveu João do Rio, os negros *feiticeiros* queriam exercer sua religiosidade sem interrupções de policiais como a que ocorreu em 12 de janeiro de 1906, quando a polícia deu uma batida na casa de um *curandeiro* de nome Pedro Leitão, na Praça da República n. 111. O próprio delegado daquela circunscrição, o Dr. Mário Brant, se encarregou de prender Leitão que, segundo o *Correio da Manhã*, “foi devidamente autuado de acordo com o Código Penal”.³⁰⁶

A religião era parte importante da vida daquelas pessoas e a manutenção de suas crenças e práticas tinha uma dimensão fundamental na organização de suas vidas, contribuindo para a sociabilização e articulação de identidades. Ligar-se aos “da alta roda” era uma estratégia possível de sobrevivência, uma maneira de garantir proteção para dar continuidade aos seus ritos. Tais alianças podiam incluir até mesmo autoridades policiais. João do Rio conta de um delegado que, estando “amarrado a uma paixão” conseguiu seus intuitos “graças ao prodígio de um galo preto”.³⁰⁷ E, segundo Vagalume, as funções no candomblé de “Sua Majestade” Cypriano Abedé eram perfeitamente permitidas pela polícia “em vista de ser ali uma Sociedade de Ciências Ocultas, com organização de sociedade civil”.³⁰⁸ Como teria Abedé obtido tal permissão? Provavelmente com uma ajudinha de seus seguidores influentes.

O estivador, Ogã³⁰⁹ e sambista João da Baiana também tinha suas amizades na política, bem pautadas em um jogo de interesses mútuos. Ele mesmo sugere ter atuado como cabo eleitoral de muitos deles no cais do porto. Entre eles: Irineu Machado, o mesmo

³⁰⁶ *Correio da Manhã*, 12/01/1906. Coluna: “Na polícia e nas Ruas”. pg.3

³⁰⁷ do Rio. João. *Op. Cit.* 1976.

³⁰⁸ Guimarães, Francisco (Vagalume). *Na Roda do Samba..* 2ª Ed. Rio de Janeiro: FUNART, 1983.

³⁰⁹ Ogã é o responsável, entre outras coisas, pelo toque dos atabaques nos candomblés.

que teria pago Cypriano Abedé para fazer um trabalho que lhe garantisse o Senado. Mas também de Mendes Tavares, o candidato do presidente Arthur Bernardes para o senado. O sambista conta que estes e outros ilustres, como o Coronel Costa e Marechal Hermes “viviam nas casas das baianas”³¹⁰ Segundo o próprio sambista, em um de seus depoimentos, para ele e seus companheiros “era bom andar com o governo. Davam automóvel pra gente e salvo conduto para polícia.”³¹¹ Além de ascensão social, manter relações com “gente boa” poderia garantir-lhe *salvo conduto* para que homens como João da Baiana pudessem continuar suas macumbas, tocar seus sambas até então proibidos e exibir seus pandeiros, instrumento visto com maus olhos pela polícia como “coisa de malandro e vagabundo”. Tanto que já é famosa a história do Pandeiro de João da Baiana, que, segundo ele mesmo gostava de contar nas suas entrevistas, foi furado pelo policial que o prendeu por vadiagem em 1908, quando este se dirigia à Festa da Penha. Na ocasião, outro influente político, o Senador Pinheiro Machado, mandou fazer-lhe um novo pandeiro e nele escreveu uma dedicatória assinada para que nunca mais a polícia o tirasse.

Nesse ano, o Chefe de Polícia era o Sr. Mello Tamborim, que parece ter sido bastante duro com aqueles que considerava como a “malandragem” da cidade. Apesar de ter que conviver com outro instrumento de “malandros” em seu próprio nome, o Sr. Tamborim proibiu os pandeiros na Festa da Penha. Mas sempre era possível improvisar. O jornal *O Paiz* divulgou que tendo seus instrumentos apreendidos na entrada da festa, “os sambistas arranjavam garrafas, nas quais batiam com pedaços de pau”. O jornal conta ainda que “a zona portuária marcava presença na festa”, cantando seus versos improvisados onde brincavam com o Chefe de Polícia, que tinha nome de instrumento.

³¹⁰ Entrevista de João da Baiana ao MIS. Cf.: MIS. *Op. Cit.* 1970. pg.57.

³¹¹ Entrevista de João da Baiana a Jota Efege. Arquivo do Museu da Imagem e do Som (recorte de revista sem referência)

“quando eu vim da Bahia
Passamos na Providência
As baianas deram vivas
OH! Yayá tem paciência
Já estou zangado
não sei pra que vim,
estou amolado
com “seu”Tamborim”³¹²

Práticas culturais associadas à população negra, como candomblés e sambas eram perseguidos, como já foi dito por diversos autores e pelos próprios contemporâneos em depoimentos posteriores. Ao olhar de parte das elites, essas manifestações não eram lá muito civilizadas. No entanto, apesar de toda repressão sofrida, esses homens e mulheres souberam, de diferentes formas, dialogar com novas regras e manter seu espaço: se escondiam da polícia para não serem incomodados em seus sambas e rituais, mas também travavam relações com autoridades ou pessoas influentes. Afinal, já naquela época, os sambas e macumbas já eram frequentados e apreciados por gente de toda cor e classe social.

A região que ia do cais do porto aos arredores do Campo de Santana (atual Praça da República), foi palco de inúmeras vivências dos negros do porto e da afirmação e reorganização de antigas práticas culturais dos negros. Mas também foi um lugar

³¹² *O Paiz*, 05/10/1908.

privilegiado no sentido da troca de experiências entre eles e pessoas de diferentes cores, nacionalidades e culturas. Essas relações eram estabelecidas nos diversos espaços de convivência, como nos bares, nas habitações coletivas, nos carregamentos de café, nas casas de santo, nas festas religiosas³¹³ e no profano carnaval que tinha ali um dos principais redutos da folia da gente pobre. Gente que costumava se divertir durante os dias de folguedo nos cordões e nos ranchos que saíam nas ruas próximas à Praça da República. Mas que também se divertia durante todo o ano nos bailes dançantes organizados pelas mesmas agremiações que faziam a festa durante três dias do mês de fevereiro. Entre esses trabalhadores pobres, iremos encontrar muitos portuários curtindo, mas também organizando a festa...

³¹³ Muitas festas religiosas da cidade aconteciam no Campo de Santana. Entre as mais importantes, está a Festa do Divino Espírito Santo. Cf.: Abreu, Martha. *Op. Cit.* 1999.

Capítulo 5

Folias Portuárias: cultura associativa dos trabalhadores do porto carioca

O carnaval de 1911 deve ter sido um pouco mais animado que os outros para grande parte dos moradores da zona portuária e também de outros pontos da cidade. Um grupo de foliões seguiu um rancho que pela primeira vez saiu de sua sede na Rua Barão de São Félix, n. 283 e desfilou pelas ruas do centro do Rio exibindo seu estandarte nas cores roxa e branca. À frente, o diretor de harmonia João Machado Guedes comandava os pandeiros, tamborins e bombos que marcavam o andamento da marcha e davam o ritmo ao percurso que o rancho fazia³¹⁴. Pelas ruas, ouviam-se o coro:

“(…) Ouço cantar, que alegria

Vejo o Kananga, na folia (...)”³¹⁵

Era o “Kananga do Japão” que, tendo sido fundado no ano anterior, fazia o primeiro dos muitos outros desfiles que animaram o carnaval carioca e que tornou o Kananga um dos mais famosos ranchos da cidade. Mas não era a primeira vez que João Machado Guedes, então com 23 anos de idade, participava de um rancho. Muito antes, quando contava apenas 10 anos, João já figurava como *porta-machado*³¹⁶ do “Filhos da Jardineira” e do “Botão de Rosas”, tendo ao seu lado outros “moleques” com que convivia na infância, tais como Antoninho, Tem-Dengo, Getúlio Marinho, Donga e Heitor dos Prazeres. João foi o único carioca dos doze filhos do casal de baianos Félix José Guedes e “tia” Perciliana Maria Constança, daí o apelido que recebeu ainda menino e que levou por toda a vida: João

³¹⁴ Efegê, Jota. *Figuras e Coisas do Carnaval Carioca*. Rio de Janeiro: Funarte, 1982.

³¹⁵ *Jornal do Brasil*, 24/03/1970. Jota Efegê.

³¹⁶ Porta-machado é uma espécie de guarda de honra do porta-estandarte, que abria os desfiles dos ranchos..

da Baiana. Sob esse nome, tornou-se um sambista famoso, autor de sambas conhecidos como “Batuque na Cozinha”, “Cabide de Molambo” e “Patrão prenda seu gado”, sucessos ainda hoje em qualquer roda de samba.

Neto de ex-escravos, nasceu em maio de 1887, um ano antes da abolição da escravatura. Foi criado na Rua Senador Pompeu, no bairro portuário da Saúde – a Rua do Peu, como ele e seus companheiros de samba costumavam chamar – e, como muitos homens negros que viviam naquela região, tornou-se estivador ainda na primeira década do século XX, aos 20 anos de idade. Mas quando não estava literalmente pegando pesado no cais do porto, João da Baiana podia ser facilmente encontrado em alguma das muitas associações carnavalescas espalhadas pela cidade, ou no terreiro de seu pai-de-santo João Alabá que ficava na mesma rua do seu “Kananga do Japão”, na Barão de São Félix.

Morador da Zona Portuária durante boa parte de sua vida, João da Baiana freqüentou a região durante toda sua juventude. Era lá que estava sua família, seus amigos, seu terreiro, seu trabalho e boa parte de sua diversão. Mas não se contentou só com aquele pedacinho da cidade e, como sambista e folião conquistou muitos outros espaços: da Praça Tiradentes à Lapa Boêmia; do Morro da Favela ao morro de São Carlos, no Estácio; da Praça Onze ao Palácio das Laranjeiras. João da Baiana conviveu entre prostitutas, capoeiras e governadores e, apesar de ter morrido pobre e relativamente esquecido, foi imortalizado posteriormente como sendo um dos maiores sambistas de todos os tempos.

Em várias entrevistas e memórias escritas sobre João da Baiana fica clara a sua participação em vários ranchos da cidade, talvez uma vocação inspirada em seus pais, que junto com outros migrantes trouxeram da Bahia a tradição desse tipo de festejo. De fato, a organização dos ranchos durante o carnaval parece ter sido obra principalmente dos negros baianos que, desde a segunda metade do século XIX, se instalaram nos bairros da Saúde,

Gamboa e Cidade Nova. Central nesse processo foi a figura de Hilário Jovino Ferreira, Ogã do terreiro de João Alabá que fundou vários ranchos importantes no Rio de Janeiro, como “A Jardineira” e o “Rei de Ouros”, este último contando com a “proteção espiritual” de Assumano Mina do Brasil, como contou Vagalume.

Hilário chegou à cidade do Rio de Janeiro em fins do século XIX³¹⁷ e, apesar de pernambucano de nascença, teve um importante papel junto à comunidade baiana que se formou em torno da região. Era filho de ex-escravos alforriados que se mudaram de Pernambuco para Salvador, onde viveu antes de chegar no Rio de Janeiro. A exemplo de Tia Ciata e seu marido, bem como João da Baiana e outros, Hilário Jovino também buscou alianças com gente “da alta” e, como muitos outros migrantes daquela época, filiou-se à Guarda Nacional em busca de proteção e enraizamento na nova cidade. O Lalau de Ouro, como era conhecido na época, morou em vários endereços da zona portuária, como a Pedra do Sal e o Beco João Inácio, no Morro da Conceição. E como João da Baiana e muitos outros negros que viviam na região, também labutou no cais do porto carioca³¹⁸.

As ruas que circundavam a Praça da Republica – palco da grandiosa festa do Divino Espírito Santo³¹⁹ – desde os tempos imperiais, quando ainda se chamava Campo de Santana, era o principal espaço festeiro da cidade. O lugar era especialmente propício a esses encontros: era aí que ficava a Estação Central do Brasil, que ligava os subúrbios ao

³¹⁷ As fragmentadas referências biográficas apontam que ele chegou adulto no Rio de Janeiro em 1870, tendo vindo da Bahia. No entanto, alguns indícios indicam que essa data não é compatível com sua trajetória, sendo o mais provável que 1870 seja o ano de seu nascimento. Um exemplo desses indícios é a comparação com a idade de Tia Ciata, que morreu na década de 20 antes de completar 60 anos. A bibliografia conta que entre Ciata e Jovino não havia muita diferença de idade. Assim, se ele tivesse chagado adulto em 1870, ele seria muito mais velho que Ciata. Além disso, consta que ele fundou o Rei de Ouros assim que chegou na cidade. No entanto, não se tem notícias desse rancho antes de 1890.

³¹⁸ Cf. Cunha, Maria Clementina Pereira. *Op. Cit.* 2000.; Moura, Roberto. *Op. Cit.* 1995.

³¹⁹ Sobre a festa do Divino, ver: Abreu, Martha. *Op. Cit.* 1999.

centro da cidade; se as áreas mais nobres da cidade eram ocupadas pelos foliões mais “civilizados”, àquele lugar restavam os foliões menos favorecidos que, com seus cordões, blocos e ranchos animavam o carnaval dos trabalhadores pobres. No mais, as agremiações sempre poderiam contar com uma ajudinha do comércio local que, formado especialmente pelos mesmos bares, quiosques, cafés, etc., muito se interessava pelo grande público que concorria aos festejos. Assim, no carnaval, a região era palco das festas promovidas pelas associações carnavalescas locais, mas também de outros bairros pobres da cidade, que ali se encontravam nos dias de folguedo, fazendo de suas ruas e praças o pedaço mais animado da cidade. Ao menos para a população pobre, o que fazia dali também a parte mais “suspeita” e vigiada.

No início do século XX, as freguesias de Santana, Espírito Santo e Santa Rita, onde está localizada a zona portuária e a Cidade Nova, concentravam, entre os anos de 1901 e 1910, 37% das agremiações carnavalescas, entre ranchos, cordões e outras sociedades³²⁰, sendo que em maior número estavam os "terríveis cordões", vistos com negatividade pelos foliões mais "requintados", assim como pelos jornalistas e a polícia.

Segundo Maria Clementina Pereira Cunha, essa negatividade era dada principalmente aos grupos originários da parte mais pobre da cidade, ou seja, dos morros, da Cidade Nova e das imediações do porto. Para a autora,

"se era aí, nesse pedaço da Capital Federal, que se concentrava a maior parte da população (e esta foi sempre pobre, negra, pouco dada a versos feitos com técnica ou a minuetos de salão), era também

³²⁰ Cunha, Maria Clementina Pereira. *Op. Cit.* pg. 166.

nela que se concentrava o Carnaval de rua tido como desagradável e primitivo, capaz de atormentar os poetas, que o chamavam de "cordões" como um meio de discriminação e denúncia".³²¹

O sambista Donga, também morador e freqüentador da região e famoso por ter em seu nome o primeiro samba registrado com esse nome, o *Pelo Telefone*, fala daquela parte da cidade em seu depoimento ao Museu da Imagem e do Som:

“(...) Lá era o Quartel-General devidamente assessorado pelo grande Hilário Jovino. Lá pelos lados do Depósito, da Saúde, é onde estavam os baianos. Também na Rua do Costa. Mais para o centro tinha a Rua da Alfândega, a rua do Hospício, atual Buenos Aires (...). Ali, era tudo negro mina, era tudo africano, tudo baiano.”³²²

João do Rio afirmou que, “o Carnaval teria desaparecido se não fosse o entusiasmo dos grupos da Gamboa, do Saco, da Saúde e da Cidade Nova.”³²³ Se fizermos mais um passeio pelas ruas da região na virada do século XIX para o XX, encontraremos inúmeras associações carnavalescas e dançantes vizinhas aos inúmeros candomblés, cortiços e bares que proliferavam aos montes na região³²⁴. Algumas tinham suas sedes nesses mesmos espaços, como o “Bloco Carnavalesco Chora na Macumba” que funcionou em uma casa de cômodos da Barão de São Félix n. 152. Algumas ainda dividiam a mesma sede, como a “União das Flores”, que funcionou no início do século XX na rua General Caldwell, n. 47,

³²¹ Idem, pg. 167.

³²² Entrevista de Donga ao Museu da Imagem e do Som. Cf.: MIS, *Op. Cit.* 1970. pg. 78.

³²³ do Rio, João. “Cordões”. In: *A Alma Encantadora das Ruas. Op. Cit.* pg. 230.

³²⁴ Já na segunda metade do século XIX, Santana era a freguesia com o maior número de habitantes e com a maior concentração de africanos e de negros (africanos e livres) da cidade. Talvez por isso era lá que se concentrava também a maior parte das casas de culto de origem africana. Também era aí a maior concentração de casas coletivas. Se em 1868 a freguesia contava 154 cortiços, em 1888 já endereçava 329 cortiços. Neste mesmo ano, o segundo lugar ficou com a freguesia do Espírito Santo, com menos da metade desse total, somando 158 cortiços. Cf. Carvalho, Lia de Aquino. *Habitações Populares*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Coleção Biblioteca Carioca, 1995. pg.140-141

mesmo endereço da “Sociedade Carnavalesca Teimosos das Chamas” e da “Amadores da Estrela”.

Só no trecho que compreende as ruas Visconde de Itaúna, Senador Pompeu, Senador Eusébio e Barão de São Felix, iremos encontrar, além das casas de santo e dos cortiços já mencionados páginas atrás, muitas outras “casas suspeitas”. Só nesse pedacinho da região estavam os “terríveis” cordões *Rompe e Rasga, Teimosos Carnavalescos, Estrela da Aurora, Filhos do Inferno, Triunpho de São Lourenço, Nação Angola, Filho de Satã*, entre outros. Ali também se instalaram muitos ranchos, como o *Pedra do Sal*, o *Rosa Branca* (que saía da casa da Tia Ciata) e o *Rei de Ouros*, fundado por Hilário Jovino, só para citar alguns dos mais famosos.³²⁵

Em pesquisa sobre associações recreativas de trabalhadores cariocas entre os anos 1900 e 1920, Marco Guedes encontrou em periódicos operários referência sobre 113 associações, das quais 34 localizavam-se na zona portuária, ou seja, 30%. No entanto, das 113, apenas 77 tiveram a localização determinada. Contabilizando somente as associações com endereço confirmado, o percentual das associações na região estudada sobe para 44%. Segundo Guedes, essa alta densidade de associações num espaço reduzido quando comparado à totalidade da cidade é responsável por algumas das primeiras características distintivas da vida associativa local: a proximidade entre as diversas associações. Das ruas da região, 11 continham duas ou mais associações recreativas. As ruas João Caetano, Travessa São Diogo, Visconde de Sapucaí, General Caldwell, Dr. Rego Barros e Rua da América, por exemplo, sediavam duas agremiações cada uma. Outras chegaram a abrigar até três associações, como a Rua do Pinto, General Pedra e Rua Santo Cristo. A Rua Bom

³²⁵ Cunha, Maria Clementina Pereira. *Op. Cit.* 2000. pg. 168.

Jardim, por fim, é a recordista entre as ruas da Zona Portuária que sediavam associações, chegando a abrigar quatro delas.³²⁶

Uma outra característica das agremiações localizadas na região da zona portuária é a grande mobilidade apresentada por elas. É o caso dos Amantes do Sereno que, em 1904, tinha sede na Rua Saldanha Marinho n. 17. Dois anos depois, em 1906, a mesma agremiação aparece na Rua Dr. Rego Barros n. 35. Já os Endiabrados Carnavalescos deslocaram-se, entre os anos 1904 e 1907, ocuparam três endereços diferentes: Travessa São Diogo, Rua Bom Jardim e Dona Feliciano. O Clube Carnavalesco Filhos da Linda Flor, em um mesmo ano – 1904 – ocupou imóveis em duas ruas diferentes: a Rua Pedro Alves e a Praia Formosa.

Há também casos em que um mesmo endereço é sede de mais de uma agremiação em pouco tempo. O Clube Dançante Prazer da Prainha, por exemplo, em abril de 1905 funcionava na Rua Senador Pompeu n. 128. Menos de um ano depois, em fevereiro de 1906, o Prazer da Prainha estava na Visconde de Itaúna n. 44 e quem ocupava o endereço da Senador Pompeu era a Sociedade Particular Musical União dos Artistas.

Analisando também os endereços de associados é possível perceber que o local de moradia destaca-se como um importante fator de aglutinação dos trabalhadores em agremiações recreativas. A Sociedade Dançante Carnavalesca Filhos da Montanha Serrada, por exemplo, apresentou em seu pedido de licença para o carnaval de 1906 o nome de 14 sócios³²⁷. Destes, cinco moravam na Rua Alcântara, dois na Travessa D. Carolina Pires, dois na Visconde de Sapucahy e um na Rua Bom Jardim, onde estava a sede da sociedade.

³²⁶ Guedes, Marco Marques Pestana de. “Trabalho, cidade e cultura: associações recreativas de trabalhadores cariocas, 1900-1920. Monografia, UFF, 2009.

³²⁷ AN – GIFL, pacote 178, Caixa 5359, 6C, 170.

Dos 17 sócios que constam no pedido de licença para o ano de 1906 da Sociedade Carnavalesca Novo Cupido de Ouro, quatro moravam na rua Dr. Carmo Neto, onde se encontrava a sede da sociedade e que era também a moradia do presidente da sociedade, Cícero França Xavier³²⁸.

Também os Teimosos Carnavalescos apresenta essa concentração espacial dos sócios. Em seu pedido de licença de fevereiro de 1906, apresenta o nome e endereço de 27 sócios. Um deles, Aarão Fernandes Medeiros ocupava o mesmo endereço da sede do clube, a Rua Barão de São Félix n. 130. Essa rua era a moradia de outros cinco sócios, sendo que três deles com a mesma numeração, indicando uma casa coletiva. Entre os sócios desse mesmo clube, dez moravam na Rua dos Cajueiros.³²⁹

Ainda mais concentrados espacialmente estavam os associados do Club Carnavalesco Filhos da Prainha. Dos 20 sócios que constam do pedido de licença para o ano de 1906, 17 moravam na rua Francisco Eugênio. Pela numeração das casas, que não raro se repetia, também é possível conjecturar que alguns deles moravam em uma mesma casa, provavelmente um cortiço³³⁰.

Folias suspeitas

Por ficarem próximas ao cais, essas ruas foram endereço destes e de muitos outros trabalhadores do porto carioca. Situadas nos bairros considerados “suspeitos” pela polícia republicana, essas ruas foram alvo da repressão dessa mesma polícia que prendia aqueles que considerava serem “vadios” e “promotores da desordem”. Essa suspeição certamente tinha base no fato de ser aí uma região de habitações populares – muitas vezes coletivas – e

³²⁸ Idem.

³²⁹ AN – GIFL, 6C, 171

³³⁰ AN – GIFL, pacote 178, Caixa 5359, 6C, 170

especialmente por abrigar grande número de negros. Dessa forma, a associação pela polícia de muitas dessas organizações com os “vagabundos” e “desordeiros” era inevitável e justificava, pelo menos aos seus olhos, a atuação repressiva.

Ao olhar desconfiado da polícia somava-se o das elites e de parte da imprensa, que muitas vezes deixava pública a sua visão preconceituosa em relação à região, sempre associada aos negros e às manifestações culturais associadas aos negros. Era comum as pessoas se depararem, na imprensa, com críticas de jornalistas fiéis ao ideal da civilização, praguejando contra a selvageria dos negros e seus batuques. Notícias sobre a concorrida Festa da Penha, dão conta do quão medonho parecia, aos olhos das elites, a diversão daqueles homens:

“Os verdadeiros romeiros, devotos da Penha se dirigiam para a festa tradicional a ouvir as músicas, fazer deprecações, cumprir promessas. Este elemento ordeiro e festivo, cerca de 1 hora da tarde, começou a abandonar o arraial. Entretanto, **começava a chegar o pessoal duvidoso; e ao mesmo tempo que em um canto se formavam os cordões terríveis, ameaçadores, selvagens, em outro canto reuniam-se os sambas, não menos terríveis, muito mais selvagens.** A esse tempo, o comércio de aguardente e do vinho barato chegava ao máximo desenvolvimento (...) Não tardou muito a (acontecer um conflito). Na ala esquerda das barracas, súbito ouviu-se a detonação de uma arma de fogo. O povo e uma turba de policiais precipitaram-se para o local do conflito.(...) **Era a barraca nº 1, em cuja entrada se lia em grossas letras de vermelhão: FLOR DA SAÚDE Era pois, certo que a FLOR DA SAÚDE não podia desmentir sua negra tradição**”.³³¹

Sambas, cordões e o bairro da Saúde são identificados, pelo *Jornal do Commercio* de 1907, com a selvageria na Festa da Penha. Essa festa, que vinha desde os tempos

³³¹ *Jornal do Commercio*, 22/10/1907.

coloniais, se realizava durante todos os fins de semana do mês de outubro, teve seu apogeu em fins do XIX e início do XX e era considerada uma espécie de *avant-première* do carnaval carioca.³³² Lá os sambistas lançavam os sambas que seriam, ou não, sucesso no carnaval. Heitor dos Prazeres dizia que a aceitação das composições nesse evento tranquilizava os autores, confessando que ele mesmo ficou conhecido a partir da Festa da Penha. João da Baiana era freqüentador assíduo das festas, assim como os sambistas Donga, Heitor dos Prazeres, Sinhô, Caninha, Pixinguinha e as tias baianas que tinham barracas na festa, incluindo Tia Ciata. Era como se, nos fins de semana de outubro a Pequena África se deslocasse inteira para a Penha, assim como boa parte da cidade. Rachel Soihet coloca que, entre os brasileiros, um contingente significativo dos freqüentadores era de negros e ressalta a importância que teve a comunidade de negros baianos que armavam suas barracas, ponto de encontro e de identidade cultural. A mesma autora afirma que era em torno dessas barracas que se formavam as rodas de samba. Eram barracas de nomes sugestivos como “Reino da África”, “Sultana da Bahia”, “Flor da Cidade Nova” e a já citada “Flor da Saúde”, entre outras³³³.

Como João da Baiana, outros trabalhadores do porto ficaram famosos por sua participação na Festa da Penha, nas rodas de samba e, principalmente na organização de associações carnavalescas. Elói Antero Dias, por exemplo, mais conhecido por Mano Elói, fazia parte do quadro de sócios da “Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em

³³² Sobre a Festa da Penha, ver: Soihet, Rachel. *A Subversão pelo Riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*.

³³³ Idem.

Trapiche e Café” desde pelo menos 1910³³⁴ e sua atuação como organizador de ranchos e blocos carnavalescos andava junto com sua atuação na política portuária. Nascido no ano de 1889 em Resende, interior do Estado do Rio de Janeiro, Mano Elói chegou à cidade carioca em 1903 e morou e freqüentou a zona portuária durante muito tempo, antes de fixar residência no Morro da Serrinha, no bairro suburbano de Madureira, onde foram morar muitos outros portuários expulsos pelas reformas urbanas na segunda década do século XX. Nos seus tempos de menino, costumava vender balas no Campo de Santana e, mais tarde, já atuando no cais, costumava percorrer os redutos de sambistas da cidade, na Pedra do Sal, no Morro da Favela e Santo Antônio, além de ser freqüentador de terreiros de macumba.³³⁵

Mas, ao contrário de seu colega de profissão, sua atuação como sambista e organizador de blocos e ranchos parece ter sido mais forte nos subúrbios cariocas. Na década de 20 participou ativamente da fundação das escolas de samba Deixa Malhar e Portela, além do Bloco Carnavalesco Prazer da Serrinha. Tempos depois, já na década de 40, Mano Elói fundou, junto a outros sambistas que trabalharam no cais do porto, como Sebastião Molequinho, João “Gradim” e Aniceto do Império – sobrinho de Hilário Jovino – uma das mais antigas escolas de samba do Rio: a Império Serrano, herdeira do antigo Prazer da Serrinha. Até os dias de hoje, os membros do “Resistência” – atualmente chamado de “Sindicato dos Arrumadores do Rio de Janeiro” – têm entrada livre na quadra da Império Serrano, bastando apresentar a carteira de sindicalizado³³⁶.

³³⁴ Livro de Matrículas da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, encontrado no Arquivo do atual Sindicato dos Arrumadores do Rio de Janeiro. O nome de Elói Antero Dias consta como filiado em 1910, mas sua filiação pode ser anterior, pois nesse livro estão os nomes de alguns sócios fundadores como admitidos no sindicato neste mesmo ano.

³³⁵ Cf. Valença, Rachel. *Serra, Serrinha, Serrano: O Império do Samba*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1981.

³³⁶ Conversas com os membros do Sindicato dos Arrumadores do Rio de Janeiro. Especialmente o “seu” Mesquita.

Mas, para além dos estivadores que ficaram mais ou menos famosos no *mundo do samba* e do carnaval, como João da Baiana, Hilário Jovino, Mano Elói, Sebastião Molequinho, Aniceto da Serrinha, João Gradim, etc., certamente muitos outros homens do cais tomaram parte dos inúmeros grupos festeiros da cidade. Associações carnavalescas em geral e clubes dançantes eram, junto aos botequins, a principal forma de lazer da população pobre em geral. É importante percebermos essa ligação mais íntima que muitos dos portuários mantinham com alguns desses centros recreativos, pois tanto quanto as de cunho sindical como a já citada Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, mas também a União Operária dos Estivadores e outras, elas marcaram a experiência dos portuários, fazendo parte do universo cultural daqueles trabalhadores.

O sambista Bucy Moreira, neto de Tia Ciata, lembrou dos homens que freqüentavam as festas de sua avó, incluindo seus próprios familiares:

“eles eram de festa, mas também de trabalho (...) A maioria trabalhava na estiva. Tive mais de vinte primos na estiva, conferentes, estivadores. Tive um primo presidente da estiva (...)”.³³⁷

Para que as sociedades recreativas pudessem sair às ruas nos dias de folgado ou promover bailes dançantes nos outros dias do ano, era preciso antes tirar uma licença, que deveria ser renovada anualmente. Esses pedidos eram encaminhados às autoridades policiais, que investigavam a sociedade em questão e decidiam se concediam a licença ou não. Para que pudessem continuar com seus divertimentos, era preciso “provar” que eram pessoas ordeiras, interessadas apenas em divertirem-se sem maiores conseqüências.

³³⁷ Moura, Roberto. *Op. Cit.*. 1995. pg. 71.

Em 8 de fevereiro de 1906, por exemplo, o Grêmio Carnavalesco Flor dos Navegantes, com sede na Rua Senador Pompeu, 62, pediu licença para sair às ruas nos dias de carnaval. Dias depois, o Inspetor Manoel Matheus Nunes, da Inspetoria da 2ª seção da 3ª Circunscrição Urbana escreve em ofício que “o grupo é composto de rapazes empregados na nossa Marinha Mercante e alguns estivadores e que nenhum destes eu conheço como desordeiro”.³³⁸

Acompanhado desse pedido de licença, estava o pedido do ano anterior, quando a sede do grêmio era na Largo do Depósito n. 54. Anexo à esse primeiro pedido estavam os estatutos da agremiação, que dizia em seu primeiro artigo que o grupo tem por fim “cooperar no terreno moral para o desenvolvimento dos folguedos dedicados ao Deus Momo” e, logo em seguida, que “será respeitados os direitos dos sócios, sem exclusivismo ou preconceitos que possam afetar o principal [objetivo] do grupo: Prazer e União”

Talvez para mostrar a seriedade da associação requisitante, os estatutos das associações recreativas, muitas vezes, eram anexados ao pedido anual de licença para funcionamento. Normalmente, esses estatutos seguiam um mesmo padrão de organização, listando sempre os objetivos do grupo, a forma como se dava a admissão dos sócios, quais seus direitos e seus deveres.

Interessante perceber certa semelhança com os estatutos de associações sindicais, inclusive de sindicatos portuários, como os que já comentamos.

Uma primeira semelhança seria a organização da diretoria. Assim como as sindicais, todas as associações pesquisadas apresentavam em seus estatutos uma organização semelhante: Presidente, vice-presidente, 1º e 2º secretários, tesoureiro, 1º e 2º procuradores e 1º e 2º fiscais.

³³⁸ AN – GIFÍ – 6C – 171

O Clube dos Aborrecidos, por exemplo, com sede na Rua Visconde de Itaúna n° 229, anexou seus estatutos para renovar sua licença e sair no carnaval do ano de 1906, além de promover bailes durante o mesmo ano. O artigo 1° do Capítulo 1 dos estatutos diz que “o Clube dos Aborrecidos, fundado a 26/03/05, é composto de ilimitado número de sócios e tem por fim proporcionar a todos além dos festejos carnavalescos, bailes e quaisquer outros divertimentos”.³³⁹

Assim, o artigo 1° dos estatutos da União Operária dos Estivadores, de 1904, dizia que “Esta associação fundada aos treze de setembro de 1903, na cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal dos Estados Unidos da República do Brazil, onde é a sua sede, será composta de ilimitado número de sócios, de qualquer nacionalidade”.³⁴⁰

Essa referência à nacionalidade dos sócios também é comum nos estatutos das sociedades carnavalescas. Os estatutos Sociedade Carnavalesca Heróis da Mocidade, com sede na Rua Marquês de Pombal, n° 30, diz em seu artigo 1° que “o número de sócios é ilimitado, permitindo indivíduos de qualquer nacionalidade”.³⁴¹

Em alguns estatutos, como o Clube Carnavalesco Caprichoso de Jacarepaguá, aprovados em 23 de março de 1902, a democratização dos sócios aparece ainda mais explícita. Assim, o artigo 2° do Capítulo 1 dos mesmos estatutos, diz que “poderão serem (sic) admitidos como sócios todo e qualquer indivíduo, sem distinção de cor e nacionalidade”.³⁴²

Aqui também é possível fazer um paralelo com os estatutos de associações operárias, mais especificamente a Sociedade de Resistência de Trabalhadores em Trapiche

³³⁹ AN – GIFÍ – 6C – 170

³⁴⁰ AN - 1° Ofício de Títulos e Documentos. Sociedade Civil. Livro A-1. Registro da União dos Operários Estivadores, 05 de agosto de 1904.

³⁴¹ AN – GIFÍ – 6C – 170.

³⁴² Idem.

e Café, que nos estatutos renovados de 1906 afirma que a mesma tinha por fim “procurar a união de todos os trabalhadores, sem distinção de nacionalidade, cor e religião”.³⁴³

A preocupação em informar a “boa procedência” dos sócios aparece em vários estatutos de associações carnavalescas. Essa era, talvez, uma forma de facilitar a conquista do pedido de licença, uma vez que esses divertimentos populares muitas vezes eram associados à desordem e às “classes perigosas”.

Assim, a Caprichosos de Jacarepaguá não distinguia os sócios por cor ou nacionalidade, mas deixava claro em seus estatutos que só seriam aceitos sócios que dessem “boas referências de sua conduta, sendo essa apresentada, em proposta, por dois sócios quites”.³⁴⁴

A já mencionada Sociedade Carnavalesca Heróis da Mocidade também explicita que só seriam aceitos sócios que atestassem “ocupação honesta”.³⁴⁵

Querendo mostrar sua idoneidade e, assim, conseguir a licença para os bailes e para sair nos três dias de carnaval, o artigo 2º do segundo capítulo do estatuto do já mencionado Clube dos Aborrecidos dizia que para ser admitido o sócio teria que ser “proposto por um sócio quites (...) e que garanta a idoneidade do proposto”, além de “reconhecer a moralidade e ocupação honesta do sócio proposto, bem assim não se achar o mesmo envolvido em processo algum”.³⁴⁶

O Capítulo 2 dos estatutos do Congresso dos Pirlampos, grupo recreativo com sede na Rua Senhor dos Passos, n. 4, afirma em seu artigo 3º que para ser sócio do dito

³⁴³ Idem.

³⁴⁴ Idem.

³⁴⁵ Idem

³⁴⁶ Idem.

congresso é preciso “ser de bom comportamento e não achar-se envolvido em processos crime”, além de também ser necessário ser proposto por outro sócio.³⁴⁷

O mesmo acontecia com os estatutos do Grêmio Carnavalesco Estrela dos Dois Diamantes, que funcionava na Rua do Retiro de Santo Amaro n. 13 e fundado em 8 de novembro de 1895. Podendo ser admitido “número ilimitado de sócios, de qualquer nacionalidade”, só poderiam ser admitidos, segundo os estatutos, maiores de 16 anos de “reconhecida moralidade” e desde que “proposto por um sócio que atestar suas qualidades”.³⁴⁸

Vimos no capítulo 2 que, de acordo com estatutos de 1910 da União dos Operários Estivadores, só “seriam admitidos os trabalhadores da estiva com bom comportamento” e que não seriam admitidos sócios que tivessem “sido condenados por crimes contra a propriedade ou por embriaguez habitual”.³⁴⁹

Dessas semelhanças em torno de um padrão que sequer pode ser definido como nacional³⁵⁰, podemos deduzir que as sociedades recreativas e/ou carnavalescas eram, inclusive na sua forma de organização e estruturação formal, sociedades de trabalhadores tanto quanto as sociedades com caráter de resistência ou sindical, ainda que construídas a partir de outras características e necessidades da classe.

Roberto Moura reforça a relação entre os trabalhadores portuários e a organização do carnaval. Segundo ele, como sindicato negro, a "Sociedade de Resistência dos

³⁴⁷ AN – GIFÍ – 6C – 170.

³⁴⁸ Idem.

³⁴⁹ AN – Estatuto da União dos Operários Estivadores, 1910. 1º ofício de registro de títulos e documentos, Estatutos de sociedades civis, código 66, seção de guarda SDJ, vol 27, documento nº 498. Art. 6º.

³⁵⁰ Lembremos aqui que a ideia do “úmero ilimitado de membros” já estava presente nas definições estatutárias da Sociedade Londrina de Correspondência, tomada por Thompson como marco inicial das associações de classe dos trabalhadores ingleses. Cf.: Thompson, E. P. *Op. Cit.* 1987.

Trabalhadores em Trapiche e Café" teve o seu próprio rancho: o *Recreio das Flores*, na Saúde, que teria Marinho da Costa Jumbeba, neto de Tia Ciata, como mestre-sala. Sua irmã Lili Jumbeba lembrou os tempos em que o rancho brilhava em seus desfiles:

“O Recreio trazia aqueles holofotes do cais, que ele era estivador e tinha licença de trazer. O Recreio das Flores era do cais do porto, podia outro vir bom, mas o Recreio tinha que ganhar (...)”³⁵¹

O *Recreio das Flores* funcionou em diferentes endereços da zona portuária que já conhecemos bem. Até pelo menos 1908 teve sede na Rua Barão de São Félix, 211; em 1912 na Rua da Saúde, 231 e em 1913 funcionava na Rua do Livramento, 83. Em 1912, Miguel Rosso, sócio-fundador da “União Operária dos Estivadores”, era o Vice-Presidente deste rancho, que contava com a presença de outros estivadores entre os membros de sua diretoria.³⁵² Certamente, este rancho fez a alegria de muitos portuários nos dias de carnaval, mas também nos bailes que promovia durante o ano.

Mas nem sempre tudo eram flores para o *Recreio das Flores* e em alguns momentos a polícia se intrometeu nos planos dos foliões. Assim, se no ano de 1913 o comissário de polícia João Inácio do Espírito Santo informou ao Chefe de Polícia que a dita sociedade era composta de “de operários, estivadores e empregados do comércio, rapazes ordeiros contra os quais nada consta nesta delegacia”³⁵³, em alguns momentos não era essa a opinião das autoridades.

³⁵¹ Moura, Roberto. *Op. Cit.* 1995. pg.72

³⁵² AN – GIFÍ - 6C - 367 (pacote 418, Caixa 5556)

³⁵³ AN – GIFÍ - 6C – 432 (pacote 459, Caixa 5621)

No ano de 1915, por exemplo, o *Recreio das Flores* não teve permissão para continuar suas atividades de lazer, frustrando as expectativas de seus seguidores. O comissário Salvio de Azevedo, da 4ª DP, assim escreveu ao Chefe de Polícia:

“(…) informo que nada me consta que desabone a Diretoria do Clube Recreio das Flores (...), no entanto os sócios e freqüentadores do aludido clube, são ladrões, vigaristas e indivíduos que vivem exclusivamente de jogos de azar e por diversas vezes presos e alguns processados por esta delegacia. O fim do clube é explorar jogos de azar de toda espécie e reunir em sua sede os indivíduos citados acobertados por uma Diretoria composta de membros que graciosamente xxx (**sic**) as suas assinaturas como Diretores sem a menor responsabilidade ou intervenção direta”.³⁵⁴

Aos olhos das autoridades policiais, apesar de nada de concreto desabonar sua diretoria, o *Recreio das Flores* tornava-se um perigo na medida em que seus sócios eram reconhecidos por “ladrões e vigaristas” que, segundo comissário, eram acobertados pela diretoria. Na opinião da polícia, a finalidade do clube, longe de ser a de diversão de trabalhadores pobres, era promover os jogos de azar. Talvez o fato de alguns deles já terem sido processados pela polícia dava margem para que fossem considerados “ladrões e vigaristas”.

Em artigo sobre Clubes Recreativos no Rio de Janeiro da segunda década do século XX, Leonardo Pereira apontou constantes diferenças na forma como participantes e autoridades viam esses clubes. Mas esta visão negativa não era uma peculiaridade de comissários e delegados. Para o autor, cronistas de jornais cariocas também ajudaram a construir uma visão negativa dos clubes dançantes. Sempre os caracterizando como “antros de perdição e violência”, para muitos esses clubes eram o lugar da “fina flor da zona

³⁵⁴ AN – GIFÍ – IJ 6 563.

escura”, onde o “negro de azeviche” dançava com a dama “da mesma cor”, como se referiu o *Correio da Manhã* ao “Recreio das Turmalinas”, em 1918³⁵⁵. Essa imagem pejorativa que o jornalista construiu do clube indica o abismo que separava as concepções dos letrados sobre aqueles bailes e o modo como eram vividos pelos que ali encontravam sua diversão.³⁵⁶ Frequentados especialmente por trabalhadores pobres, gente que atuava no serviço informal, grande parte deles pretos e pardos, as reuniões nesses clubes festeiros representavam, pela sua composição tanto racial quanto de classe, um perigo para aqueles que não iam a seus salões.

Como aconteceu com o *Recreio das Flores* nem sempre as coisas aconteciam como o planejado, e muitos clubes tiveram seus pedidos de licença indeferidos, ou suspensos. A Sociedade Dramática Particular Furtado Coelho, por exemplo, apresentou seu “pedido de licença para realização de diversões recreativas” ao chefe de polícia Cardoso de Castro em 1904. Apesar do pedido ter sido acompanhado por uma autorização da tesouraria do Apostolado do Coração de Jesus da Matriz de Santa Rita, informando que 15% dos rendimentos da associação seriam destinadas a esta instituição, ele foi indeferido sob alegação de que a sociedade encobriria jogos proibidos.³⁵⁷

O “Clube Couraceiros do Inferno” também teve seu pedido de licença negado pelas autoridades em 1914. Com sede na Rua de Santana, n.55, na Praça Onze, o clube foi considerado pelo inspetor do corpo de segurança como um local “*freqüentado por homens e mulheres de baixa esfera, que ali provocam constantes conflitos, tendo, há pouco tempo, havido um assassinato em sua sede*”. E o comissário de segurança pediu seu fechamento

³⁵⁵ *Correio da Manhã*, 01/06/1918.

³⁵⁶ Pereira, Leonardo Afonso de Miranda. “E o Rio Dançou: identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922)”. In: Cunha, Maria Clementina Pereira da. *Carnavais e outras F(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, Cecult, 2002.

³⁵⁷ AN – GIF, 6C, 135.

"como medida de ordem social", já que na sua visão, os que participavam das festas do "Couraceiros" era a "escória social".³⁵⁸

Havia também alguns casos em que o pedido de licença era concedido, mas não sem receber, por escrito, uma série de recomendações. Foi o caso, por exemplo, Grêmio Carnavalesco Dália de Ouro, que tinha sede na Rua General Caldwell, 143. A permissão para sair no carnaval foi concedida, mas o próprio chefe de polícia Antônio Augusto Cardoso de Castro impõe restrições:

"não haver jogos proibidos e os ensaios não excederem às 10 horas da noite e os bailes das 2 da madrugada, sendo que os ensaios carnavalescos apenas poderão ter lugar aos domingos e dias feriados (sic) de 20 de janeiro até o carnaval e diariamente 8 dias antes, e não lhe sendo permitido sair às ruas nem realizar diversões com entradas retribuídas sem licença especial da polícia. O grêmio funcionará de portas abertas e dará franco acesso aos delegados auxiliares e autoridades policiais da circunscrição. Às demais autoridades policiais será também franco o ingresso, no caso de perturbação da ordem em quaisquer dependências do recinto social".³⁵⁹

Recomendações parecidas foram dadas em 1906 ao Clube Carnavalesco Filhos das Lusitanas, com sede na Rua da América, 28; à Sociedade Dançante Carnavalesca Triunfo Flor da China, entre outros.

Em 1915 Cypriano José de Oliveira, presidente da "Sociedade Familiar Dançante e Carnavalesca Clube dos Mangueiras", com sede na Vila de Marechal Hermes, encaminhou um pedido de licença para que sua sociedade pudesse funcionar. O Chefe de Polícia pede informações ao Inspetor da 2ª Delegacia Auxiliar sobre a diretoria do Clube. Este, responde com as seguintes palavras:

³⁵⁸ AN – GIFL, pacote 489, caixa 5668.

³⁵⁹ AN – GIFL, 6C, 170.

“A Sociedade Dançante e Carnavalesca Club das Mangueiras tem a sua sede em um botequim à Av. 1º de Maio n.6, na Vila de Marechal Hermes. Cypriano José de Oliveira é o presidente desta sociedade; figura nesta seção registrado em prontuário, como grevista, e como tal já foi processado. Caralampio Trille é sócio deste Clube, esse mesmo indivíduo é agitador, revolucionário perigoso, e em 1904 esteve envolvido e tomou parte saliente nas greves e acontecimentos ocorridos neste ano. (...) os demais sócios são operários e empregados da estiva”³⁶⁰

É interessante perceber, como apontou Cunha, o esforço policial em associar formas diversas de “perigo”: a um grupo de foliões onde figuram grevistas, revolucionários e talvez metidos com a revolta da vacina, junta-se o fato da sede funcionar em um botequim. Era o mais que o suficiente para que a suspeição que recaía sobre esse tipo de agremiação tomasse forma.³⁶¹ O sócio “agitador e revolucionário” de nome suspeito era um espanhol anarquista com um longo histórico de militância em seu país e que, no Brasil, participou de várias sociedades operárias, ajudando a fundar jornais libertários como *A Greve*, em 1903. No início dos anos 1910, Caralampio Trille presidia a Sociedade Operária Fraternidade e Progresso da Gávea.³⁶² Já o “grevista” Cypriano José de Oliveira era carregador no cais do porto. Ele foi Fiscal Geral e, anos depois, em 1923 ele chega a ser Presidente da “Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café”, onde exerceu forte militância no cais. Com uma diretoria potencialmente “perigosa”, o pedido de licença foi negado ao Clube dos Mangueiras.

Em março de 1912, a “Sociedade Carnavalesca Triunfo dos Beija-Flores” encaminhou o pedido de licença anual para que pudesse funcionar. A sociedade tinha sede

³⁶⁰ AN – GIF1 IJ6 135.

³⁶¹ Cunha, Maria Clementina Pereira. *Op. Cit.* 2000. pg. 201.

³⁶² Sobre Caralampio Trille: *A Epoca* 19/09/1913 e 3/10/1913.

na rua Bom Jesus do Monte, n. 7, no Morro da Favela e tinha como membros de sua diretoria homens de diferentes profissões. O presidente Antônio Campos dos Santos não declarara profissão, mas o vice, Severino Eduardo Pimentel era pedreiro; o 1º Secretário, Joaquim de Andrade Bastos era portuário e trabalhava nas descargas da estação marítima; o 2º Secretário, Francisco de Mello e Albuquerque era operário do arsenal de marinha; o fiscal Julio de Andrade Bastos trabalhava como adido na Estrada de Ferro Central e o 2º Fiscal, Joaquim Bernardo disse trabalhar em um armazém³⁶³. Apesar das informações não serem claras, encontramos um Joaquim Bernardo entre os sócios fundadores da União Operária dos Estivadores, podendo se tratar da mesma pessoa³⁶⁴. Provavelmente Joaquim trabalhava em um dos muitos armazéns que guardavam mercadorias a serem embarcadas pelos estivadores no cais do porto.

No dia 20 de março, o inspetor do corpo de segurança informou ao Chefe de Polícia que aquela sociedade era composta de “desordeiros e vagabundos, não se encontrando pessoa alguma que abonasse a conduta dos mesmos”. Na semana seguinte, em um parecer divergente do inspetor, o comissário esclarecia que a mesma sociedade era composta de “homens do trabalho com domicílio certo, não havendo inconveniente algum na aprovação dos estatutos”. Alguns dias depois o inspetor se pronuncia novamente com resultados de uma sindicância em que apurou que alguns membros da dita sociedade já haviam tido problemas com a polícia. Diante da divergência de opiniões entre as autoridades, ficou decidido que a licença seria concedida caso fossem eliminados de seus quadros, os “elementos nocivos”. Ao contrário do que muitas vezes ocorria em situações semelhantes, a licença foi concedida dias depois. No entanto, o 2º delegado informou que o presidente se

³⁶³ AN – GIFL. pacote 416, caixa 5553

³⁶⁴ Lista de nomes dos sócios fundadores da União dos Estivadores em: Almeida, Luiz Gustavo Nascimento de. *Op. Cit.* 2003. pg. 52.

comprometera a eliminar os sócios “nocivos”. Esse comprometimento do presidente da tal sociedade parece ter sido o diferencial para que a licença fosse liberada.

No entanto, não sabemos se os tais sócios considerados nocivos, ou seja, os “desordeiros e vagabundos” apontados pelo inspetor foram mesmo eliminados dos quadros da sociedade ou se aquela foi apenas uma estratégia para que a sociedade pudesse conseguir a licença. Afinal, existe aqui um diferencial entre o olhar da polícia e o olhar dos próprios membros da sociedade. Provavelmente, nem o presidente e nem os outros membros se viam desta forma e não tinham de si a imagem que o inspetor de segurança tentou projetar. Nem mesmo o comissário parecia compartilhar da opinião do inspetor, numa prova do quão subjetivo poderia ser o julgamento. Talvez só o fato de funcionar no Morro da Favela e parte da sua diretoria ser composta por homens de profissões simples e eventuais, como pedreiros, carregadores e trabalhadores em armazéns, fosse o motivo do inspetor considerar a sociedade perigosa e seus membros “desordeiros e vagabundos”. De qualquer forma, mais do que expressar que concordavam com a visão da autoridade, ao prometer a eliminação dos sócios “nocivos”, os membros da sociedade estariam buscando uma maneira de continuar seus divertimentos e evitar problemas com a polícia. Casos como estes podem nos aproximar das experiências dos trabalhadores do porto nos momentos de lazer, além de indicar como as autoridades atuavam na vida dessas pessoas e a imensa diferença entre a percepção que estes trabalhadores tinham de suas próprias práticas e a visão da polícia.

No entanto, a relação da polícia com aqueles divertimentos nem sempre era tão dura e dicotômica. No dia 23 de março de 1904, por exemplo, o *Correio da Manhã* divulgou uma crítica a um policial que teria se entregado aos prazeres das danças em um daqueles salões:

“Há dias realizou-se um baile numa sociedade existente na rua Espírito Santo, onde a polícia já tem penetrado por várias vezes para apaziguar conflitos que sempre ali se dão. A essa festa presidiu como autoridade policial um tal suplente Mattos, indivíduo já célebre por suas façanhas. Mattos, esquecendo-se, talvez, da compostura que devia conservar, não resistiu às tentações de um ‘choroso maxixe’ e a ele se entregou de corpo e alma, num delírio infernal. Rodeado por mulheres, foi praticando ele cenas que muito depõem contra a autoridade incumbida de manter a ordem, tornando-se assim o primeiro a dar o mau exemplo.

Que magnífico mantedor da ordem!”³⁶⁵

Os policiais também eram trabalhadores pobres e muitas vezes vizinhos daqueles clubes e de seus freqüentadores. Talvez o tal suplente Matos já freqüentasse aquela associação ou qualquer outra quando não estava de serviço. Mas, para o jornalista, a atitude do policial depunha completamente contra a sua função de autoridade responsável pela manutenção da ordem dentro do salão onde, segundo ele, ocorriam constantes conflitos.

No mais, se por um lado é inegável o preconceito e a suspeição em relação aos divertimentos dos pobres, é certo também que eles souberam criar estratégias para driblar a repressão policial e o olhar atravessado dos letrados.

Uma das formas encontradas pelos trabalhadores para desvincularem-se da fama de desordeiros e conseguirem das autoridades a permissão para se divertirem livremente em suas agremiações foi a de nomear essas mesmas agremiações com nomes que remetiam aos padrões de comportamento desejados pela elite civilizada. Na região portuária é possível encontrar associações com nomes que remetem à ingenuidade e que em nada lembrava a violência ou à desordem, características tão comumente associadas aos moradores daquela

³⁶⁵ *Correio da Manhã*. 20/03/1904. Coluna: “Na Polícia e nas Ruas”. pg. 2.

região: Amantes do Sereno, Amadores da Estrela, Filhos da Linda Flor, Flor da Inocência, Pombinhos de Ouro, Prazer dos Anjos, etc.

Mas nem todos os grupos estavam preocupados em dar a sua sociedade uma imagem oposta àquela que as elites faziam da região e de seus moradores. É bastante comum encontrar agremiações com nomes que certamente faziam as autoridades policiais “torcer o nariz”, como Endiabrados Carnavalescos, Teimosos das Chamas ou Rei das Chamas, Sociedade Carnavalesca Chuveiro do Inferno, Bloco Carnavalesco Fruta Proibida, entre outras.

Havia também alguns clubes onde o nome deixava claro o tipo de vínculo entre seus associados. Esse vínculo poderia ser a região onde se encontrava, como os Paladinos da Cidade Nova e os Filhos da Prainha; ou à categoria profissional, como é o caso dos Marítimos Carnavalescos ou do Bloco dos Açougueiros, entre outros.

Os ranchos e o carnaval civilizado

Uma outra estratégia dos trabalhadores para alcançar o direito de brincar o carnaval sem maiores interferências da polícia foi a tentativa de se adequar a certos padrões definidos pelas elites como “adequados”. Para Maria Clementina Pereira Cunha, os ranchos carnavalescos foram centrais nesse processo. Formados no início do XX no seio da comunidade baiana, os ranchos se distinguiram das formas mais espontâneas de folia carnavalesca – como os cordões – justamente por sua organização.³⁶⁶

Em uma de suas entrevistas a Vagalume, Hilário demonstrou seu orgulho em ver desfilar o “Rei de Ouro”:

³⁶⁶ Cunha, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia*. pg. 218.

“Naquele tempo o Carnaval era feito pelos cordões de velhos, pelos zé-pereiras e pelos cucumbis da rua João Caetano e da rua do Hospício. O Rei de Ouro, meu Vagalume, quando se apresentou com perfeita organização de rancho no Rio de Janeiro: porta-machado, porta-bandeira, batedores, etc. Perfeitamente organizado, saímos licenciados pela polícia. Quem se interessou pela nossa licença foi o velho Araújo, o escrivão da antiga Quinta Pretoria (...). Naquela Pretoria trabalhavam e eram nossos amigos os senhores Serafim, Augusto e Frederico Moss de Carvalho, Mauro de Almeida, hoje cronista carnavalesco (...) Era também empregado na Pretoria Avelino Pedro de Alcântara, que foi eleito nosso primeiro vice-presidente. Devo dizer que o Rei de Ouro foi um sucesso”.³⁶⁷

Ainda segundo Maria Clementina Pereira Cunha, a conexão que pessoas como Hilário Jovino e a famosa baiana Tia Ciata estabeleceram com elementos influentes da sociedade foram de grande importância no sentido de buscar a proteção de certas práticas culturais estigmatizadas e mesmo perseguidas.

Os ranchos nasceram com aparência de “espaço da ordem” e contaram com o apoio de intelectuais e com a garantia do próprio aparato policial, tanto que o “Rei de Ouro”, que tinha proteção espiritual do famoso africano Pai Assumano Mina do Brasil, contou com um empregado da polícia na vice-presidência de sua primeira diretoria. Cunha afirma que os ranchos consolidaram um novo padrão de brincar o carnaval, aproveitando-se da “experiência compartilhada das habitações coletivas, da ajuda mútua, dos terreiros de candomblé e do trabalho no porto”.³⁶⁸

Muitos trabalhadores do cais freqüentaram esses espaços de convívio e lazer e, como Mano Elói e outros membros de sindicatos portuários exerceram cargos de chefia em clubes carnavalescos e dançantes concomitantemente às suas atuações no sindicato. Entre os sócios da “Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café”

³⁶⁷ *Diário Carioca*. 27/02/1931. Citado por Moura, Roberto. *Op. Cit.* 1995. pg. 89.

³⁶⁸ Cunha, Maria Clementina Pereira. *Op. Cit.* 2000. pg. 218.

encontramos outros nomes³⁶⁹: Antenor dos Santos, por exemplo, era companheiro de Mano Elói nesse sindicato, mas também nos jongs organizados por eles no Morro da Serrinha³⁷⁰. Antenor chegou a ser presidente da Portela e provavelmente é ele o Antenor que, em 1905, foi mestre-canto do “Grêmio Infantil Rosa do Engenho Velho”.³⁷¹ Mas os exemplos se seguem entre os membros desse sindicato: João Campos era, em 1912, secretário da “Sociedade Carnavalesca Príncipe Coroado”, no Morro de Santo Antônio, que tinha como presidente o também trabalhador do cais do porto Perciliano da Silva³⁷²; Horácio de Souza Moreira, além de sócio da “Resistência” também foi o Vice-Presidente do “Clube Carnavalesco Filhos do Castelo de Ouro”, com sede na Ladeira do Seminário, no Centro³⁷³; Entre os nomes do Livro de Sócios desse sindicato, foi encontrado ainda um Gastão de Souza que foi, em 1906, o presidente da “Sociedade Carnavalesca Rainha do Mar”, no bairro da Glória.³⁷⁴

Entre os sócios fundadores da “União dos Estivadores” foram encontrados vários nomes que constam na direção das associações de lazer espalhadas pela cidade.³⁷⁵ José Alves Pereira, por exemplo, em 1906 era o Presidente do “Grupo Carnavalesco Flor do Castelo”, com endereço na Rua do Castelo, 32³⁷⁶; neste mesmo ano, o sócio Alfredo Nunes do Vale era o vice-presidente da “Grupo Carnavalesco Filhos da Cachoeira”, com sede em

³⁶⁹ Apesar de alguns nomes serem bastante comuns, a probabilidade de se tratar das mesmas pessoas é bem grande, pois em alguns pedidos de licença consta a profissão dos membros da diretoria, o que nos informa que eram “trabalhadores do café”, ou “trabalhadores do cais do porto”.

³⁷⁰ Apesar de ser um nome comum, com certeza trata-se do mesmo Antenor pois, segundo Rachel Valença, um certo Antenor dos Santos, trabalhador da estiva, era mineiro e dava jongo na Rua Itaúba, na Serrinha. Essas informações (incluindo o endereço) batem com a ficha dele no Livro de Matrícula de Sócios do “Resistência”. Consta que sua matrícula é de 1910. Cf.: Valença, Rachel. *Op. Cit.* 1981.

³⁷¹ AN – GIFÍ - 6C - 135

³⁷² AN – GIFÍ - 6C – 367 (pacote 418 Caixa 5556)

³⁷³ AN – GIFÍ – IJ6 564.

³⁷⁴ AN – GIFÍ - 6C - 170 (pacote 178 caixa 5359)

³⁷⁵ Ao contrário daqueles encontrados no “Resistência”, não podemos assegurar - especialmente nos casos de nomes muito comuns - que tratam-se das mesmas pessoas.

³⁷⁶ AN – GIFÍ - 6C – 171 (pacote 179 Caixa 5360)

São Cristóvão³⁷⁷; João Antônio de Oliveira era, em 1912, o 2º Secretário do “Clube Dançante Familiar e Recreativo Os Faíscas”, na Rua do Areal, 38³⁷⁸; Em 1913, Manoel Pereira da Silva era o presidente do “Clube Carnavalesco Heróis do Brasil”, no bairro de Campo Grande³⁷⁹ e Ricardo Antônio de Moraes dirigia, em 1915, o “Grupo Carnavalesco Cornetas de Madureira”, no bairro de mesmo nome.³⁸⁰ Na rua Senador Pompeu, n. 246 funcionava a “Sociedade Dançante Carnavalesca Reinado de Siva”, cujo presidente Arthur Maria de Araújo, assim como os outros, era sócio daquele sindicato. Próximo dali, em um sobrado na rua da Saúde, n. 166, o estivador Manoel da Costa fazia as vezes de tesoureiro do “Grupo Carnavalesco Estrela de Ouro da Saúde”³⁸¹. E Procópio Augusto Andrade além de estivador sindicalizado, era o presidente da “Sociedade Dançante Mimosos Pierrots”, que funcionava na General Pedra, n. 76. Também encontramos como 2º secretário do “Grupo Carnavalesco Filhos dos Teimosos do Engenho Velho”, em 1906³⁸², um certo Joaquim Nunes, talvez o pernambucano Joaquim Januário Nunes, um dos sócio-fundadores da “União”.

Ao que parece, não era só de política que os membros dos sindicatos portuários viviam. Militantes políticos e membros de sindicatos, também poderiam se organizar em torno de associações não sindicais, como as de cunho recreativo, indicando os diferentes níveis de articulação daqueles trabalhadores.

Os sócios das associações recreativas, como apontou Leonardo Afonso de Miranda Pereira, ao fazerem do lazer um motivo de união, mostravam ter ali um elemento de

³⁷⁷ AN - GIFÍ - 6C - 170 (pacote 178 caixa 5359)

³⁷⁸ AN – Doc. Polícia - pacote 416 - caixa 5553

³⁷⁹ AN – GIFÍ - 6c – 432

³⁸⁰ AN – IJ6 564

³⁸¹ Nos registros dos trabalhadores portuários da Casa de Detenção consta um Manoel da Costa com endereço na Rua da Saúde, 8. A “Estrela de Ouro da Saúde” no número 166 daquela mesma rua, aumentando as possibilidades de serem a mesma pessoa.

³⁸² AN – GIFÍ - 6C – 170 (pacote 178 Caixa 5359)

identidade, formando laços que eram expressos em momentos diversos.³⁸³ Assim como os sócios daqueles sindicatos portuários, ao se reunirem para festejar o carnaval, organizarem ranchos, ou simplesmente se encontrarem em bailes e festas mostram que os laços que os uniam iam além daqueles construídos durante o trabalho e nas assembléias sindicais. Se por um lado eles se reuniam para discutir os rumos da greve, sobre a jornada de trabalho ou o preço dos volumes das sacas de café que embarcavam diariamente no cais do porto, por outro também se reuniam para resolver o dia apropriado para sair o rancho, quando haveria baile na sede do clube recreativo e outras questões relativas ao seu lazer. E nesses momentos, assim como no trabalho e no sindicato, eles também se reconheciam como fazendo parte de um mesmo grupo, com interesses semelhantes, se identificando como trabalhadores.

³⁸³ Pereira, Leonardo Afonso de Miranda. Op. Cit. 2003. pg. 427.

CONCLUSÃO

Ao longo das páginas desse trabalho nós perseguimos alguns trabalhadores do porto do Rio de Janeiro, que nos guiaram pelo cais e pelas ruas da zona portuária carioca e, através de fragmentos de suas histórias pessoais, nos ajudaram a conhecer um pouco melhor as histórias de muitos outros trabalhadores do porto em diversos aspectos: o trabalho, as formas de organização e atuação operária, o que faziam para se divertir, sua religiosidade, etc.

Aprendi muito com as histórias de homens como Cândido Manoel Rodrigues, Joaquim Januário Nunes, Antônio Mina, Bexiga, Pernambuco, Cardosinho, Sabino Montezuma, Caralampio Trille, João da Baiana e muitos outros.

Uma das coisas que esses homens me ensinaram é que é impossível distinguir a história social do trabalho da história cultural do Rio de Janeiro. A historiografia sobre a cidade na virada do século XIX para o XX costuma trabalhar com essa diferenciação, dividindo a história da cidade em duas vertentes: de um lado, a história social do trabalho tratava do trabalho propriamente dito e das associações nascidas a partir dele (sindicatos, sociedades de resistência, mutualistas, etc.), dos movimentos reivindicatórios, principalmente as greves e do movimento operário de uma forma mais ampla; de outro, a história cultural lidava com as questões da “cultura popular”, ou seja, das manifestações culturais como o samba, candomblés ou mesmo de revoltas dos “populares”, como a da Revolta da Vacina em 1904.

Essa dicotomia acabou por produzir uma falsa idéia: a de que na cidade existem os operários, que se organizam em sindicatos, que fazem greve, enfim, que participam do

movimento operário; e os “populares”, tratados como coisa completamente distinta, que fazem o carnaval, a macumba, os ranchos e a revolta da vacina.

Mas será que é possível fazer essa diferenciação e dividir os moradores pobres da cidade em grupos tão distintos? Não fariam eles parte dos mesmos grupos e não estariam eles participando das mesmas lutas, assim como das mesmas diversões e das mesmas macumbas?

O “macumbeiro”, sambista e organizador de ranchos João da Baiana não chegou a ser presidente de um sindicato portuário? O mesmo não aconteceu com Mano Elói, sambista que fundou a Prazer da Serrinha, mas também teve altos cargos na Resistência? Seu nome está escrito em letras garrafais na quadra da Escola de Samba Império Serrano, mas também nas paredes do Sindicato dos Arrumadores do Rio de Janeiro.

Como vimos, Cypriano José de Oliveira era presidente da “Sociedade Familiar Dançante e Carnavalesca Clube dos Mangueiras”, mas também presidiu a resistência. Caralampio Trille, sócio da mesma sociedade era espanhol, anarquista e presidiu a Sociedade Operária Fraternidade e Progresso da Gávea.

E, se faziam parte de mundos tão diferentes, porque então os sócios da União Operária dos Estivadores sofreram tanto com a repressão desencadeada pela revolta da vacina? Não fora o Centro das Classes Operárias que instaurou a Liga Contra a Vacina Obrigatória e que iniciou os comícios que serviram de estopim para a Revolta?

Enfim, não cabe a nós aqui retomar todos os exemplos e todas as histórias já contadas. Mas esse trabalho pretende mostrar exatamente isso: greve, repressão policial,

carnaval, candomblé e revolta da vacina, tudo isso constituiu a experiência da classe trabalhadora e igualmente moldou sua identidade e consciência. Dessa forma, as mesmas pessoas que impulsionaram o associativismo recreativo, organizando ranchos, bailes e sambas, impulsionavam também o associativismo sindical.

Assim é importante frisar que a classe trabalhadora não pode ser considerada um elemento isolado do restante da sociedade, nem é formada por pessoas que só existem no seu local de trabalho. A classe trabalhadora é formada por homens e mulheres que, como afirmou Marcela Goldmacher, além de trabalharem, vivem.

Uma outra dicotomia estabelecida durante muito tempo pela historiografia é aquela que estabelecia um marco em 1888 para se tratar da história do trabalho. Antes da abolição a história do trabalho era a história da escravidão. O negro só tinha lugar como escravo ou como legítimo representante da cultura popular, em trabalhos da história cultural que tratavam do samba, carnaval, candomblé, capoeira, etc

A História do trabalho e do movimento operário no pós-abolição desconsiderou os negros por muito tempo, parecendo que apenas brancos, principalmente europeus, trabalhavam, faziam greve e se organizavam em torno de sindicatos.

Vimos que não é bem assim. Esse trabalho buscou apontar, como uma série de trabalhos recentes tem feito, não só para a participação dos negros em sindicatos, em greves, etc., mas principalmente atentar para o fato de que essa mobilização existe desde os tempos da escravidão. Dessa forma, a experiência de luta contra escravidão informou as ações desses mesmos escravos no pós-abolição, agora como livres. Mas a experiência mobilizadora desses negros não se encerrava na luta pela liberdade jurídica, mas também na luta pelo que acreditavam ser seus direitos como trabalhadores. Por isso, apesar de não

serem vistas como tal, vimos alguns exemplos de escravos reivindicando melhores salários e fazendo paralisações semelhantes às greves.

Finda a escravidão, todas essas experiências seriam extremamente importantes para esses homens e para a história da classe trabalhadora de uma maneira geral. No trabalho no porto, homens que viveram de perto as agruras da escravidão – como Cândido Manoel Rodrigues, Joaquim Januário Nunes e João Evangelista Lapier, prováveis ex-escravos ou filhos de escravos – organizaram sindicatos importantes, cujo quadro era formado por uma maioria de negros como eles.

Mas não era apenas no trabalho que esses homens se organizaram. Como vimos, os negros do porto também se organizavam em torno da religião e do lazer. E nesses momentos também sofreram com a repressão republicana que, assim como o Império, desconfiava de ajuntamentos de negros e de práticas culturais que remetiam à escravidão e à África.

De qualquer forma, mesmo tendo dominado o cenário do cais carioca e mesmo tendo ocupado regiões específicas da cidade – como Santa Rita e Santana, onde se concentrava a maioria – os negros não se isolaram. A partir da segunda metade do século XIX, brancos e negros passaram a compartilhar cada vez mais os espaços de trabalho, de moradia, de lazer e religiosos e compartilhavam também a suspeição da polícia republicana que, apesar de atingir preferencialmente pretos e pardos, também tratava os “quase negros de tão pobres” com a mesma truculência.

Pessoas de diferentes cores e nacionalidades estabeleceram relações baseadas no conflito, mas também de solidariedade, revelando que não é possível pensar na classe trabalhadora apenas em termos de uma homogeneidade plena. No Rio de Janeiro do início do século, os trabalhadores formavam uma massa bastante heterogênea. No entanto, ao

compartilharem experiências semelhantes e se reunirem em espaços coletivos, se sociabilizavam, forjavam os laços de amizade e se identificavam, não apenas como negros e brancos, ou nacionais e portugueses, mas como trabalhadores.

FONTES

Arquivo Nacional

Processos Criminais

- 8^a Pretoria do Rio de Janeiro. OR.4056. 1905. Antônio Mina
- 2^a Pretoria do Rio de Janeiro; m.890, Cx. 5156. 1909. Manoel Gomes
- 8^a Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 6917. 1908. Antônio Africano
- 10^a Vara Criminal. Proc. 744, Cx. 329; Gl. B. 1909. Manoel Eugênio Batista
- 8^a Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 3444. 1904. Pedro José de Oliveira
- 10^a Vara Criminal. Cx. 331, Proc. 818. 1909. Cândido Manoel Rodrigues
- 8^a Pretoria do Rio de Janeiro. OR.6923. 1908. Antônio Africano
- 8^a Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 3650. 1909. Antônio Alves e outros
- 8^a Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 3313. 1904. Sabino Carlos Montezuma
- 8^a Pretoria do Rio de Janeiro. OR.2283. 1902. Vicente Rodrigues Pereira
- 8^a Pretoria do Rio de Janeiro. OR.4152. 1905. Vicente Rodrigues Pereira
- 8^a Pretoria do Rio de Janeiro – OR.4024. 1905. Vicente Rodrigues Pereira
- 8^a Pretoria do Rio de Janeiro. OR.3445. 1904. Marcelo Pinto de Souza.
- 8^a Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 7044. 1909. Antônio Africano
- 3^a Pretoria do Rio de Janeiro, 6Z.0411. 1912. Antônio Africano
- 8^a Pretoria do Rio de Janeiro. 6Z. 2312. 1915. Antônio Africano
- 8^a Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 1783. 1901. Vicente Rodrigues Pereira
- 8^a Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 1831. 1901. Joaquim Januário Nunes
- 3^a Pretoria do Rio de Janeiro. Proc. 14424; Maço 775. 1905. Joaquim Januário Nunes
- 8^a Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 2411. 1902. Benedito José da Silva e Matheus Teixeira
- 3^a Pretoria do Rio de Janeiro. Proc. 1043, maço 893, gal. A. 1910. Oscar Antônio da Costa
- 10^a Vara Criminal. Cx. 320, Proc. 679. 1902. João Morgado

8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 5816. 1902. Olympio Batista Ribeiro

8ª Pretoria do Rio de Janeiro. OR. 5816. 1907. Olympio Batista Ribeiro

2ª Pretoria do Rio de Janeiro; m.890, Cx. 5156. 1909. Caetano Damásio.

2ª Pretoria. Proc. 4989, maço 880, Gal. A. 1906. José Gomes Cardoso.

8ª Pretoria. OR. 5353. 1907. Raphael Munhões.

Tribunal do Júri do Rio de Janeiro. Proc. 5128; Maço 889; Gal. A. 1908. Antônio Africano

GIFI

6C.316, ofício 558. 1909

6C. 210. Ofício n. 23. 1907.

6C. 210. Ofício n. 24. 1907

6C – 69; ofício n. 5. 1901

6C – 210; ofício n. 25. 1906

GIFI (BDCS)

GIFI - 6C – 367; pacote 418; Caixa 5556 (BDCS – Reg. 1493)

GIFI - 6C – 432; pacote 459; Caixa 5621 (BDCS – reg. 240)

GIFI - IJ 6 563 (BDCS – reg. 1900)

GIFI - pacote 489; caixa 5668 (BDCS – reg. 9245)

GIFI - 6C – 135 (BDCS– reg. 10318)

GIFI - 6C – 367; pacote 418; Caixa 5556 (BDCS – reg. 1474)

GIFI – IJ6 564 (BDCS – reg. 238)

GIFI - 6C – 170; pacote 178 caixa 5359. (BDCS – reg. 3545)

GIFI - 6C – 171; pacote 179; Caixa 5360 (BDCS – Reg. 1115)

GIFI - 6C – 170; pacote 178; Caixa 5359 (BDCS – reg. 1144)

GIFI - pacote 416 - caixa 5553 (BDCS – reg. 8529)

GIFI - 6c – 432 (BDCS – reg. 598)

GIFI IJ6 564 (BDCS – reg. 275)

GIFI - 6C – 170; pacote 178; Caixa 5359 (BDCS – reg. 1145)

GIFI - IJ6 135 (BDCS – reg.1849)

Outros

Registro da União dos Operários Estivadores: 1º Ofício de Títulos e Documentos. Sociedade Civil. Livro A-1/ 05 de agosto de 1904.

Registro da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café: 1º Ofício de Títulos e Documentos. Sociedade Civil. Livro A-1/ 21 de junho de 1905.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro

Livros de Registro de Entrada de Presos na Casa de Detenção do Rio de Janeiro – vários livros (1901-1909)

Biblioteca Nacional

Correio da Manhã: 20/03/1904; 17/12/1903; 27/01/1904; 30/01/1904; 29/02/1904; 16/03/1904; 17/03/1904; 18/08/1905; 12/01/1906; 17/01/1906; 29/08/1906; 18/02/1907.

Gazeta de Notícias: 12/03/1904; 10/06/1904; 06/02/1906; 06/03/1906.

Jornal do Commercio: 03/05/1872; 22/10/1906.

Jornal do Brasil: 20/07/1895; 24/03/1970.

A Nação: 18/12/1903; 22/01/1904.

A Época: 19/09/1913; 30/10/1913.

O Paiz: 05/10/1908.

Diário Carioca: 27/02/1931.

A Noite: 02/05/1914.

Revista Kosmos: Fevereiro de 1906.

Impressos Oficiais

Código Penal de 1890. Decreto de 11 de outubro de 1890, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional.

Recenseamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil, ano de 1890. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger, 1895

Outros

Livro de Matrícula de sócios da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café.

BIBLIOGRAFIA

Cronistas, Literatos e Memorialistas

BARRETO, Lima. *Recordações do escrivão Isaías Caminha*. São Paulo, Brasiliense, 1976.

_____. *O Cemitério dos Vivos*. São Paulo: Brasiliense, 1956.

_____. *Diário Íntimo*. São Paulo: Ed. Mérito, 1953.

DO RIO, João do. *A Alma Encantadora das Ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. *Histórias da Gente Alegre: contos, crônicas e reportagens da Belle-Èpoque carioca*. Org. João Carlos Rodrigues. Rio de Janeiro: José Olympio, 1891.

_____. *As Religiões do Rio*. Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 1976.

EDMUNDO, Luís. *O Rio de Janeiro do Meu Tempo*. Rio de Janeiro: Xenon, 1987.

EFEGÊ, Jota. *Figuras e Coisas do Carnaval Carioca*. Rio de Janeiro: Funart, 1982.

GUIMARÃES, Francisco (Vagalume). *Na Roda do Samba*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: FUNART, 1983.

GERSON, Brasil. *História das Ruas do Rio*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2000.

Viajantes

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1954.

EBEL, Ernest. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. Tradução e edição de Joaquim de Sousa Leão Filho, São Paulo, 1972.

EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil*. Belo Horizonte, Ed Itatiaia, 1976.

KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de Viagens e Permanências nas Províncias do sul do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

_____. e FLETCHER, J., *O Brasil e os Brasileiros: esboço histórico e descritivo*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1941.

RIBEIRO, Charles. *Brasil Pitoresco, vol.I*. Belo Horizonte, Itatiaia/São Paulo, USP, 1980. pg.208-209.

Livros, artigos e Teses

ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Fapesp, 1999.

_____. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ALBUQUERQUE, Marli B. M. *Trabalho e Conflito no Porto do Rio de Janeiro, 1904-1920*. Tese de Mestrado, UFRJ, 1983.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808-1822*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1988.

ALMEIDA, Luiz Gustavo Nascimento de. *Estivadores do Rio de Janeiro: um século de presença na história do movimento operário brasileiro*. RJ: Topbooks, 2003.

ANDREWS, George Reid. *Negros e Brancos em São Paulo(1888-1988)*. Bauru, EDUSC, 1998.

- ARANTES, Erika Bastos. “Negros do Porto: cultura e trabalho no Rio de Janeiro na virada do século XIX para o XX”. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, 2005.
- ARAÚJO, Ubiratan Castro de. “1846: um ano na rota Bahia-Lagos – negócios, negociantes e parceiros”. *Afro-Ásia*, 21-22, (1998-1999)
- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BATALHA, Claudio; FORTES, Alexandre e SILVA, Fernando Teixeira da. (orgs.). *Culturas de Classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2004.
- _____. “A Historiografia da Classe Operária no Brasil: trajetórias e tendências”. In: FREITAS, Marcos César de (Org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. Bragança Paulista / São Paulo: Universidade São Francisco / Contexto, 1998.
- _____. “Uma outra consciência de classe? O sindicalismo reformista na Primeira República” in *Ciências Sociais Hoje, 1990*. São Paulo: Editoria Revista dos Tribunais. 1990
- BEAUCLAIR, Geraldo *Raízes da Indústria no Brasil*. Rio de Janeiro: Studio F&S, 1992.
- BENCHIMOL, Jayme Larry. *Pereira Passos: um Haussmann Tropical. A revolução urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.
- BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra nas ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, Lia de Aquino. *Habitações Populares*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Coleção Biblioteca Carioca, 1995.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

_____. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. "Cor, etnicidade e formação de classe no porto do Rio de Janeiro: a sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café e o conflito de 1908". In: *Revista Usp*, São Paulo, n.68, pp.188-209, dezembro-fevereiro 2005-2006.

_____. "Tradições Negras na formação de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. In: *Afro-Ásia*, 24 (2000).

_____. *Virando o Jogo: estivadores e carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República*. Tese de Doutorado, São Paulo: USP, 1998.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, Estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CUNHA, Maria Clementina Pereira, *Ecos da Folia: uma história social do Carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. (org.) *Carnavais e outras f(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: Ed. da UNICAMP, CECULT, 2002.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *A Vida fora das Fábricas. Cotidiano operário em São Paulo (1920-1934)*, São Paulo: Paz e Terra, 1987.

FARIAS, Juliana Barreto. “Descobrimos os mapas dos minas: alforrias, trabalho urbano e identidades. (1800-1915). In: Farias, Juliana Barreto; Gomes, Flávio dos Santos e Soares, Carlos Eugênio. *No Labirinto das nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

_____. *Entre identidades e Diásporas: Negros Minas no Rio de Janeiro (1870-1930)*. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 2004.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880-1924)*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Trabalho Urbano e Conflito Social* Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

GUEDES, Marco Marques Pestana de. “Trabalho, cidade e cultura: associações recreativas de trabalhadores cariocas, 1900-1920. Monografia, UFF, 2009.

GITAHY, Maria Lúcia. *Ventos do mar: trabalhadores do porto, movimento operário e cultura urbana em Santos.1889-1914*. São Paulo: Unesp, 1992.

GOLDMACHER, Marcela. A “Greve Geral” de 1903 - O Rio de Janeiro nas décadas de 1890 a 1910. Tese de Doutorado, Niterói, 2009.

GOMES, Flávio dos Santos *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

_____ e REIS, J. J. e Gomes, Flávio (orgs.), *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e Desigualdade Raciais no Brasil*, Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- HAUPT, Georges “Porque a História do Movimento Operário?” In: *Revista Brasileira de História N °10*. 1986.
- HOBSBAWN, Eric. *Os Trabalhadores: estudos sobre a História do Operariado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- KARASH, Mary. *A Vida dos Escravos no Ri de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KARVAT, Erivam Cassiano. *A Sociedade do Trabalho: discursos e práticas de controle sobre a mendicidade e a vadiagem em Curitiba. (1890-1933)*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.
- LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos Trapiches ao Porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1991.
- LARA, Silvia Hunold. "Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil" In: *Projeto História*, São Paulo, (16), fev. 1998.
- LOBO, Eulália M. L., CARVALHO, Lia A., e STANLEY, Myriam. *Questão habitacional e o movimento operário*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1989.
- LOBO, Eulália M. L. & STOLTZ, Eduardo N. *Formação do operariado e movimento operário no Rio de Janeiro, 1870-1894*. In: *Estudos Econômicos*, 15 (nº especial), São Paulo, 1985.

LONER, Beatriz Ana. *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas, Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001

LOVEJOY, Paul. “Los origenes de los esclavos en las Americas. Perspectivas metodologicas”, In: *Revista de História*. Universidade Nacional de Costa Rica, Enero-Junio 1999, n. 39.

MAGGIE, Yvone. *Medo do Feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

MAMIGONIAN, Beatriz Galloti. “Do que o “preto mina” é capaz: etnia e resistência entre africanos livres”. In: *Afro-Ásia*, 24, (2000)

MARAN, Sheldon. *Anarquistas, Imigrantes e Movimento Operário no Brasil, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, sé. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Matos, Marcelo Badaró de. *Escravidados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

_____. *Vadios, jogadores, mendigos e bêbados no Rio de Janeiro do início do século XX*. Niterói: UFF, 1991 (Dissertação de mestrado em História)

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes: Justiça e Política nas Arenas Republicanas (1887-1939)*. Tese de Doutorado, Unicamp, 2004.

MENEZES, Lená Medeiros de. *Os Indesejáveis: desclassificados da modernidade. Protesto, Crime e Expulsão na Capital Federal (1890-1930)*. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 1996.

MORAES, Evaristo de. *Ensaio de Patologia Social: vagabundagem, alcoolismo, prostituição, lenocínio*. Rio de Janeiro: Leite Ribeiro & Maurillo, 1921

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

MUSEU DA IMAGEM E DO SOM (MIS). *As Vozes Desassombradas do Museu*. Rio de Janeiro: Secretaria de Educação e cultura, 1970.

OLIVEIRA, Maria Inês Cortes. “Viver e morrer no meio dos seus. Nações e comunidades africanas na Bahia do século XX”. In: *Revista USP*, São Paulo, n.28,dez. 1995/fev.1996.

_____. *O Liberto: o seu mundo e os outros, 1790-1890*. Bahia: Corrupio, 1988.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. “E o Rio Dançou: identidades e tensões nos clubes recreativos cariocas (1912-1922)”. In: Cunha, Maria Clementina Pereira da. *Carnavais e outras F(r)estas: ensaios de história social da cultura*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, Cecult, 2002.

_____. *As Barricadas da Saúde*. Coleção Histórias do Povo Brasileiro. Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. *O Carnaval das Letras*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

- REIS, João José. “A greve negra de 1857 na Bahia”, *Revista USP*, 18 (1993).
- _____. *A Morte é uma Festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- _____. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês (1835)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- _____. *Cabras e pés-de-chumbo": os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio Janeiro (1890-190)*. Dissertação de Mestrado, UFF: 1987.
- ROCHA, Agenor Miranda. *A Nação Kêtu: origens, ritos e crenças. Os candomblés antigos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- ROCHA, Oswaldo Porto. *A Era das Demolições*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1986.
- SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *A História do Feiticeiro Juca Rosa: cultura e relações sociais no Rio de Janeiro Imperial*. Tese de Doutorado, Cecult, Unicamp, 2000.
- SARTI, Ingrid. *O Porto Vermelho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- SCHWARTZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SILVA, Eduardo. *Dom Oba II D'África, o Príncipe do Povo: vida, tempo e pensamento de um homem livre de cor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. & Reis, João José (orgs.) *Negociação e Conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários Sem Patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.
- SILVA, Lígia Maria Osório. *Movimento Sindical Operário na Primeira República*. Tese de Mestrado, Unicamp, 1977.
- SKIDMORE, Thomas E. *O preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SLENES, Robert. *Na Senzala, uma Flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A Capoeira Escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Cecult, 2001.
- _____. *Zungú: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- _____. Soares, Carlos Eugênio Líbano. *A negregada instituição: os capoeiras no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Depto. Geral de Doc. e Inf. Cultural, Divisão de Editoração, 1994.
- SOARES, Luís Carlos. “Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX”. In: *Revista Brasileira de História*. n.16, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, 1988.
- SOIHET, Rachel. *A Subversão pelo Riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas*.

THOMPSON, E. P., *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*; organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *Costumes em Comum: estudos sobre cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VALENÇA, Rachel. *Serra, Serrinha, Serrano: O Império do Samba*.

VITORINO, Artur José Renda. *Máquinas e operários: mudança técnica e sindicalismo gráfico (São Paulo e Rio de Janeiro, 1858-1912)*. São Paulo-Rio de Janeiro, Annablume/FAPESP, 2000

XAVIER, Regina Célia Lima. *Libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas, Editora da Unicamp, 1996;

WISSENBACH, Maria Cristina C. “Da escravidão à liberdade: dimensões da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras”, in: Sevcenko, Nicolau (org.). *História da vida privada no Brasil. República: da Belle Époque à era do rádio*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998